

CENTRO DE ESTUDOS GERAIS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA

PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Fpolis, 20/02/98.

*A Biblioteca Central da Universidade
Federal de Santa Catarina.
Doação do Autor.*


SILVIO GALVÃO DE QUEIRÓS

“Pera Espelho de Todollos Uiuos”

A imagem do Infante D. Henrique
na Crônica da Tomada de Ceuta

NITERÓI

1997

SILVIO GALVÃO DE QUEIRÓS

**“PERA ESPELHO DE TODOLLOS UIUOS”
A IMAGEM DO INFANTE D. HENRIQUE
NA CRÔNICA DA TOMADA DE CEUTA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Social e das Idéias. Setor Temático: História Antiga e Medieval.

Orientação: Professora Doutora VÂNIA LEITE FRÓES

NITERÓI

1997

Queirós, Silvio Galvão de

“Pera Espelho de Todollos Uiuos” - A Imagem do
Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de
Ceuta / Silvio Galvão de Queirós. Niterói-RJ, 1997.
1 v. 284 f.

Dissertação (Mestrado em História Medieval) -
Universidade Federal Fluminense, 1997.

1. História Social - Idade Média Ibérica I. Título II.
Série.

Índices para catálogo sistemático:

1. História Social Medieval 909.07
2. Idade Média: Península Ibérica: História Social 909.07
3. Cultura: Portugal Medieval: História

SILVIO GALVÃO DE QUEIRÓS

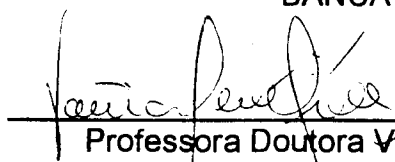
“PERA ESPELHO DE TODOLLOS UIUOS”

A imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Social e das Idéias. Setor Temático: História antiga e Medieval.

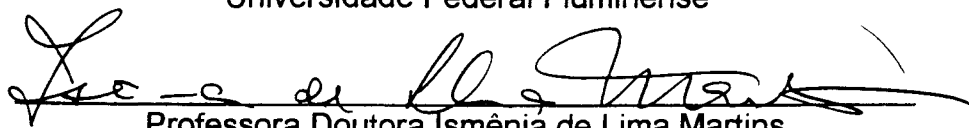
Aprovada em dezembro de 1997.

BANCA EXAMINADORA



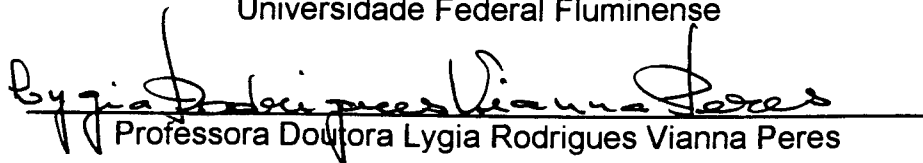
Professora Doutora Vânia Leite Fróes - Orientadora

Universidade Federal Fluminense



Professora Doutora Ismênia de Lima Martins

Universidade Federal Fluminense



Professora Doutora Lygia Rodrigues Vianna Peres

Universidade Federal Fluminense

Niterói
1997

À memória de Osvaldo de
Almeida Costa Neto, a
quem estava devendo esta
dissertação de mestrado.

Agradecimentos

Sempre cismo com os autores que fazem agradecimentos generalizados e, muito mais, com as desculpas que costumeiramente apresentam para assim proceder, pois, parece-me que a onipotência é o que lhes faz agradecer apenas a alguns e, isso, por mera polidez: ora dizem que devem a muitos e seria imperdoável agradecer a uns e não a outros, ora agradecem aos grandes e às instituições e esquecem-se dos contributos pequenos mas, fundamentais, sem os quais, muitas vezes, a pesquisa simplesmente não anda. Daí porque me prometi agradecer a todos, seja individualmente, seja aos grupos de colaboradores, seja, também, às instituições que puderam fazer com que esta pesquisa chegasse a bom termo.

Devo, pois, agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pela bolsa de estudos que me possibilitou dar os passos iniciais da pesquisa.

Agradeço ao Professor Erneldo Schallenberger, Reitor da Universidade Estadual da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e ao Professor Valdir Gregory, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação desta UNIOESTE, pelo apoio ao trabalho; ao Professor José Kuiava pelas palavras de apoio e incentivo reiteradas vezes manifestadas; agradeço ao Departamento de História e Geografia desta universidade - ao qual estou vinculado - especialmente aos professores Sarah Yurkiv Gomes Tibes Ribeiro, Marcos Luís Ehrardt, Neiva Salete Kern Maccari, Róbi Jair Schmidt, Tarcísio Vanderlinde, Lia Dorotéa Güths e Marco Antônio Lopes, pelo apoio e incentivo com que sempre me brindaram; e aos meus alunos no curso de História, pela paciência, apoio e estímulo.

Às Professoras Célia Reis Camargo, Clarice Nadir Von Borstel, e Zita Zart, à bibliotecária Márcia Elisa Sbaraini Leitzke, e aos estudantes Luisa Maria Lentz Baldo, Tânia Regina Baratieri Gonçalves, Claércio Ivan Schneider, e Flávia Gomes Galvão de Queirós: agradeço pelas ajudas preciosas no achamento e na sistematização de dados de minhas fontes.

À Professora Clasi M. Schio, agradeço pela revisão gramatical cuidadosa que realizou em meus originais.

Aos Doutores Ismênia de Lima Martins, Rosalvo do Valle, Luís Filipe Ribeiro, Lygia Rodrigues Vianna Peres, Lana Lage da Gama Lima e Francisco José Silva Gomes, meu grato reconhecimento pelas sugestões e críticas atenciosas.

À Doutora Ana Maria dos Santos, peço desculpas pelas falhas do passado e, agradeço pelo carinho com que sempre me distinguiu.

À Maria Paula Graner, José Costa D'Assunção Barros, Francisco César Alves Ferraz, Marcio Luiz Ramos D'Albuquerque e Ricardo Muniz Ruiz, agradeço o arrimo das palavras e das ações que, nos momentos de desânimo, impuseram não esmorecesse.

Com o Grupo de Estudos de História Medieval da UFF - nosso *Grupo do Paço* - o atual *Scriptorium*, pude partilhar o prazer da troca de experiências e de muitas “descobertas” que, privilegiado, pude com eles vivenciar.

Agradeço a gentilezas recebidas ao longo desses anos do Curso de Mestrado, da parte de todos os funcionários do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, e, especialmente, daqueles mais estreitamente vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

A Paulo César Konzen um agradecimento que se faz só a quem é capaz de mergulhar tão completamente nos meandros da construção de um texto que, muito além disso, de(s)codifica o pensamento do seu autor e, ao fazê-lo, dá provas definitivas de sua *simpatia*: o grau superlativo da amizade.

Devo ainda, agradecer a Mauro Rogério Fregolão, que partilhou comigo grande parte da pesquisa como verdadeiro “moço de escrivania”.

À minha mulher Ise Lorena, e à minha filha, Ana Letícia, meus agradecimentos são infinitos: elas, melhor que eu, sabem porque são assim.

Finalmente, faço dois agradecimentos especiais.

O primeiro é a Mário Galvão de Queirós Filho - homem íntegro e intelectual refinado, espelho no qual busco me mirar. A ele consigno os acertos do estilo.

O segundo é à Doutora Vânia Leite Fróes, a quem devo parte do gosto que tenho pela História e, certamente, toda a paixão que nutro pela História Medieval. A forma persuasiva que utilizou para que redirecionasse o tema da pesquisa e a orientação segura para que pudesse realizar a redação desta dissertação, são marcas do seu *Talent de Bien Faire*.

E, se após isso, esqueci algum nome, rogo desculpas sinceras, afinal, como diz Zurara: “a memória perde muitas das primeiras cousas. ca os velhos per natureza per rrezam do esfriamento do sangue perdem muitas cousas que na mançebia aprenderam.”

“A imagem do infante é um ponto essencial para a avaliação das identidades e diferenças que ao mesmo tempo ligam e separam os outonos da medievalidade das fases do Renascimento.”

BARRETO, Luís F. *Gomes Eanes de Zurara e o problema da Crônica da Guiné.*

SUMÁRIO

Lista de Figuras, Quadros e Genealogia	8
Lista de Gráficos, Quadros e Mapas	9
Lista de Abreviaturas	10
Resumo	11
Résumé	12
Abstract	13
Introdução	14
PARTE I - O Paço, a Prosa e a Pena.....	24
Capítulo I - O Paço e a Prosa	25
1.1 - O Paço	25
1.2 - A Prosa	38
1.2.1 - Sobre o conceito de crônica	49
Capítulo II - A Pena.....	60
2.1 - O cronista.....	60
2.2 - O método.....	79
2.3 - A produção da memória.....	92
2.4 - Exemplos e espelhos	98
2.4.1 - Das virtudes	109
2.4.1.1 - Virtudes cardeais	110
2.4.1.2 - Virtudes teológicas	112

PARTE II - A Construção da Imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta	115
Preâmbulo.....	116
Capítulo I - A Imagem do Rei na Crônica da Tomada de Ceuta	128
1.1 - As virtudes e as ações do Rei.....	128
1.2 - A guerra na Crônica da Tomada de Ceuta.....	146
1.2.1 - A guerra da Reconquista.....	146
1.2.2 - A guerra externa para a paz no reino	151
1.2.3 - O rei e os outros: os estrangeiros	156
1.2.4 - O rei e os outros: os infiéis	159
1.2.5 - O rei e os seus: o Conselho	162
1.3 - O ofício de rei	182
Capítulo II - A Imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta	186
2.1 - Virtudes e ações do Infante D. Henrique	186
2.1.1 - D. Henrique: cruzado-cristão	187
2.1.2 - D. Henrique: elo entre o rei e a nobreza portuguesa	195
2.1.3 - D. Henrique: o súdito leal	198
2.2 - O Infante e os infantes: luz e sombras na Crônica de Zurara	202
2.3 - D. Henrique e D. João I: espelhos para todos os vivos.....	211
2.4 - Fé, carisma e intervenções maravilhosas na Crônica da Tomada de Ceuta	219
2.5 - Comparações e imagens: a legitimação do poder real.....	224
2.6 - O Infante D. Henrique: uma imagem cambiante	230
2.7 - Por acrescentamento da territorialidade portuguesa.....	234
Conclusão	242
Bibliografia	250
1 - Fontes primárias.....	250
2 - Obras citadas	251
3 - Obras consultadas.....	255
Anexos	274

LISTA DE FIGURAS:

Título	Identificação	Referência	Página
Figura 2 - Retrato presumível do cronista Gomes Eanes de Zurara.	Gravura extraída de reprodução do <i>Políptico de Nuno Gonçalves</i>	MATTOSO, José (dir.). <i>História de Portugal</i> . V. 2. p. 435.	275
Figura 3 - D. João I num retrato do século XV.	Acervo do Museu Nacional de Arte Antiga	SERRÃO, Joaquim Veríssimo. <i>História de Portugal</i> . V. 2. p. 256.	276
Figura 4 - Retrato de D. Henrique.	Gravura extraída de reprodução do <i>Políptico de Nuno Gonçalves</i> .	MATTOSO, José (dir.). <i>História de Portugal</i> . V. 2. p. 434.	277
Figura 5 - Retrato de D. Afonso V.	Estugarda, Landes Bibliothek (Ms. Hist. 141).	MATTOSO, José (dir.). <i>História de Portugal</i> . V. 2. p. 507.	278
Figura 6 - Prólogo da Crônica da Tomada de Ceuta, de Gomes Eanes de Zurara.	Biblioteca Nacional de Paris.	SERRÃO, Joaquim Veríssimo. <i>História de Portugal</i> . V. 2.	279
Figura 8 - Retrato de D. Henrique, com suas armas, moto e divisa, cercado pelos ramos de carrasqueiro, planta que adotou por distintivo.	Biblioteca Nacional de Paris. Gabinete dos Manuscritos, Manuscritos Portugueses, 41, Gomes Eanes de Zurara, Crônica da Guiné, fl. 1 v.º.	MARQUES, A. H. de Oliveira. <i>Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV</i> . Lisboa: Presença, 1987.	281

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E MAPAS:

Figura 1 - A Dinastia de Avis	23
Gráfico 1 - A Imagem do Infante D. Henrique	102
Figura 7 - Mapa: “Divisão Administrativa em Comarcas”	280
Figura 9: “A costa ocidental da África”, contendo a localização da cidade de Ceuta	282
Quadro 1 - Prosa Real de Avis e da Ínclita Geração: Sinopse.....	283
Quadro 2 - Prosa de Avis (Cronistas-Mor): Sinopse	284

LISTA DE ABREVIATURAS *

CTC	<i>Crônica da Tomada de Ceuta</i>
CDCG	<i>Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné</i>
CCPM	<i>Crônica do Conde D. Pedro de Menezes</i>
CCDM	<i>Crônica do Conde D. Duarte de Menezes</i>
Era no tempo do rei	<i>Era no Tempo do Rei: estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média. (Tese do Concurso para Concurso para Professor Titular em História Medieval da Professora Doutora Vânia Leite Fróes).</i>
c.	<i>Cerca de (Utilizada nos quadros 1 e 2)</i>

* O recurso de abreviação dos títulos destas obras será utilizado somente nas referências a elas feitas nas notas de rodapé.

RESUMO

Análise do processo de construção da imagem do Infante D. Henrique, terceiro filho do casal reinante em Portugal no início do século XV, a partir das narrativas do cronista-mor Gomes Eanes de Zurara. A hipótese central, a de que a imagem do Infante estrutura-se a partir da figura real, foi demonstrada com base na *Crônica da Tomada de Ceuta*. Para subsidiá-la foram utilizadas a *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné* e as *Crônicas dos Condes D. Pedro e D. Duarte de Meneses*, do mesmo autor. Parte-se do estudo do papel do cronista-mor como oficial graduado nos paços reais, situando a crônica como elemento produtor de memória da nacionalidade lusa. Insere-se a obra de Zurara na *Prosa de Avis*, discurso legitimador da dinastia. As crônicas são vistas como suporte da imagem do bom príncipe e do súdito leal, em todos os níveis da sociedade. Mapeou-se o método de construção da imagem do Rei D. João I e do Infante D. Henrique, esta à semelhança daquela, através dos atributos, virtudes e ações do Rei e do Infante. A comparação destes elementos na *Crônica da Tomada de Ceuta* levou à constatação de que as imagens assemelham-se, como se houvesse um mesmo padrão de representação. A diferenciação na construção da imagem deste Infante indica a figura do súdito fiel, poderosa estratégia de legitimação da autoridade real, tão necessária ao tempo de D. Afonso V. As guerras internas e externas descritas nas crônicas, apontam também para a mesma estratégia de fortalecimento do Poder Régio. De todo o dissertado, eis a visível conclusão: “*Pera Espelho de Todollos Uiuos*”, a imagem do Infante D. Henrique na *Crônica da Tomada de Ceuta*.

RÉSUMÉ

Analyse du processus de construction de l'image de l'infant D. Henrique, troisième fils du couple régnant au Portugal au début du XV^{ème} siècle, à partir des récits du chroniqueur royal Gomes Eanes de Zurara. L'hypothèse centrale, celle de que l'image de l'Infant fût structurée à partir de la figure royale, a été démontrée d'après la *Chronique de la Prise de Ceuta*. Pour compléter cette-ci on a utilisée la *Chronique de la découverte et de la conquête de la Guinée*, et la *Chroniques des comtes D. Pedro et D. Duarte de Meneses*. On a parti de l'étude du rôle du chroniqueur royal comme officier gradé dans les palais royaux, dont les chroniques ont un "status" d'élément fondateur de la mémoire de la nationalité portugaise. L'oeuvre de Zurara, ainsi, a le caractère de pièce de la "Prose d'Avis", c'est à dire, d'un discours légitimateur de la dynastie. Les chroniques sont vues ici en tant que supports de l'image du 'bon prince' et de celle du 'sujet loyal', destinée, cette image-ci, à tous les niveaux de la société. On a aussi cherché d'établir les étapes de la méthode de construction des images du roi D. João I et de l'Infant D. Henrique, celle-ci ressemblant à celle du roi, selon les attributs, les vertus et les actions de chacun d'eux. La comparaison de ces divers éléments dans la *Chronique de la Prise de Ceuta* porte à la constatation de que celles deux images-là s'approchent comme s'il aît un même modèle de représentation. Les différentiations dans la construction de l'image de cet infant, D. Henrique, semblent conduire à la figure du "sujet fidèle", puissante stratégie pour la légitimation de l'autorité royale, si nécessaire au temps de D. Afonso V. Les guerres internes et externes, décrites aux chroniques, nous mènent aussi vers la même stratégie de renforcement du pouvoir royal et la confirment. De tout ce qui est ici présenté, voilà l'évidente conclusion: "*Pera Espelho de Todollos Uiuos*", l'image de l'Infant D. Henrique dans la *Chronique de la Prise de Ceuta*.

ABSTRACT

A review, based on narratives by Prime Chronicler Gomes Eanes de Zurara, of the process of establishing the image of Infante D. Henrique, the third son of the couple reigning in Portugal in the early XV Century. The central assumption, that the image of the Infante is constructed on the profile of the king, has been demonstrated, based on *Chronicle of the Seizure of Ceuta*. To support such assumption, were also used: *Chronicle of Discovery and Conquest of Guinea* and *Chronicles of Earls D. Pedro and D. Duarte de Meneses*, by the same author. The point of depart is the study of the role of the Prime Chronicler as a graduated officer in royal palaces, which puts the chronicle as one of the elements producing a memory for Lusitanian nationality. Zurara work is inserted in "Prosa de Avis", a reasoning to legitimate the dynasty. Chronicles are seen as supporting the image of the Good Prince and the loyal subject, at all levels of the society, mapping the method used for the establishment of the image of both King D. João I and the Infante D. Henrique, the latter similar to the former by means of attributes, virtues, and actions of both the King and the Infante. Comparison of such elements in the *Chronicle of the Seizure of Ceuta* led to verification that images are similar, as if there were only one representation standard. Differencing in the establishment of the image of this Infante indicates the profile of a faithful subject, a powerful strategy aiming to legitimate the King's authority, which was extremely necessary at the time of Afonso V. Internal and external wars, as described in Chronicles, also indicate the same need to strengthen the King's Power. From the whole analysis, the clear conclusion is: "*Pera Espelho de Todollos Uiuos*", the image of the Infante D. Henrique in the *Chronicle of the Seizure of Ceuta*.

INTRODUÇÃO

“Por representaçom do presente aos que
ham de viir, me asseento a escrever.”¹

O cronista Gomes Eanes de Zurara na *Crônica da Tomada de Ceuta* constrói uma imagem do Infante D. Henrique. Esta imagem, o que a caracteriza, o que implica, eis o que aqui se estuda. Tal estudo é fruto das pesquisas sobre o imaginário político português de fins da Idade Média que, sob variados aspectos, vem sendo examinado por um conjunto de investigadores sob a orientação da Professora Doutora Vânia Leite Fróes, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

O exame daquela imagem é feito a partir de algumas considerações apriorísticas, nas quais a existência de um *Discurso do Paço*, é elemento essencial ao se configurar como o registro dos enquadramentos da imagem em tela.

Assim, o *locus* da enunciação do discurso narrativo de Zurara é o Paço.

¹ ZURARA, Gomes Eanes de. *CDCG*. p. 16.

Espaço que se constitui como rede de poder, hierarquizado a partir da figura do Rei², conforme já se mencionou. Este discurso revela-se comprometido diretamente com a Realeza, noção que engloba o Rei e os Príncipes da Casa Real de Avis, da qual o Infante D. Henrique fez parte.

O discurso político da Dinastia de Avis (ver Figura 1, ao final desta *Introdução*), constituído também pelo discurso narrativo de Zurara, tem como linhas de força:

- a) a revisão do papel do Rei, produzindo uma imagem que medeia entre os antigos atributos da realeza medieval e os novos atributos que se lhe agregam, os quais, por vezes, se estendem aos membros da Casa Real, no caso, ao Infante D. Henrique;
- b) a identificação da imagem do país como um lugar edênico que nas crônicas de Zurara assume tons pouco menos mitificados, porque mais próximos à descrição de uma terra fértil, afeita ao trabalho, que gera a abundância de víveres necessários à manutenção dos povos, mesmo em épocas de crise;
- c) a construção de uma memória do país e dos Reis de Avis, em que o tempo aparece unificado e, direcionado em torno do heróico da Reconquista e da expansão territorial pela via das guerras ou das navegações vistas,

² Nesta dissertação serão utilizados os termos Rei e Infante com iniciais maiúsculas, para referenciar, respectivamente, D. João I e D. Henrique.

umas e outras, como obras da Dinastia de Avis; o que é, de certo modo, o propósito dos cronistas e, especialmente, o de Zurara;

- d) a identificação do Rei ao povo, que o legitima, assunto explorado pelo primeiro cronista-mor Fernão Lopes e que, nas crônicas de Zurara, aparece mais restritamente, porquanto o que nelas se lê é a vinculação da imagem do Rei à do Infante D. Henrique e outros nobres, grandes do Reino de Portugal.

As crônicas de Gomes Eanes de Zurara são aqui utilizadas para se atingir a três objetivos principais.³ O primeiro diz respeito ao delineamento dos enquadramentos concernentes aos limites das ações da cavalaria portuguesa nos fins da Idade Média e, por isso, permitem o estudo de conceitos como serviço de Deus e acrescentamento da honra; fama, glória e honra; magnificência e magnanimidade, dentre outros, que compõem a estrutura modelar do cavaleiro português do período que tem na imagem do Rei seu paradigma.

Em segundo lugar, as crônicas, por serem repositórios das práticas e também das representações sociais vigentes naquele período, permitem entender os seus autores e, em certo sentido, também os seus atores, como intérpretes de compromissos políticos mais vastos.

Além destes pontos, as crônicas são fontes privilegiadas para o estudo *das imagens dos Reis e Príncipes que, nos fins da Idade Média Portuguesa, foram peças*

³As versões das crônicas trabalhadas nesta dissertação estão referenciadas nas páginas 250-251.

fundamentais no forjamento da nacionalidade e na estruturação de um novo modelo político referenciado sob múltiplos aspectos, em terras lusitanas, pelo Rei.

Para os efeitos da melhor exposição do material discutido, dividiu-se o texto da dissertação em duas partes. Na primeira, intitulada como *O Paço, a Prosa e a Pena*, buscou-se expor os limites dos enquadramentos políticos que forneceram os parâmetros teóricos e formais, com o auxílio dos quais foram examinadas as crônicas de Zurara, no escopo de verificar os elementos constitutivos da imagem do Infante D. Henrique.

Distribuiu-se a matéria discutida na primeira parte em dois capítulos. No Capítulo I: *O Paço e a Prosa*, discute-se o referencial teórico assumido a partir de certas concepções apriorísticas, enunciadas sob certos pontos de vista ou vetores. O primeiro de tais vetores engloba dois conceitos: o conceito de Paço como categoria política e espacial para o qual convergem as discussões sobre a imagem medieval do rei, que foi construída segundo os modelos bíblico e cavaleiresco; e o conceito de Paço como espaço político, privilegiado por subsumir as noções de língua, território e nação noutra imagem do rei, em que esta se reifica como a releitura feita pela Corte de Avis ao modelo bíblico, agora definitivamente ubíquo por indissociar-se daquela idéia de paço.

O segundo vetor constitui-se a partir da constatação da existência de um discurso do paço, sinônimo de um discurso de poder político, noção ainda que circunscreve agentes enunciadore, o discurso propriamente dito e, também, os ouvintes ou leitores para quem tal discurso foi formulado. O discurso do paço supõe, pois, um *locus* de enunciação que é o paço.

Já o terceiro vetor é constituído pela análise das crônicas de Zurara -

exemplo do discurso do paço que, em sua concretude, aduzem problemas formais de conceituação e caracterização da matéria de que se compõem; e, para a visualização das articulações que mantêm com o “modelo” de paço que referenciam. Por oportuno, consigna-se que a *Crônica da Tomada de Ceuta* foi utilizada como fonte principal nas análises desta dissertação, restando as demais três crônicas para ampliar ou elucidar aspectos menos claros no texto cronístico principal, considerados, apesar disso, essenciais para a argumentação, tendo em vista a comprovação das hipóteses de trabalho supra mencionadas.

O Capítulo II: *A Pena*, trata do estudo biográfico do cronista Zurara, destacando-se as análises sobre os papéis que desempenhou como notário, escrivão e cronista-historiador, articulando-os com sua experiência como oficial-grado do Paço de Avis.

Neste capítulo, abordam-se também as controvérsias geradas por certos característicos estilísticos e biográficos deste cronista, encontrados nas obras dos especialistas que se dedicaram ao estudo de suas crônicas e de sua biografia, posto que o cronista Zurara é um dos agentes enunciadorees do Discurso do Paço e, sua obra adquire contornos mais nítidos quando vistas sob este prisma.

A Segunda Parte da dissertação tem por título *A Construção da Imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta*, reunindo um preâmbulo, onde é feita uma síntese dos conteúdos dessa narrativa, e dois capítulos, nos quais, respectivamente, são estudados os mecanismos de construção das imagens do Rei e do Infante D. Henrique, que são a matéria do trabalho empírico desenvolvido.

No contexto das acepções que cercam a figura deste príncipe, quer por referirem-se a padrões de condutas políticas valorizadas nos séculos XIV e XV, quer

por evidenciarem peculiaridades inerentes às conjunturas específicas a Portugal, demonstra-se como o novo modelo principesco se relacionou com as remodelações observadas nos planos administrativo e político.

À imagem dos governantes, além das qualidades típicas da medievidade, outras foram acrescentadas durante a Renascença: ser sábio e ser conhecedor, por exemplo, foram conceitos explicados em Portugal pela noção de *sageza*, às vezes associados a uma certa audácia intelectual, que, entanto, não chegou a se constituir em rebeldia, posto que se referia à capacidade de retrabalhar com elegância e inteligência, práticas e projetos há muito conhecidos no Ocidente Cristão, e não só ali.

Este novo sistema valorativo atingiu a noção de mérito em sua base ao apresentar as noções de sábio e conhecedor como equivalentes ao mérito por herança familiar nobiliárquica.

Em Portugal parece ter havido também um novo sentido na expressão *cruzada espiritual*, transformada em argumento habilmente tecido por Zurara, e utilizado pelo cronista no forjamento da identidade nacional. No sentido que interessa aqui, é importante salientar que esta “novidade política” tornou possível o estabelecimento de um governo central e de uma rede de burocracia, que, ao substituir paulatinamente a nobreza no encargo da administração da justiça e da cobrança de impostos, acabou por alijá-la também do seu troféu maior: o privilégio de constituir exércitos próprios. Além disso, em períodos posteriores à expansão sobre o *Magreb*, a nobreza dedicar-se-á ao governo das áreas incorporadas ao Império Ultramarino Português, mesmo então partilhando as funções de mando, inclusive as militares, com indivíduos procedentes de outros setores da sociedade; processo que, neste segundo momento, evidencia algum retraimento de seu prestígio político, além de engendrar

uma nova nobreza, esta incumbida das funções da burocracia, como dito acima.

Problematizando a imagem do Infante D. Henrique veiculada nos textos de Zurara, considerámo-la como parte de um conjunto de imagens produzidas pelo Paço de Avis que reforçam a legitimação da dinastia, a centralização do poder monárquico e a própria construção do Estado Nacional, posto que o lugar da enunciação do discurso narrativo de Zurara é o Paço, espaço que se constitui como verdadeira rede de poder hierarquizado a partir da figura do rei.⁴

Os mecanismos constituidores da imagem do príncipe, notadamente os que se referem à sua sapiência, prudência e erudição, e os aspectos das ações, que fazem de D. Henrique, um príncipe intemorato e provedor, são expressões, em última instância, dos mecanismos de exercício do poder real em Portugal, no século XV. Mais ainda, porque, havendo concordância com o postulado de que há “nos fenômenos de base uma dimensão política no sentido de uma relação com o poder”⁵ (como comenta Le Goff a propósito das características de liderança, capacidade de administração, faculdade de administração de justiça por parte dos senhores, implícitas no “poder de ban”), o fato é que, o poder exercido pelo Infante ao longo de três reinados, redimensiona o horizonte teórico aqui adotado porquanto apenas entendemos esse poder como fenômeno político, quando o circunscrevemos ao seu próprio universo simbólico. Justo aí, observamos que a imagem deste Infante serve aos propósitos de legitimação das ações de D. Afonso V, em favor da nobreza que demanda terras e outros privilégios ao monarca. O rei, por seu lado, vale-se da imagem do Infante,

⁴MAGALHÃES, J. R. O Rei. In: MATTOSO, J. *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. p. 61. V. 2.

⁵LE GOFF, Jacques. A Política Será Ainda a Ossatura da História? In: _____. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990. p. 224.

exemplo de súdito leal e fiel, como espelho para as ações de todos os súditos, notadamente da nobreza, para submetê-los à obediência que, em primeiro lugar, sobre todos e sobre tudo, deve-se ter com o rei.

Como é possível fugir-se à tentação de, ao estudar uma figura, não contemplá-la em todos os seus aspectos? Certamente à oposição passado-presente, outras oposições juntam-se, formando assim, uma personalidade que não é possível conhecer de todo, que está sempre longe de ser totalmente conhecida. Parece haver sempre algo que foge, que apenas se vislumbra e já se perdeu, apesar da capacidade que tem a linguagem de estabelecer com finíssima exatidão, onde os limites da inteligibilidade são dados pelo contexto, e onde a escrita não é o instrumento suficiente para explicitar os sentidos e as imagens, e possivelmente nem o principal, a não ser, talvez, pelo seu caráter evocativo que estabelece longas seqüências mentais através de jogos de palavras e símbolos, e que resultam na narrativa.

Para complementar as análises deste estudo, elaboramos alguns recursos iconográficos que consistem basicamente em gráficos, quadros demonstrativos, mapas e gravuras aos quais nos referimos ao longo do texto. Estes elementos gráficos, ora integram-se ao texto principal, ora, pelos limites técnicos de impressão com que nos defrontamos, são indicados no texto mas, agrupados em *Anexos*.⁶

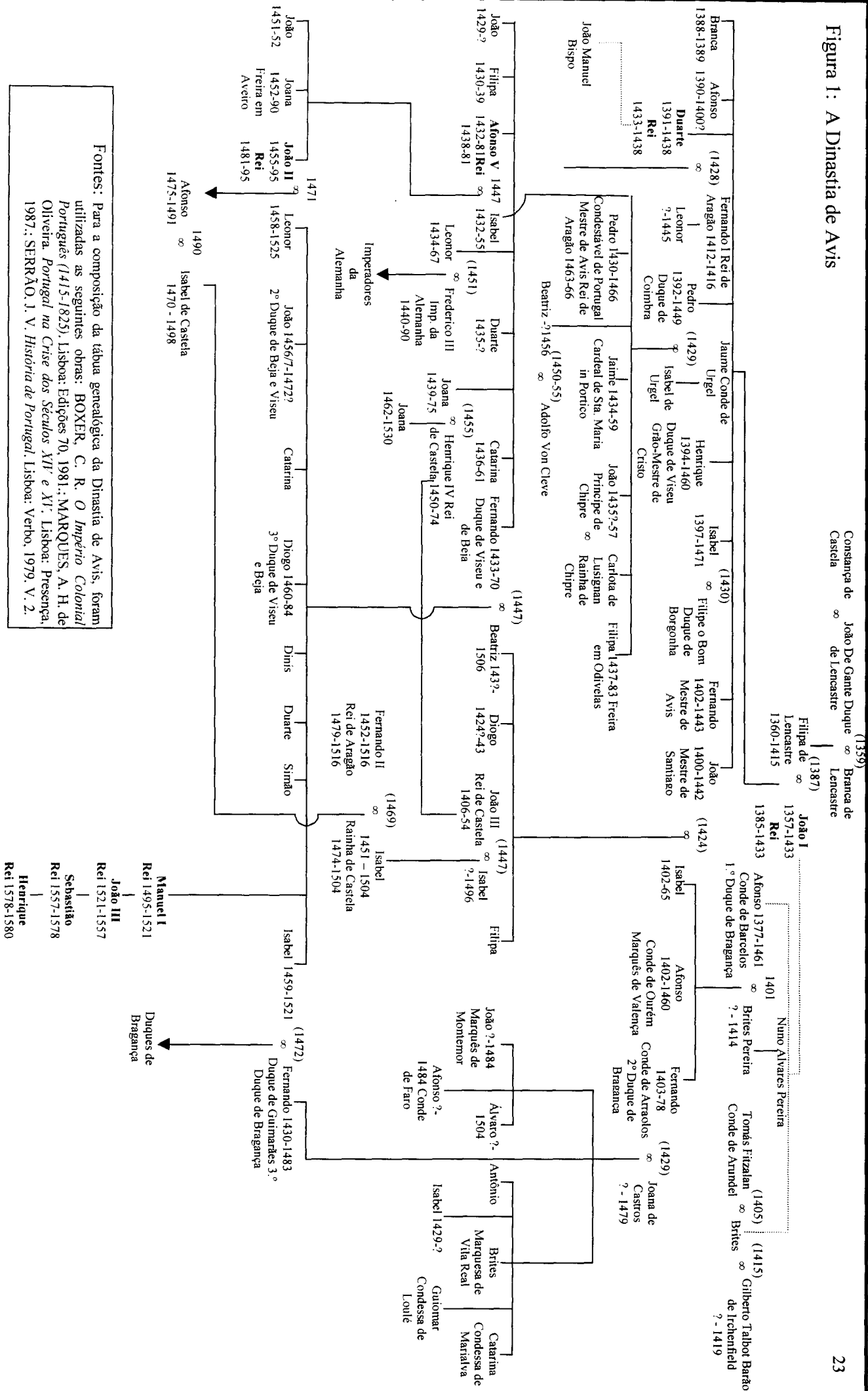
Cabe esclarecer que por seus meandros e picos, a par do estudo principal

⁶ Alguns destes recursos gráficos foram elaborados com base nas seguintes fontes: BOXER, C. R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981.; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987.; SERRÃO, J. V. *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1979. V. 2.; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986.” In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. V. 2. p. 519. Referimo-nos especialmente à genealogia da Dinastia de Avis e ao mapa de Portugal, os demais recursos foram criação nossa.

das imagens de D. João I e de D. Henrique, o texto mapeia a trajetória de um outro rei, D. Afonso V, o qual, em meio a concessões várias feitas à nobreza, não descurou manter, e mesmo acrescer, o poder político, seu e de sua dinastia. De fato, o cerne das crônicas de Zurara é a temática política, a questão do poder. Para isto, pela pena de seu cronista-mor, este rei irradia para o povo português a imagem da grandeza de um *súdito fiel e leal*, que sobre ser um expoente da nobreza, seu líder, é a ela anteposto, como escarmento, mas também, como paradigma para, por sua grandeza, levar aos confins do universo a força e a glória de Portugal e a da monarquia que rege seus destinos. Por isso, é que a necessidade dos estudos sobre a imagem do rei D. Afonso V, nos moldes destes que aqui neste trabalho são realizados, fundam-se como a principal consequência das conclusões a que chegamos.

Todavia, se conseguimos atingir o objetivo de desvendar os elementos que, pelo labor e genialidade de Zurara, compõem a Imagem do Infante D. Henrique na *Crônica da Tomada de Ceuta*, teremos alcançado, com êxito, nosso propósito principal. Mas isso, só os leitores poderão ajuizar.

Figura 1: A Dinastia de Avis



PARTE I

O Paço, a Prosa e a Pena

CAPÍTULO I: O Paço e a Prosa

1.1 O Paço

“O poder real em Portugal tinha a direção de toda a vida política do país. Entretanto sua soberania era temperada pela interferência das classes privilegiadas cuja força e prestígio lançavam sombra sobre o governo dos reis.”^{*}

O “Discurso do Paço” é categoria analítica, formulada por Vânia Leite Fróes em sua tese de doutoramento, intitulada *Espaço e Sociedade em Gil Vicente: contribuição para um estudo do imaginário português (1502-1536)*, a partir das

^{*}FRANÇA, Eduardo Nogueira. *O Poder Real em Portugal e as Origens do Absolutismo*. São Paulo, 1946. 362 p. Tese (Doutoramento em História da Civilização Antiga e Medieval) Universidade de São Paulo. p. 209.

teorizações acerca da História das Mentalidades, tal como concebida por Georges Duby. Na síntese que faz daquelas teorizações, Vânia L. Fróes destaca três níveis de abordagem daquela História:

“1. O estudo das formas de expansão (representações ideológicas do tempo, espaço e hierarquias). 2. O estudo dos sistemas de valores (principais modelos sociais e padrões de conduta). 3. O estudo das maneiras de como os modelos se transmitem (por exemplo dos sistemas educacionais).”⁷

Trabalhando sobre os níveis 1 e 2, esta autora articula conceitos e estabelece “padrões e representações” cujos substratos são “as representações de espaço” [grifo da autora], constatando a “existência de categorias básicas de representação do espaço: ‘o campo-presépio’, ‘as beiras’, ‘a horta’, ‘a casa’, ‘a ribeira’, ‘o mar’ e ‘o paço’.”⁸ Destas, interessam mais de perto a este trabalho as duas últimas categorias, o mar e o paço.

Para esta especialista, “o ‘mar’ é o espaço de fora, a representação do maravilhoso e do próprio mundo em sua infinitude.”⁹ Para nós, o mar é o mar do Infante D. Henrique, tal como apresentado nas crônicas de Zurara. Naquelas crônicas, dentre outras características, faz-se deste Infante o futor da inclusão do mar, seja no território, seja no imaginário português, impondo-se, inclusive, uma perspectiva nova: a das trocas comerciais possíveis e desejáveis.

Apesar da novidade, se incorporam nestas crônicas, velhos temas caros

⁷ FRÓES, Vânia Leite. *Espaço e Sociedade em Gil Vicente: contribuição para um estudo do imaginário português (1502-1536)*. São Paulo, 1986. 219 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. p. 25.

⁸ *ibidem*. p. 27-8.

⁹ *ibidem*. p. 2.

ao imaginário medieval: o Preste João, o ideal cavaleiresco de guerra ou cruzada ao infiel, e a catequese, mas, delas sobressai a incorporação de novas terras ao orbe cristão, numa perspectiva imperial que se afirmará ao longo dos reinados e se converterá na grande marca política da Dinastia de Avis.

Para isso, contribuíram as imagens criadas a partir do Paço de Avis, das quais, a literatura cronística elaborada por Gomes Eanes de Zurara revelou-se como instrumento político de grande eficácia .

Vânia Leite Fróes, nas análises que fez em sua tese sobre o teatro de Gil Vicente, veicula a idéia de que “o paço é um espaço além do campo e da cidade e que soma, na verdade, todos os espaços”¹⁰, acrescentando-nos um conjunto de idéias que parece ser fundamental para nele inscrevermos o labor historiográfico de nosso cronista - Zurara -, dimensionando, assim, a importância que este oficial grado desfrutou como agente dos interesses políticos da dinastia de Avis, ao cuidar da produção de parte significativa de sua memória e da propaganda de seus feitos. Para Fróes:

“O ‘paço’ corresponde a uma espécie de área, eixo ordenador, referência de um certo padrão de conduta e de uma cosmologia determinada. A distância e proximidade do “paço” definem uma hierarquia de tempos, lugares e pessoas [...] é por excelência a [...] ordem além do tempo e que paira acima dos homens. Embora existam muitos paços em Lisboa e várias cidades do Alentejo e da Estremadura o ‘paço’ não tem localização específica, estendendo-se como um referencial de conduta ‘urbana’ que se opõe à ‘rusticidade’ do campo e que se reproduz em outras cidades, vilas e aldeias.”¹¹

O termo *paço* é, pois, conceito nutante, de cujo movimento pendular,

¹⁰ ibidem. p. 2-3.

¹¹ ibidem. p. 125.

cambiante, tem se valido esta autora para demonstrar as oscilações de seus sentidos que, ora semelha a idéia de um *topos* de onde se enuncia, ora demonstra a realidade da existência de interlocutores, ora, ainda, toma a forma de textos. Por isso, fala de reis, príncipes e sábios letrados que enunciam a partir de si, mas, também enunciam sobre longa tradição de conhecimentos que remontam ao velho testamento e ao acervo cultural helenístico, clássico, que fornecerão suficientes enquadramentos culturais que a civilização européia ocidental e cristã, assumirá e desenvolverá nos longos séculos medievais. Tais enunciadores, posto que deles promanam os enquadramentos e os condicionamentos do espaço, tomado aqui, no sentido mais lato deste termo, por isso mesmo, são o paço.

A autora em apreço, apresenta também a noção de “discurso do paço”, que vê como enunciado composto de tratados técnicos, prosa moral, crônicas, peças teatrais, trovas, etc.; enunciado composto inclusive por aqueles que orbitam o paço, e que, desde as cidades e o campo enxameiam em derredor do seu Rei, príncipes, nobres; de Deus e de seus santos, a prelazia; e do centro - de novo o rei e, por extensão, o Papa. Gente que se quer afinada e acorde - ao menos no plano deste discurso do paço - consolidada a um ideal que é, ao tempo dos Avis, hierarquizado, urbano, corporativo, cortesão, cristão, nacional e, por fim, ultramarino. Gente, em suma, que ora é ouvinte no paço, ora personagem na “literatura”, e ora é gestora do discurso.

Dar conta da complexidade semântica embutida no vocábulo paço não é, de modo algum, tarefa despicienda, pois trata-se de bem fixar, inicialmente, a materialidade do termo em toda a sua concretude, posto que, só então, adquirem sentido as reflexões sobre as conotações de que o vocábulo se reveste quando

relacionado às funções sócio-culturais, políticas e, mesmo afetivas, que denota no século XV.

José Costa d'Assunção Barros, em dissertação sobre o trovadorismo galego-português, referindo-se às cortes ibéricas medievais, e considerando que os reis residiam sucessivamente em diversos de seus senhorios régios, não entende ser possível falar-se da existência concreta, material do paço; chega mesmo a afirmar que “o Paço jamais era associado a um edifício fixo [...] Tal noção é imprescindível para compreender que, se o Paço tinha uma materialidade própria e gerava uma espacialidade interna específica, tratava-se contudo de uma materialidade móvel.”¹² Estas idéias reforçam o que dissemos sobre a notabilidade do conceito de paço. Mais ainda, este autor refere-se ao paço, como sendo um “centro de gravidade multipotente que pretende projetar sua luz não apenas para a sociedade que rege, como também, para outras.”¹³ Este outro conjunto de idéias é muito importante para a nossa dissertação, porque vemos os monarcas e príncipes de Avis produzirem, eles próprios, e ordenarem a produção pela pena dos cronistas ao seu serviço, de grande cópia de textos no escopo de justificação do seu poder e, bem assim, ampliando o alcance dos mecanismos de que lançam mão, para afirmar sua hegemonia política, tanto interna quanto externamente.

Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo aponta três acepções para o termo paço, datáveis do século XIII em diante. Pela primeira, diz que, por paço,

¹² BARROS, José D' Assunção. *A Arena dos Trovadores: as representações das tensões sociais no cancionero medieval ibérico (1250-1340)*. Niterói, 1995. 556 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. p. 166.

¹³ *ibidem*. p. 163.

“assim chamavam, no século XIII, ao cartório de um tabelião público, porque então escreviam só nos *Paços do Concelho*. E isto mesmo se praticava em Lisboa, onde havia os *Paços dos Escrivães*.”¹⁴ [grifos meus]. Pela segunda acepção, se deve entender por paço a “qualquer casa mais que ordinária.”¹⁵ A terceira, fala de um *Paço dos Tabelliaens*, casa em que no século XVI se reuniam notários públicos e escrivães que “faziam escrituras ou quaisquer instrumentos de compras, vendas, contratos, etc.”¹⁶ Diz ainda Viterbo que os notários e escrivães no século XVIII conseguiram d’el Rei D. João V, autorização para exercerem seus ofícios em suas próprias casas; embora pareça, esta terceira acepção não é ociosa, visto que implica numa radical transformação do sentido da palavra que deixa de significar local de trabalho para aqueles profissionais. Onde e quando, então, se prenuncia a transformação do sentido do termo paço? Ao que tudo indica, a resposta está na conjugação das duas primeiras acepções, e não só nesta, como se procurará demonstrar em seguida.

Para António Moraes e Silva, o paço é simplesmente “casa nobre, onde el-Rei habita; onde se faz junta das Câmaras, e se dizem os *Paços dos Concelhos*.”¹⁷ [grifos meus]. Outros significados do termo são adjetivos e este autor indica-os apenas em termos compostos, como *fazer paço*, isto é fazer cortesia. Contudo, o dicionário, quando foi editado em 1813, passou pelo crivo da censura real, como se

¹⁴ SANTA ROSA de VITERBO, Joaquim de, frei. *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*. 2 v. Edição crítica por Mário Fiúza. Porto: Livraria Civilização Editora; Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1983. p.458.

¹⁵ *ibidem*.

¹⁶ *ibidem*.

¹⁷ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*: Recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813. p. 380.

infeire da frase *Com Licença da Meza de Desembargo do Paço*, inscrita na capa interna do primeiro volume; e pode bem ser possível que, Moraes Silva, tenha-se referido ao paço apenas num dos sentidos do termo. Percebe-se que entre os sentidos encontrados por Viterbo, desde o século XIII e este, houve uma modificação no campo semântico do termo em questão. Das referências de Viterbo pode-se concluir que paço é espaço, e mais que isso um espaço que pertence não a alguém, mas a um conjunto de práticas, como escrever - para os notários - ou habitar, como se depreende da segunda acepção atribuída por Viterbo.

Para A. H. de Oliveira Marques, o paço foi conhecido como uma das regiões pertencentes às reservas senhoriais do rei e de outros grandes senhores, mais precisamente o “centro destas.”¹⁸ Para este autor, estes paços serviram, muitas vezes, como locais de pousada para viajantes, pois foram utilizadas pelas comitivas de “maior relevância social.”¹⁹ Diz também que: “sabe-se terem sido edificadas ou substancialmente ampliadas, paços régios em locais como Lisboa, Leiria, Almeirim, Évora, Sintra, Serra d’El-Rei, Chão de Couce, Frielas, Vila Nova da Rainha, Belas, Penela, Óbidos, além de outros.”²⁰ Certamente, um tal número de paços supõe uma corte itinerante como, aliás, tem sido demonstrado por abundantes estudos sobre os itinerários reais em Portugal.

Entretanto, é a vivacidade narrativa de Oliveira Marques que sugere serem os espaços palacianos reais, locais de azáfama, labor e bulício:

“Estamos bem pouco informados sobre as danças de salão da corte portuguesa nos séculos XIV e XV. Todavia não há praticamente texto que as não mencione, ao falar em festas públicas e particulares.

¹⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987. p. 76.

¹⁹ *ibidem*. p. 135.

²⁰ *ibidem*. p. 434.

D. João I elogiava o dançar e o tanger, e falava com deleite das salas engalanadas para os 'bailes' do seu tempo. D. Duarte testemunha-nos da frequência das danças como divertimento. No seu consórcio com D. Leonor, contava o Infante D. Henrique que ao sarau 'dançámos e cantámos um pedaço no paço'.²¹

Além de membros da casa real e grandes do reino a circularem cotidianamente no espaço dos paços, neles circulavam também, serviçais e oficiais ligados às funções de gestão, quer do paço, em sentido estrito, bem como do reino, como leciona A. H. Oliveira Marques, conferindo sentido à azáfama acima referida:

"Havia escudeiros, moços da câmara, moços de estribeira, caminheiros, [...] pessoal ligado à caça [...] às artes [...] e um corpo desenvolvido de oficiais [...]. Uma casa senhorial de grandes dimensões podia contar algumas centenas de clientes, mau-grado todas as restrições e exemplos de morigeração vindos da Corte e das Cortes."²²

A nobreza portuguesa nos séculos XIV e XV, diferentemente de outras nobrezas européias suas contemporâneas, não se apresentava como grupo social homogêneo e fechado, revelando, pelo contrário, grandes distinções em seu seio e, também, várias possibilidades de mobilização e renovação, apesar dos esforços contínuos que fazia para proteger sua integridade como grupamento social hegemônico.

Dentre as distinções mencionadas por Oliveira Marques, destaque-se o fato de que existiram três grupos a que chama de *grande, média e pequena nobreza*. Composta por *ricos-homens*, termo que no século XV apenas era utilizado como fórmula jurídica, a grande nobreza se compunha dos *grandes, vassalos maiores*,

²¹ *ibidem*. p. 482.

²² *ibidem*. p. 257-8.

vassalos grandes, ou barões, todos ligados estreitamente à pessoa do Rei, quer por laços de consangüinidade quer por vassalagem.

Esta *grande nobreza* desempenhava as principais funções de governo, administrativas e militares e, possuía as maiores e mais ricas propriedades fundiárias - localizadas, geralmente, ao norte do Tejo - no Entre-Douro-e-Minho, Beira e Trás-os-Montes.

A partir da segunda metade do século XIV, estes *vassalos grandes* passaram a receber títulos nobiliárquicos que, em Portugal, consistiam nos de Duque, Marquês, Conde, Visconde e Barão, qualificando-os a receber o epíteto de Dom. Nesse particular, com D. Afonso V, a maior parte dos *ricos-homens* recebera títulos nobiliárquicos, individualizando a sua linhagem e, mais importante, fazendo destes títulos, o instrumento de sua resistência “à abertura que cada vez mais a ia caracterizando como grupo social.”²³

A *média nobreza*, foi constituída basicamente pelos cavaleiros. Ora, o que dá sentido à existência do cavaleiro é pertencer à Ordem da Cavalaria com tudo o que a compõe - ritos iniciáticos, rede de solidariedade, compromissos ético-morais, reconhecimento social, direito à propriedade ou rendas - conforme o caso. No entanto, em Portugal, havia outras formas de pertencer-se a este grupo, pois: “o que na prática fazia o cavaleiro era a quantia recebida da Coroa e assente no respectivo livro.”²⁴ Aliás, sabe-se que o nosso cronista embora fosse cavaleiro do Rei D. Afonso V, não tinha o seu nome inscrito entre os moradores dos paços deste rei.

Em que pese o pitoresco desta forma de iniciação, fato é, que ao

²³ *ibidem.* p. 245.

²⁴ *ibidem.* p. 247.

cavaleiro impunha-se-lhe a responsabilidade pela posse do cavalo, das armas e, pela prestação de ajuda militar ao seu senhor, com “lanças” recrutadas entre os homens de suas terras, visto que, também ele, deveria ser proprietário.

Cabe assinalar o registro de Oliveira Marques para o número de cavaleiros pertencentes às casas dos Infantes da Ínclita Geração, denominação usualmente empregada para referenciar os filhos de D. João I. Segundo o autor, “o regulamento da casa dos infantes D. Pedro e D. Fernando, anterior a 1437 permite inferir que o número de cavaleiros vassalos em torno de ambos não iria muito além de uma dezena.” Já sobre D. Henrique comenta que, “os dados relativos à casa do Infante D. Henrique indicam algumas dezenas de cavaleiros pertencentes a sua casa.”²⁵

Quanto à *pequena nobreza* era composta, basicamente, pelos escudeiros, denominação utilizada para os indivíduos que secundavam um cavaleiro, ajudando-o a armar-se, transportando-lhe o escudo e auxiliando-o quando necessitava dos préstimos de outrem. Tal denominação aplicava-se, geralmente, a jovens que se adestravam nas lides militares mas, ver-se-á nas palavras do cronista Zurara a existência de escudeiros de avançada idade.

Todavia, ao que parece, por força tanto da ascensão da cavalaria-vilã que fizera subir na escala social muitos indivíduos sem linhagem, bem como, da crise de rendimentos que atingiu parte da nobreza, o número de “escudeiros de uma lança” - que, conforme elucida ainda Oliveira Marques, proviriam tanto da pequena nobreza em processo de “proletarização” quanto da “cavalaria vilã”. Estes, por não possuírem

²⁵Ibidem. p. 248-49.

linhagem, impedidos de ascenderem ao grau de cavaleiro, teriam seu número fixado por D. João I em 2.360.²⁶

Referindo-se aos integrantes das casas senhoriais, do período que mais interessa a esta dissertação, começo até meados do século XV, este mesmo autor diz que se compunham de clérigos, nobres e não-nobres, enumerados nessa ordem, tendo em vista as palavras do autor:

“No primeiro grupo incluíam-se o confessor, o capelão-mor, os capelães-cantores, o esmoler, o pregador e os moços da capela. No segundo entravam os cavaleiros e os escudeiros fidalgos, os moços fidalgos e os pagens. Finalmente no terceiro e mais numeroso grupo, cabiam os escudeiros não fidalgos, os moços da câmara e de estribeira, os moços de monte e outros relacionados com a caça, o pessoal ligado à heráldica, genealogia, música, poesia, etc. e, finalmente, os ‘oficiais’ da casa.”²⁷

Ao que tudo indica, o processo de renovação da composição destas casas senhoriais foi bastante intenso e, muitos indivíduos que a elas pertenceram, ocuparam cargos públicos nas administrações central, local ou eclesiástica, ampliando o espectro das influências de seus senhores.

Aspecto dos mais relevantes para este estudo, refere-se ao fato de que, em Portugal, ao final da Idade Média, muitos grandes possuíam além de sua “casa”, sob seu comando, exércitos privados, compostos pelos seus vassalos nobres e não-nobres, dos quais os do infante D. Pedro e do seu meio-irmão D. Afonso são citados por Oliveira Marques como exemplos. Diz, ainda, este autor, que tais agrupamentos militares reconheciam-se pelas librés com formas próprias e cores dos respectivos

²⁶ ibidem. p. 249.

²⁷ ibidem.

senhores, e pelo pendão com as armas e divisa de cada qual.

Quanto aos símbolos distintivos de poder da grande nobreza e dos cavaleiros, há grandes lacunas nas informações disponíveis, à exceção daquelas dos reis, rainhas e infantes da Casa Real. Sabe-se, entretanto, que havia librés usadas pelos homens da casa do Conde de Ourém; do infante D. Fernando, irmão do rei D. Afonso V; e também os Infantes da Ínclita Geração, notadamente D. Henrique, as possuíram, segundo informa Zurara:

“Todollos outros que hiam nas naaos, de qualquer comdiçom que fossem, [...] leuauam a liuree do senhor Iffamte, a quall era de pano de sirgo, e outra de finos panos de laã, rrepartida pollo contrairo. porque as mayores pessoas ouueram as liurees de pano de laã, e as outras de menos estado uestiam os panos de sirgo[...] [o feitio destas librés] eram huuas capelas de carrasco bem acompanhadas de chaparia, e por meyo huus motos que deziã uoontade de bem fazer, e suas coores eram branco e preto e uijs [...] E sse a frota que uijnha do Porto [comandada por D. Henrique], era bem apemdoada e tollhada, esta outra que partia de Lixboa [comandada por D. Pedro] nom era menos. empero todo era dos motos e deuisa delRey.”²⁸

Os paços reais congregaram pintores, escultores, ourives, astrólogos, matemáticos, preceptores, confessores, capelães, chantres, músicos, boticários, prosadores, teatrólogos e outros oficiais - vedores, mordomos, cavalariaços, açafatas, aias, criadas, escudeiros, cavaleiros, mareantes, etc. - configurando uma *entourage* senão tão numerosa quanto a que nos habituamos a considerar a partir das cortes francesas, ao menos, suficientemente variada para dar conta de toda uma Casa, a de

²⁸ ZURARA, Gomes Eannes de. *Crônica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, segundo os manuscritos números 368 e 355 do Arquivo Nacional, por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Sciencias, 1915. p.114.

Avis, que se está aparelhando para, quiçá, um dia, emparelhar-se com outras, apenas mais faustosas por maiores, deste século XV.

Em Zurara, não abundam as referências ao espaço dos paços, agora concebido como o espaço em que se aloja a corte. Conseqüentemente, só foi possível conceber coerentemente o paço, tendo em mira as poucas alusões feitas nas crônicas. Estas, que funcionam à semelhança de pistas, serviram como indicadoras dos caminhos que conduzem ao espaço onde está o poder, conquanto o cronista não lhes confira maior importância, posto que não reifica espaços, mas idealiza, pessoas e locais, e estes só adquirindo concretude quando referidos àquelas, umas e outros, por fim, inexoravelmente hierarquizados.

A hierarquia de que se fala confere eminência à figura do rei. Mas, todavia, não há rei sem reino. A idéia de reino sintetiza a totalidade das relações que se estabelecem entre espaços e povos, hierarquizando-os. O paço é o microcosmo do reino. O rei é o elemento capaz de catalizar projetos e tensões, aglutinando-as em torno de si, como vemos no projeto centralizador que põe em movimento. Os reis de Avis realizam seu projeto centralizador valendo-se de variados mecanismos que veiculam valores e práticas fundamentais para a concretização de um novo ordenamento social. Afinados com as transformações ocorridas internamente em Portugal e no exterior, os reis de Avis patrocinam a produção de vigorosa literatura ético-política, legislam com vistas à centralização política e prestigiam setores da sociedade capazes, pela dinâmica do seu labor, de conduzir Portugal, juntamente com eles, à epopéia da expansão ultramarina.

Certamente, nesta dissertação, não se dispõe das condições para analisar a complexidade de tão variados aspectos desta produção literária e,

tampouco, aqueles da governação avisina. Estudaremos adiante, entretanto, as características gerais de parte da obra literária produzida e patrocinada por aqueles reis, com o objetivo precípuo de introduzir, neste estudo, os aspectos fundamentais que nos permitirão visualizar mais claramente a obra cronística de Gomes Eanes de Zurara, a partir da qual, intentaremos verificar um daqueles mecanismos ancilares da centralização do poder, levado a cabo pelos reis em tela: a imagem do Infante D. Henrique (ver Figura 4 - Anexos).

1.2 A Prosa

Tendo como pano de fundo uma longa tradição de temas e símbolos que remetem às ambiências vétero-testamentária e clássica, imbricam-se, como num palco, práticas discursivas, ações políticas, religiosas, militares e comerciais com atores que são postos em cena, a partir de determinados padrões de atuação que lhes modelam os movimentos, no afã de melhor serem construídos como personagens paradigmáticos. Inegavelmente, o rei ocupa o papel central. No entanto, nesta dissertação, têmo-lo visto dividindo o palco com personagem que, freqüentemente, lhe rouba a cena: o Infante D. Henrique.

Os textos, em que vemos este infante dividir a cena com o rei, são as quatro crônicas escritas por Gomes Eanes de Zurara. Estes textos compõem-se segundo diretrizes emanadas do Paço de Avis e constituem-se em peças onde se afirma a legitimidade desta casa reinante porque expõem as melhores qualidades

dos atores - reis e infantes, cristãos, sábios e heróicos - sob as luzes intensas que se irradiam da pena do cronista. Dramatiza-se a saga da Reconquista. Afirmam-se a nacionalidade. Amplia-se o sentimento de pertencimento à terra e ao mar, doravante portugueses. Consolidam-se novos mecanismos e práticas de governação. Triunfam os Avis como governantes a serviço de Deus, e, por isso, bafejados pelo acrescentamento da honra.

Nesta direção, pontua Vânia Leite Fróes que, “em Portugal, a dinastia de Avis legitima-se através de um modelo messiânico que se enraizará fortemente na Península Ibérica e em terras lusas.”²⁹ Assim, para dar conta da eficácia do novo modelo político que se inaugura com os Avis, a casa reinante põe em prática um conjunto de ações eficazes, através das quais, percebe-se um projeto deliberado para manter-se no poder a longo prazo. Leiamos o que diz esta autora:

“Em pouco tempo a realeza amplia seu universo de ação e sua penetração popular e passa a ser entendida como um ofício que requer aprendizagem e destrezas. Os manuais para educar príncipes e nobres que já existem há muito tempo, multiplicam-se - uma rígida pedagogia estrutura-se em torno de herdeiros e infantes para perpetuar e aperfeiçoar o modelo.”³⁰

Estes manuais passam a ter significado de extrema importância e, desta forma, procuramos visualizar a medida desta importância, através do estudo dos autores que escrevem no período correspondente aos três primeiros reinados

²⁹FRÓES, Vânia Leite. *Era no Tempo do Rei: estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Niterói, 1995. 150 p. Tese (Concurso para Professor Titular em História Medieval) - Universidade Federal Fluminense. p. 04.

³⁰ibidem. p. 05.

da dinastia de Avis.

Na primeira metade do século XV português, além da poesia trovadoresca também se cultivava uma outra literatura moral que passava pelo engrandecimento da nobreza, exemplificada pelos nobiliários produzidos no século XIII. Este gênero persistiu ao longo do século XIV, influenciando os textos produzidos por D. Pedro, conde de Barcelos, inaugurador de uma nova narrativa: laica, afeita ao espaço do paço, mas devedora também à doutrina eclesiástica que lhe alimenta a retórica tanto quanto o cantar trovadoresco que a marcou pela característica da oralidade. Foram escritos por este nobre um *Livro de Linhagens* e a *Crônica Geral de Espanha de 1344*. Além destes, diz-se que o conde teria escrito também, na esteira de seu avô D. Afonso X, uma compilação de cantigas.

A literatura moral foi substancialmente acrescida com o *Horto do Esposo* e com o *Bosco Deleitoso*, produzidos ao final do século XIV. O *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses* refere-se ao valor literário de muitas de suas passagens e ao seu aspecto lúdico, posto que procura educar, através de exemplos, escolhendo quase sempre o caminho da sátira, do ridículo, em longa tradição que remete aos conteúdos da forma trovadoresca das cantigas de escárnio.

A referência às manifestações literárias feita acima, tem o objetivo de assentar algumas premissas importantes para o ordenamento argumentativo que se faz a seguir sobre a Prosa de Avis.

Na esteira da importância da citada literatura satírica, D. João I deu grande valor à prosa. É António José Saraiva quem informa que D. Duarte

afirmou ter o Mestre de Avis escrito duas obras em prosa; a primeira, um livro de orações, perdeu-se; a segunda é conhecida como *Livro de Montaria*. Esta obra, que contém os elementos fundantes da Prosa de Avis, é um livro escrito com intenções didáticas, destinado a leitores do topo da hierarquia social, e revela preocupações morais, objetivos que foram desenvolvidos por seus filhos D. Duarte e D. Pedro. Estes, como escritores, ao que parece, foram melhor estudados que seu pai. De acordo, ainda, com Saraiva:

“Os príncipes de Avis não são poetas, como o fora D. Dinis. A tradição lírica esgotara-se com os últimos jograis da escola galega. Agora, os escritos tem um propósito didático e moralista e pretendem ser úteis aos leitores. A moral senhorial é neles temperada pela moral cristã, que recomenda as ‘boas obras’.”³¹

Considere-se, ademais, que a prosa, por suas especificidades, atende melhor ao ímpeto normatizador e centralizador que são características da dinastia de Avis. Se o período anterior, o da dinastia de Borgonha, foi marcado pela Reconquista territorial - o que significou certo grau de co-gestão do reino, partilhada pela nobreza e pelo rei, como também pelo desencadeamento do processo que descolou o rei de sua situação de *primus inter pares* - o advento do Messias de Lisboa e da dinastia que inaugura é vetor da centralização de poder, da fundação da nacionalidade, da definição da língua, da consolidação e expansão do território e da criação de um modelo de governo e de estado em que o rei é realidade indissociada do reino. E tanto, que ao tempo de D. João II, este

³¹ SARAIVA, J. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988. p. 216.

monarca teria podido apostrofar-se, com toda a justeza: “Eu sou a própria lei.”³²

Tirante a correção destes raciocínios, é oportuno recordar que Zurara já apontava ter D. João I, acrescentado territórios ao território português, possibilitando ver, na sua afirmação, um dos aspectos da glória deste rei.

José Costa D’Assumpção Barros aponta a relação que há entre poesia trovadoresca satírica e prosa moral, e destaca naquela, um espectro de temas nos limites da cotidianidade do período, tais como, “bigamia, adultério, devassidão clerical, homossexualismo, prostituição”³³ e sublinha a oposição entre as trovas do período anterior - dinastia de Borgonha - e a prosa moral avisina, apontando que, “todo um cotidiano marginal que brota das cantigas satíricas vem se opor ao mundo bem ordenado da prosa moralista ou das restrições legislativas.”³⁴

Conquanto não se possa inferir daí o maior sucesso do trovadorismo na dinastia anterior, a de Borgonha, supomos ser correto afirmar que a dinastia de Avis privilegiou a prosa moralística, também para vincar sua especificidade em relação àquela. Como se indica nesta dissertação, a prosa moralística dos Avis, destinar-se-ia tanto à legitimação de certa nova ordem, marcada pela substituição gradativa da nobreza linhagística no controle das coisas do reino por um novo conjunto emergente de indivíduos - provenientes do terceiro estado, que, em paralelo com esta nobreza, passa a gerir o reino sobre a égide centralizadora dos Avis - quanto para a legitimação de uma nova dinastia

³² MENDONÇA, Manuela. *D. João II: um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1991.

³³ BARROS, José D’ Assunção. op. cit. p. 29.

³⁴ *ibidem*.

perante os povos de Portugal e, o conjunto das nações em face das características inusitadas de sua ascensão ao poder: pela revolução e pela bastardia de seu líder. Todavia, valemo-nos do juízo de Paulo Accorsi Júnior para quem, “a revolução do Mestre de Avis, assim, não viria mais do que precipitar tendências de longa duração, acentuando o movimento de controle social da nobreza e da sociedade como um todo pela realeza.”³⁵

Os mecanismos utilizados pela realeza para afirmar-se sobre o conjunto das forças anteriormente hegemônicas no reino, é discernível no direcionamento que imprime à produção literário-cronística que põe a seu serviço. Para melhor explicitarmos o nosso raciocínio, valemo-nos das postulações de José Costa D’Assunção Barros que discute os efeitos sincrônicos e diacrônicos da difusão da poesia trovadoresca que estudou, isto porque, nos parece haver acentuada similitude com os processos ocorridos na difusão das crônicas avisinas, prosa moral, convém não esquecer.

“Aos mecanismos de transmissão oral, atuando no sentido de promover uma intensa circularidade à produção trovadoresca, vieram se juntar mais tarde os mecanismos de transmissão escrita. E assim, enquanto que a oralidade favorecia a divulgação da poesia trovadoresca no plano sincrônico, a escritura iria permitir projetá-la no plano diacrônico, difundindo as cantigas através do tempo.”³⁶

Conforme será pormenorizadamente discutido no item 2.2 deste capítulo, onde se delineará o método de construção das crônicas, no que respeita

³⁵ACCORSI JÚNIOR, Paulo. “Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa”. A prosa civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438). Niterói, 1997. 191 p. Dissertação (Mestrado em História Medieval) - Universidade Federal Fluminense. p.17.

³⁶BARROS, José D’ Assunção. op. cit. p. 29.

ao recolhimento das informações necessárias ao seu labor, Zurara vale-se de testemunhos orais. Isto significa que, ao menos, na distância que permeou o sucedido narrado e a elaboração da narrativa, os acontecimentos estavam ainda vivos na memória social, podendo ter sido utilizados de maneiras variadas ao sabor dos interesses e necessidades de grupos ou indivíduos, em momentos variados.

Pôr em escrito a sucessão dos eventos, já revela uma primeira clivagem que beneficiaria os agentes ordenadores desta ação.

Pôr em crônica, implicaria em maiores benefícios para aqueles agentes, porque o gênero cronístico, por suas características ao tempo - documento oficial produzido para o registro dos feitos dos grandes e do reino, segundo estruturas modelares vetustas e, onde não são enfatizadas as questões do cotidiano, muito embora elas não estejam ausentes de todo - era de molde a facilitar a propaganda dos feitos reais, na perspectiva sincrônica da circulação destes textos, quer através de leituras coletivas ou individuais, quer por sua divulgação em circuitos nobiliárquicos europeus de interesse da casa reinante. Mas isso não é tudo.

Os textos de Zurara sobejamente demonstram a intenção de fazer com que, os feitos gloriosos dos seus heróis e também do reino, permanecessem na memória, como exemplo para a posteridade; afinal, Zurara escreveu parte da *Crônica Geral do Reino* e, sua outra obra cronística, conforme ele mesmo admite, embora não possuísse as características que possibilitariam incluí-la nesta crônica geral, era composta de matéria tão importante, que justificaria passasse também à posteridade.

Vê-se, pois, que se as trovas estão para a medievidade, como fontes privilegiadas para o conhecimento daqueles temas do cotidiano. A prosa avisina e, seguramente, a cronística de Zurara, estão para o conhecimento de tais temas nos limites da modernidade que estão contidos no Renascimento e, portanto, são ainda manifestações literárias preñhes das características dos fins da Idade Média.

Reconhecendo a importância do que postulam Barros e Accorsi Júnior, aqui se afirma que, a dinastia avisina é acentuadamente marcada pelo humanismo renascentista, porque foi capaz de engendrar um discurso a um só tempo particular e globalizante.

Particular, por circunscrever, quer nas ações quer no discurso, temas que desembocam na própria afirmação da dinastia como legítima cabeça do reino, seu próprio poder.

Globalizante, por estar afinado com as transformações gerais pelas quais vêm passando algumas regiões da Europa, justamente aquelas que têm sua prosperidade alicerçada nas atividades marítimo-comerciais, notadamente as mediterrâneas. A cronística de Zurara é exemplo perfeito de prosa, e narrativa competente para estudo deste período.

Em consonância com estas posições, vêem-se os infantes prosadores, escrevendo suas obras para serem lidas, e ouvidas, por uma platéia de nobres e gestores do reino.

Vânia Leite Fróes, sintetizando o que vem sendo dito acerca do caráter moral, edificante e civilizador da Prosa de Avis, bem como o fato de que nestes paços era corrente o hábito da leitura em voz alta, diz que, dentre aquelas obras, de edificação moral, todas de ampla circulação na Idade Média, o *De*

Oficiis, de Cícero, foi traduzida pelo infante D. Pedro como *Livro dos Ofícios*. Neste particular, destaca o fato de que, tal obra, além de ter sido lida pelo próprio infante para uma plateia no paço, foi mesmo traduzida, porque os ouvintes solicitaram ao príncipe que assim o fizesse.

Esta autora comenta as motivações de D. Pedro e, ao fazê-lo, propicia a inclusão da passagem em que este infante é explícito, tanto no que concerne às leituras em voz alta feitas no paço, quanto no que respeita à popularidade que esta literatura desfrutava e, bem assim, o apreço que lhe tinham os governantes de Avis:

“Em este anno passado tomei afeição a leer per elle. E quanto mais liia, tanto me parecia melhor e mais virtuoso, e nom soamente a mym, mas assy parecia a alguñs outros a que eu liia em portugues alguñs seos capitulos, en tanto que per elles alguñas vezes fuy requerido que tornasse este livro em esta linguagem.”³⁷

Paulo Accorsi Júnior, nas análises que faz em seu estudo sobre D. Duarte e o *Leal Conselheiro*, afirma que esta obra:

“É, em última instância, um sistema de classificação e um esforço de re-conhecimento do mundo e dos seres nele existentes, derivando daí um sistema de categorização dos homens. Sua escrita estabelece uma ontologia. A partir da apropriação de elementos de todo um repertório cultural herdado do medievo europeu e da antigüidade clássica, o rei faz uma releitura do mundo, dos seres e de sentimentos e comportamentos, que permite uma reclassificação dos homens.”³⁸

³⁷ Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. *Livro dos Ofícios*. In: FRÓES, Vânia Leite. *Era no Tempo do Rei: estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Niterói, 1995. 150 p. Tese (Concurso para Professor Titular em História Medieval) - Universidade Federal Fluminense.p. 76.

³⁸ ACCORSI JÚNIOR, Paulo. op. cit. p.13.

Esta ontologia que resulta no sistema de “reclassificação dos homens” tal como o vê aquele autor, é o que se viu como aspecto particular e globalizante, essencial na Prosa de Avis e vincado na cronística zurarina.

Além desta obra, D. Duarte escreveu a *Arte de Bem Cavalgar Toda a Sela* e o *Livro dos Conselhos d'el Rei D. Duarte* (também conhecido como *Livro da Cartuxa*), obras que denotam fortes preocupações com os aspectos da vida quotidiana, onde se vê o autor preocupado com as questões da moral, e de como bem administrar, para não transgredi-la, dentre outros assuntos.

Já o Infante D. Pedro tem gozado fama de muito bom escritor e suas trovas foram incluídas no *Cancioneiro de Garcia de Resende*, além do mais, suas cartas são consideradas de muito boa qualidade. As principais obras deste infante são, contudo, adaptações mais ou menos livres de autores clássicos latinos: Sêneca e Cícero. Já, *A Virtuosa Benfeitoria*, é um tratado que fundamenta a doutrina justificadora da submissão ao poder, dentre outros objetivos, tendo servido de inspiração à Zurara em vários passos de suas crônicas, ao ponto mesmo de poder-se afirmar o equívoco da historiografia que afirma a parcialidade do cronista ao conjecturar que este subtraiu a D. Pedro os louros com que galardoou a D. Henrique, ao fazer deste último, o mentor e o herói da expansão ultramarina portuguesa.

Procurou-se pôr em ordem cronológica, através de quadros sinóticos, o conjunto da principal produção literária construída ao tempo dos três

primeiros reinados da dinastia de Avis.³⁹ Trata-se em seguida, ainda que sumariamente, apenas de parte da Prosa de Avis, deixando de fora obras de outros autores contemporâneos e aquelas construídas pelos autores posteriores ao labor intelectual de Zurara.

Para maior inteligibilidade do complexo painel literário composto pela Prosa de Avis, elaboramos os quadros expostos em anexo (ver quadros 1 e 2 - Anexos). Neles dividimos aquela prosa em dois grandes blocos afinados pelas categorias de seus autores. Assim, o primeiro bloco se refere à produção d'El-Rei D. João I e dos Infantes da Íncrita Geração, os quais supomos terem fornecido os necessários delineamentos políticos e temáticos para o conjunto de toda a prosa; o segundo bloco agrupa os cronistas Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, que, por ocuparem sucessivamente o cargo de cronista-mor do reino, foram os escribas melhor habilitados para desenvolverem aqueles delineamentos.

Registre-se que o esforço de compilação demonstrado nos quadros, não tem a pretensão de constituir-se em inventário da Prosa de Avis, antes, sirva como guia aos leitores para melhor conhecimento da produção avisina.

Para dar conta da extensão dos sentidos englobados na categoria

³⁹As informações utilizadas para a composição dos quadros dos Avis encontram-se, principalmente, em: MARQUES, A. H. de Oliveira. *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1988; LUCAS, Maria Clara Almeida. *Hagiografia Medieval Portuguesa*. Lisboa: Ministério da Educação - Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984; LANCIANI, Giulia, TAVANI, Giuseppe. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993; SARAIVA, António José. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988; FRÖES, Vânia Leite. *Era no Tempo do Rei: estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Niterói, 1995. 150 p. Tese (Concurso de Professor Titular em História Medieval) - Universidade Federal Fluminense; LISBOA, Eugénio (coord.). *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1985.

histórica e no gênero literário envolvidos pelo tipo de fonte, primária para esta dissertação de mestrado, consultou-se as próprias fontes, dicionários e outros repertórios lexicográficos, além de abundantes fontes secundárias que pudessem dilucidar as dúvidas iniciais e assentar as primícias do discurso desta dissertação. Assim, percebeu-se que, após o exame das acepções dicionarizadas, em épocas distintas, o vocábulo *crônica* revela elementos úteis para a conceituação do tema e do universo desta pesquisa.

1.2.1 Sobre o conceito de *crônica*

A partir das fontes primárias por nós utilizadas, obtivemos a acepção adotada por Zurara para o vocábulo *crônica* como reificação das narrativas de sua lavra: “*Chronica*, que quer dizer Iftoria, em que fe efcrepvem os feitos temporaes.”⁴⁰ [grifos do autor]. O cronista nos informa, além disso, que estabelece o conceito do vocábulo como sendo a derivação do nome do planeta *Saturno*, que em grego se denomina *Chronos*, ou seja, tempo. Para ele, implícito na idéia de *crônica* está a idéia da natureza do tempo, considerada em sua

⁴⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica do Conde D. Pedro de Menezes*. Continuada aa Tomada de Cepta, a qual mandou ElRey D. Affonso V deste nome, e dos Reys de Portugal XII. escrepver. Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II. Publicado de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma academia, e Socio de varias outras. Tomo II. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1792. p. 214.

materialidade, isto é, “comprido ou cheio d’annos.”⁴¹ Vê a palavra como derivada da tradução do nome do planeta *Saturnus*,⁴² síncope de *Saturannis*: saturado ou cheio de anos. Esta concepção se reflete no objetivo maior da composição de crônicas que para nosso cronista é “daar comta e razão das cousas, que passam nos tempos de minha hydade, ou daquellas, que pasaram tam a cerca, de que eu possa aver verdadeiro conhecimento.”⁴³

Na derivação do termo, Zurara constrói seu sentido num percurso lógico que passamos a sintetizar como segue: Chronos (deus grego; tempo)⇒ Saturno (deus latino e planeta)⇒ Saturannis (saturado de anos)⇒ **CRÔNICA**: história em que se escrevem os feitos temporaes. São meus os destaques em negrito e maiúsculas.

Como podemos perceber, na própria conceituação que Zurara faz da palavra crônica, estão contidos emblematicamente temas da tradição helenística e, da astrologia, dos quais o cronista lançará mão em vários passos relatados, sempre pontuando a determinação das ações narradas pela inexorabilidade das forças celestes. Neste sentido, as crônicas são para Zurara, por um processo dialético, o relato dos acontecimentos e feitos humanos,

⁴¹ *ibidem*. p. 213-14.

⁴² Neste processo de derivação descrito por Zurara para a conceituação do vocábulo crônica destacam-se elementos morfológicos constituidores do corpus de conhecimentos astrológicos, que nos séculos XV e XVI impregnarão os discursos renascentistas, sendo esta característica distintiva da cronística destes séculos em relação àquela dos séculos precedentes, nos quais os anátemas lançados pela igreja de Roma, quer sobre a astrologia, quer sobre os seus praticantes, possuíram muito maior eficácia coercitiva neste período. Portanto, este procedimento parece ser um signo da utilização de temas novos na cronística que está-se a analisar.

⁴³ ZURARA, Gomes Eanes de. *CCPM*. p. 50.

arranjados segundo uma determinação teleológica que, malgrado isso, verifica-se ser divina já que irrefragável. Resultado desta dimensão dialética foram as narrativas estruturadas com base na força dos exemplos - que são, aliás, a própria razão de escrevê-las - e, uma vez estruturadas deste modo, nelas se observa, inclusive, a possibilidade de rompimento, através daquela interação dialética, da negação do fim da história, isto é, da escatologia predicada por S. Agostinho, tampouco, negada pelos escolásticos; revelando-se, outrossim, como antecipação daquela História mais classicista, pela incorporação de metáforas helenísticas; e já humanista, por colocar o indivíduo como agente de seu próprio devir, mesmo que a presença reiterada das metáforas astrológicas aparentemente nos contradigam.

Zurara, conjugando dois elementos das tradições helenística e do *corpus* de conhecimentos da astrologia, nos fornece, com maior exatidão, os limites de seu pensamento, relacionados às determinações divinas, aos atos humanos e, bem assim, aos limites da dialética possível em que aquela determinação poderia romper-se.

Em relação às tradições helenísticas foi buscar a metáfora da “çegua fortuna [que] com seus aquecimentos nom quis que nossa gloria fosse liure dalguu triste aconteçimento [porque] nem ha cousa amtre os uiuos mais çerta que o mouimento das cousas terreaes.”⁴⁴ Diz-no então, o cronista, que a sorte não vê a quem ou o que atingir porque se o movimento de sua direção é indeterminado, a única determinação é a certeza de que, fortuitamente, em algum

⁴⁴ZURARA, Gomes Eanes de. CTC. p. 116.

ponto a fortuna incidirá, disto resultando que onde ela não incidir haverá má-fortuna. Em sua digressão sobre a alternância dos humores da fortuna⁴⁵, Zurara aproxima-se da tradição astrológica infletindo seu discurso em direção à carga metafórica, simbólica, da “Roda da Fortuna”⁴⁶ - imagem bem conhecida da Antiguidade à Idade Média - dizendo “nembrete depois que naçeste quamtas uodas e allegre desemfadamentos ouueste. e soporta em paçiemçia este triste aqueeçimento que ueyo. ca o mouimento do mundo por tall comdiçom foy assy hordenado, que nom leixasse nehuua cousa em perdurauell assesseguo.”⁴⁷ Vemos, então, que o limite da determinação está implícito no conhecimento de que tudo é mutável, dinâmico, dialético.

A aliança estabelecida entre forças celestes e determinação divina é, ainda segundo a visão da Astrologia medieval, de subordinação das primeiras em relação à segunda, mas, em círculos cortesãos como aqueles em que se movimentou nosso cronista, não só melhor informados por mais cultos - os paços de Avis em sentido lato - mas também afeitos à observação do mundo físico no escopo de prevenir-se o mais possível quanto às intempéries - referimo-nos aqui, explicitamente, ao círculo dos paços do Infante D. Henrique. Certamente, a Astrologia já vinha dando os passos iniciais que a configurariam em Idade

⁴⁵ Convém lembrar que Fortuna é deusa latina provedora e dispensadora, representada quase sempre cega, associada à deusa grega Tique, que possuía iguais características. In: GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, s. d. p. 178.

⁴⁶ CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996. p. 786-7. Ver também CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de Símbolos*. São Paulo: Moraes, 1984. p. 502.

⁴⁷ ZURARA, Gomes Eanes de. *CTC*. p. 116.

posterior na ciência da Astronomia.⁴⁸ Por isso, vemos nosso cronista abordar os temas astrológicos na perspectiva mais tradicional conforme passamos a expor:

“E por tanto se determina em filosofia que a dereita deriução do tempo he seer duramento do mundo em perseuerança mudauell. o quall he departido em quatro partes, segundo o desvairo quaternario do çircollo do çeeo que he chamado *zodiaco*. o quall em cada huua quarta tem tres sinaaes chamados per nomes desuayrados danimaaes, os quaaes se rregem amtre os homees per quatro ternarios de messes, em que som desuayaradas emfruemças, que geeram em os homees nouos falleçimentos.”⁴⁹ [grifo meu].

A utilização de termos como *zodiaco*, *estrollomia*, *estrollogos*, e outros, evidenciam as incorporações de temas do *corpus* de conhecimentos da *Astrologia Fiduciária*, denotando a passagem desta forma de conhecimento para outra mais elaborada, da Astronomia, denotando também certa familiaridade com os procedimentos empíricos que conduzem de uma, prática, a outra, teoria. Aqui, vê-se o novo, pois reis e príncipes de Avis lançam mão destes conhecimentos com o objetivo de alcançar resultados práticos. Não é outro o sentido que se pode depreender da verberação que faz o rei D. João I sobre a qualidade das respostas trazidas pelos homens por ele enviados, para espionar as condições de defesa de Ceuta: o Capitão Afonso Furtado e o Prior do Hospital. O rei critica a falta de objetividade dos relatos, pois, segundo ele, seus enviados não fizeram o

⁴⁸ Acerca dos limites entre estes dois ramos do conhecimento, na Idade Média, consulte-se os verbetes Astrologia e Astronomia In: Loyn, H. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p. 34-7. Ver também GARIN, Eugénio. *O Zodíaco da Vida: a polémica sobre a astrologia do século XIV ao século XVI*. Lisboa: Estampa, 1988. Por fugir dos objetivos e limites desta dissertação não nos aventuramos em aprofundar as discussões sobre a importância destes conhecimentos no mundo medieval, por esta razão, limitamo-nos a apresentar esta bibliografia sucinta.

⁴⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. CTC. p. 116.

que lhes foi mandado. Ouçamos o que diz: “Veede [disse aos infantes] que bem comçertadas duas rrepostas pera homees de tall autoridade, estoulhe preguntando per as cousas a que os mandei, e huu me falla em **estrollomia**, outro me falla em **semelhamça de feitiços**.”⁵⁰ [grifos meus]. Assim, vê-se que o rei queria respostas objetivas e não previsões, premonições ou artificios quejandos, que em nada contribuiriam com a empresa planejada!

Mas, o cronista refere-se também à utilização da Astrologia naquele sentido mais tradicional em outro passo, importante por denotar a presença de profissionais astrólogos na corte e sua utilização pelos membros da casa real. Tratava-se de “huu judeu servidor da Rainha Dona Filipa, que chamauam de Yuda Negro”⁵¹, que era trovador famoso em seu tempo, e que, em uma de suas trovas, afirmava, quando ninguém mais sabia do fato porque era mantido em estrito segredo, que o rei movimentava o reino preparando uma frota para tomar Ceuta. Sobre o fato Zurara escreve, ainda, que os *sesudos* “emtemdiam que elle nom soubera esto tanto por nehuu sinall çerto que uisse, soamente per juizo destrellomia em que elle mujto husaua.”⁵²

Retornando à conceituação da palavra crônica, vemos que ela compartilha o mesmo sentido de História, destarte, afirma o cronista, que as crônicas são “Iftoria, em que se efcrepvem os feitos temporaes”, atuais. Porém, não os feitos de quaisquer homens - conforme vimos estudando nesta dissertação - senão que os homens de certa classe, a nobreza principalmente, ou o que é um

⁵⁰ ibidem. p. 58.

⁵¹ ibidem. p. 93.

⁵² ibidem.

dos aspectos menos discutidos pela historiografia que tem em Zurara a sua fonte básica: o fato de que nestas narrativas pontificam os sábios, os navegantes e mesmo, os mercadores, homens, é certo de outra catadura, de outras envergaduras e outros objetivos. Signo, também, afirmamos nós, da estrutura narrativa das crônicas, configurada nas crônicas de Zurara.

Ao fim, enfatizamos que esta concepção de crônica que presentifica os feitos dos homens, heróis ou não-heróis, para o conhecimento dos pósteros, de molde a dá-los a conhecer aos contemporâneos, contradiz a concepção canônica agostiniana, segundo a qual, o tempo já não conta mais. Segundo ele, se seu começo era conhecido, o fim, a Cidade de Deus, paradigma e sinônimo da salvação, era-o igualmente - e afirma a percepção da função integradora que, através dos exemplos das ações, das virtudes e dos feitos encarnados num indivíduo mitificado, tomado paradigmaticamente e heroicizado, é eficaz como mecanismo da aglutinação dos povos na nacionalidade, dotada de uma territorialidade e de um devir específico, cujo resultado é a associação da imagem do Rei à idéia de Reino e vice-versa; levando, por sua vez, ao consórcio destas imagens, à imagem do povo - que, então, se assume como português, agente de uma portugalidade, em cujo devir mais próximo, está a incorporação de novos territórios, tema celebrado por Zurara em todas as suas crônicas.

Segundo Antônio de Moraes Silva⁵³, crônica é uma “história escrita conforme a ordem dos tempos, referindo a elles as coisas, que se narrão”; cronista é “o escritor de Crônica” e, ainda, cronografia é um “apontamento breve dos

⁵³SILVA, Antonio de Moraes. op. cit.

factos memoraveis, segundo a serie dos annos”. Entende, pois, este dicionarista, que a reunião sistematizada desta cronografia e seu ordenamento de forma estilisticamente tratada, engendram o gênero literário crônica, o qual, por sua natureza de registro e, de alguma forma, interpretação de ditos e feitos, traria implícita a condição de fonte histórica.

No dicionário de Constâncio⁵⁴, de 1854, lê-se que “chronica [é uma] história succinta dos successos de uma época mais ou menos delatada”; no dicionário de Caldas Aulete⁵⁵ verificam-se outras acepções, mais extensas no sentido, que são: “história ou narração dos fatos segundo a ordem dos tempos [...] o que se diz acerca dos fatos da atualidade [...]; narração dos principais acontecimentos; crônica política, crônica literária.”

Mais recentemente, o dicionário *Aurélio*⁵⁶, refere as acepções: “narração histórica, feita por ordem cronológica” e “genealogia de família nobre”.

Constam, ainda, nos três últimos repertórios lexicográficos citados, os verbetes *cronicon* e *cronicão*, ambos tendo a acepção básica de crônica medieval extensa ou volumosa.

Ressalta o sentido que se refere a uma época que, por ser “mais ou menos delatada” conforme Constâncio, implica numa “ordem dos tempos”, como destaca Caldas Aulete, ou “ordem cronológica” como quer Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. As épocas, está visto, fazem-nas os homens que são os agentes

⁵⁴CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Novo Diccionário da Língua Portuguesa*. Paris: Angelo Francisco Carneiro Filho, 1854.

⁵⁵CALDAS AULETE. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1958. V. 2.

⁵⁶FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

dos “fatos da atualidade”, dos “principais acontecimentos”, os agentes da história, enfim, podendo ou não pertencer a uma “família nobre”.

Como já se viu, outro dicionário intensamente utilizado para o trato com o português dos séculos XIV e XV foi o de “Viterbo”.⁵⁷ Curiosamente, nele não constam os verbetes “crônica”, “caronica”, “cronicão” ou “cronicon” e sequer seus derivados.

Tampouco o importante *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* incorpora as formas arcaicas do vocábulo crônica em seu verbete sobre este assunto e que é estudo feito por Luís Krus.⁵⁸ Segundo este autor, as crônicas portuguesas tiveram como modelo a *Primeira Crônica Geral de Espanha*, de Alfonso X, acrescentando que as primeiras obras do gênero tiveram o objetivo, “responder à necessidade de encontrar fontes e materiais que permitissem perspectivar o passado português no quadro da história da Reconquista peninsular.”⁵⁹ Este dicionarista destaca a importância assumida pela cronística portuguesa a partir de Fernão Lopes que escreveu a história do reino português e a de seus reis como matéria independente da memória coletiva peninsular vendo que, por isto, este cronista fixou “o modelo ‘oficial’ do novo olhar sobre o passado português, adaptando-se aos interesses e ao posicionamento peninsular da recém-fundada dinastia de Avis.”⁶⁰

Segundo Krus, em suas crônicas Fernão Lopes justificava pela

⁵⁷ SANTA ROSA de VITERBO, Joaquim de, frei. op. cit.

⁵⁸ LANCIANI, Giulia et TAVANI, Giuseppe (org. e coord.) *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993. Tradução de José Colaço Barreiros e Artur Guerra.

⁵⁹ *ibidem*.

⁶⁰ *ibidem*.

história a nova dinastia e transferia para o seu fundador, D. João I, o “Messias de Lisboa”, e para o reino que o escolhera “a missão profética reservada pela *Crónica Geral de Espanha de 1344* aos nobres e reis portugueses - a de constituírem a vanguarda e a elite dos heróis da gesta da Reconquista.”⁶¹

Zurara, segundo este mesmo autor, continuou a tradição de dimensionar a história portuguesa como “um realinhamento com seu transcendental destino”⁶² na *Crônica da Tomada de Ceuta*. As demais informações sobre este cronista são tópicas, e encontráveis noutros verbetes deste repertório lexicográfico, conforme se verá quando os utilizarmos noutras partes desta dissertação.

Contudo, o dicionarista acrescenta que os senhores que participavam do círculo de D. Afonso V, foram os agentes do périplo africano que o monarca encabeçou. Sobre estes, o rei encomendou a Zurara os textos das crônicas da Guiné - protagonizada pelo Infante D. Henrique - e a dos condes D. Pedro e D. Duarte de Meneses - respectivamente governadores de Ceuta e Alcácer Ceguer. De acordo com Luis Krus, os relatos oficiais do período tiveram por móbil realçar o papel de “heróicos e abnegados senhores”⁶³, ao inspirar os vassalos portugueses, permitindo a vitória da causa cavaleiresca e cristã sob os auspícios e a direção da monarquia de Avis.

As crônicas, se são instrumentos divulgadores das descobertas das novas terras no litoral africano ou nos arquipélagos, não são meios ou veículos de

⁶¹ibidem.

⁶²ibidem.

⁶³ibidem.

onde se possam obter as informações necessárias para que outros povos possam fazê-las. Talvez isto possa explicar a “imprecisão numérica” dos dados observada por Barradas⁶⁴ e, talvez, possa estar também conectada com a “teoria do sigilo.”⁶⁵

Entretanto, esta é uma discussão periférica, já que o que nos importa reter é que as crônicas foram escritas para serem lidas por uma elite, portuguesa e, especialmente estrangeira, prelados da Cúria inclusive, e foram todas elas, crônicas e elites, capazes de carrear para Portugal, apoio político, militar e, sobretudo, financeiro, na obra da Reconquista dos territórios magrebins, outrora cristãos, uma das etapas iniciais da expansão ultramarina portuguesa.

⁶⁴ CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Literatura de Viagens*. In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. vol. IV: SIS-ZURARA e Adenda. Lisboa: Iniciativas Editoriais, s.d. p. 283-9.

⁶⁵ Segundo a qual, em Portugal, em fins da Idade Média, procurou-se cercar os conhecimentos coligidos ao longo das etapas da expansão ultramarina sob espessa camada de mistério, afim de evitar que as informações pudessem ser levadas ao conhecimento de outras nações interessadas em realizar, também, sua expansão em direção às terras que se diziam existir adiante dos mares ignotos. Discussões como aquela feita por Barradas e esta sobre o sigilo, intensas desde o século passado, polarizaram a historiografia portuguesa e, por este motivo, não serão alvo de maior consideração nesta dissertação, até porque fogem aos objetivos que nela se pretendem alcançar.

CAPÍTULO II: A Pena

“Na Cultura dos Descobrimentos Portugueses o conjunto das unidades discursivas de Gomes Eanes de Zurara formam um enunciado de extrema complexidade no outono da medievalidade nacional.”*

2.1 O Cronista

O segundo cronista-mor do reino de Portugal, Gomes Eanes de Zurara, teria nascido por volta de 1410 e falecido em 1474.⁶⁶

De origem plebéia, foi filho de Johanes Eannes de Zurara, que, por sua

*BARRETO, Luís Filipe. *Gomes Eanes de Zurara e o problema da crônica da Guiné*. Lisboa, Stvdia. n.º 47. 1989, p. 312.

⁶⁶Todas as informações de caráter biográfico e muitas sobre a produção intelectual do cronista, incluídas neste item de estudo - filiação, funções, mercês, a discussão sobre a autenticidade do retrato, etc. -, foram extraídas do estudo de José Maria Esteves Pereira sobre o cronista, intitulado *Vida e Obra de Gomes Eanes de Zurara*. Este estudo é apresentação da edição preparada por este autor, da *Crônica da Tomada de Ceuta*, de cujo texto nos servimos nesta dissertação de mestrado.

vez, foi cônego da Sé de Évora e de Coimbra, não se sabendo se teria tido sua filiação reconhecida um dia pelo pai. De sua mãe, nada se sabe, supondo-se que pudesse ser de origem burguesa dado o estado eclesiástico do pai.

Foi Zurara comendador da Ordem de Cristo, por mercê de D. Afonso V, tendo desfrutado das rendas e benefícios advindos das comendas de Alcains -1454- e Granja do Ulmeiro -1459- que pertenciam àquela Ordem, por mercês recebidas do Infante D. Henrique e deste monarca. Ao que parece, recebeu em substituição à comenda de Alcains a do Pinheiro Grande -1459. Sabe-se que estas comendas eram bastante rentáveis; constando que o Pinheiro Grande rendia 550\$000 reais brancos anuais, e a Granja do Ulmeiro rendia anualmente cerca de 150\$000 reais brancos. Não admira, pois, que tivesse morrido abastado.

Uma vez que lhe era vedado o matrimônio porque pertencia à Ordem de Cristo, Zurara nunca se casou, mas, deixou descendência que, após sua morte, foi legitimada pelo rei D. João II. A prole de Zurara, um filho e duas filhas, teve por mãe a D. Inês Gonçalves. Catarina da Silveira, uma de suas filhas, condessa de Loulé, foi legitimada em 1482; Conçallo Gomes de Zurara, escudeiro da casa do rei D. João II, foi legitimado em 1483, neste mesmo ano, foi também legitimada Felipa Gomes, a outra filha do cronista.

Alguns autores⁶⁷ querem ver numa das figuras do *Painel do Arcebispo* - obra atribuída ao pintor Nuno Gonçalves, que encima o altar da Igreja de S. Vicente -, o retrato do cronista Gomes Eanes de Zurara. A figura acha-se no canto superior

⁶⁷ José Maria Esteves Pereira discute as informações e opiniões de José de Figueiredo, Frei Gonçalo Velho, Aires de Sá, Francisco Manuel de Melo e Afonso Lopes Vieira, adotando uma posição imparcial quanto a esta questão.

esquerdo do painel, vestida com roupa escura e abotoada até o pescoço. Além destes, outros traços a caracterizam: um barrete alto, preto e de forma cilíndrica que veste à cabeça, e um grande livro que traz, aberto, nas mãos. Trata-se de um homem velho de sessenta anos presumíveis, glabro e nédio (ver Figura 2 - Anexos). Há, no entanto, autores como A. H. de Oliveira Marques e José Mattoso que afirmam tratar-se de um judeu, a personagem em questão.

Dada a natureza e objetivos desta dissertação, não nos ocupamos em discutir as possibilidades de verossimilhança destas informações, julgamos apenas dever mencioná-las, pois, até mesmo por aquela aparência, se reforçam nossos argumentos acerca do prestígio e consideração gozados pelo nosso cronista.

O cronista foi procurador do mosteiro e convento de Almoester e, a julgar pelos termos do instrumento de procuração, seus poderes foram amplos o suficiente para lhe garantir a possibilidade de realizar negócios vultosos. Se, por um lado, esta circunstância poderia vir a ser usada pelos especialistas que alardeiam as falhas de caráter de nosso personagem, por outro lado, não nos deparamos em nossa pesquisa com nenhuma informação assim desabonadora, talvez porque, neste aspecto, parecesse de extremo mau tom acusar as madres de ingenuidade ou inépcia.

Apesar de não ter sido nunca feito *fidalgo*, o rei, em carta de 29 de março de 1451, referia-se a Zurara como seu cronista e cavaleiro de sua casa e, por este documento, doava-lhe a tença de 6\$000 reais brancos anuais, mais tarde substituída por outra tença maior, adiante mencionada, muito embora se desconheça a data em que foi feito cavaleiro.

Em muitos documentos, D. Afonso V deu mostras de seu favor e, mesmo, da estima que dispensava ao cronista, a quem mandou educar junto aos filhos

de cavaleiros e fidalgos que eram instruídos em seus paços; conserva-se, inclusive, carta que transuda o afeto deste rei pelo cronista. Queremos ver em tamanhas demonstrações de apreço e favor, a recompensa dada pelo monarca a seu tão fiel servidor.

Demais, do rei D. Afonso V, Zurara recebeu a quantia de 12\$000 reais brancos anuais para usufruto enquanto vivesse; esta doação foi feita em Cintra em 7 de agosto de 1459. Logo dois dias após, também em Cintra, este mesmo rei ordena ao cronista que disponha de 10\$000 reais brancos para as reformas e manutenção das casas do rei situadas perto do paço em Lisboa, em que morava o cronista, e, o mais curioso, é que o rei faz saber pelo documento que contém a ordem sobre a reforma nas casas, que se ele, o rei, não tivesse como pagar ao cronista aquelas despesas, que Zurara e seus herdeiros seriam os proprietários dos imóveis até que se lhes pagassem as dívidas, quando, e só então, as casas reverteriam à propriedade real.

Em 6 de fevereiro de 1461, o rei D. Afonso V, expede carta dada desde Évora, onde confirmou a Zurara a perfilhação e as doações de uma propriedade no Ribatejo e duas casas em Lisboa, que a ele doara Maria Annes, viúva e amiga de quem houvera sido conselheiro e procurador em seus negócios, o nosso cronista.

Há estudiosos que vêem nesta adoção, algum sinal do posteriormente propalado mau caráter deste personagem. Outros há, que lembram que, procedimentos de adoção como este, tardio, não eram incomuns àquelas alturas. Outros, ainda, supõem ter sido Maria Annes aparentada em algum grau com o cronista, tudo se justificando por aí. Por nossa parte, limitamo-nos apenas a apresentar o fato, pois fugiria das possibilidades desta dissertação alongarmo-nos nesse pormenor.

Quanto à data de sua escritura Zurara diz que: “nos começamos descrever trinta e quatro annos depois de sua tomada [a da cidade de Ceuta]”, portanto em 1449, durante o reinado de D. Afonso V. Além da chamada *Crônica d’El Rei D. João I* (3ª parte) ou a acima citada *Crônica da Tomada de Ceuta*, Zurara também escreve, em ordem cronológica, a *Crônica dos Feitos da Guiné* em 1452-53; a *Crônica de D. Pedro de Meneses*, entre 1458 e 1464 e a *Crônica de D. Duarte de Meneses*, entre 1464 e 1467-68, todas, portanto, escritas durante o reinado de D. Afonso V. A estas, apenas, o cronista deixou consignas como sendo de sua autoria.

Tais discussões apontam o caminho percorrido por Zurara em suas narrativas, indicando alguns últimos aspectos formais de suas crônicas.

A *Crônica da Tomada de Ceuta*, subdividida em cento e cinco capítulos, recobre os eventos relativos à conquista da cidade de Ceuta, desde as discussões sobre a conveniência desta campanha militar no conselho real, até a dispersão das forças militares reunidas para o sucesso da empresa.

Segundo Zurara, a *Crônica da Tomada de Ceuta* foi escrita a mando de D. Afonso V que: “ao tempo que primeiramente começou de gouernar seus regnos soube como os feitos de seu auoo ficauam por acabar”⁶⁸ e para que a memória de tão notáveis feitos não se perdesse: “mandou a mim Gomez Eannes de Zurara seu criado que me trabalhasse de as ajuntar [os relatos das pessoas que participaram da conquista] e escreuer per tal guisa que ao tempo que se ouuessem de ordenar em caronica fossem achados sem falleçimento.”⁶⁹

⁶⁸ZURARA, Gomes Eanes de. CTC. p. 116. p. 13.

⁶⁹ibidem.

A Crônica do Descobrimento e da Conquista da Guiné subdivide-se em noventa e sete capítulos, neles desenvolvendo-se as fases da conquista das ilhas oceânicas, etapa inicial da expansão portuguesa sobre o Atlântico e, os passos do reconhecimento do litoral oeste africano. O aspecto fundamental nesta crônica é o delineamento da imagem do Infante D. Henrique, que o cronista tornou herói da gesta da expansão Ibérica.

Em relação a esta narrativa, o cronista escreveu-a porque o rei desejava muito ver em crônica escritos os feitos do Infante D. Henrique, de modo a que passassem à posteridade, tanto a virtuosa vida deste príncipe, quanto a sucessão dos seus leais feitos.

Por ordem do rei, mas também por requerimento de D. Leonor de Menezes, que foi filha de D. Pedro de Menezes, é que Zurara escreveu a *Crônica do Conde D. Pedro*, celebrando as virtudes e as ações dele, e dos portugueses que bem obraram na defesa daquela praça portuguesa na África. O cronista considerava em boa medida esta crônica, como a continuação da que escrevera sobre a tomada de Ceuta, apesar de não considerar possível, dada a sua natureza de celebração de feitos individualizados, incluí-la entre as crônicas gerais do reino. Sobre esta distinção afirma: “posto que já fique escrito no outro livro onde fallamos de como primeiramente fora filhada [a cidade de Ceuta] ajmda que aqui neste volume achem algumas cousas desvairadas, ou minguadas da Crônica Geral [*Crônica da Tomada de Ceuta*], he por não ser desta calidade.”⁷⁰ Tendo em vista esta crônica relatar os feitos do Conde D. Pedro, Zurara considera que “a elle ha de ser principalmente

⁷⁰ZURARA, Gomes Eanes. *CCPM*, p. 222.

endemreçada, e como quer as cousas, que aqui quanto tanger aos feitos da cavallaria não serão escriptos na ordenança que aqui são.”⁷¹ Tais feitos, que são a temática principal da narrativa da crônica de Ceuta e, justamente, o ponto de intercessão entre ela - crônica geral - e a crônica dos condes, são os aspectos de similitude entre ambas as crônicas em que nos amparamos para, nos capítulos referentes ao estudo da imagem do Infante D. Henrique na Crônica de Ceuta (Parte II, Capítulos I e especialmente no Capítulo II), utilizarmos passagens das crônicas dos Menezes para dilucidar questões relativas à narrativa da Crônica Geral e desenvolver outros aspectos de nossa argumentação.

De novo por ordem do rei, Zurara move-se para escrever a *Crônica do Conde D. Duarte de Menezes*. Este relato é, a um só tempo, a narrativa dos feitos deste conde e os sucessos das guerras que moveram os portugueses contra os mouros desde a vitória em Alcácer Ceguer - 1458, até 1464. Esta crônica só foi concluída em 1468.

Estas duas últimas, *Crônicas dos Condes D. Pedro e D. Duarte de Menezes*, estão divididas, na edição utilizada nesta dissertação, em dois livros de 82 e 40 capítulos, respectivamente. Constituem-se numa historicização do período de governo destes nobres à frente da defesa de Ceuta ante o ímpeto reconquistador dos mouros. Estes textos, acrescidos daquele da *Crônica da Guiné*, pelo motivo de serem veículos das ações de “grandes senhores do reino”, como quer Luís Krus, são narrativas autônomas em relação àquelas elaboradas para guardar a memória dos “feitos régios”, ainda que, como já enfatizado,

⁷¹ *ibidem*.

tenham sido todas feitas por ordenamento real.

Cabe chamar a atenção para o fato de que, a *Crônica de D. Duarte de Meneses* parece ser o mais fragmentado de quantos Zurara há produzido; o editor da versão aqui utilizada, José Corrêa da Serra, ao menos, é enfático ao destacar este particular.

Comentando as páginas escritas por Fernão Lopes sobre “as pazes de 1411” - firmadas entre Portugal e Castela - na *Crônica da Tomada de Ceuta*, António José Saraiva⁷² sugere a possibilidade de distinguir-se ao menos duas atitudes mentais diante dos temas que compõem o imaginário do Rei, naqueles aspectos que lhe definiriam a personalidade ideal. Virtudes estas, que lhe cumpre ostentar: para os velhos, o rei deve ser sábio e, sobretudo, prudente - ter muito siso como se diria então - para poder melhor governar as gentes e, gerir os negócios do Reino; para os moços, se o rei deve ser o fiel espelho de todas as virtudes cristãs, deve ser, também, o provedor e, para isso, não pode deixar de atender à demanda cavaleiresca por novas guerras, fonte de glória e honra, mas também de terras e ganhos. Saraiva anota ainda, que o discurso atribuído aos “velhos”, tem as características da escrita “lopina”, conquanto o texto que lhe segue, atribuído aos “mancebos”, seria de autoria de Zurara.

Portanto, sobre o nosso cronista Gomes Eanes de Zurara, Saraiva afirma que “ele é o panegirista da honra cavaleiresca”⁷³. Ora, parece-nos que em Portugal, ao menos em fins da Idade Média, o conceito de honra sofreu modificações importantes, derivadas, sobretudo, da ingente necessidade de

⁷²SARAIVA, A. J. op. cit. p. 248.

⁷³ibidem. p. 253.

governação dos novos e imensos territórios incorporados ao Estado português por força dos Descobrimentos Marítimos, circunstância que implicou tanto a incorporação de indivíduos de outros segmentos sociais naquela obra, quanto forçou a releitura do conceito de honra ao agregar-lhe os conteúdos relativos ao sucesso na obra da expansão, e os lucros dela advindos.

Os seus comentadores têm sido implacáveis, tanto ao criticar os aspectos formais de sua obra, quanto ao detraírem seu caráter. Na verdade, o cronista afigura-se-nos bastante complexo, não devendo ser entendido ao sabor das idiossincrasias pessoais dos comentaristas, senão que cabe inscrevê-lo nos limites da ambição dos homens do Renascimento que buscam a fama e a nomeada.

É muito provável que Zurara tenha começado a participar da vida do paço por volta de 1430, ou até mesmo cinco a dez anos antes, se considerarmos os anos que serviu na livreria real sob as ordens de Fernão Lopes, então cronista e guarda mor da Torre do Tombo. Com base nesta estimativa, e porque não se conhece sobre quais bases documentais se apoiam os historiadores para tais afirmações, postula-se o contrário do que diz a historiografia tradicional, que afirma sua iniciação tardia no mundo letrado. E, por força dessa circunstância, as fragilidades formais e do estilo das crônicas que aponta.

Esta historiografia, ao considerar somente a documentação que registrou o trabalho do cronista, isto é, aquela produzida apenas a partir de quando era já oficial grado, desconhece o que pode ter produzido, lido, ouvido e debatido desde os anos em que se agregou ao paço, pois não é, de modo nenhum, crível que alguém viesse a ser considerado como *bonus Grammaticus, nobilis Astrologus et magnus Historiographus*, como Zurara foi reconhecido por Mateus Pisano (apud

PAIVA, 1988)⁷⁴, que foi preceptor de D. Afonso V, se não tivesse sobejamente demonstrado seus conhecimentos e talento, ao ponto de justificar-se sua designação para os importantes cargos de cronista e de guarda-mor do Tombo.

Zurara tem sido acusado de plágio por respeitáveis historiadores portugueses, tais como Duarte Leite, José de Bragança, Vitorino Magalhães Godinho e Joaquim de Carvalho, dentre muitos, todos, mais ou menos comprometidos com a restauração da memória do infante D. Pedro, duque de Coimbra que, acusam, foi sistematicamente apagada por ordem de D. Afonso V, no “rescaldo da batalha de Alfarrobeira”. Todavia, a prática do “plágio” não deve ser vista como exclusiva deste cronista, posto que, também Rui de Pina, se utilizou desta mesma prática que, aliás, parece ter sido bastante comum, ao menos entre os cronistas ibéricos medievais.

Assim, se for de fato possível dar-se crédito àquelas informações de plágio e apropriação de textos de Zurara por Rui de Pina, as acusações que pesam sobre o nosso cronista terão de ser postas noutros termos, menos passionais, uma vez que, justamente nos capítulos plagiados por Rui de Pina é que se encontrariam maiores e mais abundantes referências de Zurara, tanto às ações do reinado de D. Duarte, quanto àquelas da regência de D. Pedro.

Estribados nas informações de Esteves Pereira⁷⁵, acrescentamos como pertencentes à lavra deste cronista, os capítulos referentes à ida a Tânger, inclusa na

⁷⁴ PAIVA, Dulce de Faria. *História da Língua Portuguesa: II Século XV e meados do século XVI*. São Paulo: Ática, 1988. p. 20. Esta autora traduz *bom gramático*, por pessoa versada na prosa, de vasto vocabulário e estilo retórico.

⁷⁵ PEREIRA, Francisco Maria Esteves. Vida e Obra de Gomes Eanes de Zurara. In: ZURARA, Gomes Eannes de. *Crônica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, segundo os manuscritos números 368 e 355 do Arquivo Nacional, por _____. Lisboa: Academia das Ciências, 1915. p. LXVI e passim.

Crónica del rei D. Duarte escrita por Rui de Pina. Além destes, na *Crônica del rei D. Afonso V*, também escrita por este último cronista, os relatos que sucedem entre as mortes de D. Duarte e a do infante D. Pedro inclusive, são, segundo ainda Esteves Pereira, de Zurara.

Acusam ainda, outros historiadores, dando seguimento à referida linha crítica, que o apagamento da memória daquele infante foi feito em benefício da imagem do Infante D. Henrique, que se alinhara como súdito fiel ao rei, seu sobrinho, contra o seu próprio irmão; e mais, acusam que teria sido realizada a promoção da imagem henriquina através do labor cronístico de Zurara que plagiou o *Livro da Virtuosa Benfeitoria* de D. Pedro.

Recusamos o alinhamento a quaisquer dos lados em conflito nesta questão. Mas, não é de modo algum possível concordar com juízos francamente parciais como os de Alfredo Pinheiro Marques para quem:

“Zurara calou quase tudo o que dizia respeito ao infante amaldiçoado [D. Pedro] e tentou atribuir tudo ou quase tudo ao seu próprio senhor. E, para cúmulo da ignomínia, - sinal da infâmia e da lamentável miséria que se iria viver nos tempos que se avizinhavam - quando o cronista henriquino quis embelezar um pouco a sua prosa com alguma erudição clássica e com alguma afectação de conhecimentos da Antigüidade... foi saquear páginas inteiras... precisamente... dos escritos do Infante D. Pedro ... sobretudo no *Livro da Virtuosa Benfeitoria*.[...] É puro plágio, praticado por alguém que havia sido nomeado cronista precisamente no rescaldo da batalha de Alfarrobeira. Praticado sobre alguém que acabava de ser morto e silenciado nesta mesma batalha.”⁷⁶ [grifos e reticências do autor].

Posições assim extremadas não podem levar, senão, a conclusões

⁷⁶ MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Vida e Obra do Infante D. Pedro*. Lisboa: Gradiva, 1996. p. 86-7.

extremadas. Não é outro o resultado a que chega o autor agora em tela, que quer ver em tudo quanto Zurara escreveu sobre D. Henrique, como podendo ter sido feito por D. Pedro, já que o processo seria o mesmo: quem plagiou os textos de D. Pedro para usá-los em favor de D. Henrique só poderia escrever sobre D. Henrique, o que, de fato, teria sido feito por D. Pedro. Esquisito mimetismo! Sofrâmo-lo:

“É óbvio que ninguém, de forma honesta e isenta e credível, nos pode garantir que Zurara não fez no conteúdo narrativo da *Crônica dos Feitos de Guiné*, com a ação do Infante D. Pedro, o mesmo que, nessa mesma crônica, fez com o conteúdo textual do *Livro da Virtuosa Benfeitoria*... Pelo contrário, tudo aponta neste sentido.”⁷⁷

Alinhar-se com quem tem pontos de vista deste jaez, implicaria em admitir que a suposta verdade para a *Crônica da Guiné* seria extensiva a de Ceuta, posto que este autor afirma: “**Gomes Eanes de Zurara usou pedaços saqueados do Livro da Virtuosa Benfeitoria não em uma, mas sim em todas as suas crônicas!**”⁷⁸ [grifos do autor].

Mais equilibrado é o julgamento de Rita da Costa Gomes sobre os plágios feitos por Zurara do *Livro da Virtuosa Benfeitoria* do infante D. Pedro, já que, para esta autora, a utilização que sobre a obra do infante faz o cronista: “atesta [...] o valor que este atribui à reflexão moral e ético-política na construção do relato histórico [pois] não basta à história a simples enumeração dos factos, o cronista procurará transmitir o seu parecer sobre eles, transformá-los em exemplos para os

⁷⁷ibidem. p. 81.

⁷⁸ibidem. p. 88.

vindouros.”⁷⁹

Ademais, é útil lembrar que, em Portugal, em fins da Idade Média, a utilização de textos alheios sem declaração da titularidade da autoria, se não era prática corrente, posto que havia exceções, pelo menos não era tão abstrusa a ponto de todos aqueles que a utilizaram, terem o valor de seu talento negado, como parece ocorrer a Gomes Eanes de Zurara.

Agregue-se a isto, o fato de que sua procedência familiar - afinal o cronista era filho de cônego - certamente tê-lo-ia marcado com as primeiras luzes; e se não bastara, a erudição assaz demonstrada nas crônicas, indica uma educação contínua e uniforme, e uma familiaridade constante com os letrados e o mundo das letras, acessíveis, ademais, para os que orbitavam os paços dos Avis. Desta forma, Zurara, por suas funções, mais que ninguém, estava em posição privilegiada para haurir tais benefícios.

De fato, o nosso cronista, efetivamente realizou leituras amplas recorrendo a preciosas bibliotecas, às quais teve acesso e, pelas quais, foi responsável muitas vezes. Encontramos a referência a isto quando descreve a total obediência dos infantes aos seus pais, oportunidade em que diz o cronista que **“esto nom emtemda alguu que sse diz por fallar de graça, ca eu que esta estoria escpreui, lij muy gram parte das cronicas e liuros estoreaaes**, e nunca em elles achey semelhante.”⁸⁰[grifos meus]. Como podemos notar, o cronista foi muito melhor informado do que querem vê-lo, o que supõe certa historiografia comprometida com juízos francamente

⁷⁹GOMES, Rita da Costa. In: LANCIANI, Giulia & TAVANI, Giuseppe (org. e coord.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993. p. 690.

⁸⁰ZURARA, Gomes Eanes de. CTC. p. 124.

depreciativos a seu respeito.

Concorda-se com as postulações historiográficas que acoimam o cronista Zurara de escrever ao estilo e sobre temáticas tipicamente medievais o que fazem dele um cronista do “velho”, pois verifica-se que, de fato, este prosador escreveu apoiado em referenciais e com enquadramentos teóricos e métodos daquele período; mas, vale repetir, esforçou-se por escrever ao gosto do seu tempo.

Convém anotar alguma coisa do grande número de autores citados por nosso cronista em suas obras. Assim, da Bíblia cita os livros do Pentateuco, os Paralipomenos, de Esdras e Macabeus, e do de Salomão retira preciosas passagens poéticas e curiosas digressões sobre as mulheres. Usa dos *Evangelhos* e *Epístolas* canônicas e o livro *Pastor de Hermas* considerado apócrifo; cita S. João Crisóstomo, S. Gregório, S. Jerónimo, S. Agostinho, S. Bernardo, S. Tomás de Aquino - a quem parece ter ido buscar as categorizações relativas às virtudes - e Santo Alberto Magno. Neste universo bíblico e cristão, reconhecemos os enquadramentos teológicos e políticos que tornam tão caracteristicamente medievais as quatro crônicas que escreveu.

Da antigüidade, achamos referidos nas crônicas os seguintes escritores: Homero, Hesíodo, Heródoto, Josefo e Ptolomeu, além de Aristóteles - a quem, muitas vezes, elide o nome chamando apenas de *o filósofo*. Também cita César, Tito Lívio, e Cícero - a quem, por vezes, refere-se apenas como Túlio, Ovídio Salústio, Valério Máximo - muitas vezes citado na *Crônica de Ceuta* - Plínio, Lucano, Vegécio, e à Sêneca cita, ora como “o trágico”, ora como “o filósofo”. Se o recurso a autores tão vetustos é considerado por muitos como sinal da Renascença, não é aí que vemos nosso cronista antecipando os novos tempos, mas sim, nas novas temáticas que

inclui em suas obras, conforme se analisa em vários passos desta dissertação.

Os autores da Idade Média mais citados, além daqueles padres cristãos já enumerados, foram: Paulo Orósio, Isidoro de Sevilha, Lucas de Tuy, Rodrigo de Toledo, Pedro d'Ailly - por vezes, nominado como Petrus de Alliaco ou Petrus Lombardus -, João Duns Scoto, Egidio ou Egidio Romano ou, ainda, Frei Gil de Roma, nomes em que é franca a confusão do autor. Cita, ainda, Dante, Bocaccio e Marco Polo, os árabes Alfragan e Avicena. Ademais, parece ter tido amplo contato com a literatura cronística e romances de cavalaria, tão em voga no seu tempo.

Mais ainda, não é possível conceber que não conhecesse bastante bem os volumes ao seu encargo na livraria real e, sobretudo, as obras lidas e escritas pelos cultos infantes e reis de quem foi servidor tão diligente quanto leal.

Zurara é explícito ao mencionar as obras escritas pelos Avis que lhe serviram de base para a composição de suas próprias obras. Cita, nomina e parafraseia, tanto o *Livro de Montaria* escrito por D. João I, quanto o *Leal Conselheiro*, de D. Duarte. Já, do *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, escrito pelo Infante D. Pedro, faz uso e parafraseia sem declinar a autoria.

Por que terá agido assim um funcionário tão fiel à dinastia? Cremos que a resposta, nada simples, pode, porém, ser encontrada nesta mesma leal fidelidade: o infante D. Pedro foi o grande vencido de Alfarrobeira e, a memória dos eventos que levaram ao nefando insucesso havia de estar muito presente naqueles que lhe ordenaram escrevesse a crônica e, transmitiram-lhe as informações básicas para escrevê-la, provendo-o inclusive, dos meios para que levasse a termo sua missão. A historiografia que não quer ver estas injunções, parece-nos repetir um dos aspectos característicos do modo de escrever de nosso cronista, isto é, os grandes, reis e

infantes, nunca erram, os erros são apanágio dos subalternos.

A historiografia sobre Zurara é econômica em excesso, ao exemplificar as páginas em que o cronista mostra o seu gênio narrativo, parecendo mesmo, que só foram lidos os episódios da chegada das frotas a Lisboa, em luminosa manhã de domingo ou então, aquele que conta a pungência do primeiro desembarque de escravos negros em Portugal.

É certo, que não foram lidos com a devida atenção e espírito desafojado da genialidade lopina, os relatos dramáticos e prenhes de aguda percepção dos diversos estados d'alma vivenciados pelos cruzados portugueses na noite que antecedeu ao desembarque em Ceuta, por exemplo. As páginas de Zurara, sobre o momento em questão, revelam as mais agudas percepções psicológicas de quantas podem ser lidas nas quatro crônicas deste autor.

Por outro lado, o remate dado àquela narrativa sintetiza o sentimento de orgulho que têm os portugueses nas ações feitas e nas por fazer ainda em favor do engrandecimento do Rei e do Reino; nelas, Zurara compõe as imagens de *síditos leais* que, naquele presente, constróem a grandeza futura de Portugal para os que descenderem de suas linhagens, pois, “sempre terem rrezam de sse nembrarem de tamanho feito”⁸¹ porque terão tido escritores capazes de escrever seus feitos para ensinamento e exemplo dos pósteros. Zurara foi, em nossa opinião, o melhor deles no século XV.

Defende-se, também, que nas crônicas há um outro estilo de escrever, do qual supõe-se ser este intelectual um dos precursores. Faz-se referência, nesta

⁸¹ibidem. p. 192.

altura, ao fato de que Zurara inscreve, em universos delineados ao modo e ao gosto da nobreza cavaleiresca, temas e gentes de outras extrações sociais, as quais, mesmo em face das explícitas referências que fez sobre aqueles que o patrocinaram, e sobre aqueles a quem se destinavam seus trabalhos, dizendo que possuíam outras motivações, outras habilitações e também outras formas de se relacionarem entre si e com as limitações ao conhecimento impostas pelo ordenamento cristão, ao qual todos, estes incluídos, estavam submetidos.

As noções de cosmografia, astronomia e cálculos que despontam em passagens das crônicas parecem ser mais que exemplos de ‘forçada erudição’; antes, revelam o gosto por escrever à moda do seu tempo, posto que não partilhamos da parcialidade do julgamento que penaliza no cronista o que é elogiado em outros autores como antecipação do Renascimento. Como a comprovar este fato, Zurara cita um dos expoentes do Renascimento italiano, “Joham Bocaçio hum poeta que foy natural de Florença”⁸², circunstanciado tão especificamente na Crônica de Ceuta, que julgamos impossível afirmar que o conhecia apenas por leitura transversa ou por oitiva.

Ao que tudo indica, bem correspondendo à complexidade inerente à função de cronista-mor, Fernão Lopes e, sobretudo, Gomes Eanes de Zurara foram personalidades caracterizadas pela argúcia com que se desincumbiram de suas variadas e importantes atribuições; não fora assim, como justificar a disparidade de opiniões em que se dividem os estudiosos da história portuguesa dos séculos XIV e XV? Se é certo que as polêmicas acerca dos dois cronistas surgiram já em fins do

⁸²ibidem. p. 15.

século XV, decorre daí, que ações desenvolvidas por estes importantes oficiais do Paço de Avis foram oportunas e bem sucedidas porque conformes aos grandes delineamentos políticos e sócio-culturais levados a efeito pelos governantes, reis e príncipes, dessa dinastia.

Encontramos em Rita da Costa Gomes, a informação de que, Zurara, em seu labor como guarda-mor da Torre do Tombo, procedeu a uma ampla reforma na chancelaria régia⁸³. Tais trabalhos teriam sido ordenados por D. Afonso V ao cronista em 1459, ano em que o rei reuniu Cortes em Lisboa.

A reforma consistiu tanto em sínteses dos conteúdos dos documentos referentes aos reinados de D. Pedro, D. Fernando e D. João I, quanto na composição de livros novos, contendo aquelas sínteses; aqueles documentos, ademais, não se encontravam em bom estado de conservação, por isso os livros novos.

Entretanto, José Maria Esteves Pereira de quem nos valem para avançar as informações sobre a reforma nos documentos da chancelaria real, apesar de escrever que Zurara cumpriu bem a ordem real, isto é, “que se tirassem para livros novos aquelas cousas que fossem substanciais [...]e que se deixassem as outras de que não havia razão de aproveitar a ninguém”⁸⁴ em momento algum suspeita, possa ter o cronista, evidentemente por ordem do rei, censurado ou omitido nos novos livros algum documento. A nós espanta o relato deste autor, porquanto, ele próprio acrescenta, que os livros velhos foram deixados de lado a se deteriorarem ainda mais!

Com base nisto, é lícito supor que, com o conhecimento adquirido através do trato com a documentação sob sua guarda e, mesmo, por ter familiaridade

⁸³GOMES, Rita da Costa. op. cit. p. 687.

⁸⁴PEREIRA, Francisco Maria Esteves. op. cit. p. 33.

com as falhas ou lacunas de suas informações, o cronista tenha elaborado os passos do método de construção das crônicas, amplamente apoiado em fontes escritas, conquanto se tenha ali estabelecido o maior grau de importância dos testemunhos orais na tessitura das crônicas que lavrou.

Boa parte do impacto causado por Zurara, deve-se à utilização dos recursos narrativos que também através dele estavam sendo definitivamente incorporados à língua portuguesa e - malgrado a crítica que lhe é feita, de que foi erudito forçado, pobre de recursos genuínos de erudição em sua narrativa, pelo fato de que, muitas vezes, escreveu sobre o que não leu ou sobre o que leu apenas superficialmente ou, ainda, apenas ouviu dizer - sua prosa revela a preocupação com uma determinada perspectiva ética sobre o seu ofício, o de cronista-mor, e historiador.

Nessa linha de argumentos é igualmente possível afirmar que Gomes Eanes de Zurara, tanto quanto Fernão Lopes ou o rei D. Duarte, foi grande gramático, posto que responsável pela fixação de diversos neologismos⁸⁵, imprescindíveis para a compreensão dos fastos narrados por aqueles a quem suas crônicas se destinavam. Aliás, Dulce de Faria Paiva acrescenta que um traço marcante da Prosa de Avis é estar assentada nos recursos e engenhos da oralidade, pois, para ela: “dentre as principais manifestações literárias que se haviam tradicionalizado nos séculos XIII e XIV se contavam as crônicas do gênero narrativo, muito próximas da língua falada.”⁸⁶

⁸⁵ PAIVA, Dulce de Faria. op.cit. Como exemplo, podemos citar palavras como avysamento (informação, aviso); desfallicimento (falta); mostrança (mostrar); terreal (terreno), entre outras. p. 17.

⁸⁶ ibidem. p. 17.

Pode-se concluir, pois, ao cabo desta exposição, que o papel do cronista, mais que: “dar conta, e razão das cousas, que passam nos tempos de minha hidade”⁸⁷, revela também o fato de que as crônicas devem ser o testemunho do presente para a edificação do futuro; o que, entretanto, seria muito mais dificultoso de se conseguir sem o cumprimento diligente das ordens reais de por em crônica, os fatos do passado de que se tem memória e informações bastantes.

Assim, à argúcia acima mencionada, acrescente-se a diligência com que os dois primeiros cronistas-mor desempenharam suas funções, visto que, o sucesso desse desempenho mede-se tanto pelo apreço com que seus contemporâneos os galardoaram, quanto pelas vantagens materiais que gradativamente receberam.

Aquilatar o sucesso da obra de um literato, implica assinalar a sua perenidade, não autoriza, todavia, fazer deste, o critério absoluto para medi-la, até porque, fatores aleatórios podem contribuir para mantê-la preservada em algum recôndito de arquivos ou bibliotecas, por exemplo. No caso específico da obra de Gomes Eanes de Zurara, creditamos grande parte do seu sucesso ao método empregado para construí-la, dentre outros fatores.

2.2 O método

Aspecto assaz enfatizado na historiografia que tem Zurara por fonte

⁸⁷ ZURARA, Gomes Eanes. *CCPM*. p. 50.

principal, diz respeito à oposição de caráter da cronística deste autor e a de seu predecessor, Fernão Lopes, no que tange às fontes utilizadas por eles em suas narrativas, impondo refletir se a escolha do objeto de estudos conduz àquela da busca de fontes adequadas para sua expressão.

É necessário deixar dito desde já, que a obra de ambos só é livre na escolha daqueles agentes que se quis no núcleo das ações, uma vez que, tanto as obras de um, quanto as do outro, são encomendadas pela realeza ou pela nobreza; segundo os comentaristas. Para Fernão Lopes a arraia-miúda estava naquele centro e para Zurara, estava a nobreza cavaleiresca.

Ora, em primeiro lugar, se a arraia-miúda não é mero coadjuvante nos fastos relatados pelo primeiro cronista-mor, a multidão do povo é agente, quiçá o principal, em cena onde se desenrola a trama que envolve os grandes do Reino, a nobreza, sendo a ação dos primeiros feita em benefício destes últimos. É de se considerar, em seguida que, após os anos conturbados da Revolução de Avis, Portugal viveu uma fase de paz interna, graças ao esforço despendido por D. João I e D. Duarte, para normalizar as relações com o Reino de Castela, o que resultou na retomada paulatina da preeminência da nobreza, processo que se completa já no reinado de D. Afonso V que, não obstante o apoio e o reconhecimento dado a certa parte da nobreza, impôs a casa reinante como o principal agente social no Reino. Seguindo-se daqui, que ao tempo de Zurara a participação decisiva da arraia-miúda nos eventos do Reino já se esgotara.

Não se infira, todavia, que a escolha da nobreza como objeto de seu estudo, e ainda, como seu testemunho principal dos eventos que narra, exclua em definitivo, a participação doutros segmentos sociais: as crônicas são pródigas em

informações sobre a ação de pajens, marujos, capitães, mercadores, sábios e outros que demandam à Costa da África, na perspectiva de enobrecimento e de auferir lucros, aos quais, segundo Zurara, D. Henrique sempre *galardoou e proveu*, aliás, a generosidade parece ter sido característica do Infante, pois extrapola os limites daqueles que estiveram ao seu serviço. Verdadeiramente magnificante, o príncipe distribuía benesses como bom cristão que era e, quando a trama envolve a ação do Infante, aí sim, vemos grande cópia de agentes de outros estados serem mencionados.

Em capítulo próprio da *Crônica da Tomada de Ceuta*, Zurara descreve o método empregado na escolha das fontes.

As fontes se originaram, em primeiro lugar, de Fernão Lopes que, para coligi-las, houve “dandar per todallas partes do rregno pera hauer comprida enformaçam do que auia de começar”.⁸⁸ Por isso, ao velho cronista, foi necessário despende “muito tempo em andar per os moesteiros e jgreias buscando os cartorios e os letreiros dellas pera auer sua enformaçam”⁸⁹, assentando-as em seus apontamentos.

Já o cronista Zurara menciona ter utilizado, basicamente, dois tipos de testemunhos: documentos escritos e testemunhos orais. Chama de *auisamentos* aos dois tipos de fontes de que lançou mão.

Zurara, diz então, que fez uso, tanto das escrituras coligidas por Fernão Lopes quanto, também, de fontes orais, sobre as quais, conquanto as houvesse utilizado, tem ressalvas, explicitando que fez uso apenas daquelas que melhor lhe parecessem críveis pela confiabilidade dos testemunhos, uma vez que, nem todos eles

⁸⁸ZURARA, Gomes Eanes. *CTC*. p. 12.

⁸⁹*ibidem*. p. 13.

teriam condições de dar “perfeita enformaçam”⁹⁰ sobre o acontecido.

Destarte, Fernão Lopes, por ordem do infante D. Duarte, buscou tanto em Portugal quanto ao “reino de Castella”⁹¹, documentos que dessem conta dos feitos de D. João I nos anos dedicados à preparação da empresa para a conquista de Ceuta, tendo sido encarregado de: “apanhar os **auisamentos** que pertenciam a todos aquelles feitos. e os ajuntar e ordenar segundo pertença aa grandeza delles e autoridade dos príncipes e doutras notaaes pessoas que o fezerom.”⁹²[grifo meu].

Deve-se ali entender o sentido do termo *auisamentos*, como sendo o de assentamentos, ou seja, documentos escritos. No entanto, é importante advertir que o termo aviso teve, no século XV, outros sentidos, diferentes deste, conforme se discute adiante.

Percebe-se um certo grau de crítica, ainda que velada, quando Zurara se refere à demora em se começar a escrever a crônica como, também, quando critica as fontes utilizadas por Fernão Lopes. Para nosso cronista, seu antecessor, teria dispersado esforços deambulando pelo reino em busca de documentos escritos e, em decorrência disso, perdera a oportunidade de inquirir pessoas envolvidas no processo da conquista de Ceuta que, por serem já velhas, vieram a falecer antes de dar seu testemunho ou, se ainda vivas, não lembravam mais com clareza dos fatos. Como se observa em seguida, o cronista nos informa que:

“Me trabalhey de enquerer e saber as ditas cousas e as escreui em estes cadernos polla guisa que ao diante he conteudo com tençam de as acreçentar ou minguar em quaaesquer lugares em que for achado

⁹⁰ibidem. p. 12.

⁹¹ibidem. p. 13.

⁹²ibidem. p. 12.

per verdadeiro juizo que o mereçem. como quer que segundo meu entender e autoridade daquellas pessoas per que fui **auisado em ellas auera pouco faleçimento.**⁹³ [grifos meus].

Aqui o termo *auisado* implica na informação recebida sobre a natureza ou a circunstância de algo. A partir deste aviso, o cronista inquiriu pessoas sobre quem foi informado, ou seja, avisado, de que possuíam as necessárias referências ainda vivas na memória, nas suas lembranças, posto que “em ellas auera pouco faleçimento.”

Além do mais, reflete o excerto supra-mencionado, duas questões metodológicas relacionadas ao processo de construção da memória.

A primeira estabelece que o vocábulo avisamentos se refere à memória das pessoas, reificação, pois, da inquirição para conhecimento e redação do sucedido narrado.

A segunda, trata de aspectos pertinentes à seleção dos informantes aos quais se dará crédito. Para Zurara, os informantes teriam que estar diretamente envolvidos no vórtice das ações a serem inseridas na narrativa: “porque cada hum conta o feito por sua guisa.”⁹⁴ E se todos forem inquiridos se obterá que “o primeiro nam conçerta com o segundo nem o terceiro com o derradeiro quanto aas circunstâncias da obra.”⁹⁵ E aquele que tentar utilizar os testemunhos de todos os informantes descobrirá que isto é “huua cousa defusa ou mais dereitamente jmpossiuvel”⁹⁶, posto que não se contentam de contarem o que sabem ou que viveram, porque “acreçentam no que ouuem [...] tam

⁹³ *ibidem.* p. 13.

⁹⁴ *ibidem.*

⁹⁵ *ibidem.*

⁹⁶ *ibidem.*

largamente”⁹⁷ que impõem aos que escrevem “muy grandes duuidas”⁹⁸. Assim, adverte sobre a necessidade de escolher testemunhos objetivos e fidedignos e recomenda que “he mais segura parte preguntar a poucas e çertas pessoas que demandar a todos o que perfeitamente nam am rrezam de saber.”⁹⁹ Por fim, afirmando sua familiaridade com o método que prescreve, consigna: “E jsto sey eu bem por que pratiquey per muitas vezes.”¹⁰⁰

Sem dúvida, a prática afirmada lhe dá o conhecimento necessário para afirmar, por esta via, a necessidade de recolher as informações, uma vez que a distância entre o acontecido e o narrado - trinta e quatro anos - era de molde a perder-se o rico material que adviria, certamente, das inquirições sobre a memória retida pelas pessoas que “forom no concelho e feito da dita obra”¹⁰¹, ou seja, aquelas pessoas que participaram, quer das decisões preparatórias, quer no comando das ações empreendidas na conquista de Ceuta. Informa-nos o cronista, que muitas delas achavam-se já mortas ou estavam muito velhas “chegados aa derradeira jdade onde a memoria perde muitas das primeiras cousas. ca os uelhos per natureza per rrezam do esfriamento do sangue perdem muitas cousas que na mançebia aprenderam.”¹⁰² Tais fatos instigaram D. Afonso V a ordenar ao cronista que escrevesse os feitos de seu avô, D. João I, o mais rapidamente possível. Sobre a complexidade de realização desta ordem real, Zurara, valendo-se de engenhosa metáfora, diz então que “as mujtas cousas nom ssom assy ligeyras de abraçar. ca aquelle que acha as rrodas do carro

⁹⁷ ibidem.

⁹⁸ ibidem.

⁹⁹ ibidem.

¹⁰⁰ ibidem.

¹⁰¹ ibidem.

¹⁰² ibidem.

apartadas, alguu tempo ha mester pera as ajuntar.”¹⁰³

Em consequência das circunstâncias já discutidas, mandou D. Afonso V que o nosso cronista reunisse o material escrito adredemente coligido, acrescentando-lhe o resultado de suas inquirições com as pessoas que tiveram *comprida enformaçam*.

Considerações desta ordem evidenciam o cuidado de Zurara com a fidedignidade das fontes por ele trabalhadas e revela sua preocupação com a crítica dos testemunhos, procedimento pouco usual na cronística do período.

Aliando a materialidade da memória à qualidade daqueles que a retém e, no caso em tela, à memória do Infante D. Henrique, principal informante da *Crônica da Tomada de Ceuta*, escreve que a matéria de que era composto seu relato foi estruturada com base nos fragmentos das lembranças deste Infante. Para tanto, elucida que:

“Tomando alguus pedaços que ficaram apegados nas paredes do entendimento deste senhor cheias de muy gramdes cuidados e çercadas de feitos estranhos **com alguuas migalhas que de fora apanhamos**. trabalharemos de fazer cousa que pareça jnteira segundo a forma do processo que se segue.”¹⁰⁴ [grifos meus].

É interessante registrar que a matéria do Infante D. Henrique é tão importante para a confecção da narrativa, que o cronista, como vemos acima, refere-se a todas as suas outras fontes como que se constituindo apenas de *migalhas*.

Por último, outro aspecto de sua preocupação com a fidedignidade das fontes, etapa fundamental em seu método de trabalho, está evidenciado em passagem

¹⁰³ ibidem. p. 105.

¹⁰⁴ ibidem. p. 11.

da *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, oportunidade em que Zurara expõe sua preocupação com a veracidade dos relatos referentes à manutenção da cidade de Ceuta, revelando a necessidade de comparar-se os testemunhos orais com aqueles provenientes de fontes escritas. Porque sobre os testemunhos orais “duvidara certamente de os efcrever, nem os efcrevera fe na boca de dous, ou de tres achára o conhecimento deftas coufas, porque entendêra, que o dizia por engrandecer feu nome, e fama.”¹⁰⁵

Para evitar que os fatos narrados não sejam a expressão da verdade, o cronista preconiza a confrontação destes depoimentos com os registros escritos, extraídos das fontes oficiais - compostas pelas cartas dos governantes encarregados da guarda e manutenção do controle sobre aquela cidade, no âmbito da coroa portuguesa - posto que, apenas naquilo em que “fe todos acordavam, procedia em minha [sua] Iftoria.”¹⁰⁶ Refere-se esta concordância à consonância entre relatos orais e documentos escritos.

Como podemos perceber através dos vários excertos das crônicas, utilizados para a redação deste trabalho, a complexidade do processo narrativo implica vermos o cronista valer-se de vários recursos de intervenção nos fatos narrados. Ora ele se apresenta encaminhando fatos e trama, caso em que vêmo-lo falando em primeira pessoa; ora seus personagens assumem a condução de suas próprias falas, adonando-se de suas ações; ora, ainda, surpreendemo-lo executando as prescrições reais quanto aos encaminhamentos fáticos que os monarcas desejam ver relatados. Nestas situações, muitas vezes, o cronista parece afastar-se, eximindo-se

¹⁰⁵ ZURARA, Gomes Eanes. *CCPM*. p. 217.

¹⁰⁶ *ibidem*.

das implicações incluíveis e consolidárias ao seu labor. Em tais casos, parece, falam os reis e o Infante D. Henrique, e o cronista apenas se move para o registro das palavras mais abalançadas destes personagens.

Zurara dialoga com o leitor, tendo em vista o objetivo de mostrar que, o que relata, é expressão da verdade e, portanto, “creaõ os que esta Istoria lêrem, que se na sustancia algum erro ha, que he mais por se dizer menos, do que a grandeza dos feitos requeria, que por eu convidar as orelhas dos ouvintes e acrescentar de mim mesmo algumas cousas na materia.”¹⁰⁷ Eficiente metonímia!

Entretanto, tendo já estabelecido que ao escrever suas crônicas está a cumprir as ordens e desejos de seu rei, resta implícito nesta sua fala que nela está contida toda a extensão do que houve de saber, e mais, que tal saber deriva principalmente do que lhe disse o Infante D. Henrique. Se os fastos, grandiloquentes, falam por si, estes assim são, também, por comporem o conjunto da memória que tem o nosso Infante sobre aqueles sucedidos.

Toda a grandeza aqui referida é de tal ordem, pontua Zurara, que comparativamente ao seu, o labor dos historiadores, principalmente os gregos, resulta ser de natureza absolutamente diferente porquanto:

“Em este Livro tive eu muito contrairo cuidado, de que alguns Istoriaes em suas Obras tiveram, especialmente os Gregos, os quaes supriam com formosas palavras, o que na grandeza dos feitos mingoava; e a mim foi necessario fornecer a mingoa das palavras com grandeza dos feitos.”¹⁰⁸

O excerto acima reflete outra característica da construção da

¹⁰⁷ibidem. p. 218.

¹⁰⁸ibidem.

narrativa. Através do uso de hipérboles, o cronista diminui-se ao referir a si próprio como “homem cagy todo inorante, e fem nenhuma fciencia”¹⁰⁹, sugerindo que tem poucos talentos para reportar feitos “tam marauilhosos”¹¹⁰, o que engrandece a ação dos governantes que os realizaram, os quais são, outrossim, aqueles que ordenam a forma como se dará a sua preservação, isto é, nas crônicas. Vemos aqui, desvelar-se, mais e mais, a intenção do cronista de “esconder-se” para deixar falar o rei, através de seus feitos.

Dentre as muitas possibilidades oferecidas pelos textos de Zurara, estão aquelas em que se podem retirar assertivas, sobre a construção do mundo, tal como concebida por este autor. As informações por ele oferecidas, certamente reproduzem muito dos ideais da nobreza de então, ideais os quais Zurara não pôde, ou não quis, contestar - segundo a visão que dele teve Antônio José Saraiva para quem o cronista “obedece mais passivamente as idéias feitas no encómio das glórias oficiais.”¹¹¹

Não se trata de acompanhar esta ou aquela tendência historiográfica sobre virtudes ou defeitos do cronista ou de sua obra. O que interessa, é o fato de que o cronista transmite à posteridade tanto as formas de pensamento em vigor na corte para a qual trabalhava, quanto as informações sobre um mundo em constante transformação, como já se vem anotando.

Salienta-se, neste contexto, que o cronista propõe-se a relatar um universo bastante restrito, o das pessoas ou grupos para cujas ações todas as

¹⁰⁹ *ibidem.* p. 217.

¹¹⁰ *ibidem.*

¹¹¹ SARAIVA, A. J. *op. cit.* p. 250

atenções estão voltadas: o rei, personagem “ubíquo” como quer José Mattoso; a *élite*, tanto a grande nobreza senhorial quanto aquela que integra os funcionários grados - e até alguns de menor importância - todos esses em permanente movimento orbicular nos Paços Reais; e ainda o grupo dos clérigos e outros intelectuais que compõem a *entourage* real. Sobre estes grupos paira o fardo de tomar decisões que influenciarão todo o devir social, ou de executá-las, tarefa nem sempre isenta de turbulências porque envolve tensões que por ferirem interesses destes mesmos grupos, opõem uns a outros.

A filiação de Zurara ao ideário nobiliárquico, por oposição a uma “manifesta simpatia” de Fernão Lopes aos mesterais e à arraia-miúda, foi já bastante discutida por autores vários que, além dessa diferença, apontam outras a dissemelharem os cronistas. Todavia, cumpre lembrar que, apesar das diferenças reais ou imaginárias já apontadas em obras tão vetustas, estes autores escreveram ambos por encomenda da Casa de Avis e, este último aspecto, parece ser o único traço de união a aglutinar todos os críticos e glosadores. Cumpre ressaltar que a vinculação observada entre enunciantes e seus discursos é tanto válida para os cronistas, quanto para os comentaristas e glosadores.

Luis de Sousa Rebelo¹¹², ao discutir a concepção de poder em Fernão Lopes, percebe naquele autor que, preferencialmente a outros recursos narrativos, ele se utiliza da força do exemplo como móbil transmissor de idéias, comportamentos e ações, ao invés de fazer um apelo direto à compreensão do leitor; Zurara atuou da mesma forma, talvez por reconhecer-se discípulo daquele

¹¹²REBELO, Luís de Sousa. *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983, p. 33-4.

outro; ou porque ambos não pudessem conceber forma diferente para expor as complicadas problemáticas com que trabalharam mas, certamente, porque esta é a estrutura modelar das narrativas do quatrocentos.

A narrativa do quatrocentos, aliás, se continua tradições vetustíssimas, também inicia percursos que serão continuados e refinados no século seguinte. Luís Filipe Barreto afirma que Zurara prossegue como eco do Infante D. Pedro, autor da “Virtuosa Benfeitoria”, ao tratar a relação “DEUS-INFANTE” como “um acordo comercial entre dois empresários que mutuamente se respeitam”¹¹³. Outro dos temas presentes na obra de Zurara - e do qual Barreto o considera iniciador - é o do “HERÓI IMPERIAL”¹¹⁴, espécie de “mola da ordem dos acontecimentos. Ponto motor da história pátria e vínculo que une a nacionalidade à universalidade”¹¹⁵; esta idéia-força, segundo o crítico “nasce historiograficamente em GOMES EANES DE ZURARA e tem em JOÃO DE BARROS o seu mais perfeito e erudito construtor.”¹¹⁶[grifos do autor].

Zurara ao adotar critérios para finalização de suas narrativas, reproduziu fórmulas consagradas na literatura medieval, independente do gênero literário. Assim, em três das quatro crônicas que escreveu, datou o final de suas escritas sempre com a referência ao ano do nascimento de Cristo. Assim, na Crônica de Guiné escreveu “e acabouse esta obra na livraria que este Rey Dom Affonso fez em Lixboa, dezooito dyas de fevereiro [...] No anno de Jhu Xpo de

¹¹³ BARRETO, Luís Filipe. op. cit. p.90.

¹¹⁴ ibidem.

¹¹⁵ ibidem.

¹¹⁶ ibidem. p. 92.

mil e quatrocentos e cinquenta e tres annos. DEO GRACIAS.”¹¹⁷

Já para o acabamento das crônicas de D. Pedro e de D. Duarte de Menezes, o cronista escreveu:

“E foi acabado d’ajuntar em este volume vespóra de Sam João Baptista vinte treis dias de junho, na minha comenda do Pinheiro Grande, que he a par de Santarem, quando andava o Anno de Nascimento de Christo em mil quatrocentos e sessenta e tres. A Deos fejam dadas muitas graças. Amem.”¹¹⁸

Contudo, naquela que é o acabamento seu de trabalho iniciado por Fernão Lopes, a *Crônica da Tomada de Ceuta* por El Rei D. João I, Zurara repete a tradição dos outros cronistas medievais que datam suas crônicas pela era Cristã sim, mas, também pelos anos dos reinados dos monarcas daqueles Estados que se vão estruturando nos séculos XIV e XV. O cronista escreve:

“E foy acabada esta obra na çidade de Sillues, que he no rregno do Algarue, a uijnte e çimquo dias de março, quando andava a era do mundo em çimquo mill e duzentos e homze rromaños e a era do deluuyo em quatro mill e quinhentos e çimquoemta e dous annos e a era de Nabucodonosor em dous mill e çento e nouemta e sete annos e a era de Phillipe ho gram rrey de Greçia em mill e seteçemtos e sessemta e tres annos, e a era de Allexandre ho gram rrey de Maçedonia em mill e seteçemtos e sessemta e huu e a era de Çesar em mill e quatroçemtos e oitemta e oito annos e a era de nosso Senhor Jesu Christo em mill e quatroçemtos e çimquoemta annos, e a era de dAçianus ho Egiçiaão um mill e seys annos. e a era dos Arauigos em oitoçemtos e uijnte e oito annos, e a era dos Perssianos em oitoçemtos e dez e zete annos. e a era do primeyro rrey que foi em Portugall em trezemtos e quorenta e oito annos. e o anno do rregnado del Rey Dom Affonso ho quimto em homze annos e duzentos e çimquo dias mais.”¹¹⁹

¹¹⁷ZURARA, Gomes Eanes de. *CDCG*. p. 411.

¹¹⁸ZURARA, Gomes Eanes de. *CCPM*. p. 626.

¹¹⁹ZURARA, Gomes Eanes. *CTC*. p. 275.

Sustentamos que se deva atribuir esta discrepância no estilo, ao fato de que a crônica de Ceuta, por ser continuação da parte iniciada por Fernão Lopes, reflete o estilo do primeiro cronista-mor do reino e que reflete as outras três, integralmente, o espírito de Zurara, seu estilo, seu arreigado apego ao ideal cavaleiresco de defesa e propagação da fé cristã.

Ao iniciar este item, creditamos parte do sucesso da obra de Zurara, à escolha feliz do método que empregou. Este método reflete a preocupação com a preservação e com a produção da memória sobre os feitos do reino e da dinastia.

2.3 A produção da memória

O conceito de memória por nós utilizado compreende as atitudes mentais de emissão de juízos, pareceres e opiniões que, noutros termos, referem-se ao substrato mesmo da memória e que, por esta qualidade, possui uma dimensão material que se manifesta nos resíduos aos quais os indivíduos, tanto quanto as comunidades, atribuem valores e que, por isto, são conservados pelos agentes dos processos.

Como cronista-mor mas, também, guarda-mor da Torre do Tombo, convivendo pois, em meio a documentos velhos de séculos, é possível afirmar-se que Zurara possuiu, em justa dimensão, a noção do perigo das perdas na memória dos homens e das comunidades, daquilo que se constituía nos elementos essenciais de sua cultura e de sua história. Sabia da necessidade de preservação do substrato material

desta memória, a que Vânia L. Fróes chama de “Antiquilhas”. Por isso, escreve as crônicas, objetivando a produção da memória de modo a resguardá-la da inexorabilidade do desgaste do tempo. Segundo suas próprias palavras: “por representaçom do presente aos que ham de viir, me asseento a escrever.”¹²⁰ Neste sentido, escreve-as como registro dos acontecimentos de seu tempo ou daqueles de que ainda tinha segura informação, por terem ocorrido num tempo não muito distante do seu, resultando, pois, que ainda se conservasse vivo na memória dos povos.

Todavia, esta perspectiva “acontecimental” é regida por uma preocupação política de grande vulto. Nisto, a instauração do prestígio dos personagens impende exaltar a figura destes prestigiosos integrantes, na trama; e assim, a memória dos feitos dos reis e dos infantes é construída como espelho, em cuja imagem todos os povos do reino, e mesmo d’alhures, poderiam se mirar, posto que, acrescenta o cronista: “nossa fortelleza sera como espelho de todas aquellas gentes, que deçemderem de nossa linha [...] ca os rrex que depois ueerem a Portugall, sempre teeram rrezam de sse nembrarem de tamanho feito”¹²¹, dali haurindo os benefícios que só alcançam aqueles que são súditos fiéis, leais e reflexos da imagem composta no espelho, aliás, nas crônicas. A produção da memória sobre os feitos narrados é, realizada então, para que tais feitos sirvam de exemplo para os vindouros por que: “os autores das estorias apartados em seus estudos estaram contemplando na boomdade de nossas forças. e escpreueram nossos feitos pera jmsinamça de mujtos uiuos. e uoara a fama de nossa morte per todallas partes, omde

¹²⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. *CDCG*. p. 16.

¹²¹ *ibidem*. p. 192.

os homees conhecerem escripturas.”¹²²

Aliás, na exortação parenética de clérigo graduado como o foi Frei João Xira, capelão de D. João I, a produção da memória é associada às determinações astrológicas, que - como se demonstra na conceituação do vocábulo crônica - são utilizadas por Zurara em várias passagens das crônicas. Na peroração do sacerdote, tanto a guerra de Ceuta estava conjuminada com as determinantes astrológicas quanto a preservação de sua memória, por escritos, estavam fadadas a se realizar, pois, a hora em que a empresa foi determinada está associada ao signo Libra, que é significador das coisas memoráveis, segundo é expresso no trecho que selecionamos:

“Quero que saybaaes que sse os juizos **estrollogos** som uerdadeiros, segumdo apremdi dalguus sabedores, que sabiam a ora em sse primeiramente este feito determinou. por emtrar **Martes** em sua exaltaçom **em casa de Venus** de ssahimento do Soll, e a **Saturno** entomçe que he o **signo de Libra**, significador das cousas **rrenembradores[sic]**, mostra que a memoria desto ha de durar, e sse ha de poer em escripturas, cujo tresumo sera leuado a mujtas partes em rrenembrança de uossos boôs feitos.”[grifos meus].¹²³

Então, pelo que se disse acima e porque os eventos são de incomensurável grandeza, fez-se necessário que o cronista, “consirando como o tempo escorregaua cada vez mais. e que tardando de serem escritos poderiam as pessoas que alij foram faleçer. per cuja rrezam se perderia a memoria de tam notauées cousas”¹²⁴, recolhesse as informações que pudesse obter sobre os eventos de Ceuta - matéria de sua crônica - tanto através de fontes escritas, quanto de testemunhos orais, porque percebeu a oportunidade de serem consignadas por escrito sem

¹²²ibidem.

¹²³ibidem. p. 164.

¹²⁴ibidem. p. 13.

retardamentos. Nesta altura, o cronista afirma agir assim por ordem de D. Afonso V, mas, não seria legítimo supor que o recolhimento destes tipos de fontes e, a escolha do momento oportuno para utilizá-las pudesse ser de fato atribuída ao *feeling* do especialista?

Esta análise reflete objetivos vinculados à formação de determinado discurso de poder político, calcado na estruturação de imagens-símbolo de poder que fazem a propaganda da grandiosidade das conquistas dos portugueses e que, se servem de espelho para os presentes, servem também como espelho fundamentalmente para os que hão de vir, projetando no imaginário dos povos a memória dos feitos da dinastia no poder em Portugal, inclusive como afirmação de um sentimento de inclusão essencial para o forjamento da nacionalidade.

Com efeito, observa-se uma preocupação deliberada não só com a preservação e construção da memória por parte dos governantes da dinastia de Avis, quanto D. Afonso V, como tem a perspectiva da ampliação da circulação da memória preservada, quando projeta para alhures, como dissemos, a possibilidade de conhecimento dos honrosos feitos de cavalaria obrados pelos portugueses; assim se explicam as menções à tradução para o latim dos feitos de seu avô, D. João I, firmadas por Zurara na crônica dos condes de Menezes, na qual afirma, que os parentes destes condes deveriam: “ser muito obrigados a este Rey porque não soamente se contentou de os fazer escrepver [os feitos daqueles condes] em nosso vulgar Portuguez mas ainda os fez traduzir aa Lingua Latina”¹²⁵, com o objetivo explícito de propiciar, através de sua leitura, exemplos de virtude e *correiçam*, afinal,

¹²⁵ ZURARA, Gomes Eanes. *CCPM*. p. 215.

o latim era, ainda, a língua geral dos meios cultos nobiliárquicos europeus à época.

De mais a mais, esta tradução foi feita por um importante intelectual a serviço do paço de Avis: “Mestre Matheus de Pisano, que foi Mestre deste Rey Dom Affonso.”¹²⁶ Registre-se, ainda, que, numa evidente hipérbole, o preceptor do Rei é acoimado de “Poeta Laureado, e hum dos suficientes Filósofos e Oradores, que em seus dias concorreram na Christandade.”¹²⁷ Certamente, mais importante é a afirmação da disseminação do *vulgar Portuguese* incorporada pelo cronista que faz deste, o *nosso* idioma. Trata-se, pois, da confirmação textual da existência plena de uma homogeneidade lingüística que confere características peculiares ao novo idioma originado do latim e dele já distinto.

Assim, o cronista aduziu a principal razão para a tradução para o latim como sendo o desejo de que não apenas os portugueses dela tivessem conhecimento, mas que aqueles feitos “fossem manifestos a todo conhecimento de toda a Nobreza da Christandade.”¹²⁸

Acerca do império da língua portuguesa, Vânia Leite Fróes argumenta, que em Portugal se desenvolveu, a partir do século XV, “o gosto pela língua vulgar, [já consignado por Zurara, e uma] tendência a enriquecê-la, estudá-la, sistematizá-la, ‘a pátria era a língua’ e o *Rei*, sua corte e seu *Reino* dela se apropriaram.”¹²⁹ [grifos da autora].

O idioma já existente traz também em seu bojo o conjunto de práticas

¹²⁶ *ibidem*.

¹²⁷ *ibidem*.

¹²⁸ *ibidem*.

¹²⁹ FRÓES, Vânia Leite. *Era no tempo do rei*. p. 60.

discursivas necessárias para a perfeita manifestação e emissão do conteúdo da memória do povo português.

Vânia Leite Fróes vai muito além nas discussões aqui intentadas, imputando ao rei a iniciativa de ordenar o recolhimento das informações e *avysamentos* mais vetustos sobre a história do reino e dos seus povos ainda sabidas por partilharem de mesma natureza que as trovas, canções, lendas e outros topos da fértil imaginação popular. Para ela, “os reis eram grandes veiculadores dessas ‘preciosas antiguidades’, quer porque patrocinem cronistas e historiadores, quer porque, muitas vezes, eles próprios traziam às cortes e ao mundo letrado, em língua vulgar, o mundo dinâmico da tradição oral” assim, estuda a dimensão política resultante das ações reais no recolhimento daquelas informações, afirmando tratar-se de “um fenômeno cultural e político, cuja raiz leva a aceitar e honrar as próprias antiguidades, de ordinário conservadas em formas populares como revelação do caráter nacional.”¹³⁰

Se a autora acima mencionada entende de modo amplo o papel civilizador do rei, vemos que nas quatro crônicas que escreveu, Zurara realizou sobejamente os desígnios reais e, boa parte desta dissertação, procura demonstrar de forma inequívoca a estreita vinculação entre a obra do cronista e os grandes delineamentos temáticos e estilísticos estabelecidos pelos reis e príncipes da Ínclita Geração.

A abordagem que até aqui temos feito sobre a produção da memória, relaciona-se com o método pelo qual Zurara compôs as suas narrativas:

¹³⁰ *ibidem*.

as fontes utilizadas, temas abordados, certos artifícios utilizados para a construção de seus personagens, etc. Há, entretanto, um aspecto em seu método que julgamos oportuno destacar em item próprio, que trata da utilização dos *exemplos* como recurso político-pedagógico.

2.4 Exemplos e espelhos

Discute-se doravante, como importante passo do método de construção das crônicas levado a efeito por Zurara, a importância do *exemplo* como recurso civilizatório, de promoção e edificação do ser, obviamente enquadrado nas diretrizes medievais.

Os exemplos são utilizados de modo a compor as cenas e personagens ideais, de cuja força pedagógica Gomes Eanes de Zurara se vale como instrumentos estruturantes em múltiplas situações. Destas, ressaltamos o papel desempenhado pelos reis e infantes da dinastia de Avis, como vetores tanto da construção da identidade nacional a partir do sentimento de pertencimento a um território definitivamente consolidado, Portugal, espaço que se amplia, mais tarde, para *o ultramar*; quanto de uma nação que se construiu tomando por base o sentido aglutinador de ser-se cristão e, que após o encerramento do processo de Reconquista no próprio território ibérico, com a definição das fronteiras distintas da *Hespanha*, resultou no sentido de ser-se português; como, inclusive, de um sentimento de pertencimento, também, a um grupo de falantes da mesma língua,

nosso vulgar Portuguese como quer Zurara.

Com base em tais delineamentos, se o nosso cronista constrói situações e personagens como exemplo, faz de tais exemplos, signos imagísticos, que, com base nos aspectos que significam, são projetados pedagogicamente, seja no momento daquela atualidade, seja para adiante, para outrem, noutros tempos, estabelecendo de fato, as condições em que os povos possam orgulhar-se de si próprios, de sua terra e dos magníficos governantes que têm. Governantes, enfim, cuja *fama* espalha-se por toda a cristandade, garantindo a ambos, povos e governantes, a *nomeada* a que justamente têm direito por serem cristãos exemplares, preocupados não apenas com sua própria salvação, mas também, com a das almas daqueles trazidos à *boa fé* por suas conquistas territoriais ultramarinas.

Embasadas desta maneira, na força dos exemplos, as crônicas inscrevem-se no circuito das manifestações do gênero literário *Espelhos de Príncipes*, que possuem, em tais exemplos, a sua característica essencial, o que os faz servirem como manuais para a educação dos príncipes. Neste sentido, esclarece Vânia Leite Fróes que “esses manuais [...] constituíam um gênero, mas a forma como o texto estruturava-se, variou muito”¹³¹, o que só vem corroborar nossa afirmação. Se as crônicas não pertencem, no sentido estrito, àquele gênero, visto tratarem-se as narrativas cronísticas de retenções históricas, tais narrativas, entretanto, a seu modo, cumprem as funções que no sentido lato, pedagógico, têm aqueles espelhos.

¹³¹FRÓES, Vânia Leite. *Era no tempo do rei*. p.66.

Acerca dos elementos principais que compõem o gênero cuja análise está em tela, aquela autora explicita aspectos que são relevantes para a discussão que estamos realizando, tendo em vista, serem as crônicas de Zurara, além de retenções historiográficas, manuais ético-políticos, assemelhados aos referidos Espelhos de Príncipes. Diz ela que:

“O espaço divino que serviu de *Imago*, espelho para o mundo terreno, abria-se aos homens não só pelos textos bíblicos e as hagiografias. O homem podia também conhecê-lo (principalmente após o século XII) pela contemplação da própria ordem da natureza que Deus governava com perfeição [...] As múltiplas funções do príncipe e a constituição do Reino fizeram surgir uma espécie de novo ofício – o de rei. Era preciso ensinar-lhe o ofício já que era agora o Espelho da Nação.”¹³²

Nesta direção se percebe que Zurara esculpe os modelos a serem seguidos, pois, “o paradigma precisava ser fixado, reproduzido e aprendido, inclusive pelos governantes”¹³³, como nos ensina aquela autora. Daí porque, as crônicas têm, como gênero narrativo, uma preocupação principal com o presente e subordinada com o futuro, porque cabe aos pósteros espelharem-se nas virtudes daqueles que lograram, mediante a realização dos feitos heróicos, alcançar a fama, a glória e a honra.

Na carta que mandou a D. Afonso V quando do envio da Crônica de Guiné, Zurara escreveu que este monarca desejava ver escritos os feitos do Infante D. Henrique, tio deste rei, porque “se alguns príncipes católicos em este mundo cobraram perfeição das virtudes heroicas, ele devia ser contado por um

¹³² *ibidem*. p.45 e p. 55.

¹³³ *ibidem*. p. 55.

dos principaes.”¹³⁴ O cronista, aqui, expressa a vontade real em usar a vida deste príncipe como exemplo, pois, nas palavras que põe à boca de D. Afonso V, “seria erro de tão santa e tão virtuosa vida não ficasse exemplo, **não somente para os príncipes que depois de vossa idade possuissem estes Reinos, mas ainda por todos os outros do mundo** que de sua escritura cobrassem conhecimento”¹³⁵, assim, Portugal teria seu nome engrandecido “e os estrangeiros trizeriam seu nome ante os olhos, com grande louvor de sua memoria.”¹³⁶ [grifos meus].

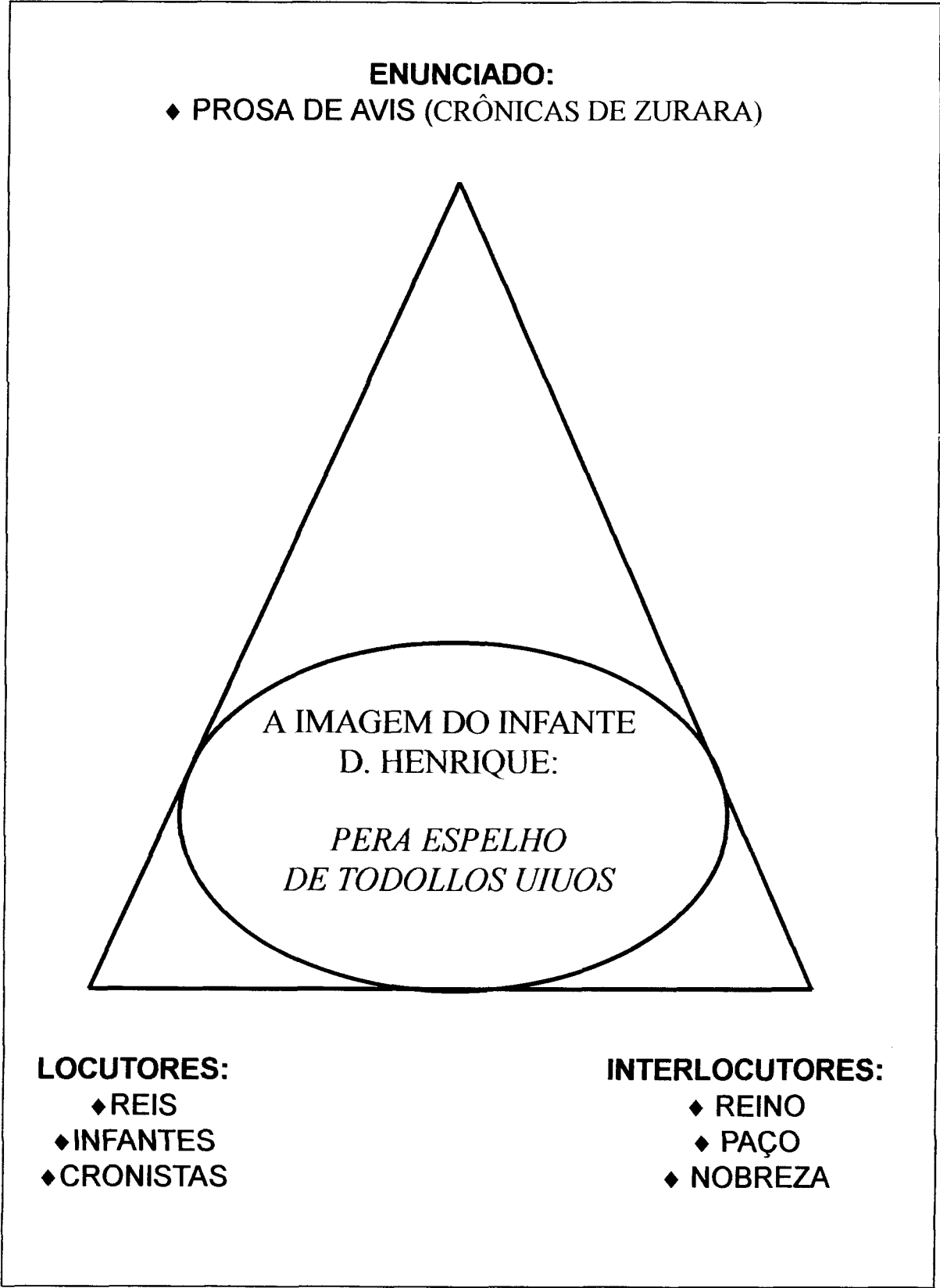
Procurou-se traduzir graficamente o circuito de enunciação que demonstrasse a eficácia dos exemplos nos termos do Discurso do Paço de Avis, exemplificando-o através de uma imagem que melhor condensasse os elementos essenciais presentes na discussão desta dissertação de mestrado.

¹³⁴ ZURARA, Gomes Eanes. *CDCG*. Carta que Gomes Eanes da Zurara, Comendador da Ordem de Cristo, escreveu ao rei quando lhe enviou este livro (Carta a D. Afonso V). p. 19 a 24; 31 a 36; 38 a 40.

¹³⁵ *ibidem*.

¹³⁶ *ibidem*.

GRÁFICO 1: A Imagem do Infante D. Henrique



Os aspectos que vimos discutindo acerca do exemplo na composição da imagem do Infante são sobremodo importantes porque, sobre D. João I, a verve zurarina também dirá deste rei, tão aquinhado por Deus com as benesses de Sua intervenção nas batalhas que venceu, que ele “bem pode seer **exemplo a todollos príncipes do mundo**.”¹³⁷ [grifos meus]. Ora, vê-se aqui, que a imagem do Infante D. Henrique na Crônica de Ceuta, compartilha o mesmo destino glorioso que bafejara o Rei da Crônica de Ceuta, o que evidencia, não apenas o prestígio do Infante junto ao Rei D. Afonso V, ordenador das crônicas, mas , principalmente, as razões para tal promoção. Vale anotar que assemelhar o Infante ao rei-fundador da dinastia, valoriza o rei que manda fazer a crônica e serve ainda para que o modelo dos governantes portugueses sirva de exemplo para outros reis e príncipes. Mas, ainda mais importante, o exemplo **deste** príncipe serve também a um outro grande objetivo político, qual seja, o de intermediar dois pólos sociais que se distanciam gradativamente mais e mais: o rei e o povo. A imagem do Infante como modelo de virtudes cristãs em que pontifica a lealdade é, deste modo, o alicerce sobre o qual o rei sedimenta sua autoridade sobre todos os súditos, que a ele devem inolvidável obediência.

No conjunto destes motivos, dentre os menores não está o fato de que o Infante era, ao tempo em que se escreveu a crônica de Ceuta, o único remanescente da Ínclita Geração ainda vivo, possibilitando ao monarca valer-se da força emblemática de sua imagem como sujeito da gesta da dinastia que se impuha legitimar ferreamente, em face do poder crescente de setores da grande nobreza aos quais teve,

¹³⁷ ZURARA, Gomes Eanes de. CTC. p. 90.

o Rei, que cooptar nas lutas que manteve com seu antigo tutor, o Infante Regente D. Pedro. Convém anotar ainda, que em tais lutas, o Infante D. Henrique manteve-se apartado tanto quanto lhe foi possível e, no trágico desfecho delas, na Batalha da Alfarrobeira, perfilhou-se, como súdito fiel e leal, exemplarmente ao lado do jovem rei.

Destarte, para que todos pudessem mirar-se num espelho, como o Infante D. Henrique, não é de admirar que o cronista tenha dito “que fe nom pode dar herdade de mayor riqueza, nem joya de mayor valor a qualquer nobre, e excellente, que a imagem fua pintada de virtudes, **na qual como um espelho**, fe poffa efguardar o lume de feus feitos ante a prefença de todo-los outros.”¹³⁸[grifos meus] Desta forma, a partir desta diretriz sobre o funcionamento do exemplo, Zurara conclui que os homens, “avendo conhecimento de taes coufas, em como os feitos, e obras dos paffados, fejam regra, e ordenança pera os que ham de vir; caa vendo-fe homens como aquelles, por vergonha poderão contar, uzarem de menos virtude que os outros.”¹³⁹

O cronista Zurara vale-se das obras de inúmeros autores seja da tradição bíblica, que cita vezes sem conta, seja da tradição helenística que foram abundantemente utilizados pelos príncipes de Avis, D. Duarte e D. Pedro, nas obras que escreveram. Muitos destes autores escreveram manuais para a educação de príncipes, espelhos de príncipes ou ainda, gêneros variados de prosa moral eivados de ensinamentos éticos e políticos importantes como subsídios para a literatura cronística que em Portugal se desenvolveu estimulada pelos primeiros

¹³⁸ ZURARA, Gomes Eanes de. CCPM. p. 215-6.

¹³⁹ ibidem.

Avis. No caso de Zurara, segundo grande cópia de historiadores, críticos e comentaristas de suas obras, o modelo de que se valeu foi o conjunto das obras literárias dos infantes supra-citados. Estes estudiosos de Zurara enfatizam, no entanto, que a obra de D. Pedro foi mais intensamente utilizada pelo nosso cronista. De nossa parte, preferimos concordar com José Costa D'Assumpção Barros que afirma: “no que se refere ao âmbito das “teorias de poder”, uma extensa malha de intertextualidade pode ser identificada, retrocedendo até os clássicos como Aristóteles.” Não só como *teorias de poder*, identificamos as obras a que Barros se refere, mas também como *manuals para educar príncipes e nobres e espelhos de príncipes*, os quais, conforme assinalado por Vânia L. Fróes, estruturam-se com base na força pedagógica dos exemplos.

O que importa ressaltar, todavia, é que qualquer designação que receberem, fato é que obras como “o Regimento de Príncipes, de Egidio Romano, [já] aparece na biblioteca de todos os primeiros reis da dinastia de Avis (D. João I, D. Duarte, D. Manuel)” e, inclusive, “trechos inteiros de Fernão Lopes[...] são versões ou fazem referências à obra do teólogo romano.”¹⁴⁰ Assim também, a *Ensinança dos Príncipes* de S. Tomás de Aquino, já era conhecida em Portugal, tendo sido, inclusive, utilizada no *Livro da Virtuosa Benfeitoria* do Infante D. Pedro. Vê-las todas presentes nos textos de Zurara, demonstra a erudição e o cuidado utilizados pelo nosso cronista na redação de suas narrativas e, principalmente, desautoriza juízos que não vêem em Zurara senão o copista da obra daquele infante. Arremate perfeito para esta discussão sobre a profusão dos Espelhos de Príncipes, conhecidos e

¹⁴⁰ BARROS, José Costa D'Assumpção. op. cit. p.213

utilizados desde o período borgonhês, é a sentença de Barros: “a verdade é que parte desta malha intertextual incidirá, principalmente, em monarquias portuguesas posteriores, sobretudo nas da dinastia de Avis, onde terá influência marcante.”¹⁴¹

Miriam Cabral Nocchi Abreu, em seu estudo sobre a *Virtuosa Benfeitoria*, afirma que este livro “foi escrito pelo infante D. Pedro com o auxílio de seu confessor, Fr. João de Verba. Esta co-autoria indica a dupla origem da obra: a nobreza palaciana e o clero urbano regular.”¹⁴² Em nossa opinião, esta dupla origem explicaria também o fato de que, como primeiro tratado político escrito por um leigo em Portugal, a obra guarde, além dos elementos temáticos de longa tradição vétero-testamentária e helenística, também a característica fundamental de ser instrumento de afirmação do poder monárquico em Portugal, como é bem assinalado no estudo.

Entretanto, a autora informa que “todas as tentativas de delimitar a quem pertence cada passagem do texto mostraram-se infrutíferas [...] O certo é que o livro, mesmo que finalizado pelo clérigo, teve a aprovação do príncipe e por isso é um documento importante da concepção de mundo e das propostas políticas de D. Pedro.”¹⁴³ Se é possível concordar com a parcialidade do juízo que atribui ao infante, estas concepções e propostas políticas, é possível também questionar se só a ele cabem ser atribuídas tais idéias, pois, diante tanto da indissociabilidade da autoria quanto da aceitação tácita dos resultados do trabalho do clérigo pelo príncipe, supomos decorrer que aquelas idéias são também as do Frei João Verba, sobre quem

¹⁴¹ *ibidem*.

¹⁴² ABREU, Miriam Cabral Nocchi. *O Livro da Virtuosa Benfeitoria: um Espelho das Boas Obras do Rei. A concepção de realeza e sociedade na obra de D. Pedro (1392-1449)*. Niterói, 1997. 135 p. Dissertação (Mestrado em História Medieval) Universidade Federal Fluminense. p. 34.

¹⁴³ *ibidem*.

é oportuno assinalar, que se tratava de um frade franciscano afeito, pois, às discussões em torno do primado do poder real que nesta ordem religiosa alcançaram culminâncias.

No *Dicionário Cronológico dos Autores Portugueses*, sobre a obra do Frei João Verba, se consigna que o infante “o encarregou de concluir e refundir o seu *Dos Benefícios*- adaptação do *De Beneficiis* de Sêneca -, tarefa que materializou, em 1433, com o *Livro* (ou *Tratado*) *da Virtuosa Benfeitoria*.”¹⁴⁴

Novamente Vânia L. Fróes é quem nos esclarece sobre os autores que, em Portugal, “de certo modo garantiram a continuidade da tradição clássica ao cristianismo”: Cícero, Plínio e Sêneca são os citados pela autora, que acrescenta a estes, as obras dos importantes autores medievais Francisco Eiximenis e Raimundo Lúlio. Entretanto, Zurara refere-se porfiadamente, também, a Marco Túlio Cícero, a Sêneca, a Tito Lívio, e, explicitamente, a Frei Gil de Roma e a Paulo Virgílio, aludindo, respectivamente, a um “livro do regimento dos príncipes [e à] ensinamça dos moços fidalgos.”¹⁴⁵ Por isso,

¹⁴⁴ INSTITUTO Português do Livro. *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*. vol. I. Coordenação de Eugénio Lisboa. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1985. p. 120.

¹⁴⁵ ZURARA, Gomes Eanes. *CTC*. p. 67. Vale observar que estes autores são também citados na Crônica da Guiné e, na versão que fez desta crônica, José de Bragança, na nota número 02 do Capítulo 37, afirma sobre a obra de Vergílio, que o Infante D. Pedro com ela tomou contato em suas viagens, acrescentando que “deve ter conhecido o notável político”. Ora, se nestas achegas o comentarista pretende insinuar que esta leitura de Zurara tenha sido mais uma apropriação indevida da Crônica de D. Pedro, posto que acusa Bragança, o Visconde de Santarém, “por vezes tão minucioso em suas notas”, de não ter acrescentado nenhum esclarecimento a respeito, beira-se o desvario! Afinal, como responsável pela livraria real, nosso cronista não poderia simplesmente ter lido o livro de Vergílio? Já, na nota número 01 do Capítulo 56, Bragança afirma que o cronista “Rui de Pina dá notícia da tradução portuguesa deste tratado [*De Regimine Principum*, de Gil de Roma] feita pelo Infante D. Pedro, chamando ao autor Gil Correado. O “Leal Conselheiro” cita-o com frequência, bem como Zurara, a propósito da tomada de Ceuta”. Seria o caso de se perguntar: acaso, o Rei D. Duarte não teria plagiado, furtado ou esbulhado, também, o seu irmão D. Pedro? - Dois pesos...

concordamos quando esta autora identifica “uma espécie de genealogia até a prosa dos monarcas de Avis. No caso específico de Cícero a questão é mais explícita - o *Livro dos Ofícios* foi ‘tornado em linguagem’[para *nosso vulgar Portuguese*] pelo Infante D. Pedro.”¹⁴⁶

A consulta feita por Zurara aos Espelhos de Príncipes e, bem assim, às obras dos infantes da Ínclita Geração, das quais fartamente se embebeu, ao que tudo indica, forneceu-lhe a medida do que cumpria aos monarcas de Avis obrarem, como parte inerente da função que ocuparam. Ademais, tanto nos textos dos Espelhos quanto nas obras destes infantes, encontra-se a cópia das virtudes e dos preceitos que todo bom cristão deve, não só ostentar, como também praticar e fazê-las praticadas por todos. Assim para os reis, assim para os povos.

Tomando como guia a síntese de José Mattoso no verbete Exemplo, que elaborou para o Dicionário da Literatura Medieval Galego e Portuguesa, verifica-se que nos séculos XV e XVI, a palavra tem, em Portugal, os sentidos de “provérbio” ou, ainda:

“Narrativa breve a que os pregadores e moralistas dos séculos XII e seguintes recorrem com grande frequência para ilustrarem os seus ensinamentos e exortações e a facilitarem a captação do seu sentido ou a sua memorização [daí porque] inspira trechos dispersos numa grande quantidade de obras de todos os gêneros, como sejam, até, as crônicas de Fernão Lopes e de Zurara.”¹⁴⁷

Vemos que a força do exemplo é passível de ser percebida em

¹⁴⁶ FRÓES, Vânia Leite. Era no tempo do rei. p.67.

¹⁴⁷ MATTOSO, José. Exemplo. In: LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe, coord. *Dicionário da Literatura Medieval Galego e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993. p. 250-1.

diversos momentos das crônicas de Zurara e, para aqueles presentes no texto da Crônica de Ceuta e nas dos Condes, é pertinente a percepção de José Mattoso sobre o sentido do valor do exemplo como recurso retórico e narrativo.

Já, na Crônica da Guiné, concorda-se com Luís Filipe Barreto para quem a imagem do Infante D. Henrique, tal como a pintou Zurara, transcende a preocupação propedêutica imediata, inerente ao discurso cronístico, e desvela-se como paradigma da identidade nacional que sobre ela se assenta, como sinônimo da pujança imperial que se anuncia a partir da dilatação dos sentidos da portugalidade na medida mesmo da incorporação dos novos territórios, e do mar, mandada fazer por força da vontade, da tenacidade e da personalidade heróica deste Infante da Ínclita Geração, segundo a opinião registrada pelo cronista-mor em suas crônicas.

Quando dissemos que Zurara utiliza-se de vários autores para a confecção de suas crônicas, deixamos de citar São Tomás de Aquino, propositadamente, pois, este autor merecerá destaque a partir daqui, onde serão discutidas especificamente as Virtudes.

2.4.1 Das virtudes

Para Zurara, o exemplo deve ser seguido de acordo com as virtudes que são atribuídas aos seus personagens, sendo que para tanto, utiliza-se das determinações estabelecidas por aquele santo, que, em sua *Summa Theologica*,

enumera as virtudes, hierarquizando-as em dois grupos, ou seja, virtudes cardiais: a justiça, a prudência, a fortaleza e a temperança; virtudes teologais: a fê, a esperança e a caridade.

Todavia, entendemos que o estudo adequado destas virtudes implica analisá-las nos contextos em que o cronista as expressa; por agora, nesta primeira parte da dissertação, cuidamos somente de conceituá-las apoiados em sentenças de Zurara para significá-las. Já na segunda parte deste trabalho, haveremos a contextualização dos sentidos das virtudes, conectando-as, seja à construção das imagens dos reis, seja às do Infante D. Henrique.

Tais virtudes, extraídas da categorização escolástica do Aquinate, para Zurara, hierarquizam-se segundo seu pertencimento às coisas da vida e da alma:

“E pois que ja disse destas quatro uirtudes, [justiça, prudência, fortaleza e temperança] que perteeçem a emcaminhamento da bem hordenada uida, quero dizer das outras tres, [fê, esperança e caridade] que ssom chamadas theollogaaes, que jnteiramente perteeçem a alma.”¹⁴⁸

2.4.1.1 Virtudes cardeais

Justiça: primeira e principal de todas as virtudes. É a capacidade de julgar a si mesmo que cada pessoa razoável tem. Zurara citando Sêneca, diz que para

¹⁴⁸ZURARA, Gomes Eanes. *CTC*. p. 142.

o estóico, esta é a primeira e principal virtude e que ela “nom tam soamente perteeçe aaquelles que ham de jullgar, mais ajmda a cada huua criatura rrazoauell pera julgar a ssi meesmo.”¹⁴⁹

Prudência: é um hábito ou disposição que o homem tem para receber conselho e se afastar das coisas más, aproximando-se das boas. Diz o cronista que “prudemçia nom he outra cousa senam huu abito ou clara desposiçom, per que o homem per jmtrimsico conhecimento pode rreçeber comsselho pera sse arredar das cousas maas, e sse acheguar aas boas.”¹⁵⁰

Temperança: é a capacidade de nunca se exceder em coisa alguma. O cronista, não conceitua propriamente a virtude da temperança, antes, delineia o modo como se deve viver temperadamente, diz ele, por exemplo, valendo-se das virtudes ostentadas pela rainha D. Felipa, que se vestia com decoro mas sem ostentação, não era ociosa e tampouco a rainha:

“Fallaua sem neçessidade. e as suas pallauras sempre eram ditas com a comtenemça baixa e muy mamssamente rrazoadas, nem sse parecia em ella o geito que mujtas senhoras tomam em fallar, que leixam a maneyra que lhes perteeçe, e fallam appareçemça como moças criadas em mimos [...] e o rrosto a meude uistido de huu aar cheo de honestidade [...] seu comer nom era por deleitaçom, soamente por sooster a uida [...] jeiuaua tanto como a sua natureza podia sofrer. e mayor trabalho tijinha o fisico em a costramger que comesse pera ajudar a natureza, que o confessor tijinha em a rrepreemder da sobegidom.”¹⁵¹

Fortaleza: é convicção, força de vontade e firme constância e disposição em manter-se fiel aos princípios de seu julgamento. Assim, para Zurara,

¹⁴⁹ibidem. p. 141.

¹⁵⁰ibidem.

¹⁵¹ibidem. p. 142.

referindo-se ao rei, a fortaleza é o verdadeiro coração do magnânimo:

“O qual logo no primeiro mouimento por grande que a cousa seja nom se derriba a consentir em nenhum proueito nem perda que se lhe açerqua dello possa mostrar, mas estara posto em huua firmeza pollo qual liuremente consira quaaesquer azos ou estrouos que se lhe daquelle feito possam seguir. e assi rresponde passamente como quem nam tem a grandeza do feito em tal estima que lhe faça espamto.”¹⁵²

2.4.1.2 *Virtudes teologais*

Fé: é a capacidade de firmar-se no amor de Deus pautando a vida com o objetivo de atingir o reino dos céus. Implica também na adesão total à fé cristã e repúdio absoluto aos infiéis. Mais uma vez torna-se necessário alongarmo-nos em referência textual, de modo a ser possível obter a melhor contextualização em que a idéia a virtude da fé se revela plenamente no paragrafista Zurara. Trata-se do sermão do Capelão-Mor do Infante D. Henrique, Martim Paaes, em sua exortação aos homens do Infante nos momentos que antecederam o desembarque em Ceuta. O clérigo apresenta a questão da batalha iminente justificando como serviço de Deus: “agora sabee, que sooes aqui uijmdos por seruiço de nosso Senhor Jesu Christo. o quall uos aqui apresento, por cujo amor e seruiço elRey nosso senhor sse moueo a começar esta demamda.”¹⁵³ Em seguida, com o fito de associar em aliança, guerreiros e Deus, apresenta na prédica o inimigo a combater, os mouros, subsumidos na figura emblemática de Maomé:

¹⁵²ibidem. p. 28.

¹⁵³ibidem. p. 199.

“Leixo de uos dizer, como depois da sua samta paixom aquelle emçugemtado e abominauell çismatico Mafamede, tomou falso nome de profeta, sob collar de uirtude e onestidade semeou pollo mundo esta sua danada seyta. a quall assy como as maas heruas ham natureza de creçer mujto mais, que as proueytosas e boãs. bem assy esta maa semente dos jmfiées creçeo tamto na horta do Senhor, que sse nom fosse arrimcada pollos fiees e cathollicos primçipes, em breue tempo creçeria tamto, que amortificaria toda boã semente.”¹⁵⁴

Por fim, vinca a dependência e o sucesso na peleja à submissão pela fé em Cristo, fazendo disto o principal móvel de sua exortação e estímulo aos combatentes contra os inimigos da Santa Fé:

“Pollo quall emtemdemos que duas cousas soomente nos ficam pera fazer com toda diligemçia .s. cobijçar a perfeiçom da uitoria comtra os jmmijgos da ffe, e a segumda humilldar nossas almas ao Senhor, tomamdonos a elle de todo coração, fazendo penitemçia de todos nossos erros passados. e pidimdolhe que por sua samta piedade nos queyra ajudar.”¹⁵⁵

Esperança: é o direcionamento de todas as expectativas e desejos a Deus, não se afastando deste objetivo em nenhuma hipótese. De novo a rainha nos fornece o mote pertinente aos limites canônicos desta virtude - o bom cristão tem a esperança de estar com Deus até após a sua morte, quando viverá eternamente em Seu regaço: “a Deos prazera disse a Rainha, de me nom dar em este mundo tall prazer[ver os filhos sagrados cavaleiros pelo rei], porque emtemdo que sse mo aqui desse, que me minguaría alguua parte da bemaemturamça do outro. ca espero na sua mercee, que pois lhe praz de eu aqui nom auer prazer, de mo dar no outro mundo, homde me sera mais proueito pera a saude perdurauell.”¹⁵⁶

¹⁵⁴ibidem.

¹⁵⁵ibidem. p. 200.

¹⁵⁶ibidem. p. 135.

Caridade: é a ação que destina as riquezas possuídas, aos pobres e necessitados. Na hora extrema, a santa rainha D. Felipa, reproduzindo práticas tradicionais entre os fiéis cristãos, nobres ou não nobres, dispôs caritativamente parte dos seus bens para o amparo de pobres e necessitados, “ca sua rriqueza toda era thezouro de pobres, fazendo mujtas esmollas [...] ella tijnha mujtas merçeeeyras em todas as suas terras e em todollos moesteiros, em que auia pessoas rreligiosas e de boa vida, daua em cada huu anno ajuda per seu mantijmento. e assy pera casar horfaãs e criar meninos.”¹⁵⁷

¹⁵⁷ ibidem. p. 143.

PARTE II

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO INFANTE D. HENRIQUE NA CRÔNICA DA TOMADA DE CEUTA

PREÂMBULO

Nesta segunda parte, inscreve-se o estudo das imagens do rei D. João I e do Infante D. Henrique, ambas tecidas no século XV mas só a do Infante elaborada num tempo em que ele ainda vivia, posto que o Rei já falecera havia muito. Estas imagens foram consignadas na *Crônica da Tomada de Ceuta*. Narrativa que, todavia, sofreu algumas intervenções tardias, datáveis pelo exame do estilo de períodos posteriores ao falecimento deste príncipe. Precavemo-nos de afirmar terem sido todas estas interpolações escritas por Zurara, muito embora, nada obste, que se possa afirmar tenha sido assim.

Pontua-se pois que esta crônica, ao ser escrita ainda em vida do Infante, foi provavelmente utilizada pelo Rei D. Afonso V para, por força do exemplo nela contido - a imagem do Infante D. Henrique - explicitar um modelo de súdito fiel e leal. Tal modelo, muito interessava ao monarca veicular, pois se parte do ofício de Rei consistia em atender às demandas dos vassalos, outra parte consistia em conduzi-los de modo a que não se rompesse o tecido sutil de que se compõe a cadeia das relações feudo-vassálicas, cujos fios guardam tanto a natureza da fidelidade quanto o do benefício. O benefício, em Portugal, e notadamente a partir dos Avis, será denominado de *Benfeitoria*. Justo aí vemos os pródromos do pacto social que compõe o tecido do Estado ao qual, no entanto, só se chegará já na Modernidade.

O Infante D. Henrique ocupa um espaço na Crônica de Ceuta que somente perde em tamanho e importância, se é que não emparelha, àquele

ocupado por el-Rei. Mais que isso, e longe de fazer medições ou cálculos, supomos, em virtude da expressividade das circunstâncias narradas em que este príncipe desempenha papel preponderante que é possível afirmar-se ser ele o personagem principal desta crônica, basicamente porque suas ações ocupam, no decorrer do texto, espaço paulatinamente maior.

Na tessitura da imagem do Infante, Zurara utiliza-se de dois recursos: o primeiro é tratar o príncipe sempre pelos mesmos epítetos (Duque de Viseu e Senhor da Covilhã, entre outros), de maneira que o leitor tenha no decorrer da leitura a impressão que conhece aquela persona e que, no plano do que é puramente cognoscitivo, possa se apoderar daquela figura, pois está tendo uma visão dela.

A utilização de tal expediente tem substância no plano histórico pois, a ênfase e a repetição são recursos mnemônicos e retóricos, capazes de encadear a narrativa e oriundos de vétera tradição, na qual se reconhece a importância que tiveram autores muito mais vetustos.

O segundo recurso trata da coerência interna, de uma lógica, de um encadeamento seqüenciado das ações deste infante, capaz de associar a esta figura-símbolo, muito mais que a percepção de sua persona, resolvendo-se o problema do esmaecimento da imagem pela ação degenerativa da memória - problema, aliás, aludido por Zurara quando diz que, em sendo jovem a memória é firme, mas é um dom que se perde quando a cabeça fica “caã e a face enuerrugada [pois] logo hum sangue frio [se acerca d’] o coraçam” e torna-se impossível reter muitas informações; o que era antes, quando o sangue pulsava “enfervescido”, um exercício agradável, torna-se cada vez mais um parto dificultoso; e a este recurso,

capaz de chamar a atenção para o caráter moral que norteia as ações do príncipe afirmando-o como pessoa confiável, capaz de dedicar-se a um ideal e de ser absolutamente honesto para com ele, associamos o talento narrativo de Zurara.

Com base nestes delineamentos, será discutida de modo mais abrangente a *Crônica da Tomada de Ceuta* e, como fontes subsidiárias, a *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné* e, as *Crônicas dos Condes D. Pedro e D. Duarte de Menezes*, intentando desvendar-lhe os grandes temas e, dentro destes, as linhas de força que, ao explicitarem os mecanismos de construção da Imagem do Infante D. Henrique, o Navegador, direcionam nosso entendimento das diretrizes apontadas pelo cronista para as transformações indicadoras dos novos tempos que se inauguram em Portugal.

Neste estudo, deparamo-nos com algumas noções intensamente exploradas pelo cronista. Destas, umas se referem a pessoas e outras a grupos de pessoas, muito embora as primeiras, dependendo da qualidade do indivíduo dado como exemplo, passem a ser aplicáveis também aos coletivos. Observamos também, que tais noções apresentam valores categoriais e, mais ainda, que sofrem alterações nitidamente observáveis entre uma e outras das quatro crônicas aqui examinadas, sendo o caso, inclusive, das noções de “glória”, “honra” e “fama”.

Tais noções na *Crônica de Ceuta* são uma coisa e, outra coisa são na *Crônica da Guiné*. Neste ponto, é bom lembrar que tais noções estavam presentes na cronística medieval portuguesa desde há muito tempo, donde se pode inferir que apresentem as crônicas de Zurara alguns importantes aspectos arcaizantes e, outros apontando para as transformações estruturais e ideológicas típicas da Renascença, o que nos faz supor ser possível considerá-las, as categorias, como típicas dos fins da

Idade Média portuguesa.

A *Crônica da Tomada de Ceuta* é a primeira dentre as quatro crônicas conhecidas da lavra de Gomes Eanes de Zurara, guarda-mor da Torre do Tombo e segundo cronista-mor do Reino de Portugal.

O texto da crônica é composto de matéria narrativa cuja natureza mais ampla, impõe seja considerada como integrante do conjunto das *Crônicas Gerais do Reino*; por via de consequência, as três outras crônicas que sabidamente escreveu, pelo caráter parcial, diríamos, concordando com o cronista, as excluiriam daquele conjunto maior.

Entretanto, até porque o próprio cronista vê similitude entre as matérias tratadas na crônica de Ceuta e naquelas sobre os Menezes, sentimo-nos autorizados a utilizar passagens destas últimas para esclarecer tópicos relativos à primeira ou, ainda, para sustentarmos nossa argumentação. Não de outra maneira nos valeremos de textos extraídos à *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, posto que os vemos como fundamentais para esta dissertação, uma vez que será utilizada para ajudar a composição das imagens do Rei e a do Infante D. Henrique notadamente no que respeita às variações que estas imagens apresentam, nesta crônica, em relação àquelas presentes na *Crônica de Ceuta*.

A diferença entre os feitos da cavalaria observáveis nestas crônicas não montam a muito, apesar de terem sido realizados por personagens de desigual categoria. Tais feitos são, por isso mesmo, justificadores da distinção que o cronista estabelece em face das crônicas que escreveu. Por nossa parte, vemos que uns e outros feitos são realizados no escopo de garantir, numa crônica, a conquista da cidade (ver Figura 9 - Anexos) e, nas outras, de mantê-la na posse dos portugueses,

muito embora reconheçamos a justeza das proposições acerca da natureza das crônicas, feita por Gomes Eanes de Zurara..

Ademais, a preocupação com a manutenção da cidade após a conquista, segundo nos conta este cronista, foi alvo de avaliação e cuidados criteriosos da parte de D. João I, bem como, da grande nobreza e membros do Conselho Real que, juntamente com o monarca, decidiram realizar o esforço da guerra cruzadística.

E mais, a reiteração na abordagem do tema no interior de ambas as crônicas, sinaliza a indefinição quanto ao destino que se deveria dar à Ceuta após a vitória. Tema político candente e polêmico a gerar desavenças e polarizações no seio do grupo dirigente, desde o topo - os infantes, filhos do rei - até a base - o povo. Que fale o cronista: “mujtas cousas fallaria aqui se quisesse, açerqua dos desuayrados juizos que sse dauam sobre aquella partida, espiçiallmente a gente do pouoo, culpando mujto elRey, porque fazia semelhante mouimento.”¹⁵⁸

Tanto a abordagem do texto de Zurara, quanto o critério de seleção e delimitação das citações a fazer, têm diretamente a ver com uma das características mais notáveis de seus escritos, a bem marcar, por ela mesma, a própria natureza de seu trabalho: escreve para servir ao rei D. Afonso V, e joga sobre si mesmo a penumbra, de modo a que sobre o rei se concentrem as luzes.

Vale-se para isto, de um estilo muito adequado a seus fins: cada crônica, a de Ceuta notadamente, é como que uma esfera armilar, um universo fechado e bastante, em cujo bojo o cronista expende seu pensamento hiperbólico e metafórico em longas frases imbricadas entre si, cruzadas e enredadas. Zurara nada

¹⁵⁸ ZURARA, Gomes Eanes de. *CTC*. p. 151.

define numa sentença lapidar, se em desdobradas orações e períodos o puder fazer: não se trata de um frasista, mas sim, por assim dizer, de um paragrafista.

Daí a dificuldade de selecionar frases-síntese de seus textos. Pensamento e expressão constituem verso e reverso de um mesmo fenômeno, e pinçar frases de um discurso que em parágrafos se expressa, seria distorcer tanto um quanto o outro. Não obstante, em função das necessidades da argumentação, utilizamos uma e outra fórmulas para auxiliar a demonstração, conscientes, todavia, do risco de estarmos, no mínimo, empobrecendo a beleza do texto do cronista. Esse, e não outro motivo qualquer, explica a decidida opção em não trabalharmos com excessivos exemplos extraídos das fontes cronísticas. Além do mais, convém seja dito, que este indissimulado respeito ao estilo de Zurara nem sempre resultou achássemos em seu texto as passagens mais adequadas, por justas ou sintéticas, e em número suficiente para os limites que nos impusemos, por isso não houve como fugir àquelas mais longas, das quais, todavia, esperamos não ter abusado.

A Crônica da Tomada de Ceuta é o relato dos acontecimentos referentes à conquista desta cidade moura magrebina, encetada pelos portugueses sob o comando do rei D. João I, fundador da Dinastia de Avis, e ocorrida no ano de 1415.

O texto da narrativa, composto de 105 capítulos, pode ser dividido em partes distintas, posto que guardam afinidades que lhes conferem especificidade e univocidade temáticas na matéria de que se compõem.

Assim, identificamos como integrantes da primeira parte, os capítulos 1 - o prólogo (ver Figura 6 - Anexos) - até o capítulo 15. Aqui, impõe-se o cronista, em primeiro lugar, apresentar a crônica como obra devida a Deus e somente realizada graças às súplicas e rogativas que fez à Virgem-Mãe de Deus, de quem o rei D. João

I, “glorioso Príncipe na sua santíssima virtude sempre ouve.”¹⁵⁹ Em seguida, no capítulo II, expõe as justificativas para o fato de que a crônica foi redigida tarde, destacando dentre estas a circunstância de haverem falecido “casi a maior parte das autorizadas pessoas que foram no conselho e feito da dita obra”¹⁶⁰, isto é, a Tomada de Ceuta.

Excetuando-se estes dois primeiros capítulos, os outros treze, desta parte, referem-se aos cuidados diplomáticos necessários à preparação da “empresa” em virtude das suspeitas que levantou uma tal mobilização de recursos sociais, humanos e materiais havida em Portugal, ameaçando várias “nações européias” de então, especialmente os reinos de Castela e Granada, temerosos de ataques por parte dos portugueses.

Além destes aspectos, a preparação da empresa implicava também em saber-se se a guerra à Ceuta seria “serviço de Deus”, noutras palavras, se contaria com o apoio da Cristandade quando se esclarecesse o mistério sobre o objetivo real da mobilização para a guerra mencionada.

Justo por isso, esta primeira parte da narrativa contém o tema fundamental, verdadeiro *leitmotiv* de toda a crônica: a sagração dos Infantes como cavaleiros. Tal tema é posto como a motivação central do esforço de guerra à Ceuta, aos mouros infiéis. Este aspecto é o que autoriza afirmar que a *Crônica da Tomada de Ceuta* foi explicitamente redigida com os objetivos tanto quanto os condicionantes das Cruzadas da Reconquista, muito embora o cronista deixe claro que a opinião do Vedor da Fazenda d’El-Rei, *Joham Affonso*, que relatara a riqueza e pouca segurança

¹⁵⁹ *ibidem.* p. 08.

¹⁶⁰ *ibidem.* p. 11.

da cidade ao rei e aos infantes, tivesse pesado muito na escolha de Ceuta como o local mais adequado àquela sagração.

A segunda parte trata do envio de embaixada portuguesa ao Reino da Sicília, com o objetivo concreto de propor o casamento de sua rainha não com o infante herdeiro de Portugal, mas sim com o Infante D. Pedro. Na verdade, o objetivo secreto era identificar as condições de defesa da cidade de Ceuta, em face do ataque português que sobre ela se decidia. Nesta parte, o cronista demora-se em relatar as consultas feitas por D. João e pelos infantes a outros grandes personagens do Paço, como o Condestável Nun'Alvarez e, sobretudo a Rainha. Destaque-se que nos capítulos pertinentes, Zurara, introduz os temas da prudência e da sabedoria do rei quando descreve o monarca em alongadas entrevistas com os grandes personagens do Paço, mais próximos de sua confiança: a Rainha, o Condestável, o Vedor da Fazenda, e os infantes, seus filhos. Ressalte-se ainda que, neste conjunto, não se exclui o filho bastardo do rei, D. Affonso, à época da conquista, oitavo Conde de Barcelos. Esta segunda parte abrange os capítulos 16 a 22 da Crônica.

À terceira parte correspondem os capítulos de número 23 a 26, neles tratando-se dos aprestos para a formação da armada que foi a Ceuta, de tudo quanto fora necessário em homens, armas, vitualhas, etc.; trata-se das discussões havidas no âmbito do Conselho Real, sobre as formas de manter-se o sigilo em torno da empresa, em face das pressões diplomáticas, que, sobretudo os Reinos Ibéricos, faziam sobre o rei de Portugal, no intuito de precaverem-se a tempo diante da ameaça, que lhes parecia próxima, de um provável ataque português. Trata ainda, da ordem Real ao infante D. Henrique para que este fosse ao Porto tratar do aparelhamento da frota.

Na quarta parte, nos capítulos 37 a 44, Zurara noticia os episódios

envolvendo a doença da Rainha D. Felipa de Lencastre: a última entrevista que teve com os infantes e com o Rei e, os preparativos feitos desde quando, sentindo-se morrer, providentemente dispôs sobre seus bens e as pessoas de seu Paço. Tal relato, culminando com o desenlace, apresenta os passos da ritualização da morte observáveis em outras narrativas sobre falecimentos de personagens nobres da baixa Idade Média.

Já nos capítulos 45 a 49 desta parte, o cronista afirma que a Rainha é exemplo perfeito de conjugação das quatro virtudes cardeais e nos informa que esta morte foi tomada como sinal aziago para a ida à Ceuta. De fato, transparece no texto que o ímpeto da partida quase foi abortado, e isto só não aconteceu porque afinal, para D. João I, malgrado o “grande amor” que o rei nutria pela Rainha, esta “nom era mais que huua molher, cuja morte nom trazia torua pera seu prepósito, soamente a tristeza que por elles por sua causa filhauam.”¹⁶¹ É, ainda, nestes capítulos que o rei finalmente decide-se pela ida à Ceuta.

Porém, é na quinta parte que vemos o Infante D. Henrique ocupar cada vez maior espaço na narrativa do cronista sobre a Tomada de Ceuta, pois, raramente em seus capítulos, este príncipe deixa de ser mencionado diretamente, isto é, através das ações ou virtudes que ostentava ou, indiretamente, através da participação de algum homem de sua casa nos sucessos ali relatados. Note-se que a parte abrange os capítulos 49 a 74, onde se desdobram três grandes blocos de capítulos que relatam: no primeiro, a azáfama que antecedeu a partida, gloriada em relatos vivazes e coloridos de inegável encantamento e engenhosidade literária; no segundo, sucedem-se as etapas da viagem por mar, as escalas em Algeciras e Gibraltar, as previsões e

¹⁶¹ *ibidem.* p. 145.

vaticínios sobre o glorioso destino do infante D. Henrique e, sobretudo, o impacto produzido pela visão da armada cristã no mouro de Ceuta a afrouxar-lhe o ânimo diante dos cruzados portugueses.

A sexta parte é aquela em que o infante D. Henrique francamente ocupa o papel principal na cena descrita, posto que tratam os capítulos 75 a 86 das suas ações gloriosas desde o desembarque até o fim das batalhas no interior da cidade, quando o Infante chega à cidadela de Çalla bem Çalla, rei de Ceuta. Aqui, juntamente com o açodamento e a sanha cavaleiresca do Infante, muito elogiados pelo cronista, vemos os célebres passos do butim e da carnificina perpetrada pelos peões portugueses que Zurara tanto criticou e que foram utilizados pelos comentaristas como prova irrefutável da filiação do cronista-mor ao ideal cavaleiresco. O cronista é sempre diminuído por isso, em relação a uma pretendida empatia de Fernão Lopes, o cronista que o antecedeu no cargo, em favor da “arraia miúda”.

Não nos alinhamos com tal opinião porque vemos aquele cronista igualmente como porta-voz de uma política Real, definida no Paço por vontade e determinação do rei. É isso que explica a mudança na orientação do apoio recebido pelo rei, ou seja, do povo para uma nobreza renovada em seus quadros após a crise de 1383-1385. Esta questão, reiteradas vezes, aparece como tema caro em certa historiografia e, nesta mesma historiografia, é atribuída a um possível espírito democrático, presente em Fernão Lopes e, ausente em Zurara, cronista que, segundo tal vertente historiográfica, não só deslocaria suas simpatias e apoios para esta nova nobreza portuguesa quanto trataria depreciativamente o *povo* quando este é o personagem principal da cena.

Tal juízo, afirmamos, se verifica aceitável quanto ao episódio do saque

de Ceuta e nada mais. Portanto, é um juízo, ao nosso ver, incongruente com o texto do segundo cronista-mor. Aliás, o povo em Zurara aparece numa direção mais realista, porque não se tenta fazê-lo protagonista de ação alguma. O povo em Zurara não decide. Apóia ou não apóia os atos da nobreza. Louva. Murmura. Teme, mas é capaz de atos heróicos e sinceros em favor de seu rei e dos infantes e, a estes, guarda obediência e fidelidade incontinentes.

A sétima parte, englobando os capítulos 87 a 96 trata dos pranteamentos dos mouros pela perda de sua cidade, das notícias da conquista que D. João I manda aos reis de Castela e de Aragão, de escaramuças entre mouros e cristãos, quando estes são capitaneados por D. Duarte. Por fim, nos dois últimos capítulos, narra o cronista as entrevistas e ordens que deu o rei ao seu capelão Frei João Xira, no sentido de transformar a mesquita principal em Igreja Cristã, como prova definitiva da recuperação e reincorporação de Ceuta e arredores ao mundo cristão de que fora subtraída havia já oito séculos. Aqui, faz-se a prova cabal da empresa de Ceuta ser obra da reconquista, ação de cruzados, está visto.

Os capítulos 97 a 105, não chegam a guardar homogeneidade que permita configurá-los como integrados numa parte específica. Tratam, contudo, das derradeiras disposições do rei após a conquista da cidade de Ceuta: a escolha e designação do comandante e dos integrantes da guarnição que seria deixada para garantir a posse da cidade ; a cerimônia da sagração dos Infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique como cavaleiros, colocada como objetivo principal de toda a conquista pelo nosso cronista. Trata, por fim, do retorno dos cruzados a Portugal e da Entrada Real em Évora após o rei já ter feito Duques aos infantes D. Pedro e D. Henrique e, da homenagem prestada ao monarca pelos grandes que ficaram no reino,

aí incluídos os infantes mais jovens. Nos dois últimos capítulos, o cronista põe fim a sua obra.

Ao fim e ao cabo, cabe ressaltar a linearidade da narrativa que se pode perceber através do seqüenciamento dos eventos descritos. Malgrado uma que outra reiteração no plano acontecimental, o discurso mantém uma lógica perceptível através dos temas tratados em bloco nas partes que acima identificamos.

Capítulo I: A Imagem do Rei na Crônica da Tomada de Ceuta

1.1 As virtudes e as ações do Rei

“A mais exçellente uirtude que se pode achar no príncipe .ss. nas aduersidades seer forte e nas prosperidades vmildoso. ca per faleçimento de cada huua dellas cairam ja muitos príncipes muy grandes quedas.”*

A *Crônica de D. João I* (ver Figura 3 - Anexos) é composta de três partes: as duas primeiras foram escritas por Fernão Lopes e a terceira por Gomes Eanes de Zurara. Nesta terceira parte, nosso cronista delineia uma imagem para o rei D. João I, presumidamente o seu personagem central, ainda com elementos que o fazem assemelhado àquele retratado por Fernão Lopes.

Se o Rei desenhado por Fernão Lopes é aquele cujo poder andara estribado no apoio incontestado do *poboo meudo* - e se fora para tanto o fio afiadíssimo

* Zurara, Gomes Eanes de. *CTC*. p. 14. Paráfrase do cronista a um texto de “Joham Bocaçio, um poeta que foi natural de Florença.”

da espada de Deus enviada a Portugal para proteção e salvação de todo o reino, terras e gentes, consoante à tessitura do projeto messiânico dos Avis, que a genialidade lopina tão bem soube vivificar a partir tanto dos levantes populares desde antes de 1383, até as decisões das cortes de Lisboa que alçam o Mestre de Avis à Regência e, daquelas de Coimbra¹⁶² que o fazem Rei - observamos que o modelo conseqüente deste projeto, embora utilizado como pano-de-fundo para a cena onde atua o Rei, foi, por Zurara, acrescido de outros elementos que refletem a nova conjuntura do período pós-crise de 1383-1385.

Afinal, o Rei em Zurara já é aquele que reina há mais de vinte anos. É o rei que pôde estribar seu poder sobre uma nobreza reformulada em seus quadros e, também sobre amplos setores urbanos vinculados predominantemente às atividades comerciais e marítimas donde, inclusive, foram recrutados elementos para compor essa nova nobreza palaciana que, em certo sentido, operaria na oposição à velha nobreza linhagística, em parte apeada do poder pelo Rei. Aos setores novos, com ele alinhados, o Rei se vê instado tanto a controlar quanto a contentar.

Já que a crônica em exame é a terceira parte da *Crônica do Rei D. João I* e, sendo as duas primeiras partes escritas por Fernão Lopes, nada é mais natural, que Zurara tenha se servido do plano estruturado e dos temas dominantes nos discursos lopinos ou, mesmo, nos do Infante D. Pedro, ambos anteriores às obras de nosso cronista e, escritos pertencentes ao círculo intelectual dos Avis. Adicione-se, por oportuno, que as implicações das apropriações temáticas efetuadas por Zurara já foram discutidas na primeira parte desta dissertação.

¹⁶² REBELO, Luís de Sousa. *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*. Belo Horizonte: Livros Horizonte, 1983. p. 39 - 61.

Assim, o motivo messiânico é também importante nas crônicas de Zurara e, sobretudo nesta, de Ceuta, em que, inclusive, é evocativamente aludido por populares, associado de modo explícito à escolha de D. João I, por Deus, para sobre eles reinar: “Oo Senhor deziam elles, camanho amor mostraste ao pouoo de Portugall, quamdo lhe deste semelhamte prinçipe pera seu rregimento.”¹⁶³ Esta evocação parece-nos, ademais, confirmar a disseminação do carisma do Rei entre seus súditos, dotando-o com a legitimidade necessária para reinar; exatamente por isso, aqueles populares acrescentam que, “bem auemturado foy o dia em que o seu naçimento appareço em este mundo. ca elle por çerto pos a uerdadeira coroa sobre a cabeça do seu pouoo.”¹⁶⁴ Outrossim, removidos todos os empecilhos à plenitude do exercício do poder real, o povo assume-se integralmente como súdito fiel e leal do rei D. João I; assume ainda, integralmente, suas ações e sobre elas compraz-se. E assim, desejam ao Rei que partia para Ceuta, “vaa [...] com tamta boa uemtura, que a fama da sua uitoria faça emueja a todollos prinçipes do mundo.”¹⁶⁵ Em suma, verifica-se que o Mestre de Avis já fora, de fato, assumido como rei protetor dos portugueses, podendo ombrear com quaisquer outros reis cristãos.

Porém, o Rei em Zurara, dizíamos, é outro. É o Rei-Cruzado, senhor feudal e guerreiro cristão. Um rei que já se consolidara no poder, apaziguados os povos internamente - nobreza e *poboo* - e, externamente, usufruindo das pazes feitas com Castela. Um rei além do mais, a quem só faltava para que atingisse as culminâncias da magnificência, colmar sua imagem de fama, honra e glória, acrescentando em grandeza sua coroa, pela conquista de novos territórios. Assim

¹⁶³ ZURARA, Gomes Eanes de. *CTC*. p. 155.

¹⁶⁴ *ibidem*.

¹⁶⁵ *ibidem*.

como que a advertir o monarca quanto aos azares da fortuna, o cronista pontua que: “A mais excellente uirtude que se pode achar no príncipe .ss. nas aduersidades seer forte e nas prosperidades vmildoso. ca per falecimento de cada huua dellas cairam ja muitos príncipes muy grandes quedas.”¹⁶⁶ O curioso é que foi buscar tal advertência na obra de “Joham Bocação, um poeta que foi natural de Florença.”¹⁶⁷ Além disso, veremos mais adiante, em que medida este modelo é caro ao rei D. Afonso V, cognominado de *O Africano* (ver Figura 5 - Anexos).

Logo, o modelo de rei construído por nosso cronista propende para o do monarca que, já tendo demonstrado reunir em torno de si todas as virtudes imprescindíveis ao rei cristão - justiça distributiva, sageza, prudência, proteção ao reino, entre outras - necessita também provar-se na guerra ao infiel, pois que, através dela, tanto purgaria seus pecados por haver guerreado cristãos, quanto realizaria o “serviço de Deus” a que deve se devotar todo monarca cristão. Realizaria, mais ainda, aquele aspecto mais terreal da missão de rei, resumido na expressão “acrescentamento da honra”, que se por um lado significa um valor, por outro, se relaciona àqueles aspectos mais objetivos da obra de governação e gestão do reino.

Em suma, na imagem do rei repisam-se os valores implícitos nas virtudes que deve possuir para que possa legitimamente reinar; todavia, em Zurara, já se percebe uma aproximação destes valores a uma conotação mais objetiva em relação aos procedimentos e cuidados que deve ter o monarca na governação do reino. Esta conotação, apenas sugerida na imagem do Rei, é, de fato, percebida na imagem do Infante D. Henrique que, como já se disse, é construída a partir dos

¹⁶⁶ ibidem. p. 14.

¹⁶⁷ ibidem. p. 15.

elementos morfológicos que compõem, por sua vez, a imagem do Rei.

A generosidade é qualidade comum a ambos, tanto ao Rei quanto ao infante, e no espectro das conotações que possui, assume vários sentidos, ora aproxima-se da magnificência, ora da munificência. Assim, o Rei, por sua bondade, sempre recompensava aqueles que o serviam com fidelidade, nestas circunstâncias, além de mostrar-se munificente, revelava aspecto importante da sua magnificência e sobre isto, assim escreveu o cronista:

“Ca nam foy algum que servisse em alguua maneira aquelle grande principe e senhor Rey Dom Joham que ficasse sem maravilhosa satisfaçam de seu serviço, nom ajnda segundo a calidade de seu merecimento mais muito melhor e muy grandemente segundo em sua estoria em alguuas partes poderees achar. ca antre os rreis que forom em Portugal ata a sua jdade elle foy avido por mais grande. ca sua magnifiçencia proçedia da sua grande magnanimidade.”¹⁶⁸

Sobre o excerto supra-selecionado cabem ainda duas considerações. A primeira refere-se ao fato de que o Rei engrandece aqueles que o serviam segundo a “calidade de seu merecimento”; ao que se vê que havia uma hierarquia implícita tanto nas ações recompensadas quanto na qualidade dos agentes que a realizavam, assim o Rei retribuía aos seus segundo seu estado e em relação à grandeza ou importância dos feitos. A segunda refere-se às expressões magnificência e magnanimidade que são atributos que cumprem aos reis ostentar como medida do zelo que necessitam ter com todos aqueles que lhes prestam serviços. Tal fato pode ser comprovado com o que segue.

O Rei é advertido sobre a oportunidade de enviar os cavaleiros - que buscam no exterior acrescentar-se em honra, isto é, fazer fortuna - para Ceuta, pois,

¹⁶⁸ ibidem. p. 12.

“vedes como os nobres mancebos de vossos Regnos vos pedem licença, ora pera França, ora pera Ingraterra, e pera outras partes, a fim de fazer de suas honras.”¹⁶⁹ Em vista disto, o monarca deveria aproveitar melhor o poderio militar de que dispunha, pois, além de carrear a energia daqueles cavaleiros para o combate ao infiel em Ceuta, útil para a coroa, estaria também resolvendo o problema destes nobres que buscavam, fora do reino, as oportunidades de enriquecimento, visto que, na África o Rei teria como recompensá-los à altura de sua magnificência com riquezas por eles demandadas em terras e outros benefícios. Por isso Zurara adverte que “os mancebos perderam a melhor parte da sua idade ou se hiram fora do regno onde os galardões dos seus trabalhos serem atribuidos aos estranhos.”¹⁷⁰ Não por outro motivo, recomenda-se ao Rei manter a serviço do reino os nobres da cavalaria, agindo de forma a “fazerdes-lhe merce [...] pois sam vossos, e de vós esperaõ o principal gallardaõ de seus bõs feitos; e assy que vós sereis delles servido, e eles faraõ de suas honras, onde principalmente ham de ser alumeadas, e gallardoadas.”¹⁷¹

Outra característica marcante de D. João I, senão a característica fundamental, é a sua devoção, pois, “gramde foy sempre a deuaçom que elRey teue em todos os seus dias.”¹⁷² Os passos que, segundo o cronista, o monarca dá em direção à conquista de Ceutã estão todos alicerçados no ideal da fidelidade absoluta a Deus, à virgem e a seu filho Jesus Cristo. A fórmula utilizada no texto, que sintetiza a fê extremada, é a expressão *Serviço de Deos*.

Já se disse, inclusive, que até mesmo a guerra aos cristãos é justificada

¹⁶⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. *CDPM*. p. 228-229.

¹⁷⁰ *ibidem*. p. 22.

¹⁷¹ ZURARA, Gomes Eanes de. *CDPM*. p. 228-229.

¹⁷² *ibidem*. *CTC*. P.155.

por certo aspecto da polissemia daquela expressão. Zurara reproduz, no preito de fidelidade do Rei a Deus, o mal-estar do monarca que teve que combater cristãos, pois, “Deos he verdadeiramente sabedor e minha senhora virgem Maria a que muitas vezes pedia juda em minhas orações. que sempre lhe rroquey e pedi que per mim nem per meu azo nunca nenhuua geraçam dos christaãos rreçebesse nenhum mal nem danno”¹⁷³ e consciente de que devia combater os infiéis vale-se novamente do apoio de Deus e da virgem rogando que “pollo seu amor todo o fauor e ajuda. deseando sempre veer algum azo per que pudesse empeçer ajnda que fosse com grande meu trabalho e perigo aos imigos de sua santa fee.”¹⁷⁴

Coroamento das ações do Rei cristão que combate o infiel é a consagração da mesquita principal de Ceuta, transformada em igreja catedral, com devoção na virgem, mãe de Deus, e no Te deum lá mandado rezar pelos confessores do Rei e dos infantes, num domingo após a vitória. Missa, ritos consagratórios e *Te Deum* revelam a importância que a religião dispõe no cotidiano Real. Assim, Zurara diz que o Rei ordenou a realização daquelas práticas religiosas, para no “domingo prazemdo a Deos [...] ouuir missa solene e preegaçam aa mezquita mayor.”¹⁷⁵ Para tanto, afirma ser necessário “ajumtar todollos capellaães de meus filhos e quaaesquer outros clerigos que uenham a minha frota e assy mamdarees fazer prestes todollos corregimentos pera a capella que mester fezerem pera semelhante auto.”¹⁷⁶ No desenvolvimento da narrativa, relata os passos da consagração da mesquita, como igreja cristã, até o fim do processo com o Te Deum rezado.

¹⁷³ ibidem. p. 32.

¹⁷⁴ ibidem. p. 32.

¹⁷⁵ ibidem. p.351.

¹⁷⁶ ibidem.

Esta devoção do Rei manifesta-se assim em dois planos: no primeiro, o Rei é individualmente devoto, isto é, cumpre com devoção, como fiel representante de Deus à testa do reino, as virtudes cristãs que deve ostentar o bom governante; no segundo plano, por esta devoção, as virtudes cristãs estendem-se aos subalternos, tanto em função do exemplo que é o Rei para todo o reino, quanto pelo fato de que todos se beneficiam destas virtudes cristãs tornadas ações pelo Rei, das quais a assistência às missas não é, de modo algum, irrelevante, visto que, em Portugal, governantes e povos são todos vassalos de Deus, por seu intermediário, o Papa. Reafirma-se, aqui, o valor de certas categorias que, aplicáveis na crônica a um indivíduo, estendem-se ao coletivo pelo valor do exemplo e da posição hierárquica de quem as ostenta, conforme já pontuamos no *Preâmbulo*.

A par da cristianidade extremada, D. João I era constante em seus atos, daí porque “grande ardor foi o de sua fee em todas suas obras”¹⁷⁷; outras qualidades deste Rei são enumeradas copiosamente em diversos passos em todas as crônicas. Nesta, de Ceuta, as primeiras mencionadas são a fé, a bondade e as capacidades de comando e de tirar proveito de suas empresas: “no qual feito [a tomada de Ceuta] consirando podemos esguardar quatro cousas. ss. grande amor da fee. grandeza de coraçam. maravilhosa ordenança. e **proveitosa vitória**. a qual foi maravilhoso **preço de seu grande trabalho**.”¹⁷⁸ [Grifos meus.] Nesta altura cabe afirmar que os termos grifados estão fundando uma nova concepção sobre o valor das guerras.

A guerra, conquanto seja uma das categorias peculiares à feudalidade, de que muito se valeu Zurara como elementos essenciais em suas narrativas, sendo

¹⁷⁷ ibidem. p. 08.

¹⁷⁸ ibidem.

mesmo, um valor comum às diversas crônicas medievais, assume, na obra deste autor, características diferentes porque vincadas não apenas como valor moral mas também como recursos donde se podem extrair proveito material, além do fato de que já implicam a necessidade de uma boa administração e gestão de recursos humanos e materiais necessários tanto à sua concretização no plano do evento quanto no concerne à racionalidade da exploração de seus resultados a longo prazo, marca indubitável de novo sentido que se realiza plenamente mais além, em plena modernidade.

Para evidenciar as virtudes essenciais que deve ter o rei, necessárias para que possa legitimamente exercer o seu ofício, Zurara vale-se, nas conjunturas da preparação da guerra de Ceuta, de enunciados sobre aquelas virtudes, com a intenção de mostrar que o Rei é sábio, arguto, prudente, protetor do reino e providente. Inicia seu relato pondo à boca do monarca um discurso calcado na moderação e na prudência que, na crônica, sói ser uma das mais prestigiosas qualidades do Rei:

“Me parece que he mujto pera duuydar por todo sages ou descreto amte que começe a cousa, deue descoldrinhar ataa homde chega seu emcarrego, asy como aquelle que de todo se deue prouuer e auisar, quanto mais nos feitos grandes e pesados de que homem nom deue tam soamente comsijrar as cousas presentes mas as que ham de uijnr, nem ajmda temer e rreçar os casos duuidosos que cumunallmente aqueeçem, mas dos que podem aqueeçer.”¹⁷⁹

Em vista disso, o Rei enumera cinco motivos para cancelar o projeto da guerra de Ceuta. Note-se que se preocupa em discutir as conseqüências de seus atos, por isso, parte da enunciação de argumentos contrários ao seu desejo, no escopo de prevenir-se quanto ao insucesso que certamente adviria se não os levasse na devida

¹⁷⁹ ibidem. p.40.

consideração, deixando-se iludir numa perspectiva estritamente otimista quanto ao sucesso de suas ações. O governante responsável pesa prós e contras.

No primeiro motivo, apresenta as dificuldades em angariar fundos, pois “pera semelhante feito se rrequerem muy grandes despesas, pera as quaaes hey mester mujto dinheiro, o quall nom tenho.”¹⁸⁰ Assim, preocupando-se com as condições gerais do reino - desarticulado em sua economia pelos efeitos residuais de um período conturbado, advindo não só das guerras com Castela e da própria “revolução de 1383-1385”, como também das pestes do século XIV - argumenta que se “o queisesse auer do pouoo lamçamdolhe alguus pedidos, acho que se o fezer, que sse me seguem dello duas perdas. a primeyra escamdallo do pouoo, e a segumda rrompimento do segredo.”¹⁸¹ Em suma, solicitar o concurso do povo às despesas para a guerra através de impostos, redundaria não só em colocá-lo de antemão contra a guerra, como também implicaria na divulgação dos reais objetivos da preparação desta empresa, com a conseqüente quebra de sigilo. Se vê por aí, que o Rei é sagaz e providente: as medidas impopulares como a cobrança de impostos, conspurcam a imagem do governante e D João I é sagaz o suficiente para perceber as conseqüências decorrentes deste ato; para empresa desta monta, o sigilo é fundamental.

O segundo motivo, faz-nos crer o cronista, diz respeito principalmente à distância entre Ceuta e Lisboa. Mas, porque esta distância implica em dispor de homens para manter a segurança do reino enquanto estivesse em combate fora dele, e de homens que nas embarcações fizessem o transbordo dos exércitos de Portugal para Ceuta e, mais ainda, de grande quantidade de homens para compor estes exércitos,

¹⁸⁰ *ibidem.* p.39.

¹⁸¹ *ibidem.* p.39.

percebemos que, na verdade, o problema crucial é a falta de homens em número suficiente para dar conta dos múltiplos aspectos inerentes ao esforço de guerra.

Todavia, o problema da distância não se esgota aí porque em decorrência dela, a preparação da empresa se tornaria mais complexa, demandando um número maior de pessoas envolvidas em diversas etapas e de diversas maneiras no esforço de guerra. Mas, é conveniente lembrar, que também é necessário dispor de homens para manter a economia e a segurança do reino em funcionamento durante a preparação e durante o transcorrer da guerra. Neste sentido, o esforço é imenso, e por isso, o Rei alerta para a necessidade de contar com o apoio de estrangeiros. Ajuíza D. João I: “comsijro como a çidade de Cepta he tam alongada de nos, pera cujo combate nom soomente auemos mester as gentes deste rregno, mas ajmda outras de fora se sse offereçerem pera nossa ajuda.”¹⁸² Em terceiro lugar, ampliando as suas preocupações que apontou no segundo motivo, discute o monarca a dificuldade em formar um exército, pois, “acho que he abastança da gente que nom tenho”¹⁸³, posto que tanto os soldados portugueses quanto os mercenários são escassos e caros em sua arregimentação, uma vez que, além dos inúmeros gastos com as armas e as fardagens de difícil transporte, há a dificuldade também de conseguir navios de grande porte, que diz não possuir.

O cronista não poderia deixar de se estender sobre as situações diplomáticas e de guerra com tão poderoso reino cristão quanto o de Castela. Assim, demorando-se nas justificativas para a paz, explica que o monarca português enviou ao reino vizinho três embaixadores para obtê-la, estribada outrossim, em motivos de

¹⁸² *ibidem*.

¹⁸³ *ibidem*.

mais diversas índoles, já que os filhos de D. João I e o rei de Castela, D. João, eram primos, pois a mãe do rei castelhano, D. Catarina, era cunhada do rei português. Já, ademais, porque D. Fernando, tutor do rei de Castela junto com D. Catarina, estava naquele período disputando o trono de Aragão, Zurara nota a impossibilidade de disputar duas guerras ao mesmo tempo. Razão pela qual D. Fernando, ao optar pela disputa em torno do trono aragonês *pera auer de ser rrey como ao diante foy*¹⁸⁴, empenhou-se no acordo de paz com Portugal.

Apesar deste acordo de paz, a quarta dúvida do Rei se refere aos obstáculos que podem sobrevir em relação a sua reivindicação sobre Granada, que teme perder para os castelhanos. Por isso argumenta que a conquista pode causar mais dano do que proveito, porque os castelhanos, certamente ameaçados com o aumento de poder de Portugal, se veriam impelidos a conquistar Granada, na tentativa de impedir que os portugueses pudessem fazê-lo, criando uma ponta de lança na retaguarda do reino de Castela:

“Ora que proueito tenho eu daquelle rregno seer posto em sogeçam dos Castellaãos, amte me he conhecida perda, por quamto som bem çerto que a mym e a meus naturaas teueram e teem muy grande odio. quamto mais ajmda agora em cujo tempo a memoria do seu uemçimento esta tam rrezemte. e assy o filhamento da çidade de Cepta pode seer aazo per que sse cobre e aja o rregno de Graada, da quall cousa eu per rrazom deuo estar em mayor esperamça de perda que de proueito, por quamto ho acreçemtamento do seu senhorio fara menos fortelleza aos meus pera sua deffemssom, e a elles maior esforço e poder pera me uimgarem seus danos passados.”¹⁸⁵

O quinto motivo refere-se às dificuldades que poderão surgir caso não seja possível manter a posse da cidade, “e nos se esta çidade cobramos [diz o Rei] se

¹⁸⁴ *ibidem.* p.17.

¹⁸⁵ *ibidem.* p.40.

a nom podermos manteer e deffemder, nom nos fica nehuua cousa de que nos rrazoadamente possamos louuar. ca posto que matemos no seu filhamento grande multidom de mouros, esto nom pode seer sem nosso dampno e perijgo.”¹⁸⁶ Tais danos e perigos resultariam no obstáculo ao trânsito de navios portugueses pelo Estreito de Gibraltar, além de expor o Algarve às razias dos piratas mouros norte-africanos.

Consoante as suas qualidades como rei cauteloso, prudente, providente e protetor do reino, como vimos acima, D. João I sabiamente insta os infantes a responderem-lhe às ponderações que fizera. Os infantes reúnem-se e discutem exaustivamente as dúvidas do Rei e elaboram alguns contra-argumentos em favor da guerra, expostos ao seu pai. Todavia, o cronista afirma que nem todas as preocupações foram contra-argumentadas pelos infantes em conjunto. Nos ocuparemos aqui, apenas dos contra-argumentos apresentados coletivamente ao Rei, posto que, alguns razoados foram apresentados apenas pelo Infante D. Henrique, em audiência privada com o Rei, aspecto que é discutido em parte específica da dissertação.

Na primeira sessão, na qual estiveram reunidos os quatro filhos mais velhos do Rei, incluindo-se aí o bastardo, estes, tendo em vista a carência de numerário que preocupava o monarca, aconselham em primeiro lugar o entesouramento de metais, a cunhagem de moedas e o incremento do comércio, dizendo: “a esto senhor se podem achar mujtos rremedios, assy como per prouimento de metall daquella sorte de que sse o dito dinheiro deua fazer, que sse pode auer per escaymbo de mercadorias, fallamdo uossa merçee com os mercadores de uosso

¹⁸⁶ *ibidem*.

regno.”¹⁸⁷ De fato, durante o longo reinado de D. João I, foram realizadas sucessivas cunhagens de moeda, depreciadas em relação aos padrões de ouro e de prata nelas contidos nos períodos anteriores a este reinado.¹⁸⁸ Esta depreciação é evidenciada na *Crônica do Conde D. Pedro de Menezes* quando Zurara apresenta uma das dificuldades para manter a cidade de Ceuta, como sendo o fato de serem “as gentes mingoadas pelos muitos mudamentos que fe fezeraõ nas moedas.”¹⁸⁹

Em segundo lugar, os príncipes propõem o reordenamento de recursos com vistas à realização da empreitada, através de alguns expedientes principais: a conclamação de socorro ao Rei como fruto das obrigações feudais que a este são devidas pelos grandes do reino, pois, “cada huua das pessoas prinçipaaes do regno podem de suas rremdas fazer muy grande parte de seus corregimentos”¹⁹⁰; o corte de despesas desnecessárias, através do “boom prouuimento em uossas rremdas abatendo em alguuas despesas, menos neçessarias e prouuer aas outras que forem mester pera uossa hida.”¹⁹¹ Entre as despesas desnecessárias incluem a cerimônia de sua própria sagração como cavaleiros em meio a festas e torneios, pois, “assy como uossa merçee emtemdia de buscar dinheiro pera as despesas das festas que tinhees uoomtade de hordenar pera nos fazerdes caualleiros, assy poderees buscar pera este feito em que ha mujtas e mayores auamtagees do que sse no outro poderiam auer.”¹⁹²

Com relação à preocupação do Rei com a formação do exército e o aparelhamento da frota, os infantes contra-argumentam cogitando a viabilidade de

¹⁸⁷ *ibidem.* p.43.

¹⁸⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987. p. 208-216.

¹⁸⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. *CPDM*. p.226.

¹⁹⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. *CTC*. p.43-44.

¹⁹¹ *ibidem.*

¹⁹² *ibidem.*

fretar-se navios estrangeiros para a sua montagem. A sua exposição põe inclusive em evidência algumas das regiões com as quais Portugal mantém relações comerciais. Sugerem os infantes: “uos poderees emuiar uossos rrecados per toda a costa de Galliza e de Bizcaya, e assy a Imgraterra e a Alemanha, e a outras partes domde uos podem uijnr nauios em grande abastança.”¹⁹³ Afirmam que isto é perfeitamente possível porque com “diligemçia elles ueem ao frete do sall e dos azeites e uinhos, quamdo quer que pera ello som rrequeridos.”¹⁹⁴

Dando continuidade à refutação das preocupações expostas por seu pai, os infantes empenham-se ainda em tranquilizá-lo quanto ao seu temor pela invasão de Granada por parte dos castelhanos, sendo que, para tanto, utilizam-se de argumento baseado na boa fé que permeia as regras de confiança e cortesia, significativas na cavalaria feudal, dizendo que, na firmeza das pazes entre Portugal e Castela “ha tanta força de juramento que nom tam soamente amtre os christaãos, mas, ajmda amtre os jmffees seria feo de sse quebrar.”¹⁹⁵

Além disso, não vêem como possível um ataque castelhano a Portugal ou mesmo ao norte da África, para vingarem-se das derrotas sofridas perante os portugueses, posto que o Infante D. Fernando, nobre eminente naquele reino, “he assy ocupado em seus negocios. que nom he de creer que leixe a çerta esperança que tem dauer o rregno dAragom, por se tremeter de semelhante nouidade, a quall ajmda ficaria em duuyda se lhe dariam os do rregno comssemtimento a ella ou nom.”¹⁹⁶ Para dirimir todas as dúvidas acrescentam ainda que “seemdo la a senhora rrainha nossa tia

¹⁹³ *ibidem.* p.44.

¹⁹⁴ *ibidem.*

¹⁹⁵ *ibidem.* p.45.

¹⁹⁶ *ibidem.*

[D. Catarina, irmã da rainha D. Felipa] a que nom prazeria de semelhante feito.”¹⁹⁷

Assim, o Rei deve “terr segurança pera começardes uossos feitos sem rreçoem nem empacho que uos daquelle rregno possa uijnr. nem he bem que semelhamte duuida uaa fora de nosso segredo, porque os boõs daquelle rregno teeriam rrezom pera receber escamdallo polla pouca ffe que se mostraria açerqua de suas uerdades.”¹⁹⁸

O Rei ouve os conselhos dos que lhe cercam, objetivando precaver-se dos possíveis infortúnios que possam surgir com suas decisões, o que mostra sua preocupação com o futuro do reino, o que faz dele um rei prudente e, por isso mesmo, sábio.

Se cabe discutir juntamente com as virtudes algumas das qualidades necessárias ao bom governo, há aspectos importantes por comporem igualmente a imagem do rei, que devemos apontar, porque dizem respeito aos ardis e recursos simbólicos que fazem a propaganda do poder real. Referimo-nos aos símbolos exteriores tais como as vestimentas, as librés, bandeiras, pendões, trombetas e diversos instrumentos musicais, assim como, outros sinais distintivos que bem marcam a qualidade nobiliárquica de seus detentores ou daqueles que os rodeiam. Embora fosse desejável que fizéssemos um estudo sobre todas estas manifestações de poder, optamos por não fazê-lo, senão naqueles aspectos mais convenientes ao desenvolvimento dos nossos argumentos acerca da construção das imagens do Rei e do Infante D. Henrique, sendo esta construída por Zurara a partir daquela, uma vez que a perfeita imagem do Rei deve servir de exemplo para todos.

Dentre estes símbolos, destacamos as librés usadas para vestir os

¹⁹⁷ ibidem.

¹⁹⁸ ibidem.

guerreiros cristãos. Zurara afirma que o Rei mandou “fazer muy nobres librees de seu moto e deusa pera todos aquelles que nas ditas galles auiam de hijr.”¹⁹⁹ Cores e motos, por sua vez, são também utilizadas pela majestade para diferenciar a si e a seus bandos de outros arregimentados pela maior nobreza do reino português. As cores reais em flâmulas, bandeiras e pendões foram utilizadas para “apendoar e atoldoar todas aquellas galles e des começo ataa fim de panos de suas cores.”²⁰⁰ Zurara afirma que D. João I instituiu o costume de se usar librés nos navios portugueses, pois, “numca ajmda ataa aquelle tempo fora uista em nenhuus nauios semelhantes. e dalli auante o começaram de poer em huso.”²⁰¹

Assim, vistas galés e navios vivamente apendoados, o nosso cronista, contrariando a aleivosia que lhe pespegaram os historiógrafos que o dão como cronista da nobreza e, por essa “deformação” avesso ao povo, demora-se descrevendo prazerosamente a surpresa e o divertimento dos populares que, numa tarde de domingo, vêem a movimentação inicial da frota encarregada de transportar os embaixadores portugueses enviados ao Reino da Sicília para tratar do casamento da sua rainha com o herdeiro de Portugal, como fora inicialmente proposto a D. João I. Ardilosamente, contudo, o rei português ofereceu D. Pedro em substituição ao primogênito para aquele casamento.

Se tal circunstância já levanta a suspeita sobre o apoucado interesse do Rei nesses esponsais, o verdadeiro objetivo da embaixada, analisado alhures, já não levanta dúvidas nenhuma: o capitão Afonso Furtado e o Prior do Hospital, foram incumbidos de espionar as condições de defesa de Ceuta diante de um ataque

¹⁹⁹ *ibidem.* p. 51.

²⁰⁰ *ibidem.*

²⁰¹ *ibidem.*

português.

Mas, tornemos à vivacidade da narrativa sobre o impacto da visão das embarcações sobre o povo que folgava à ribeira em seu descanso domingueiro:

“E as galles com a deçemte da marea fizeram tamanha detença [...] que as gentes teuerom espaço de comer, [...] e çertamente que era grande prazer assy nos que estauam na terra com nos que uijnham nobremente apemdoadas e toldadas. e cada huua trazia duas muy rricas trombetas cujo soom allegraua os corações daquelles que as estauam oolhamdo. [...] ca todas aquellas torres e muros eram cheos de homees e molheres que sse chegaram pera alli esguardarem a doçura daquela uista.”²⁰²

Ora, se o impacto da visão da frota foi enorme nos populares, não o foi menos entre os comerciantes estrangeiros que àquela altura se encontravam em Lisboa. Conta-nos o cronista que eles muito se admiraram com a novidade “que uiam no corregimento das galles, o quall çertamente era assy fremoso e boom, que lhes fazia rrepresentar muy grande estado.”²⁰³ Cumpre chamar atenção para o fato de que são os estrangeiros que melhor explicitam a grandeza e a magnificência das ações e do estado real, pois, “çertamente diziam aquelles estramgeyros, este rrey de Portugall assy como he grande em todos os seus feitos assy faz grandiosamente todas as suas cousas.”²⁰⁴

²⁰² ibidem. p. 54.

²⁰³ ibidem.

²⁰⁴ ibidem.

1.2. A guerra na *Crônica da Tomada de Ceuta*

1.2.1 A guerra da Reconquista

Sendo um tema constante na cronística medieval portuguesa, a atividade guerreira serve de instrumento mediatizador no cotidiano da realeza. Para Zurara, os trabalhos da guerra “sam per sij tam grandes que sobre elles nam ha outros mayores.”²⁰⁵ Talvez por isso, o tema apareça na crônica de Ceuta como fundamental, o que facilita a exposição das virtudes e das ações de D. João I, pois vemos grande parte desta exposição permeada pelos sucessos das guerras em que se entremeteu o monarca português em exame.

A guerra é aquilo que deve mover todo cristão, nobre ou não, contra os infiéis; trata-se, ainda, mesmo que se incorra no anacronismo dos termos, do sentido que tem hoje a expressão *guerra sem quartel*, porque “”aquelle que sse tem por cathollico e uerdadeyro christão [...] com toda sua força nom sse despoõe a deffemder a sua samta ffe, nom he uerdadeiro caualleiro nem nembro de Jesu Chisto.”²⁰⁶ Por isso esta guerra deve ser direcionada continuamente aos infiéis.

Assim, a guerra, como tema dominante na crônica de Ceuta, recebe da parte do cronista tratamentos diferenciados, seja do ponto de vista dos homens nela envolvidos - tomados individualmente ou em grupos; cristãos ou infiéis - seja do ponto de vista dos objetivos pelos quais é feita.

²⁰⁵ ibidem. p.15.

²⁰⁶ ibidem. p. 157.

Dignas de nota são as comparações estabelecidas entre a conquista de Ceuta e outros grandes cercos como o de Tróia e o de Cartago, tomada por Cipião. Logo diz o cronista que “quem compridamente em ello esguardar achara que nem o cerquo de Troya nem a passada de Cepiam em Affrica não foram de tanta excellencia.”²⁰⁷ Passo adiante, Ceuta é uma virgem e como tal, cobiçada, amada e posteriormente defendida pela nobreza consoante às regras da boa cavalaria. Devaneia amoroso o cronista: “longamente guardaste tua virgindade em desprezo de tantos e tam rricos barões de que sempre foste tanto desejada por te dares jnteira e saã a hum tam alto e glorioso Rey o qual te depois tanto amou e tam valentemente defendeo.”²⁰⁸

Há circunstâncias em que o tema tem por função a Reconquista de territórios já que “elRey nosso senhor assy como uerdadeyro caualleiro se moueo prinçipallmente pera fazer seruiço a nosso Senhor Jesu Christo empeeçendo aaquelles [os infiéis], que em doesto da sua ley uiuem na terra que elle primeiramente deu aos christãos.”²⁰⁹

Referindo-se à história da cidade, com o objetivo precípuo de demonstrar que era, originariamente, parte de território cristão e, por este argumento reafirmando a qualidade cruzadística da guerra que o rei D. João I movia aos infiéis, o cronista apoia-se em Abilabez, “que foy grande antre os mouros” e em Santo Agostinho; assim, sobre esta história, afirma que a cidade de Ceuta foi fundada por um neto de Noé, 233 anos depois do dilúvio tendo à época 4.283 anos. Como se mencionou, os últimos 818 anos, a cidade esteve em poder dos mouros. Disto decorre, enfatizamos, que a conquista da cidade é mais uma das etapas da

²⁰⁷ ibidem. p. 09.

²⁰⁸ ibidem. p. 10.

²⁰⁹ ibidem. p. 158.

Reconquista, agora em terras africanas:

“E assi devees de saber que depois que esta foy primeiramente fundada ata o tempo que a elRey Dom Joham filiou. nunca foy nenhum nem senhor que cobrasse seu senhorio per força d’armas. porque ella foy primeiro de gentios como dito he. e depois foy convertida aa fee de nosso senhor Jehsu Christo. na qual durou ata o tempo que a o conde Juliam entregou aos mouros.”²¹⁰

Uma vez que a guerra de Ceuta é vista pelo cronista como extensão da Cruzada, cruzado é o rei D. João I, pois, disse o Rei à rainha sua esposa, quando a esta anunciou sua ida a Ceuta, juntamente com os filhos mais velhos: “e ainda me parece que segundo este feito perfaço todas estas cousas pera governar tantas gentes como eu com a graça de Deos espero de levar a esta **samta rromaria**.”²¹¹ [grifos meus].

Embora tenha gizado a guerra de Ceuta segundo o modelo da cruzada de Reconquista, a utilização desta categoria de guerra demora a ser explicitada. Vemos que o cronista a vai construindo passo a passo e em duas oportunidades ela se apresenta plenamente. Na primeira, durante o sermão pregado por Frei João Xira à armada, todos os elementos morfológicos que compõe um discurso de pregação de cruzada estão presentes, exceto o próprio termo.

Lemos na segunda, no sermão pregado por Frei Martim Paez, capelão do Infante D. Henrique, este frei mandar que os homens comandados pelo príncipe “fimcassem todos os giolhos em terra, e que fizessem a comfissam, em fim da quall os assolueo de culpa e pena segundo o **poder da samta cruzada**.”²¹² [grifos meus].

²¹⁰ ibidem. p. 10.

²¹¹ ibidem. p. 65.

²¹² ibidem. p. 202.

Tanto em uma como em outra, encontramos repetidos explicitamente os mesmos razoados incitando à bravura e valentia na guerra, sendo, inclusive, lembrado aos da frota comandada pelo Infante que “como uos o samto Padre outorga os uerdadeiros perdoões, que he saluaçam das almas per sua samta letera, assaz uos foy fallado pollo meestre frey Joham Xira, quando esteuestes em Laagos.”²¹³ A esta reiteração de discursos entendemos associar o esforço do cronista em fazer com que a imagem do Rei seja espelho para a imagem do Infante. Além disso, a expressão “santa cruzada” está relacionada não só ao sermão pregado por Frei Xira, mas também à resposta dada pelo Rei à rainha já acima referida. Cumpre anotar que nas bulas papais - *samta letera* - se confere o perdão dos pecados aos que se batem contra os infieis. Este é o poder da santa cruzada ao qual se referiu acima o cronista.

Além disso, a guerra é ainda o veículo para que o indivíduo pague seus pecados, depurando-se de molde a poder exercer as virtudes cristãs.

Nosso cronista vê a guerra como ação que, para o rei cristão, é sempre justificada porque “todo seu principal movimento foi per serviço de Deos”²¹⁴. Por este motivo, uma vez que o Rei é modelo para todo o reino, não recomenda aos bons cristãos, os portugueses, guerream contra cristãos, os de Castela, “que posto que elle ouuesse guerra muy justa com seus jnigos a qual era por defensam de sua terra. na qual suas armas muitas vezes foram tintas de sangue.”²¹⁵

O cronista afirma que o principal motivo para a guerra são os inimigos, já que a paz nunca deve ser feita com infieis; por isso, é ingente a necessidade de

²¹³ *ibidem*.

²¹⁴ *ibidem*. p. 08-09.

²¹⁵ *ibidem*.

servir a Deus, devendo o cristão mostrar coragem ao enfrentar tais inimigos “lavando mãos no sangue dos infees”²¹⁶, como forma de expiar seus pecados.

O Deus da Guerra, de Moisés - coudel do Senhor, dos Macabeus, do Antigo Testamento: um Deus de sangue. O sangue de *Jesu Christo*, o Deus da Eucaristia, o Deus do Gólgota: positividade da morte, tornada vida pela fé. A mesma fé que impele ao combate sem tréguas ao infiel. Reconquista tornada eterna porque transformada em objetivo essencial das conquistas territoriais do porvir: a catequese e a evangelização dos povos.

Em vista disso, para que a guerra de Ceuta pudesse ser feita com sucesso, era necessário que fossem buscadas as pazes com Castela. O cronista muito se demora em exculpar ao Rei estas pazes porquanto os castelãos, por serem tradicionais inimigos de Portugal, foram tidos como dos mais perigosos a ameaçarem o reino português já de longa data.

Fazer as pazes, assim, por nenhum modo denotava covardia por parte de D. João I, “ca assaz era desforçado e vallente em todollos casos perigosos”²¹⁷, e, nem tampouco, por motivos pessoais o Rei tanto trabalhava em obtê-las, “pois que medo das desauenturas da fortuna nem o espanto da grande multidam dos jnigos nam foy o principal azo per que elle buscasse paaz nem outrosy vontade pera se afastar dos trabalhos e buscar rrepouso e assesego.”²¹⁸

Antes, a intenção era dirigir a guerra contra os infieis, sendo que “isto fazia elle a dous fins. o primeiro porque lhe pesava de seu dano enquanto eram christãos. e o segundo porque guerreando com elles nam podia haver pera servir a

²¹⁶ ibidem.

²¹⁷ ibidem. p. 14.

²¹⁸ ibidem. p. 15.

Deos como deseiaua.”²¹⁹ O cronista, após resguardar a imagem do Rei das acusações de covardia por ter feito as pazes com os castelhanos, afirma que “o virtuoso Rey Dom Joham. em comprimento de seu gram desejo segundo os mandamentos de nosso Senhor. tanto como elle pode buscou e requereu paaz. a qual lhe Deos encaminhou conhecendo sua vontade.”²²⁰ Desta forma, a obtenção das pazes ocorre “nam porque elle em seu coraçam temesse o poder dos Castellãos nem doutras nenhuuas pessoas”²²¹, mas sim, porque Deus apenas aprova as guerras feitas em seu serviço, não sendo o caso daquelas feitas com outros cristãos, seus fiéis.

1.2.2 A guerra externa para a paz no reino

Em outras circunstâncias, a guerra é instrumento para a manutenção de um exército sempre eficaz, o que implica a constância na prática dos exercícios que convém aos cavaleiros; em decorrência disso, a guerra deve ser movida para o exterior com vistas ao asseguramento da harmonia e da paz interna.

Na *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, Zurara descreve a reunião que decide os rumos a serem adotados após a conquista de Ceuta. No Conselho há opiniões contrárias sobre o seu destino: uns querem que a cidade seja destruída e outros são a favor de sua manutenção em poder dos portugueses. Na defesa da manutenção da cidade são expostos alguns argumentos que apelam para a

²¹⁹ ibidem. p. 16.

²²⁰ ibidem.

²²¹ ibidem. p. 14.

necessidade da prática constante da guerra para evitar que os portugueses fiquem ociosos porque “amtre as coufas, que á Cavallaria mais aproveita affy he o exercicio das armas, no que os homens, nom fômente afortalezam feus membros, mas ainda os corações, e fe em fi nom ha [sic.] difciplina, e regra do officio cavalleirofo.”²²²

Assim, o cronista reproduz idéias tomadas ao *Tratado da Arte Militar*, escrito por Vegécio, argumentando que manter a cidade de Ceuta guarnecida, faria dela um local de experimentação e exercício das artes da guerra, essencial para a manutenção de um exército bem treinado e que pudesse responder prontamente a quaisquer agressões que o reino português por desventura sofresse, uma vez que nos longos períodos de paz, “como muitas vezes acontece”²²³, os cavaleiros poderiam perder o uso e disciplina da mais nobre coisa que a seu officio pertence, “onde pera taes autos as mais das vezes he mais proveitosa a pratica, que a theorica.”²²⁴ Desta forma, Ceuta seria o local ideal para a prática requerida em tais situações.

Entretanto, o argumento essencial para a manutenção de Ceuta, diz respeito à destinação que seria dada à parte da cavalaria portuguesa que, por andar ociosa, poderia vir a comprometer a paz interna, pois, esta nobreza poderia *travar arroidos* no reino, e, em estando em Ceuta, isto “seria pelo contrario, ca todos vossos naturaes averiam razaõ de vos vir aqui servir, especialmente os Fidalgos dezejosos de bem fazer, que andam em vossa Corte ociosos, gastando tempo sem nenhum bem, nem virtude; aque teriam tempo, e azo de cobrar por exercicio, e fazer taes serviços, per que requererem merce.”²²⁵

²²² ZURARA, Gomes Eanes de. *CPDM*. p. 228.

²²³ *ibidem*.

²²⁴ *ibidem*.

²²⁵ ZURARA, Gomes Eanes de. *CPDM*. p. 228-229.

Assim como explicitado nesta passagem da *Crônica dos Menezes*, vemos que o argumento da guerra externa para a paz interna já fora sinteticamente exposto na *Crônica de Ceuta*, quando da referência à necessidade das pazes com Castela, como condição para a guerra de Ceuta.

Consoante à afirmação de que a guerra deve ser desencadeada fora de Portugal, preferencialmente contra os infiéis, o cronista demonstra o predomínio da autoridade real sobre a nobreza. Fato comprobatório disto é que Zurara diz que é melhor mandar a nobreza irrequieta lutar externamente, porque internamente, ela competiria entre si, em prejuízo da boa governança do Rei: “e assy todollos officios cada huu em sua guisa [diz D. João I]. primçipallmente dos caualleiros em que se rrequere fortelleza, o que nom acharam em quem exerçitar suas forças, he neçessario que de duas cousas façom huua. ou trauaram arroidos e comtemdas amtre ssy, [...] ou faram taaes dannos aos de Castella [...] a quall cousa eu nom queria per nenhuua guisa.”²²⁶

Nota-se, também, que a guerra quando foge dos limites da nobreza torna-se uma questão nacional, o que acaba por explicitar ainda mais claramente o universo do cronista, dicotômico ele próprio, pois a guerra como um agente forjador da honra, só pode ser atividade nobiliaresca. Mas, no período em que Zurara escreve, ela já extrapolou os domínios daquele estrato e tornou-se prática comumente desenvolvida, o que pode ser inferido do sentimento francamente depreciativo com que tratou o saque realizado pelas “gentes de pouco uallor”²²⁷, logo após a conquista de Ceuta.

²²⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. *CTC*. p. 47-48.

²²⁷ *ibidem*. p. 235.

Se o cronista se vale de argumentos sobre a necessidade de manter a nobreza exercendo o seu ofício militar como forma de assegurar a paz interna, por nossa parte, interpretamos esta linha argumentativa como sendo exemplo de mecanismo de integração dos indivíduos, nobres ou não-nobres, em torno de um objetivo comum: combater infiéis.

Na verdade, embutidos neste objetivo, vemos outros igualmente importantes: a consolidação dos sentidos de territorialidade e de nacionalidade, fundamentais para que se pudesse lançar todo o reino numa tão grande aventura externa; estes sentidos, por sua vez, implicam na consolidação da autoridade real, condição *sine qua nom* para o sucesso desta empreitada. Em suma, o poder Real está de tantos modos legitimado que ao Rei é possível estar à frente desta guerra, visto que em D. João se reúnem as qualidades e virtudes que fazem dele exemplo de bom cristão, e, por isso, capaz de catalisar esforços para a guerra contra os infiéis.

Vistos os limites em que a guerra de Ceuta é para nós a condição para a paz interna em Portugal, cabe discutir doravante outras dimensões da imagem do rei, ainda que também vinculadas à guerra, que reiteradas vezes vemos aludidas pelo nosso cronista.

A discussão até aqui feita sobre a guerra na *Crônica da Tomada de Ceuta*, ainda necessita ser complementada com uma outra abordagem que diz respeito, justamente, à qualidade do **outro** tal como nos parece concebê-lo o cronista Zurara.

A este respeito, vemos que se o nosso cronista não foge à regra de estabelecer a oposição **eu x outro** pelo temor e pela estranheza, há duas espécies

principais de outros presentes na *Crônica da Tomada de Ceuta*: a primeira se refere aos castelãos e a segunda aos infiéis.

Sobre os castelãos, é possível afirmar-se que só são o outro porque suscitam o medo atávico das invasões ao território português; mas sobre ele é possível afirmar-se, também, que há um certo grau de simpatia no olhar com que são vistos e que, ainda, esta simpatia é fruto do assemelhamento pela religião e por um passado comum, característica que não é muito desenvolvida na narrativa mas que desponta em diversos momentos como, por exemplo, o parentesco lingüístico e suas afinidades, a guerra comum movida ao infiel, o parentesco com os governantes de ambos os reinos, dentre outros.

Já os mouros são, em todos os aspectos, o outro: são invasores, são dissimulados, são infiéis. A eles não cabe mais senão a sua submissão pela força das armas na guerra da Reconquista. Todavia, a obra de Zurara inaugura ainda uma outra espécie de outro, o *africano*, que é coletivo de muitos povos e gentes variadas para os quais a política portuguesa delineará procedimentos diferentes da guerra, conquanto não abra mão deste recurso, no escopo de aliciá-los pela catequese e pela evangelização. Mas isso são outras histórias desenvolvidas pelo cronista não aqui, não na *Crônica de Ceuta*, mas principalmente nas narativas sobre a Guiné e um tanto nas dos Menezes.

1. 2.3 O rei e os outros: os estrangeiros

Para Zurara, o funcionamento das hierarquias se explicita diagonalmente, pois só existe porque o Rei - este sim elemento fundamental - compreende todas as qualidades de bem governar, de bem administrar, o que se refere às capacidades de administrar as tensões internas do Paço e do Reino, e de estabelecer sólidas redes de cooperação, almejando o bem comum da “cristandade” - afinal, qual outro significado terá o bordão constantemente repetido nos textos *ca todo seu principal mouimento foy por seruiço de Deos*?

Sobre o dito acima, há nas crônicas de Zurara uma profusão de referências e detalhes. A própria guerra de Ceuta aparecendo como capacidade que tem o Rei em administrar tensões do Paço, posto que a paz com Castela, se por um lado contentou os mais *sesudos*, anciãos, pessoas de mais idade, mais sérias, capazes de entender as benesses provenientes da paz, por outro, descontentou os *mancebos*, para quem a guerra era praticamente a única forma de ascensão possível: propor uma guerra que beneficiasse ambas as categorias reflete a sageza do Rei.

D. João I, além de administrar tão bem os negócios internos do reino, prefigurados nos limites das disputas entre *sesudos* e *mancebos*, também foi hábil negociador internacional, porque a preparação da empresa guerreira à Ceuta gerou desconfianças e temores nos seus vizinhos europeus, e não apenas nos ibéricos. Em decorrência desta desconfiança, foram enviados a Portugal, nos longos anos de preparação da empresa, muitos embaixadores de diversos reinos

européus, assim como o rei português, por motivos variados, também enviou várias embaixadas. Daí, que a relação estreita entre diplomacia e guerra, adquire pleno sentido no texto, através da exaltação de ambas as habilidades diplomáticas e guerreiras, ostentadas pelo Rei.

Zurara dá muita importância às embaixadas recebidas por D. João I, mas também àquelas que ele envia. As primeiras são tratadas na perspectiva do engrandecimento do Rei pela cordialidade e munificência com que são tratados os representantes de outros reis, aos quais supera nestas qualidades e também em sabedoria, instâncias que o cronista ressalta, sobretudo ao pôr elogios ao seu Rei na boca de outros monarcas. Diz D. Fernando, tutor do infante rei de Castela, que:

“Sempre conheçi elRey Dom Joham seer huu muy auamtaiado príncipe. e em todos os seus feitos sempre sse mostrou gramde e uirtuoso. e elle que este feyto assy moue, nembreuos que a de seer huua cousa notauell e gramde, cuja fama sera muy gramde preço, e ajmda emueja de mujtos príncipes do mundo.”²²⁸

Por outro lado, D. João I, além de ser elogiado e respeitado por sua cordialidade e munificência, é também temido por este mesmo D. Fernando. Num primeiro momento, os embaixadores aragoneses ao rei de Portugal o elogiam: “Senhor, elRey dAragam nosso senhor uos faz saber, como ha mujto tempo que ha nouas que uos uos [sic] perçeebes de guerra. e que elle em quamto uosso perçebimento nom foi mujto ssoado, sempre pemssou que era alguua cousa pequena.”²²⁹ Todavia, após aquele tutor estar inteirado das providências do Rei para a

²²⁸ ibidem. p. 104.

²²⁹ ibidem. p. 102.

guerra em Ceuta, intimidou-se. Seus embaixadores assim se referem a este novo estado de espírito: “que emtemdeu e emtemde [o príncipe aragonês] que huu tam alto prinçipe como uos nom pode mouer semelhante feito senom a alguu gramde fim. e quamto a çertidom do feito he mais duuidosa, tanto he mayor rrezom que se poueja sobre ello.”²³⁰

Outros relatos de embaixadas são postos com este mesmo objetivo. As embaixadas para Nápoles e para a Holanda recebem descrição minuciosa, porque tratam de serviços de espionagem e, também, pelas dificuldades de suas missões: na primeira, propor à rainha da Sicília que ao invés de casar-se com D. Duarte, como ela queria, que se casasse com D. Pedro; e na segunda tratar com o Duque da Holanda que simulasse ameaçar guerra contra Portugal por um problema menor: pirataria contra navios mercantes portugueses nas costas holandesas, resolvido posteriormente.

O tratamento especialíssimo dispensado pelo Rei a embaixadores estrangeiros aumenta a sua glória, pela ostentação de sua magnanimidade. O melhor exemplo da generosidade real, já que os embaixadores “sempre foram mamteudos elles e seus homees e bestas aa custa delRey, assy grandemente como elle costumaua de o fazer”²³¹ com embaixadores estrangeiros, é aquele que é dado ao embaixador de Castella, o bispo de Momdanhedo, que ficou muito contente com as dádivas e presentes ofertadas pelo rei de Portugal, pois, “forom dadas ao bispo gramdes dadiuas de joyas douro e de prata e panos e penas de gramde ualia. as quaaes com outras cousas foram aazo, per que aquelles embaxadores, contra sua natureza

²³⁰ *ibidem*.

²³¹ *ibidem*. p. 100.

louauom mujto a grande manifiçemçia delRey.”²³²

1.2.4 O rei e os outros: os infiéis

Servimo-nos das narrativas cheias de sabor sobre as embaixadas enviadas a Portugal, também para examinar as dimensões do outro, do oposto complementar que é o mouro-infiel para o cristão, que se torna português no bojo do processo de Reconquista, oportunidade em que este cristão projeta-se do passado comum, visigótico, para mais tarde, inclusive, vir a ser mais um dentre os filhos da Hespanha.

Assim, parece ser sempre mais fácil avaliar o próprio valor comparando-o com o de outrem. Nas crônicas, há uma outra embaixada digna da menção do cronista: trata-se da delegação mourisca de Granada que veio ter em Portugal, pelo mesmo motivo que a castelhana: o temor frente aos preparativos bélicos de que se tinha notícia estarem sendo feitos nesse reino. Esta embaixada enviada pelo “outro”, entretanto não mereceu maior atenção do Rei e do cronista, senão que aqueles embaixadores receberam tratamento segundo competia ao seu “estado”²³³, informação um tanto vaga quanto à recepção dispensada aos embaixadores mouros, não cristãos, e por isso, opostos a quaisquer modelos de virtude e honradez que pudessem ser considerados como tais por cavaleiros cristãos.

²³² ibidem.

²³³ ibidem. p. 106.

Como que a comprovar essa carência de espírito de cortesia, o cronista destaca o “mau” comportamento dos embaixadores frente a recusa do Rei em assinar o tratado de paz por eles proposto. Diante deste insucesso, informa Zurara, os embaixadores teriam, então, tentado comprar a boa vontade e o apoio àquele pleito, primeiro da rainha, e, frente a sua recusa, a do Infante D. Duarte, cuja resposta não diferiu em nada daquela dada pela sua mãe, senão que mais enfática:

“Os prinçipes desta terra, rrespomdeo o Iffamte [D. Duarte], nom som acostumbrados de uemder suas boas uoomtades por preço de dinheiro. ca husamdo per semelhante modo teriam mayor rrezam de sse chamarem mercadores que senhores nem prinçipes. Porem uossas promessas som escusadas açerca de semelhante caso. ca nom tam soamente esse presente que elRey diz que me emuiara, mas que me fizesse seguramça que me daria todo o seu rregno per semelhante modo, eu ho nom rreçeberia delle, nem poderia fazer a elRey meu senhor e padre nenhuu rrequerimento, senom aquelle que fosse justo e rrazoado. E elRey de Graada uosso senhor nom ha porque tomar taaes coçeguas, nom auemdo mais causa pera ello. E desta guisa se tornaram os mouros pouco comtemtes de tall resposta”.²³⁴

Os mouros, aliás, representam, nas crônicas de Zurara, não só o avesso do cristão mas, principalmente, o avesso do Rei. Se é fato que alguns cristãos podem ser “neiçeos e couardos”²³⁵, como acoima Zurara, o Rei não pode sê-lo. E não o é. Tanto isso é certo que suas virtudes mais louváveis são, justamente, a sabedoria e a coragem. Os mouros, de outra forma, são consecutivamente detraídos com os mais variados epítetos: são acusados de serem traiçoeiros, mercadores - não na mesma acepção que os mercadores cristãos, ou o Infante D. Henrique na Crônica da Guiné, mas como aquele tipo de mercador que

²³⁴ *ibidem.* p. 108-9.

²³⁵ *ibidem.* p. 15.

negocia produtos ilícitos ou imorais, como diz D. Duarte no excerto acima - e também de néscios, isto é, de faltos em “sagazidade”, como se comprova com a citação que segue:

“Alguus mouros daquela çidade que depois do filhamento consijraram sobre a uinda destas gallees, mal diziam a ssy e a fraqueza de emtemdimentos, porque tam tarde conheceram a sagazidade com que se trautara sua destroiçom. e emtom se acordauam como uiram o prioll hir com sua galle ao lomgo da çidade assy uagarosamente, como quem se trabalhaua de a esguardar com fememça.”²³⁶

Pode-se até dizer que para cada alcunha atribuída aos infieis, o Rei recebe algum epíteto edificante. Neste caso, a construção é estabelecida ao contrário: são os próprios mouros que percebem inferior sua capacidade intelectual relativamente ao invasor.

Como dizíamos, Zurara se valeu do tema das embaixadas para assentar alguns elementos fundamentais acerca das virtudes que ostentava o rei de Portugal, que por elas, é majestade digna de continuada memória. Tais virtudes, sempre contextualizadas na sagacidade e diligência evidenciadas no preparo da empresa guerreira, demonstram, outrossim, que o Rei é, em todos os sentidos, o mais apto para o governo do reino, visto que, por ser escolhido por Deus, demonstrara ser digno de ser a cabeça coroada da nação em formação. Cabe chamar a atenção nesta altura, de que partem de estrangeiros e mesmo de infieis, os juízos confirmatórios do enaltecimento da imagem real, recurso que o cronista não se furta de utilizar em vários trechos das crônicas.

²³⁶ ibidem. p. 53-4.

1.2.5 O rei e os seus: o Conselho

O cronista, articulando o tema cavaleiresco medieval com as preocupações estratégicas condizentes com as necessidades de gestão política e econômica do reino, demora-se em vários capítulos a discutir a conveniência e os preparativos para a guerra africana, situando tais discussões no âmbito das sessões do Conselho Real.

O exame das narrativas sobre estas sessões, revela aspectos importantes para a elucidação dos mecanismos definidores do ordenamento hierárquico das figuras do Paço Real.

D. João I reúne o Conselho para discutir a Tomada de Ceuta. Esta ação, segundo o cronista, estendeu-se por várias sessões. A primeira destas foi composta pelo rei e os infantes, pelos confessores do rei (Mestre Frei Joham Xira e o Doutor Frei Vasco Pereira) e ainda, pelos letrados de Lisboa e outros homens gradados do Conselho.

Nestas reuniões, partiu-se da dúvida crucial segundo o cronista, sobre ser a guerra um bom serviço prestado a Deus. As questões colocadas em seguida, giraram em torno da capacidade técnica, financeira e demográfica do rei e, por extensão, do reino, em suportar os esforços preparatórios da guerra. A última questão discutida dizia respeito à capacidade de conservar a praça de Ceuta, uma vez que os portugueses lograssem tomá-la.

O discurso inicial do rei pede ao Conselho que lhe tenha em grande consideração, que seja sábio e ponderado e que saiba guardar segredo, pois, o sigilo é

imprescindível para a pureza dos atos.

O rei destaca estas três qualidades, afirmando que a primeira é o “amor aaquelle principe o ssenhor que ouuerem de aconselhar [...] porque as cousas que deseiamos pera nossos amigos ham nascimento daquelles que pera nos queriamos.”²³⁷ Citando passagens da Bíblia, Zurara diz que o rei conclama seus conselheiros como “disse nosso Senhor Jesu Christu aos seos apostollos [...] que lhe chamaria amigos por quanto os ja tinha ensinados na vontade seo padre.”²³⁸ Um tal amor que o rei exige de seus conselheiros é o amor de devoção, de amizade e de companheirismo que, ao mesmo tempo em que os eleva à sua condição, cobra-lhes fidelidade absoluta.

Para ser conselheiro faz-se necessária a sabedoria porque “sem ella nam poderia dereitamente aconselhar. ca posto que tevesse boã vontade se lle falleçesse saber nam poderia muito aproueitar aaquelle que se o conselho ouuesse mester porque a boã vontade sem a obra nam é cousa perfeita.”²³⁹ A sabedoria é semelhante à inteligência, não à erudição ou conhecimento, mas sim, como capacidade de ponderação e de levar em consideração todas as possibilidades apresentadas no debate.

A terceira qualidade que se requer do conselheiro “he grande segredo. porquanto o rompimento do conselho traz desfazimento da obra”²⁴⁰, sendo, desta forma, uma das provas de fidelidade ao rei.

O monarca afirma que os conselheiros possuem todas as qualidades a

²³⁷ ibidem. p. 31.

²³⁸ ibidem.

²³⁹ ibidem. p. 31-32.

²⁴⁰ ibidem.

eles necessárias e mais, que delas advém a sua força moral, o seu juízo, porque o Conselho é composto de seus *naturaes*, cuja autoridade emana do próprio monarca. Acrescenta o rei, que “a minha boa vontade mo faz creer e afirmar. e porque comunalmente em vos outros que aqui sooes presentes estaa toda a força do conselho que pertence aa saude de minha alma e parte da que pertence ao corpo.”²⁴¹

Ao tratar da guerra, e também da conquista e do lucro, o rei revela-se como a imagem do não-ambicioso, do não-cobiçoso e do quase humilde. Na citação abaixo, aparecem duas imagens, assim como se fossem antagônicas - a cobiça, que implica em falta de humildade, e, principalmente de submissão a Deus; e a autoridade, que tem seus limites na figura de Deus, perante o qual todos são submissos:

“Ca vos digo em verdade que ajnda que entendesse de cobrar todo o mundo por meu. como eu sentisse que em alguua parte nam era serviço de Deos. eu nam teria por vitoria nem o faria per nenhuua guisa. porem porque eu possa saber certamente se jsto he seo serviço ou nam vos fiz assi aqui ajuntar porque sento pollo grande conhecimento que tendes da ley de nosso senhor Deos me podereis bem auisar. a qual cousa vos encomendo e mando que com toda deligença queiraaes escoldrinhar assi per vossos boës liuros e santa escreturas. como polla alteza de vossos entendimentos e me tornees dello resposta o mais çedo que bem poderdes.”²⁴²

Intenta-se explicar como os letrados responderam sobre ser ou não a guerra um serviço de Deus. A opinião dos clérigos é positiva, mas como a questão é suscitada mediante um desejo dos infantes, Zurara dedica-se a preencher o espaço entre uma reunião - a que o rei levanta a questão para os clérigos e, a outra, a das respostas dos letrados ao rei - descrevendo em clima quase onírico a excitação dos infantes, porque “assi como naturallmente os feitos em que a maginaçam do homem

²⁴¹ ibidem. p. 32.

²⁴² ibidem. p. 33.

he ocupada de dia, esses se lhe rrepresentam depois que o sono tem ocupado os seus sentidos.”²⁴³

Zurara descreve o estado psicológico dos infantes, que se entretêm imaginando a guerra contra os mouros em seus sonhos noturnos:

“e uua vez lhes parecia que viam grande multidom de nauios carregados de gemtes darmas. outra vez viam as torres da cidade apemdoadas das suas bandeiras. outra vez lhes parecia que se achauam amtre a força dos mouros e que continuauam tanto sua peleia, que por força os arrancavam damtre ssi. e no menos trabalhados achauam seus corpos, que depois de acordados sentiam alguu daquelle camssaço, tam grande era ho trabalho em que a uontade passaua aquellas cousas.”²⁴⁴

A resposta dos clérigos ao rei, ao provar que a guerra é uma atividade do agrado de Deus, apoia-se nos inúmeros exemplos, bíblicos ou não, de guerreiros famosos que receberam a ajuda de Deus em suas contendias. Os conselheiros iniciam sua resposta dizendo que a este respeito “nom ouemos mester de queimar mujtas candeas rrequerendo seu estudo. e esto por não ser cousa noua nem sob tall escureza posta na scpritura per que o seu emtempto no posesse em taes duvidas, pera cuja declaraçam nosso emtemdimento soamente podesse abastar.”²⁴⁵ Acrescentam que “amte som cousas tamtas vezes limadas e disputadas, que em quallquer parte que o homem vaa pella samta escpritura, pode achar muj largamente quallquer cousa que acerqua desto queira escprever”²⁴⁶, o que evidencia a justificação divina para o combate aos infiéis.

Apesar das inúmeras cisões no corpo social, a justificar ser possível

²⁴³ ibidem. p. 34.

²⁴⁴ ibidem.

²⁴⁵ ibidem. p. 35.

²⁴⁶ ibidem.

afirmar-se já, que havia um Portugal único, e em vias de tornar-se singular em todos os aspectos, o rei sobreparaiva as diversas cisões como árbitro, símbolo e catalisador exemplares de um corpo de doutrinas e práticas veiculadoras da força e da aceitação, que se quer, irrestritas do poder político. Exatamente por esta capacidade, D. João I pôde ser apresentado na crônica como aquele a quem se deviam obediência, lealdade, fidelidade, confiança, cooperação, companheirismo, respeito, submissão, etc. Do mesmo modo, vemos que o respeito às hierarquias pressupõe a rígida obediência que devem os menores para os maiores, em degraus sucessivos que se elevam do povo ao rei e deste para Deus. Mais ainda, hierarquias e obediência são a matéria que compõe de fato a lealdade que cimenta as relações interpessoais e de poder na ordem feudal. O Infante D. Henrique é, nestes termos, súdito perfeito porque é leal ao seu rei.

Com base no exposto, observamos nos discursos da narrativa, a capacidade de D. João I como árbitro das tensões existentes em Portugal durante seu reinado.

O cronista descreve as malhas de poder que se formam a partir do rei e, na construção que faz, percebemos um rei que é capaz de colocar todo o reino a seu serviço, de tal forma que seria impensável um século antes, quando o poder estava muito mais fragmentado nas mãos da nobreza fundiária. O cronista consegue, nestas poucas linhas, antecipar àquela nobreza o feitio da política adotada pelos Avis, ou seja, o domínio centralizado na autoridade real. O rei escreve aos *grandes* do reino, “senhores e fidalguos de comta”,²⁴⁷ cartas “nas quaaes lhe fazia saber como elle por seu seruiço e homrra do rregno, tijnha hordenado demuiar seus filhos. s. o Iffante Dom Pedro e o Iffante Dom Hamrrique por

²⁴⁷ *ibidem.* p. 90.

capitães de sua frota pera o seruirem no que elle mandasse”.²⁴⁸ Nestas cartas, ordenava a seus vassallos que se aprontassem “pera hirem com elles em a dita frota. e lhe fazerem primeiramente saber as gentes com que o emtemdiam de servir, pera lhe desembargar seus dinheiros e hordenados pera o corregimento seu e das ditas suas gentes.”²⁴⁹ O cronista acrescenta que tais ordens causaram “feruor tam grande no rregno, que em todollos lugares as gentes trabalhauam em all.”²⁵⁰

Certamente que, se somada a esta alusão sobre o poder que tem o rei de pôr todo o reino a trabalhar por um motivo desconhecido - uma vez que somos levados a crer que as informações sobre os preparativos da guerra eram material sigiloso, como afirma Zurara, bem como, outros estudiosos a posteriori - na descrição que faz o cronista, da azáfama provocada por estes preparativos, a importância do rei e do seu poder crescem de significado.

O trecho seguinte a esta acurada descrição sobre o funcionamento do poder régio, descreve a algazarra que se sucedeu na cidade do Porto. Querer - como quis Zurara - que este mesmo ritmo de atividades fosse constante em todo o reino, é observação hiperbólica. Mas, restaria a um autor que se propõe a fazer um panegírico, outra opção?

Evidentemente não, até porque, Zurara estende aos mortos aquilo que afirma ocorrer aos vivos, isto é, o irrefreável desejo de baterem-se contra os mouros, criando, destarte, um clima favorável à guerra por força da aceitação geral de todos. Entretanto, nem mesmo o cronista consegue negar a existência dos resistentes e opositores da guerra. É para estes que dirige suas censuras quando afirma que “os

²⁴⁸ *ibidem*.

²⁴⁹ *ibidem*.

²⁵⁰ *ibidem*.

ossos dos finados desejavam seer vestidos em carne, homde jaziam gastados em suas sepulturas, pera seerem companheiros de seus filhos e parentes no ajuntamento daquelle feito.”²⁵¹ Assim, se até os mortos querem participar da empresa guerreira, os vivos não poderiam furtar-se à batalha, sob pena de não prestarem serviço a Deus, vendo-se diminuídos em honra. Além do que, incorreriam no opróbio real e no dos povos.

Outro exemplo da capacidade de arbitragem de tensões que tem o rei, se concretiza quando se observa, ao longo das crônicas, a recorrência do tema dos conflitos e interesses que opõem nobres que possuem feudos aos que não os possuem.. Consiste este recurso na utilização do par de termos *sesudos-mancebos*, que não recebem, senão em aparência, o tratamento como opostos, revelando-se, outrossim, complementares na congruência dos interesses de uns e outros em favor das causas do reino, estas, por sua vez, indicadas por seu rei.

Por isso, embasado nas riquezas e na segurança do território português - que tem por detrás o muro de paz com Castela e adiante um litoral que não favorece ataques por mar - o cronista dará sentido às discussões acerca da conveniência da paz com o reino vizinho, que opuseram dois partidos da nobreza quando das reuniões para decidir-se no Conselho, a guerra à Ceuta: os velhos ou sesudos, titulares de propriedades senhoriais e os nobres não-proprietários, jovens ou mancebos. Porque se a uns era proveitosa a paz para a gestão de suas riquezas, para outros era a guerra o modo tradicional de se as obter.

Zurara volta a discorrer sobre as diferenças que existem entre os jovens e os homens de maturidade, pois, segundo ele, Portugal estava dividido entre “huus

²⁵¹ *ibidem.* p. 112.

que seruiram elRey em todos seus trabalhos [...] e os outros eram os filhos daquestes, os quaaes traziam em ssi muy grandes desejos de chegarem aos meriçimentos de seus padres.”²⁵²

Por *meriçimentos* entenda-se certo grau de riqueza material, e prestígio social que lhes possibilitassem viver das rendas obtidas pela generosidade do rei, dadas em troca de serviços a ele prestados. Assim, o rei aglutina os partidos e dissolve cisões e tensões diversas, existentes no reino e no seu microcosmo, o Paço, evidenciando os mecanismos de centralização do poder.

Entretanto, há um grupo de grandes nobres que aparecem englobados no discurso na categoria sesudos que não perderam o ímpeto guerreiro típico do seu pertencimento à cavalaria. Justamente sobre estes é arquitetado o discurso de convencimento para a guerra, exposto pelo Condestável Nun’Álvares, nas reuniões do Conselho para isto destinadas. Juntamente com estes grandes nobres, o cronista apresenta um outro grupo de guerreiros idosos de estatuto social menor, que na crônica parecem desempenhar a função de aliviar o peso das recusas dos nobres em irem para a guerra. Este outro grupo de homens atua relacionado às ações do Infante D. Henrique que deles recebe a generosa oferta de seus corpos para a guerra e aos quais o príncipe, em retribuição, recompensa com generosidade. Note-se que estes homens são cavaleiros e escudeiros já bastante idosos, pertencentes às hostes do Rei. Assim, Zurara se alonga em narrar como a perspectiva da guerra provoca o afã belicista nos cavaleiros do reino e, referindo-se àqueles idosos guerreiros acima mencionados, exemplifica o que afirmamos, destacando o alistamento voluntário daqueles três cavaleiros, que insistem em

²⁵² ibidem. p. 115.

participar da batalha. Destes três, apenas um recebe nomeada, a saber: “Ayres Gomçallvez de Figueyredo, nobre cavalleiro”²⁵³, justamente o mais velho dos três - noventa anos - e o único cavaleiro, sendo os outros dois, escudeiros provenientes da região de Bayona.

Atentemo-nos ao que dizem estes três ao serem instados a não embarcar para a batalha:

“Eu nom sei disse o cavalleiro [Ayres], se os membros por rrezam da hidade emfraqueçerom, mas a vomtade nom he agora menos do que foi em todollos outros trabalhos, que leuey com vosso padre. Por çerto disse elle, eu nom podera auer mais homrradas eixequias pera minha sepultura, que amte de meus dias seer em aqueste feito.”²⁵⁴

Logo após, solicitaram “dous escudeiros Bayoneses”²⁵⁵, que o Infante os incorporasse às tropas. Ao que respondeu D. Henrique que “assaz he [...], o que vos teemdes trabalhado. eu vos tenho mujto em serviço vossa boã voomtade. pareçeme que he bem que fiqueis, ca já a vossa hidade nom he pera mais trabalhos.”²⁵⁶ Acrescenta ainda que “as armas que tijnha som já todas rrepartidas, e nom teeria assy prestes com que vos armasse.”²⁵⁷

A resposta dos escudeiros mostra o quanto ficaram descontentes por permanecer em Portugal, inertes, enquanto momentos tão gloriosos se avizinhavam. Assim, contradizem ao Infante, alegando em favor de seu pleito que “nom he boom homem [...] aquelle que per nehuua neçessidade vemde suas armas. e nos posto que per alguuas vezes nos fizessem mingua nossos solldos per falleçimento da paga, e a

²⁵³ ibidem. p. 111.

²⁵⁴ ibidem.

²⁵⁵ ibidem.

²⁵⁶ ibidem.

²⁵⁷ ibidem.

teemça depois que nos foi asseemtada, as nossas sempre esteueram comnosco.”²⁵⁸

Como a provar a sanha dos guerreiros portugueses, de quaisquer extrações sociais, Zurara faz os baioneses insistirem no seu pedido ao príncipe, disseram eles “o mantijmento nos dade segumdo vossa hordenamça, e das armas nom tenhaes cuidado.”²⁵⁹ Destarte, o Infante se vê compelido a satisfazer as vontades daqueles guerreiros e o faz com prazer. Ouçamos Zurara: “muito ledo foi o Iffamte de ssuas uoomtades, e aalem do seu hordenado lhe mamdou fazer merçee, conhecemdo que era mujto pera agradecer a homees de tall hidade semelhante desejo.”²⁶⁰

Dentre as muitas informações que se podem retirar deste excerto, está aquela que nos pode informar sobre o caráter senhorial do Infante, a prover seus vassalos no melhor estilo cavaleiresco. Assim, para os cavaleiros, o rei não é apenas bom guerreiro, mas é, principalmente, protetor e provedor de seus vassalos. Como elucida Zurara, o Infante D. Henrique compartilha destes atributos.

A importância atribuída pelo cronista a estes fatos explica-se, certamente, por dois motivos: primeiro, porque a crônica foi escrita depois dos acontecimentos relatados; e segundo, com o objetivo de encadeá-los de maneira lógica, ou seja, cada pequeno fato se inscreve num âmbito maior, histórico, messiânico e glorioso. Em adição, fica evidente ainda, nesta passagem, o quanto a memória de Zurara é, na verdade, a memória de D. Henrique.

Deve-se entender a participação dos idosos como mais uma alusão ao desejo dos sesudos em participar da batalha. Ora, estes já viram tudo e seu desejo manifesto de participar da novidade, é uma comprovação de que um novo e glorioso

²⁵⁸ *ibidem*.

²⁵⁹ *ibidem*.

²⁶⁰ *ibidem*. p. 111-112.

tempo se abria para Portugal. Zurara expressa, desta forma, duas realidades: a primeira, diz respeito ao fato de que Portugal já era uma nação; e, consequência da primeira, a segunda destaca o papel da corte e, mais especificamente do rei, como referência essencial para a fundação do Estado-Nação, pois, agregava em torno de si a vontade coletiva do reino.²⁶¹

Como a comprovar as mutações políticas ocorridas na passagem do século XIV para o XV, vemos no discurso proferido pelo capelão do rei, Frei João Xira, quando incita os combatentes à Reconquista de Ceuta, que este clérigo afirmava que “o dia doje seremos ajuntados com a graça de Deos sobre este feito casi todollos do pouoo de Portugall, [assim] deuees uos ajudar e esforçar huus aos outros com todo o coração e uoomtade.”²⁶² [grifos meus]. Sendo as hostes que atacaram Ceuta compostas pelo povo de Portugal, isto é, pelos portugueses, comprova-se, deste maneira, a existência tanto da nação quanto certamente do país, elementos fundamentais para a reificação do Estado nacional e elementos articulados aos mecanismos de um poder político centralizado pela figura do rei. No discurso, por fim, o capelão apela para a solidariedade que deve haver entre indivíduos irmanados por mesmos espaço e fé, “comsijramdo que assy como uos elle [Deus] ajudou comtra os uosso jmmijgos christãos, que eram mujto mayor numero que uos outros, assy uos ajudara comtra estes, que som uossos jmmijgos e de Christo.”²⁶³ Por este objetivo comum, também se comprova a existência de um povo particularizado.

Zurara afirma que o rei deixou ao Conselho, após a morte da Rainha, a

²⁶¹ MATTOSO, José, dir. *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. V. 3.

²⁶² ZURARA, Gomes Eanes de. CTC.p. 200-201.

²⁶³ *ibidem*.

decisão sobre a ida à Ceuta. Na reunião havida para esta discussão estiveram presentes quatorze conselheiros “cuos acordos foram partidos em duas partes .s. sete a cada huua parte”²⁶⁴ numa delas estavam os quatro filhos do rei e mais tres conselheiros, concordes com a idéia da ida; na outra, agrupavam-se os grandes contra a expedição. Zurara insinua que dentre estes estivesse o Condestável Nun’Alvares, com quem teria altercado o Infante D. Pedro, porque “ouue em aquelle comsselho muy gramde debato, no quall [...] disseram que o comde era huu daquelles que mais affirmava qe elRey deuia ficar.”²⁶⁵

No entanto, Zurara não alude diretamente aos conflitos entre os membros da realeza, antes, apresenta todos os filhos Reais solidários com o projeto da Guerra pois este é o meio adequado a personagens de sua categoria serem sagrados cavaleiros.

Eis, então, que apresenta o conflito entre os príncipes, mediante o recurso ao ensombrecimento da imagem de uns em favor das rutilâncias da imagem de outro.

Igual consideração não merecem os demais personagens, os que não têm a seu favor o sangue real; a esses, nobres ou não-nobres, resta arcarem com o ônus de sua opção: se perfilharam com o Infante D. Henrique e D. João I, recebem reconhecimento e galardão. Em virtude deste apoio recíproco é que adquire sentido a ênfase dada pelo cronista às opiniões de nobres que exercem funções oficiais nos paços reais. Assim, vemos a consideração quase afeiutosa que é votada tanto pelo rei quanto pelos infantes, ao nobre oficial João Afonso, Vedor da Fazenda do rei,

²⁶⁴ *ibidem.* p. 145.

²⁶⁵ *ibidem.* p. 146.

segundo a visão de Zurara, uma das opiniões que mais pesaram para que o rei D. João I discutisse a pertinência de mover-se à guerra contra Ceuta. Este nobre tinha informações sobre a cidade, considerando-a presa fácil e rica.

João Afonso foi consultado pelos infantes porque sabiam “como elle era homem sesudo e boõm e que tinha grande autoridade no rreino por la grande fiança que elRey seu padre em elle auia.”²⁶⁶ Esta situação se depreende no texto da crônica quando a opinião deste oficial grado é solicitada pelos infantes e ao Conde de Barcelos, que o vieram consultar sobre a melhor forma de serem sagrados cavaleiros, pois, não gostariam que o fossem à semelhança dos filhos de cidadãos e mercadores ou algum outro príncipe, cujo nome e fama fossem de menor valor.

Assim, Zurara faz de João Afonso uma voz que vê o caráter estratégico da conquista da cidade. O Vedor diz aos infantes que seus pensamentos são de grandes e bons “e pois que vos tal vontade tendes eu vos posso assinar huua cousa que o podees bem e honrradamente executar. E esto he a çidade de Cepta que he em terra dAffriqua que he huua muy notauel çidade e muy azada pera se tomar.”²⁶⁷ Acrescenta que o filhamento de Ceuta é um feito mais memorável, sugerindo que “auereis bom conselho falardes em ello a elRey e pedirlhe que encaminhe como se faça ca esto he cousa pera ter em conta [...] [pois] nas festas e conuites de comer e beber nam ha senam despesa de vianda e ocupaçam de tempo. cuja memoria prescreue com pequeno louuor.”²⁶⁸

Infira-se desta discussão que o rei, embora sensível aos desejos dos filhos, era-o também à opinião dos seus colaboradores de maior confiança, sendo o

²⁶⁶ ibidem. p. 27.

²⁶⁷ ibidem.

²⁶⁸ ibidem.

Condestável Nun'Alvares Pereira e João Afonso, o Vedor da Fazenda, exemplos disto.

Ao contrário, àqueles que se pugnaram no campo oposto aos projetos da realeza, no mínimo às sombras, como aquelas votadas a D. Duarte e a D. Pedro; no máximo, o opróbio, que atingiu ao nobre Martim Affonso de Meello²⁶⁹ - que não aceitou permanecer em Ceuta como *fronteiro*, apesar de toda a consideração real e das generosas ofertas a ele feitas para que ficasse.

A censura é também a punição dada por Zurara àqueles que se antepõem às ordens do Infante, questionando-as negam-lhe a obediência irrestrita que, como vimos, é corolário da lealdade que se deve para com os Senhores. Assim, o Infante censura os seus soldados porque estes, nas vésperas do desembarque em Ceuta, puseram em dúvida suas intenções e as do rei, descrendo da realidade do desembarque destes ilustres personagens juntamente com a “gemte meuda”²⁷⁰ naquele dia. Se, todavia, Zurara não fez os escudeiros, de modo algum, desrespeitosos, por outro lado, mostrou o espanto do Infante que com “a comtenemça em alguua maneira queixosa [dirigiu-se a eles] prinçipallmente por rrepreemder suas desauisadas pallauras”²⁷¹, acrescentando que “parece [...] que elRey meu senhor teue huu comsselho em terra e uos outro no mar, e pemssaaes que elle nem nos outros nom teeremos de uossas uidas aquelle emcarrego que he rrezom de termos.”²⁷²

Diante de tais dúvidas, o Infante afirma que é forçado a declarar o que antes não tinha vontade e que com a graça de Deus, pela manhã eles o veriam ser o

²⁶⁹ ibidem. p. 262-263.

²⁷⁰ ibidem. p. 188-189.

²⁷¹ ibidem. p. 189.

²⁷² ibidem.

primeiro a sair pela prancha da galé e “porque nehuu de uos nom aja rrezam dhir apos mim, mamdarey uijr dos outros nauios dous dos meus pera os levar comigo. e uos podees bem seguir uossas uoomtades.”²⁷³ Conclui esta diatribe punindo seus escudeiros, de tal forma que, antes de receberem ordens suas ou do rei, que nom façaes nehuu mouimento.”²⁷⁴

A reunião do Conselho Real em Torres Vedras é sobremodo importante, pois, permite verificar as maneiras pelas quais se hierarquizam as relações entre o rei e os *grandes* do reino e, bem assim, os objetivos e limites reais deste plenário.

Por outro lado, podemos observar, através da narrativa de Zurara, que também aqueles *grandes* rendem seu preito de homenagem ao rei tal como o Infante D. Henrique o fizera, aliás, como era de se esperar.

Assim,o Condestável Nun’Alvares após sua decisiva intervenção a favor da ida à Ceuta, ajoelhou-se perante o rei e beijou-lhe a mão, dizendo: “eu uos faço esta rreueremça teemdouos mujto em merçee de me aazardes cousa em que uos sirua em meu offiço de cauallaria em que me Deos por sua merçee pos, seemdo cousa tamto de seu seruiço.”²⁷⁵

Do mesmo modo, procederam naquela reunião, D. Duarte e seus irmãos. O herdeiro: “leuantousse em pee, e foy beyiar a maão a seu padre. e per semelhamte maneyra fizeram seus jrmaãos.”²⁷⁶

Pontuamos, outrossim, que todos, rei, infantes e nobres, inscrevem-se

²⁷³ ibidem.

²⁷⁴ ibidem.

²⁷⁵ ibidem, p. 82.

²⁷⁶ ibidem.

na hierarquia em cujo cimo está Deus, e dão seguimento às suas ações, justificados pelo serviço de Deus.

Já os outros nobres, conquanto tivessem sido instados a manifestar sua opinião sobre o desígnio do rei, diz-nos o cronista que “nom ouue hi alguu que soubesse dizer o comtrayro.”²⁷⁷

Por isso, supomos que o cronista, como que a amenizar o clima de explícito exercício da autoridade Real, fecha o capítulo dedicado a esta reunião do Conselho com uma anedota picaresca atribuída a Joham Gomez da Sillua: “que era hum homem forte e ardido, cujas pallauras sempre traziam jogo e sabor”.²⁷⁸ Teria o nobre dito, de pé, ao rei: “Quamto eu senhor [...] nom ssei que diga ssenom rruços aallem”²⁷⁹ em alusão à idade e às cãs da maior parte dos presentes. O chiste teria levado o vetusto conclave ao riso e, assim, teriam sido terminadas as falas.

De fato, somente após nosso infante haver comunicado a seus irmãos a decisão real de ir à Ceuta é que o cronista retorna ao tema da sagração dos príncipes como cavaleiros na guerra que se projetava. Assim, o rei percebia em seus filhos: “todo o comprimento de suas virtudes [as quais consistiam de] todallas outras manhas que a grandes homees pertença”²⁸⁰, isto é, a boa “desposiçam” deles para cavalgarem, caminharem, caçarem, correrem e saltarem, além de serem suficientemente fortes e destros no lançamento de barras, dardos e outras armas usadas: “pera justar. e assy pera quaaesquer outros autos que a cauallaria pertencessem.”²⁸¹

²⁷⁷ ibidem.

²⁷⁸ Ibidem.

²⁷⁹ ibidem.

²⁸⁰ ibidem. p. 49.

²⁸¹ ibidem.

Consoante esta boa disposição achada nos príncipes, o cronista nos informa que nenhum deles as possuíam todas, ressaltando, entanto, que aquilo que faltava a um, no outro se manifestava e, por isso, todos se complementavam e, o melhor, era que a nenhum faltava “desposiçam boa pera todo fazer.”²⁸²

Por tudo isso é que Zurara, noutra altura, pôde dizer sobre os filhos do Rey que “çertamente taaes çinquo filhos assy obedientes a seu padre e amigos amtre ssi, numca sse achou em escripturas que os alguu príncipe tevesse.”²⁸³

Posto que já se decidia pela ida a Ceuta, diz o cronista que o rei falou aos infantes que queria ouvir os pareceres da Rainha D. Felipa e o do Condestável Nun’Alvares sobre a sua decisão. A reação dos príncipes, nas cores do cronista, sugere grande desapontamento: “Primeyramente porque a Rainha era molher, a qual segumdo sua natureza nom lhes poderia deseiar nehuaa cousa perijgosa”²⁸⁴; e em relação ao condestável porque este era já velho e estava, à época, gozando merecido repouso por todas as lidas de sua “mamçebia”. Apesar disso, “como homees em que moraua huua marauilhosa fortelleza”²⁸⁵ decidiram, com a autorização real, irem falar com sua mãe.

O cronista enfatiza a importância da linhagem a que pertenciam os infantes, argumentação central da conversa que os príncipes mantiveram com a rainha acerca de seu desejo de receberem o grau da ordem da cavalaria em local adequado: “homde nossa uirtude podesse ser demonstrada ante a uista de todos [isto é, onde pudessem demonstrar] avantagem no feito das armas”.²⁸⁶

²⁸² *ibidem*.

²⁸³ *ibidem*. p. 115.

²⁸⁴ *ibidem*. p. 60.

²⁸⁵ *ibidem*.

²⁸⁶ *ibidem*, p. 61.

Após este preâmbulo, informam a sua mãe que o rei tenciona fazê-los cavaleiros com festas e justas mas, que a eles não era agradável esta disposição, pois lhes parecia mais adequada a filhos de mercadores e de burgueses, indigna, pois, de sua linhagem; informam-na ainda da existência de Ceuta que “era muy aazada pera seer filhada”²⁸⁷ tendo o rei, inclusive, já tomado algumas providências no sentido de conhecer melhor as condições de defesa da cidade ante um possível ataque português. Em face do arrazoado a rainha vem a concordar com os argumentos de seus filhos e decide-se por falar ao rei sobre o assunto imediatamente.

É de bom alvitre assinalar que, em ambas as conversas, os infantes foram alvo das preocupações e cuidados da parte de seus pais; o cronista não descarta de descrever o casal reinante como pais preocupados com a segurança de seus filhos, entretanto, isto não impede que, malgrado o amor explicitado, não sejam os príncipes desencorajados nos seus desejos de irem à guerra em momento algum da crônica. As razões da cavalaria soem ser mais fortes, e mesmo onipresentes.

Retomando o fio condutor da narrativa, os infantes - todos - contam desde então com o apoio irrestrito dos seus pais para a projetada sagração na cavalaria em Ceuta. Restava-lhes resolver como abordar o condestável de molde a que este nobre, usando de sua autoridade eminente junto à totalidade da nobreza, não só não se opusesse aos desígnios do rei e dos infantes como, também, carresse o apoio dos grandes e dos povos em geral, para o tão ambicionado, conquanto complexo, projeto bélico. Dizem, então, os infantes ao rei: “o comdestabre nom he homem que contradigua nehuua cousa que uos hordenardes por seruiço de Deos, e

²⁸⁷ *ibidem*.

por acreçentamento de uossa homrra e estado”.²⁸⁸

Aqui identificamos o cerne das diversas ligações que estabelece o cronista, com vistas a explicitar, sejam as dimensões do alcance do Poder Real, sejam os limites que tal poder impõe aos diversos estratos da sociedade desde cima, da nobreza, até abaixo, à multidão dos povos. As expressões serviço de Deus e acrescentamento da honra são as chaves que permitem compreender em que medida o rei é, de fato, mais que um *princeps*, um monarca, isto é, aquele em quem se concentra o poder porque exerce este poder por ordem e a serviço de Deus.

Se o cronista nesta altura não se permite delongas é porque, tampouco, estas aí sejam necessárias, dada a contundência da afirmação implícita na fala dos infantes.

Mas, nos capítulos que dedica à conversa que mantêm, rei e infantes, com aquele grande nobre, percebemos claramente que o cronista se esforça por fazer de D. João I um monarca muito mais independente do apoio da nobreza do que, de fato, parece ter sido.

O rei põe, o rei dispõe, o rei manda.

Todavia, acata a sugestão do condestável, de que na aludida reunião do Conselho Real em Torres Vedras, falasse primeiro porque estruturaria seu discurso de tal maneira que após sua fala, o monarca não encontraria reações adversas entre os presentes à sessão. Mas não nos antecipemos, sigamos o fio da narrativa porque, como já nos disse o cronista, os exemplos são suficientes para fazer as coisas melhor entendidas.

Os infantes e o rei, então, concertam ir ao condestável para informar-

²⁸⁸ *ibidem*.

lhe das decisões que vimos serem tomadas.

Os diversos estratagemas utilizados para que se concretizasse este propósito, autorizam-nos afirmar que o texto da crônica oculta uma situação de equilíbrio entre a Casa Real e a nobreza, personificada a primeira no rei e nos infantes e a segunda na pessoa do Condestável Nun'Alvares. Afinal, por que o monarca simplesmente não convocou o condestável para uma audiência privada visto que sua dignidades real facultava-lhe fazê-lo? Por que tantos preparativos e subterfúgios, cartas autenticadas com selos secretos e artifícios assemelhados? É, ainda de se interrogar por que de permeio entre a decisão de falar ao condestável e a realização da entrevista, passaram-se mais de três meses?

De qualquer forma, o relato deste entretempo é calcado na descrição de atividades de caça e montaria em que, perfilhados numa direção, vemos o herdeiro e D. Henrique desde Santarém até “rriba dOdiana” com o objetivo de realizar “seus desemfadamientos” na caça, até serem chamados a estar com o rei e o infante D. Pedro quando estes pudessem estar mais próximos de onde estaria o condestável, isto é, em Arrayollos.

É dali, de suas terras, que parte o condestável ao encontro do rei em Montemor, após haver recebido a carta cifrada redigida por D. Pedro. E é em Montemor que todos se reúnem para informar o grande nobre. Leiamos a essência desta entrevista pois, tão logo o condestável chegou, diz o cronista, que o rei tudo contou ao nobre ressaltando; todavia, que mesmo tendo tomado tantas providências, nada seria posto a termo sem a concordância do *gramde*: “posto que ja alguuas cousas teuesse começadas de hordenar, que nom eram porem com determinaçom de sse o feito poer em exucuçom, ataa seer fallado a elle. porem que lhe rrogaua que lhe

dissesse o que lhe daquelle feito parecia”.²⁸⁹

É sobretudo a resposta de Nun’Alvares que nos interessa de pronto, pois, afirma que “este feito nom foy achado por uos nem por outra nehuua pessoa deste mundo, soamente que foy rreuellado per Deos queremdouos abrir aazo e caminho per que lhe fezesses este tam espiçiall seruiço, per que uossa alma ante elle possa rreçeber grande meriçimento.”²⁹⁰

Ora, não nos parece necessário aduzir outros aportes a demonstrar que a nobreza estava afinada com o ideário dominante entre a realeza e, tampouco comprovar a existência de um pacto entre ambas, já que o principal representante daquela - Nun’Alvares- assume o discurso-síntese do interesse desta, ainda que o cronista sugira certa cautela na consulta e algum grau de negação, levemente sugerida, conquanto possível, da parte da nobreza. Enfim, é valendo-se de estratagemas, que revelam inegável sageza, que o rei obtém o que quer: o apoio da nobreza para a empresa de Ceuta.

1.3 O ofício de rei

Um dos aspectos mais importantes acerca do “ofício de rei” diz respeito à necessidade e mesmo, dever que tem os reis de defender os povos e, o Reino, porque “he verdade que todo o rrey deve guardar seu povoo assy como cousa

²⁸⁹ ibidem, p. 71.

²⁹⁰ ibidem.

que lhe he encomendada per nosso senhor Deos. [...] ca mall auenturado he ho rrey em cujo tempo os seus senhorios rreçebem queda.” Inclusive, esta obrigação se estende tanto aos maus cristãos quanto aos infieis, como bem frisa Zurara “e assy como pastor deve de guardar suas ovelhas, nom tam soamente dos jnfiees, mais ajmda dos christaãos, quando per alguua maneyra de soberba lhe quiserem empeçer.”²⁹¹ Aliás, diz Viterbo, que *encomenda* é “incumbência, officio, e ministério”²⁹²; logo é ordem, profissão, e destino também.

Se é officio, isso implica que se lhe ensine o mister, pois, segundo Vânia Leite Fróes, “a função de *rei* ampliou-se de tal modo a partir dos séculos XII e XIII e enraizou-se tão fortemente no Ocidente, que constituiu um officio passível de aprendizagem.”²⁹³ Este aspecto, já o examinamos com mais vagar na primeira parte da dissertação.

Mas se é ministério, o cronista consolida as funções precedentes, dirigindo-as para a inexorabilidade “da firmeza e ardor de sua fee [as quais fizeram com que o rei desprezasse] todollos contrairos que o poderiam empachar pera cobrar aquella vitoria que o seu coração profetizamdo chamaua.”²⁹⁴ Por esta desassombrada escolha, o rei, faz-se também instrumento para a defesa da fé, assim, “polla qual cousa parece aquelle que sse teem por catholico e uerdadeyro christaão, e com toda sua força nom sse despoõe a deffemder a sua samta ffe, nom he uerdadeiro caualleiro nem

²⁹¹ ibidem. p. 36.

²⁹² SANTA ROSA de VITERBO, Joaquim de, frei. *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*. Porto: Livraria Civilização Editora; Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1983. p. 217. 2 v. Edição crítica por Mário Fiúza.

²⁹³ FRÓES, Vânia Leite. *Era no tempo do rei*. p.58.

²⁹⁴ ZURARA, Gomes Eanes de. *CTC*. p. 09.

nembro de Jesu Christo.”²⁹⁵ É precisamente em decorrência da relação entre fé e defesa da fé, que se encontra o nexo entre as ações do Rei no plano religioso com aqueles que se vinculam às ações que deve desenvolver como governante “ca todo aquelle que uiue sob alguua ley, he theudo de sse poer a perijgo de morte polla guardar e mamteer [assim] o homem he obrigado a deffemder as leys de sua terra, quanto mais deue seer polla ley de nosso Senhor Jesu Christo.”²⁹⁶

O rei cristão, aquele que age pela fortaleza da sua fé em defesa do seu povo e do seu reino, recebe o galardão do acrescentamento de sua honra.

Por isso, vai muito além ainda a obrigação dos reis de defender seus reinos, porquanto ela deve ser cumprida como preito de obediência à ordenações divinas, uma vez que, dentre os sentidos da expressão serviço de Deus, ressuma o de estar-se neste serviço, por ordem de Deus, como já visto. Deste modo, é necessário relativizar a afirmação do cronista quando postula a livre escolha régia nesta situação. Afinal, ao rei, não lhe macularia o sangue deixar atacassem seu reino sem reagir? Não estaria obrigado o príncipe de sangue real a oferecer sua própria vida em defesa de seu reino? Por fim, não estaria obrigado a agir assim por força da vergonha que sobre ele recairia, caso faltasse com seus deveres para com o reino? Eis como intentando escusar seu Rei pelas guerras movidas contra cristãos, Zurara responde a tais questões:

“Vegonhosa cousa seria nenhum grande principe que possue nome rreal leixar guerrear seus rreinos que ante nam oferecesse sy e seu corpo pera defensam delles. E esto he pollo contrairo. por quanto vos [o Rei] por vossa jnleicam propria sem costringimento de nenhuua pessoa vos ofereçeis a este perigo e trabalho nam por outra necessidade

²⁹⁵ ibidem. p. 157.

²⁹⁶ ibidem. p. 157-158.

senam por seruiço de Deos e por acreçentamento de vossa honrra.”²⁹⁷

Exsuda dos parágrafos em que relata o apoio divino aos reis a clara intenção de fazer de D. João I o paladino da fé, da cristandade que guerreia o infiel, seja pelo serviço de Deus, seja pela proteção que devem dar os reis às gentes e aos reinos, pois esta proteção legitimamente se estende contra os maus cristãos.

O Rei deve fazer guerra à Ceuta ainda, porque contará certamente com o apoio de Deus que nunca faltou ao seus antecessores na luta contra os infieis. Do rei Remigio, que recebeu apoio do próprio Santiago, a elRey Dom Affonso Hamriques e a muitos outros fundamentais nos entreveros da Reconquista, Zurara buscou o testemunho do apoio divino quer na “santa escriptura” quer nas crônicas mais vetustas, “as estorias que teemdes uos outros prinçipes em uossas camaras, pelas quaaes uossos amteçessores ssom amte uossos olhos.”²⁹⁸

Na Crônica dos Menezes, encontramos a passagem que evidencia a legitimação divina do poder de D. João I, até mesmo quando o reconhecimento da origem divina deste poder se encontra nas lamúrias daqueles que são deixados em Ceuta para manter a cidade na posse portuguesa. Ouçamos estes lamentos: “ por certo que o noffo Rey nom ferá pouco obrigado de dar conta de nós ante a preferença **daquelle Senhor de cuja mão recebeo o Real poderio**, onde lhe ferá caramente demandado noffo fangue, e por ventura noffos pecados.”²⁹⁹ [grifos meus].

²⁹⁷ ibidem. p. 29.

²⁹⁸ ibidem. p. 35.

²⁹⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. *CPDM*. p. 243.

Capítulo II: A Imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta

“Mas sobre todallas cousas se fallaua nos feitos que o Iffante Dom Hamrrique fezera, que todo ho all estimauam por pequena cousa.”*

2.1 Virtudes e ações do Infante D. Henrique

As narrativas de Zurara surpreenderam-nos em diversos momentos da pesquisa e, dentre os pontos que apresentam maiores implicações, destacamos as que são evocadas pelo papel de intermediário entre o rei e a nobreza que é desempenhado pelo Infante D. Henrique, o qual, como elo, encadeia o primeiro a todos os outros, conferindo a desejável coesão que devem possuir todos os integrantes da nobreza.

Com efeito, observamos que na altura do reinado de d. Afonso V, o rei está mais ainda para *princeps*, característica já assumida por D. João I, do que *primus inter pares*, aspecto ainda presente na imagem deste rei que se vale , e muito, do

* ZURARA, Gomes Eanes de. *CTC*. p. 236.

apoio e das consultas que fez aos nobres do seu Conselho. Isto é, ao tempo de D. Afonso V, este rei já havia se distanciado do conjunto da nobreza, e tanto, que necessitava do apoio e da intermediação do infante prestigioso que foi seu tio D. Henrique.

Valha-nos a sentença tantas vezes proferida por Vânia Leite Fróes e ouvida ao longo deste Mestrado: “Nenhum súdito é leal se o príncipe não é perfeito.” Assim, os aspectos relativos à lealdade do Infante, que são discutidos em seguida, são sinais, tanto das transformações observáveis no ofício de rei, quanto conseqüências destas, outras práticas no ritual do poder que, na primeira metade do século XV, em Portugal, implicava a importância da presença de intermediário entre rei e nobreza, redimensionando suas relações. Daí deriva que em Portugal, rei e infantes valer-se-ão cada vez mais dos oficiais graduados que têm a seu serviço, sejam estes da nobreza ou não, e menos da nobreza como grupo.

Virtudes e ações confluem, na imagem do Infante D. Henrique, para a categoria compósita do súdito, tanto leal quanto fiel.

2.1.1 D. Henrique: cruzado-cristão

O cronista-mor, Gomes Eanes de Zurara, menciona o Infante D. Henrique pela primeira vez na *Crônica da Tomada de Ceuta* na circunstância, já assinalada por nós, em que explicita as justificativas para possíveis discrepâncias entre o narrado e o que, de fato, possa ter acontecido, pois: “no dito tempo faleceram casi a

mayor parte das autorizadas pessoas que foram no conselho e feito da dita obra que dello perfeitamente parece sabiam”³⁰⁰, de tal forma que: “o principal destes era o Iffante D. Anrrique. o qual foy sempre tam ocupado nos feitos do rreino. desy teue sempre em elle muy encarregos cuja força ocupou muito seu acordo em este feito.”³⁰¹

Entre a primeira e a segunda menção ao Infante, o cronista demora-se em discutir diversos procedimentos preparatórios da ida a Ceuta e, neste ínterim, trata da disposição dos infantes em serem sagrados cavaleiros em batalha sem, contudo, nominá-los ainda.

Talvez não fortuitamente, a segunda menção ao príncipe Henrique é feita ainda no âmbito do delineamento das fontes de informação de que dispôs Zurara para a elaboração de sua narrativa. Com efeito, vemos que foram dois os informantes privilegiados de que se valeu; o primeiro foi o Infante D. Pedro quando “teendo [...] carrego do rregimento destes rregnos, me contou gram parte deste feito com entemçom de o assemtar logo de todo em cronica segundo dello fiz alguu começo.”³⁰² O segundo informante foi “o senhor Iffante Hamrrique duque de Viseu e senhor de Couilhaã, em cuja casa estiue alguus dias per mandado do senhor Rey.”³⁰³ Segundo Zurara, o Infante era aquele que “dos ditos feitos auia mais çerta nembrança que nehuua outra pessoa do rregno quamto aa sustamçia das prínçipaaes cousas em que estaa a força da estoria.”³⁰⁴

Zurara tenta explicar a ênfase dada ao desempenho de D. Henrique em toda a narrativa, frisando que isto ocorria por dois motivos: o primeiro e fundamental

³⁰⁰ ibidem. p. 11.

³⁰¹ ibidem.

³⁰² ibidem. p. 45.

³⁰³ ibidem.

³⁰⁴ ibidem.

“por quanto elle do ventre de sua madre trouxe comssigo abraçada a semelhamça da cruz de nosso Senhor Jesu Christo, por cujo amor e rreueremça sempre teue muy grande desejo de guerrear aos jmfiees, no quall uiueo e aturou toda sua uida;”³⁰⁵ mas, o segundo não é mencionado.

Duas questões são postas nestas menções ao Infante D. Henrique, informante principal da crônica: a primeira refere-se à omissão, neste trecho, do nome do rei que ordenou ao cronista buscar na casa do infante as notícias importantes sobre o sucedido. Este rei foi D. Afonso V, a quem Zurara em muitos outros passos declina como tendo sido quem lhe ordenou pôr os feitos de seu avô em crônica.

A segunda questão é a predicação que, desde o ventre materno, faz do Infante D. Henrique, virtual e atávico combatente de infiéis. Tão extremado zelo cristão seria, assim, em toda crônica, obra desse mesmo fado que, desde sempre talhara o Infante para a sagrada missão, assumida até as conseqüências últimas, da Reconquista.

Embora pareça estranho embasar nossos argumentos sobre os argumentos do cronista, fazêmo-lo porque consideramos que Zurara só quis enfatizar o fato de que o Infante compartilhava deste extremado zelo cristão advindo de sua mãe, já desde o ventre, daí porque não declinou a segunda das razões por ele mencionada, fato que nos permite afirmar, por outro lado, que aquela é a razão válida.

Tudo gira em torno das discussões havidas entre o rei D. João I e seus filhos, sobre a possibilidade de uma invasão castelhana à Granada, caso os portugueses tomassem Ceuta; isto, porque, como já vimos, os portugueses, tanto quanto os castelhanos e aragoneses (“espanhóis”), julgavam-se, como cruzados, no

³⁰⁵ ibidem.

direito de reivindicar a conquista de Granada, território peninsular ainda em mãos dos infiéis. Mesmo argumento - serviço de Deus - foi utilizado pelos espanhóis em relação à Ceuta e ao norte da África, que mais tarde disputam com os portugueses. Então, dizíamos, sobre a conversa real, o cronista nos informa que: “sobre esto se fallou alguu pouco prinçipallmente pollo Iffante D. Hamrrique.”³⁰⁶

Zurara narra que, passados alguns dias em seguida à conversa que teve o rei D. João I com os infantes e o conde de Barcelos, seu filho bastardo, sob a pretensão daqueles infantes serem sagrados cavaleiros em Ceuta, o Rei mandou chamar o Infante D. Henrique para ter com este uma conversa privada. Nesta conversa, o Rei diz: “porque te ui outro dia fallar mais que nehuu de teus jrmaãos açerca do feito de Graada, quero que me digas agora emteyramente o que te parece.”³⁰⁷ A resposta ao Rei é longa e fornece vários elementos para o desvelamento da imagem deste príncipe nesta crônica.

O Infante responde, dizendo ao pai que tudo quanto anteriormente expôs foi o que de melhor entendeu, de uma posição tomada em conjunto com seus três outros irmãos - D. Duarte, D. Pedro e D. Afonso, conde de Barcelos: “todo o que eu emtom falley he a milhor parte do que sobrello entendo. nem era cousa que per minha determinaçom soo emtemdesse que sse auia dacabar, mas eu fallaua como que tijinha taaes tres ajudas açerca de ssy como eram meus jrmaãos.”³⁰⁸ Sobressai da resposta a intenção de fazer-se solidário com uma atitude concertada, tomada por acordo comum entre os filhos do Rei.

Todavia, como o Rei propusera que apresentasse sua opinião sobre a

³⁰⁶ *ibidem*.

³⁰⁷ *ibidem*, p. 46.

³⁰⁸ *ibidem*.

ida a Ceuta, o Infante a apresenta e o faz, deixando claro que cumpre esta obrigação como filho e súdito leal: “empero por que hei de cumprir uossos mandados como de meu senhor e padre, assy como melhor poder emtender, direy o que me parece.”³⁰⁹ Com efeito, o Infante divide a sua resposta em três partes.

Na primeira, razoa que no passado, no tempo em que D. João houve “nome de rrey”³¹⁰, isto só foi possível porque Deus deu ao monarca tantas mercês que lhe tornou viável submeter todos os castelos que lhe eram adversos a sua “obediência e sogeiçom”³¹¹ e diz ainda, que o Rei não poderia esperar menos agora, vindo a temer ataque dos castelhanos, porquanto o Rei está mais forte.

Já a segunda razão circunscreve a situação do presente, daquele presente evocado pelo cronista como sendo o da entrevista do príncipe com o Rei, na qual diz o Infante, que considera “o **seruiço de Deos** e uossa grande **fee e cristijmdade**”³¹² [grifos meus], como as razões que não consentem ao Rei negar-se à guerra com os infiéis. A estas razões aduz que os infiéis “per sua natureza uos querem mal”³¹³, a vós o Rei e, os castelhanos apenas por acidente votam a D. João I sua mal-querença.

“E quanto he ao que ha de uijnr”³¹⁴, isto é, ao futuro, terceira parte da resposta, o Infante pondera que os castelhanos ao refletirem sobre a “grandeza deste feito”³¹⁵ e a ardidez e boa disposição dos portugueses, sopesariam a “marauilhosa

³⁰⁹ *ibidem*.

³¹⁰ *ibidem*.

³¹¹ *ibidem*.

³¹² *ibidem*. p. 47.

³¹³ *ibidem*.

³¹⁴ *ibidem*.

³¹⁵ *ibidem*.

fortelezza”³¹⁶, com que a empresa de Ceuta contribuiria “pera melhoramento da sua [do rei] conquista”³¹⁷, decidindo-se, desta maneira, por não atacar Portugal.

D. Henrique encerra aquelas razões com um último argumento que consideramos, o cronista e nós, definitivo (o cronista porque informa que é após ouvi-lo que o Rei decide-se por levar adiante a conquista da cidade, e nós porque nele vemos o arremate de todo o arcabouço teológico que faz provir de Deus o poder e a autoridade do rei), a articulação de base para a estruturação da imagem do Rei e do Infante, e do poder que de um se estende ao outro, o qual, ademais, nos autoriza ainda a ver como terceiro vértice, numa trindade, o rei D. Afonso V, o monarca por ordem de quem, em última análise, Zurara escreveu a crônica. Leiamos o que teria, por fim, dito ao Rei, o Infante D. Henrique:

“E sobre todo nosso Senhor Deos que he perfeiçom de todallas cousas, sentindo a uossa boa uoomtade e desposiçom sera sempre polla uossa parte, homde dereitamente poderees dizer com ho samto propheta. **pois que o senhor he na minha ajuda, nom temerey cousa que faça o homem.**”³¹⁸ [grifos meus].

Ora, se o fato de estar-se com Deus tudo justifica, que melhor

³¹⁶ ibidem.

³¹⁷ ibidem.

³¹⁸ Ibidem. A oração em negrito é paráfrase do cronista Zurara ao texto bíblico do Novo Testamento, onde se lê: “O Senhor é quem me ajuda: não temerei o que me possa fazer o homem”. In: Bíblia. N.T. *Epístola de São Paulo aos Hebreus*. Português. *Bíblia Sagrada*. Trad. de Antonio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Barsa, 1964. c. 13, v. 6, p.206. A exortação à confiança no amparo divino se observa em diversas outras passagens bíblicas. Limitamo-nos a apresentar apenas dois desses exemplos, aquele, extraído ao Novo Testamento, e este outro, pertencente à tradição vétero testamentária: “Com a minha voz clamei ao Senhor, E Ele ouviu-me de sua montanha santa. Deitei-me e adormeci; Despertei, porque me sustenta o Senhor. Não temerei a multidão de povo, que de todos os lados me cerca.” In: Bíblia. V. T. *Livro dos Salmos*. Português. *Bíblia Sagrada*. Trad. de Antonio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Barsa, 1964. c. 3, v. 5-7, p.414.

justificativa para a guerra há, do que fazê-la contra aqueles que não são fiéis a Deus. Quem poderia ser melhor arrimo que Deus para vencer-se as batalhas? E, por fim, quem, senão Deus, garantiria a conquista feita em seu nome? Até aí chega a palavra do cronista que faz da “fortelleza” do Rei, sua disposição em não arredar pé de seus objetivos finais, mais um ato de fé inquebrantável em Deus. Diz o Rei:

“E quanmto he açerqua do mantijmento que pera sua gouernança ao diante pertence. este carrego quero eu leixar de todo ao Senhor Deos, que assy como elle he poderoso pera fazer do pouco mujto, e de pequenas cousas muy gramdes, assy podera por sua grande merçee abrir aazo e caminho, como sse aquella çidade gouerne e mantenha se for sua uoomtade de a trazer a nosso poder.”³¹⁹

Há, entretanto, outra razão de índole mais pragmática para a ida do Rei à Ceuta. Como discutido quando da definição das finalidades da guerra, referimo-nos ao fato de que aquela empresa é posta ainda como a possibilidade de se desviar o arrebatamento bélico da cavalaria lusitana, aquietada desde as pazes com Castela, redirigindo-o para a guerra aos infiéis. Disse o Rei ao Infante que as virtudes têm que ser exercitadas para chegarem à perfeição e, por isso, os guerreiros têm que guerrear, daí concluindo que os cavaleiros portugueses precisavam exercitar-se na guerra a infiéis, pois, senão bater-se-iam entre si ou, pior ainda, o Rei correria o risco de vê-los em razias contra Castela, o que não seria, de modo algum, vantajoso para sua majestade, em virtude de quebrarem-se as pazes com o reino vizinho.

Como complemento a estes razoados, infere-se que desta preocupação manifestada pelo Rei, se subentenderia aquela outra referente à necessidade de expansão fundiária da nobreza de então. Pode-se afirmar também que a preocupação

³¹⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. *CTC*. p. 48.

real traduziria o apelo à retomada de territórios outrora cristãos, perdidos nos tempos idos para os infiéis, e várias vezes repisada ao longo da narrativa, sempre como uma das motivações centrais de toda a empresa, sendo discurso que aproxima a crônica de uma parênese em favor da Reconquista.

Não se conclua, todavia, que nos impomos falsos problemas, ao simplificarmos aquelas questões. Decerto não as vemos como excluindo-se uma a outra e vice-versa. A julgar pelo arremate dado ao capítulo desta entrevista privada, julgamos acertadas ambas as hipóteses e, arrolamos como razão suficiente para a primeira afirmação, o reiterado apelo ao mote que faz do Infante D. Henrique o cruzado predestinado ao combate aos infiéis desde o berço, pois, diz o cronista, que embora todos os infantes estivessem ansiosos e esperançosos de vir a ser sagrados cavaleiros em Ceuta na guerra ao infiel, “nehuua daquellas uoomtades nom era jguall da do Iffamte Dom Hamrrique, ca este naçera com elle como ja disse.”³²⁰

Quanto à segunda, conquistar Ceuta certamente impunha administrá-la. Organizar sua defesa, sim. Mas, também, dispor de feudos, terras ou privilégios de toda ordem para conceder, tanto à nobreza quanto aos setores mercantis, sobre os quais também se apoiava o poder dos Avis. Não é na *Crônica de Ceuta*, no entanto, que Zurara irá tratar, explicitamente, dos interesses dos setores mercantis, nela pontificando os enredos da nobiliarquia.

³²⁰ Ibidem.

2.1.2 D. Henrique: elo entre o rei e a nobreza portuguesa

Para corroborar a preeminência das questões nobiliárquicas na trama da *Crônica de Ceuta* e, para melhor esclarecermos os papéis que nela desempenha o Infante D. Henrique, valemo-nos de certa passagem do contexto construído pelo cronista sobre os acontecimentos que envolveram a morte da Rainha D. Felipa de Lencastre e que inclui o nosso infante de maneira muito especial.

Trata-se de presentes especiais dados pela rainha aos seus filhos já em seu leito de morte: fragmentos do Santo Lenho e espadas.

Para D. Duarte, Zurara diz que a relíquia do Santo Lenho, este infante trazia continuamente ao longo de sua vida, tendo sido mesmo enterrado com ele, fato que fez com que fosse necessário abrir-lhe a sepultura para retirá-la de lá e este fragmento ficou de posse da rainha, sua esposa. No que se refere ao primogênito, a rainha deu-lhe a espada maior que devia ser tomada como “espada de justiça pera rregerdes os gramdes e os pequenos destes rregnos [porque] ueedes filho, como diguo justiça com piedade. caa a justiça, que em alguua parte nom he piedosa, nom he chamada justiça mas cruelldade. E assy uos rroguo e emcomemdo que queiraaes seer com ella caualleyro.”³²¹

Quanto ao Infante D. Pedro, o cronista diz que: “nom sabemos que maneyra teue com o sseu [fragmento da cruz de Cristo], empero he de creer, que homem tam cathollico como elle era, nom partiria de ssy cousa tam boa nem tam

³²¹ ibidem. p. 127.

santa.” Zurara relata que a rainha tomou a outra espada e chamou o infante D. Pedro dizendo-lhe: “Meu filho, porque sempre des o tempo de uossa mininiçe uos ui mujto chegado aa homrra e seruiço das donas e domzellas, que he huua cousa que espiçialmente deue seer emcomemdada aos caualleiros [assim] emcomemdo ellas a uos.”³²²

Quanto a D. Henrique, Zurara diz que as informações que sobre este príncipe aduzirá são certas, fidedignas porque ao tempo em que escreve, o Infante “auia hidade de çimquoemta e seis annos, ffallamdo açerqua destos disse, que numca lhe nembraua, depois que lhe o dito lenho fora dado, que o teuesse fora de ssy, soamente huu dia, que o tirara per esqueçimento em desuestimdo a camisa.”³²³

Além disso, o cronista utiliza-se de outro testemunho: o camareiro-mor do Infante, Luís de Sousa, o qual lhe teria assegurado que “quamdo sse o dito Iffante finou, que lhe tirara o dito lenho da cruz. e o dera a elRey [D. Afonso V] em Euora com o sinete e o seu liuro de rrezar.”³²⁴ Pode-se notar que este passo é redigido após a morte do Infante, logo, incluído no texto de Zurara, talvez até mesmo por ele próprio, também após a data do término da redação deste texto cronístico.

Logo após, nosso cronista relata que a rainha “uistimdo ella sua comtenemça de nova lediçe, e emchemdo sua boca de rriso muy honestamente” teria dito ao Infante: “bem uistes a rrepartiçom, que fiz das outras espadas que dey a uossos jrmaãos, e esta terceira guardey pera uos, a quall eu tenho que assy como uos sooes forte, assy he ella.” Ressaltando as atribuições que a cada um deles competiriam, a rainha acrescenta: “por que a huu de uossos jrmaãos emcomemdei os

³²² ibidem.

³²³ ibidem.

³²⁴ ibidem.

pouoos, e a outro as donas e donzellas”, o que revela o conhecimento por parte da rainha da índole e destino de seus filhos. A D. Duarte, designa os povos, visto que é o herdeiro do reino. Já a D. Pedro, destina o universo feminino, atribuição certamente prestigiosa para todo cavaleiro medieval.

A D. Henrique, a rainha recomenda que desempenhe os papéis de *princeps* e intermediário entre a nobreza e a realeza porque, mesmo que compartilhem ambas uma mesma posição de eminência social, a segunda, por suas funções, desfruta prestígio e estatuto mais elevado que a primeira, de tal forma que **“a uos quero emcomendar todollos senhores, caualleiros fidallgos e escudeiros destes rregnos, os quaaes uos emcomemdo que ajaaes em uosso espiçiall emcarreguo.”**³²⁵ [grifos meus].

Continua a rainha em suas recomendações, ponderando **“ca pero todos seiam delRey, e elle delles tenha espiçiall cuidado,** cada huu em seu estado, elles porem aueram mester uossa ajuda pera serem mamteudos em derecho, e lhe seerem feitas aquellas merçees que esteuer em rrezom.”³²⁶ [grifos nossos]. Vemos aqui o Infante, à semelhança de D. João I, compartilhar com este rei as capacidades de administrar as tensões que possam advir entre os grandes do reino.

D. Felipa declina inclusive circunstâncias em que podem ocorrer estas tensões, chamando a atenção para a possibilidade de estas serem devidas a queixas injustas contra os nobres dirigidas ao rei pelo povo. Neste sentido, o infante é visto por sua mãe como intermediário adequado para diluir, junto ao rei, tais conflitos. Diz a rainha **“ca mujtas uezes acomteçe, que per emformações fallsas e rrequerimentos**

³²⁵ ibidem. p. 96.

³²⁶ ibidem.

sobeios do pouoos os rrex fazem contra elles o que nom deuem. Pera o quall emcarreguo uos eu escolhi.”³²⁷

Note-se ademais, que a rainha vê neste filho o mais afeito aos interesses da nobreza “conheçemdo de uos quamto amor lhe sempre ouuestes, e uollos emcomemdo, porque aalém de uossa boa uoomtade uos seia posto por neçessidade.”³²⁸ Vemos aqui que, devido a esta recomendação, também para a rainha, D. Henrique é espelho para todos os vivos.

O Infante, demonstrando extrema lealdade à rainha, responde que: “uossa merçee seia mujto çerta, que em quamto me a uida durar, teerey firme nembrança de todo aquello que me ora assy emcomemdaaes, pera comprimento do quall ofereço todo meu poder e boa uoomtade.”

2.1.3 D. Henrique: o súdito leal

Como a enfatizar que o Infante D. Henrique é súdito leal, o cronista dá diversas demonstrações desta fidelidade. A primeira delas, como era de se esperar, foi ao Rei, quando o monarca lhe comunica a sua decisão de aprestar-se para a ida à Ceuta. Relata-nos Zurara que a satisfação do Infante foi toda posta na genuflexão que em gratidão e homenagem prestou o príncipe a seu pai: “porém assy como homem a que muito prazia daquellas nouas assentou os jeolhos em terra e beijou as mãos a seu

³²⁷ *ibidem.*

³²⁸ *ibidem.*

padre dizendo que lho tinha em grande mercee.”³²⁹

Em seguimento a este rito de homenagem, o cronista faz o Infante ir até aos seus irmãos comunicar-lhes as novas e, isso mesmo, por ordem do rei. Talvez não com menor “lêdiçe” mas, certamente, com menos incisividade, Zurara apenas pontua que os infantes “foromsse ao paaço del Rey pera lhe mostrarem agradeçimento de tamanha merçee bejjamdolhe as mãos por ello”.³³⁰ Ora, esta passagem é paradigmática das outras que virão e, em nenhuma delas, numa situação de intimidade e privacidade sugerida, os demais infantes ou o conde de Barcelos foram tão solenes ao demonstrarem sua gratidão ao rei quanto D. Henrique. Todavia, a par desta solenidade e, apesar de ter sido descrito muitas vezes como sesudo, prudente ou sábio, atributos que denotam um jovem comedido, em algumas passagens, o cronista menciona estados de alegria referindo-se ao seu herói. Estes estados de alegria, geralmente, estão relacionados às situações bélicas, sendo o caso do “grande prazer que ouue o Iffante Dom Hamrrique, quando lhe seu padre deu aquellas nouas. [de que o faria capitão do desembarque em Ceuta] e assy como homem que o rreçebia em espiçiall merçee, lhe foy beyiar a mão com a comtenemça muy allegre.”³³¹

Esta situação reflete um dos momentos que coroam etapas bem-sucedidas na carreira do príncipe. Em tais momentos, as ações do Infante estão, geralmente, relacionadas ao rei e marcadas pela lealdade do príncipe ao monarca.

Consoante o fato de que a sagração dos infantes como cavaleiros na guerra de Ceuta é o *leitmotiv* da crônica, afirmamos que, pela importância do evento,

³²⁹ *ibidem.*

³³⁰ *Ibidem.* p. 49.

³³¹ *ibidem.* p. 187.

a sagração do Infante é, obviamente, considerado por Zurara, o clímax da narrativa. A respeito, relata o cronista, que depois da missa celebrada na mesquita de Ceuta, os infantes dirigiram-se aos seus locais de acampamento para se prepararem para a cerimônia de sagração. De lá retornaram impressionantes pela elegância, riqueza e cuidado de seus trajes. Destaque-se a utilização das imagens cavaleirescas na descrição feita por Zurara como recurso adicional à propaganda da eficácia do poder da casa reinante.

“e assy todos jutamente uieram aa jgreia, a quall cousa era muyto fremosa de ueer. ca elles auiam todos grandes corpos e bem feitos, e uijnham armados em seus arneses muy limpos e guarnidos. e com as espadas da beemçam çintas. e suas cotas darmas. e amte elles hiam mujtas trombetas e charamellas, de guisa que nom sey homem que os podesse ueer, que nom tomasse muy grande prazer, e mujto mais aquelle que com elles auia mayor diuido, que era elRey seu padre.”³³²

Tanto o relato sobre os ritos de admissão na ordem da cavalaria, resumidos por Zurara no ato de submissão pela genuflexão do candidato a cavaleiro e na imposição da espada pelo suserano, como segue: “o Iffante Duarte sse pos primeyramene em joelhos, e tirou a espada da bainha e beyioua, e meteo a na mão a seu padre, e fezeo com ella caualleyro. e per semelhante guisa fizeram seus jrmaãos”; quanto aqueles em que o rei eleva seus filhos às dignidades ducais, ambos rituais típicos da hierarquização do poder que, por sua vez, caracteriza o ordenamento político feudal, são elementos importantes para a compreensão da natureza das narrativas do cronista e, notadamente desta: *Crônica da Tomada de Ceuta*. Em nossa opinião, esta é a mais medieval das crônicas escritas por Gomes Eanes de Zurara.

³³² ibidem. p. 256-257.

Já de novo em Portugal, D. João I fez duques aos seus filhos infantes, e o cronista afirma que o rei assim agiu para recompensá-los pelos serviços que lhe foram prestados, consoante às práticas feudais de concessão de benefícios aos vassallos, em troca do apoio militar prestado ao suserano. O excerto escolhido conquanto se refira aos benefícios concedidos pelo rei aos seus filhos reflete paradigmaticamente aos procedimentos adotados pelo rei em relação à nobreza que com ele pelejou, assim como, também fizeram os infantes quando, logo após sua sagração, também, sagraram grande cópia de nobres como cavaleiros, dando seqüência ao processo de pulverização e hierarquização do poder típico da era feudal: “e esto assy acabado [a cerimônia de sagração dos infantes] beyiamdolhe a mão, e afastaramsse pera huua parte caa huu pera fazer os de sua quadrilha de caualleiros.”³³³

Estando o rei em Tavira, chamou seus filhos e disse-lhes:

“Todollos seruiços rrequerem guallardom. e porque aalem de seerdes meus filhos semto que rreçebi de uos espiçiall seruiço em todo esto feito, quero que por ello rreçebaaes alguu guallardom. [...] Mas a uos outros me praz de fazer duques .s. a uos Iffamte Dom Pedro faço duque de Coymbra. e ao Iffamte Dom Hamrrique duque de Vizeu. e polla gramdeza do trabalho, que filhou em todollos feitos, assy na armaçom que fez no Porto, como no trabalho e perijgo que ouue no dia que filhamos açidade, e por todallas cousas que em ello orou, o faço senhor de Couilhaã.”³³⁴

Percebe-se que Zurara engrandece a D. Henrique nesta passagem, pois, além de duque de Viseu, o rei o faz Senhor de Covilhã. Porém, o cronista nada destaca sobre a atuação de D. Pedro em toda a empresa, como o faz em relação ao nosso Infante. Vemos, então, que o cronista vale-se de recurso que identificamos

³³³ ibidem.

³³⁴ ibidem. p. 267.

como sendo de “ensombrecimento” da imagem dos demais infantes para pôr em evidência a imagem de seu herói. É este recurso ao ensombrecimento, o tema que será doravante examinado.

2.2 O Infante e os infantes: luz e sombras na Crônica de Zurara

Obtidas as opiniões favoráveis da Rainha D. Felipa e do Condestável Nun’Alvares para a empresa de Ceuta, os infantes e o rei: “breuemente se partiram cada huus pera sua parte .s. elRey e o Iffante Dom Pedro pera Santarem, e os Iffantes Duarte e Dom Hamrrique pera Euora, e o comde pera Arrayollos.”³³⁵ Chegados entretanto cada qual a seu destino, a permanência lá não durou muito: “porque o Iffante Dom Pedro e o Iffante Dom Hamrrique se foram loguo pera suas terras”³³⁶ e o rei e D. Duarte ficaram em Santarém para acelerar os procedimentos já encetados para a guerra.

Entrementes, Zurara dedica dois capítulos da crônica ao relato das festas para *desemfadamento* que os infantes D. Pedro e D. Henrique se prodigalizaram mutuamente. Em relação às festas proporcionadas por D. Pedro, Zurara é avaro em seu relato visto que por ele havemos de saber apenas que foi igual àquele que “rriba dOdiana”³³⁷ entretiveram D. Henrique e D. Duarte e que, D. Pedro: “fez buscar quamtos desemfadamentos se poderam achar pera folgança de seu jrmaão e sua. e com esto grande abastança de uiamdas de que foram sempre gouernados em

³³⁵ ibidem. p. 71.

³³⁶ ibidem. p. 72.

³³⁷ ibidem. p. 71.

quanto esteueram per as terras do Iffante.”³³⁸ Nada mais é dito.

Já sobre as festas de D. Henrique, sabemos por Zurara que tão logo aqueles infantes chegaram na Comarca da Beira, este príncipe prodigalizou a seu irmão igual tratamento, de sorte que chegando ao seu senhorio: “**mais** fez o Iffante Dom Hamrrique por acreçentar seus desenfadamentos. ca ordenou logo como se fizessem huas nobres festas em Viseu”³³⁹ [grifo meu]. É flagrante a intenção de mostrar que o Infante D. Henrique é avultadamente mais farto e generoso do que seu irmão. Por isso mesmo, Zurara alonga-se, compraz-se, deleita-se pormenorizando a abastança e magnificência demonstrada pelo seu herói, naquela ocasião.

A folgança relatada durou do Natal ao dia de Reis e, para ela, foram convidados o “comde de Barçellos, seu jrmão com todollos senhores bispos fidallgos e outros boôs homees que auia em aquella comarca”³⁴⁰, sendo que, para acolher tão seleta *entourage*, diz o cronista que o infante mandou buscar a Lisboa e ao Porto “por pannos de sirgo e de laã e brolladores e alfayates pera fazerem suas liurees e momos segumdo pera sua festa rrealmente perteeçia.”³⁴¹

Além disto, em todas as partes foram buscadas as viandas ali tão necessárias, tendo sido inclusive “trazidas mujtas carregas de çera que sse despemderam em mujtas tochas, assy de seruir como de damças, bramdoões e vellas e contos em tamanho numero que easy seria empossiuell de sse poderem comtar.”³⁴²

Por melhor que seja a nossa tentativa de proporcionar aos que nos lêem, com fidelidade ao texto cronístico, um relato sobre a magnificência das festas de

³³⁸ ibidem. p. 72.

³³⁹ ibidem.

³⁴⁰ ibidem.

³⁴¹ ibidem.

³⁴² ibidem.

Natal nos paços de D. Henrique, ainda assim, estamos certos, não conseguiríamos reproduzir os clímaxes festivos que se generalizaram daqueles desemfamentos de nobres para as gentes, a multidão dos povos das cidades e das aldeias próximas ao feudo principesco - festas de príncipe a semelharem corte de rei. Ouçamos àquele respeito, as loas que tece Zurara sobre os arremates festivos para as vésperas de Natal:

“E quando ueo aa uespera de natall eram ja todas estas cousas prestes. e assy mujtos corregimentos de justas e outros arreos de desuayradas maneyras. e a çidade e as aldeas darredor eram todas cheas de gente de guisa que parecia a alguus estrangeiros que per alli passauam que aquelle ajuntamento nom era ssenam corte de rrey.”³⁴³

Mas não param aí os encómios à magnificência real atribuídos ao Infante D. Henrique e, no excerto seguinte, não só o cronista confere estatura real a este príncipe como, inclusive, faz disto oportunidade de engrandecê-lo em detrimento de seus irmãos - não poupando sequer o estatuto do herdeiro, a quem, é justo consignar, raramente diminui - logo, diz “e deues de saber que o iffamte Dom Hamrrique foy huu homem cujos feitos e estado amtre todos seus jrmaãos teue mayor avamtagem de rrealeza, leixamdo o Iffamte Duarte a que per dereita soçessom comuijnha de o fazer.”³⁴⁴

Em verdade, é o cronista quem em seus comentários lança a sombra do infante sobre seus irmãos, assim como vemos fazê-lo acima sobre a imagem de D. Duarte.

Acresça a isso, nas palavras que faz dizer o Senhor da Covilhã, nunca

³⁴³ Ibidem. p. 73.

³⁴⁴ ibidem.

Zurara permite que possa haver algo no discurso a ameaçar a imagem de que D. Henrique é príncipe leal e súdito fiel ao rei ou ao herdeiro. Isto se comprova pelo respeito e zelo com que D. Duarte é tratado por seu irmão quando, passado o dia de Ano Novo, aquele infante dirige-se com seu séquito às festas em Viseu.

D. Henrique recebe o futuro rei com todas as honras, organiza as justas e danças para o divertimento do primogênito e o trata com respeito devido a sua posição dizendo-lhe “senhor, pois que uossa mercee foy de uirdes a esta terra homde nos estamos nom como cortesaãos mas como homees que continuadamente seguiamos o monte”³⁴⁵, e convida-o para a caça, brindando-o e aos homens do seu séquito, com cobiçadas librés de montaria, presente que não se dava “ssenam a espiçiaaes homees.”³⁴⁶

Nesta mesma direção vemos Zurara se utilizar de igual raciocínio, quando noutra passagem busca demonstrar esta mesma fidelidade do Duque de Viseu ao herdeiro, relatando que o Infante só abandona a refrega com os infiéis nos momentos finais das lutas contra os mouros em Ceuta porque o príncipe herdeiro veio lhe chamar para comparecer à sessão do Conselho Real, convocada pelo rei para após a vitória. Diz o cronista que o rei havia convocado aquela reunião, e determinado a D. Duarte que fosse chamar D. Henrique para nela se fazer presente.

Neste contexto é que vemos, no passo adiante selecionado, aquele em que Zurara consigna que a obediência do infante ao herdeiro, embora Real, matiza-se, porque não é pronta, imediata; antes, evidencia certo grau de independência do Infante em relação ao primogênito. Levemente sugerida, esta independência é

³⁴⁵ Ibidem. p. 74.

³⁴⁶ ibidem.

insinuada para desculpar a alegada desobediência do Navegador ao regimento que lhe dera D. Duarte, já rei, quando o faz comandante da expedição a Tanger. O próprio Zurara, em outro passo, vale-se de argumento semelhante para justificar o Infante que se nega a permitir a devolução de Ceuta aos mouros em troca de D. Fernando seu irmão que na África restara cativo, pois, é o que se indica na bibliografia existente a respeito, que afirma esta desobediência e afirma, também a recalcitrância do Infante em atender o chamado de D. Duarte por duas vezes. O passo do cronista não se presta a confirmar a desobediência, mas justifica aquela desobediência porque a submete a uma razão maior, ou seja, a luta contra o infiel, a restrita obediência ao mandado divino de pelejar por serviço de Deus. Quando do pedido do herdeiro, o Infante teria reptado que “esto nom prestaua mujto, ca tall deseio tjnha ele que emquamto os [mouros] ali sentira, nunca os ouuera de leixar”, todavia, predispusera a fazê-lo porque fora “o mandado de seu jrmaão a quem ele em todas as cousas guardaua obediemçia.”³⁴⁷

Já vimos que Zurara fez parecer que o Infante D. Henrique honrava em muito seu irmão mais velho, o acolhimento de D. Duarte nas festas de Natal em nada delustrou o apreço de D. Henrique com seu irmão. O cronista engrandece então o seu herói porque faz-lhe partilhar de igual e mesma consideração da parte do herdeiro, ao menos, deixa perceber isso, também, quando alude ao tratamento que o herdeiro dera ao nosso infante, dizendo que “no rreçebimento que o Iffamte Duarte fez a seu jrmaão, nom fallei alguua cousa. porque mujtas uezes disse o gramde amor, que amtre elles auia. e jssso meesmo como o Iffamte Duarte foi huu príncipe mujto mauioso

³⁴⁷ ibidem. p. 225.

agasalhador”.³⁴⁸

Entretanto, a brevidade das referências faz moça, levanta suspeitas e pouco contribui para esclarecer as clivagens que sabemos terem sofrido as relações entre estes dois irmãos, no período compreendido entre o sucedido em Ceuta e a morte do primogênito.

Com efeito, só em certo grau é possível discernir algum ensombrecimento das ações e atributos que, certamente, comporiam melhor a imagem dos infantes mais velhos, para que resplenda em cores e luzes, como estrela, a imagem do infante navegador.

O cronista-mor, já o dissemos, não se permite denegrir a imagem daqueles príncipes. Antes, vota-lhes o anonimato sempre que as ações ou atributos os ombruem ao seu herói, apesar de trair-se de quando em quando, como ao designar a precedência nas ações a D. Henrique ou, ao fazer dele, o súdito fiel que acata e preserva a hierarquia implícita na sua condição de filho terceiro.

Eis que findas as festas de Natal a Reis, os três infantes foram até o rei, que estava em Santarém. Sobre a viagem, o cronista nos informa que D. Henrique custeou todas as despesas enquanto estiveram em terras da Beira; D. Pedro fez outro tanto enquanto estiveram à Estremadura e, D. Duarte enquanto permaneceram com seu pai em Santarém - tudo isto relatado nesta ordem de ações; todavia: “esto todo fizeram amtre ssy tam abastadamente, que o segumdo nom estudaua em all, senam como sobrepoiaria ao primeyro, e o terçeiro ao segumdo. empero tam grandemente foy todo feito e hordenado, que nom tynha em que leuar auamtagem huu ao outro.”³⁴⁹

³⁴⁸ ibidem. p. 227.

³⁴⁹ ibidem. p. 74.

Em consequência, ações como estas, desencadeadas pelo herói, e não por seu cronista, reforçam o que dissemos quanto ao fato de que Zurara busca tratar com o necessário respeito e cortesia a todos os infantes. Mas, se busca esta meta, nem sempre a alcança de todo.

Por outro lado, Zurara afirma que o próprio D. Henrique rogara ao rei D. João I que por mercê lhe concedesse a primazia no desembarque em Ceuta, açodamento que muito agradara ao rei, ao qual acrescenta o cronista, que o infante movido por um grande desejo de “fazer alguua cousa auamtajada”³⁵⁰ e sentindo que a graça de Deus favoreceria a empresa, solicitou ao rei que lhe concedesse duas coisas: “a primeyra que eu seia huu dos primeyros que filhe terra quamdo a Deos prazendo chegarmos dauamte a çidade de Cepta. e a segumda he que quamdo a uossa escalla rreall for posta sobre os muros da çidade, que eu seia aquelle que uaa primeyramente em ella que outro alguu.”³⁵¹

Com a graça de Deus. A Deus prazendo. Sempre por Serviço de Deus.

Ao repto, o rei responde com a “comtenemça toda cheia de rrijsa”³⁵² e tergiversa, postergando a resposta para momento mais adequado.

O cronista não perde de vista este liame e, de fato, no tempo apropriado, faz o rei lembrar ao infante aquele pedido. Transcorria a véspera do desembarque e o monarca concede o que lhe pedira o infante. Atentemos para a forma como o cronista estrutura a fala do monarca: “Meu filho [...] agora he tempo de uos rrespomder [...] que uos outorgasse que fossees em compnhia daquelles que primeyramente filhassem terra. poreu a mym nom praz que uos em ello uades como

³⁵⁰ ibidem. p. 77.

³⁵¹ ibidem.

³⁵² ibidem.

companheiro, mais como primçipall capitam.”³⁵³

Destacamos ali duas situações que se conjugam: por um lado o infante é o súdito leal e destemido que heroicamente se oferece para a defesa dos interesses do rei em primeiro lugar; por outro, o rei que recompensa e acrescenta em dignidade a generosa oferta do seu campeão, súdito leal, filho.

Apesar de tentar evitar o destaque das ações do Infante, percebe-se que Zurara nem sempre alcança seu objetivo plenamente, pois, ao acrescentar pinceladas à imagem de D. Pedro, usa cores sombrias. A imagem do futuro Regente surge então ensombrecida, vazia de tons. Vemos isso quando suas ações são colocadas justo em meio às cintilações da boa estrela de D. Henrique, sendo um bom exemplo deste ofuscamento a descrição das medidas preparatórias da armada que o Navegador traz do Porto.

A frota vinda desta cidade é detalhadamente descrita em seu número, homens e galardões. Zurara não é avaro em elogiar D. Henrique, enfatizando que a esquadra que vinha sobre a autoridade deste príncipe “era bem apemdoada e tollhada.”³⁵⁴ devido ao fato do príncipe ter distribuído “livrees pera todollos capitães que eram hordenados sob sua capitania.”³⁵⁵

Estas librés, por sua variedade e riqueza de panos e dos símbolos nelas estampados, evocam nos leitores da crônica a imagem de magnificência e grandeza típicas dos grandes senhores, e certamente nos coevos, deveria despertar igual impressão; pois, **“eram huuas capelas de carrasco bem acompanhadas de chaparia, e por meyo huus motos que deziã uoontade de bem fazer, e suas**

³⁵³ ibidem. p. 186.

³⁵⁴ ibidem. p. 114.

³⁵⁵ ibidem. p. 111.

coores eram branco e preto e uijs.³⁵⁶ [grifos meus]. Estas são as cores, moto e divisas distintivas do Infante D. Henrique (ver Figura 8 - Anexos).

Através desta descrição minuciosa se reafirma o processo de hierarquização social, pois, “as mayores pessoas ouueram as liurees de pano de laã, e as outras de menos estado uestiam os panos de sirgo.”³⁵⁷ Apesar desta divisão no uso das librés, “todollos outros que hiam nas naaos, de qualquer comdiçom que fossem, [...] leuauam a liuree do senhor Iffante.”³⁵⁸

Zurara diz também que na organização da frota, D. Henrique demonstrara capacidade administrativa e de comando organizativo pouco igualada entre homens mais experientes e mais velhos. O exemplo de comparação utilizado pelo cronista é a figura de Cipião, o Africano. Porém, a glória do Infante é maior, pois Cipião havia trinta e cinco anos e experiência de “mujtas pelleias per mar e per terra”³⁵⁹, enquanto o Infante, com apenas vinte anos, possuía “soamente quamto era huua naturall imclinaçam.”³⁶⁰

Ainda sobre a frota deste infante, o cronista derrama-se, através de finas metáforas, em louvar seu aparelhamento:

“Em uerdade era fremosa cousa de ueer huua frota, que polla menhãa parecia alguua mata que perdera as folhas e o fruto, e em tam breue tempo tornaua a parecer huu tam fremoso pumar acompanhado de mujtas folhas uerdes e frolles de mujtas coores. ca assy eram os pemdoões de desuayradas guisas, e que camtauam em elle mujtas aues de gracioso soom. cas os estromentos nom eram poucos, ca em cada nauio estauam estromentos de desuayradas guizas. os quaaes todo

³⁵⁶ *ibidem*.

³⁵⁷ *ibidem*.

³⁵⁸ *ibidem*.

³⁵⁹ *ibidem*. p. 110.

³⁶⁰ *ibidem*. p. 110-111.

aquelle dia a huua uoz numca fizeram fim de tamger.”³⁶¹

Assim bem descrita é a frota vinda do Porto, sob o comando de D. Henrique.

Já sobre a frota que estava sob o comando de D. Pedro, Zurara diminui a sua importância dizendo “esta outra que partia de Lixboa nom era menos [grande, importante e galardoad], empero todo era dos motos e deuisa delRey.”³⁶²

Mais adiante, condescendendo em escrever algo mais sobre a frota capitaneada pelo Duque de Coimbra, diz-nos que, de fato, o rei e o herdeiro a organizaram. Escreveu: “nem fallamos aqui darmaçam do Iffamte Dom Pedro, porque posto que o nome fosse seu, o cuydado era primçipallmente delRey seu padre e do Iffamte Duarte.”³⁶³ Como afirmamos, a opinião é manifesta pelo cronista como sendo sua, seu juízo.

2.3 D. Henrique e D. João I: espelhos para todos os vivos

Já estabelecemos, anteriormente, que o Infante D. Henrique é súdito leal, e que esta lealdade é consubstanciada no respeito à hierarquia e na obediência ao rei. Porém, julgamos oportuno acrescentar outros aspectos que nos parecem, de certo modo, completar os raciocínios que vimos expondo.

³⁶¹ ibidem. p. 150-51.

³⁶² ibidem. p. 49.

³⁶³ ibidem. p. 111.

Inicialmente, relembramos que o *leitmotiv* da *Crônica da Tomada de Ceuta* é o desejo manifesto pelos infantes de que sua sagração na Cavalaria ocorra em batalha aos infiéis, por serviço de Deus, em Ceuta. Postulamos, agora, que aqueles infantes e o rei, seu pai, se são os protagonistas em cena, o papel principal na trama urdida por Zurara é inegavelmente desempenhado por D. Henrique.

Ora, justamente quando o rei oferece ao nosso infante a oportunidade de fazer atingir o zênite a sua boa estrela, isto é, quando o rei propõe ao príncipe sagrá-lo cavaleiro antes que aos seus irmãos, pondera o infante moderadamente ao monarca excusando-se da oferta e, modesto, agradece a generosidade real: “Senhor, rrespomdeo o Iffante, posto que o meu mereçimemto nom seia tamanho eu uos tenho mujto em merçee a boã uoomtade que teemdes pera acreçemtar em minha homrra. empero eu uos peço por merçee, que me nom queiraaes fazer semelhante.”³⁶⁴

Dando continuidade à sua resposta ao monarca, alega, em apoio à sua recusa, a inevitabilidade do respeito às hierarquias, como condição para a obediência à vontade divina - dever de todo cavaleiro cristão- que ordenou fosse ele o terceiro, vindo após, naturalmente, aos seus dois irmãos mais velhos. Eis como prossegue, alicerçando a sua recusa à oferta real no argumento da sujeição às leis naturais, também estas sujeitas à inexorabilidade da vontade divina: “senam ao tempo que o fezerdes a meus jrmaãos. porque assy como nos Deos trouxe a este mumdo huu amte o outro, assi me prazeria que nos a homrra fosse dada hordenadamente.”³⁶⁵

Afigura-se-nos como corolário de todo este arrazoadado, o fato de que o cronista, não só confere estatura real à imagem de D. Henrique, como,

³⁶⁴ ibidem. p. 230-231.

³⁶⁵ ibidem.

principalmente, faz deste príncipe o mais assemelhado fisicamente ao rei.

De fato, ao cronista, não bastam as alusões que assemelham rei e Infante em ações e virtudes. Para ele, seu herói compartilha tanto os atributos do rei guerreiro e vencedor, quanto suas características físicas. Assim, como que a corroborar esta afirmação, Zurara faz de suas palavras as palavras do rei.

O momento é grave. Sobrepairam as nuvens da trágica notícia da morte de D. Henrique, infante cruzado, flor da cavalaria, logo comunicada a D. João I. Aguarda-se, em silêncio, possíveis manifestações do nojo real pela perda do infante. Entretanto, pondo-se a meio caminho entre o previsível e o inusitado, o rei, já informado da morte, respondeu que “nom montaua mujto, pois que morrera em seu offiço”³⁶⁶, isto é, não se deve lastimar a perda do guerreiro, que morre como guerreiro na guerra, e, muito menos, lastimar-se a morte do cavaleiro cristão que morre por “serviço de Deus”. E, como a refazer-se e a refazer-nos do anti-clímax enunciado, o cronista folga em dizer que o rei “depois que lhe contarom a uerdade do feito [D. Henrique ainda estava vivo] ouue elle em sua uoomtade muy grande prazer. espiçialmente porque aquelle filho o parecia mais que outro alguu nas feituraz do corpo.”³⁶⁷ Ao tempo da guerra, Zurara descreve as características físicas e destaca o destemor demonstrado pelo infante diante das batalhas que enfrentou, assim o príncipe “aaquelle tempo era de hidade de uijnte e huu annos e auia os membros grossos e fortes e coraçom nom lhe falleçia nem pomto pera lhe fazer soportar os trabalhos.”³⁶⁸

Além disso, o cronista, quase que involuntariamente, nos indica que

³⁶⁶ ibidem. p. 221.

³⁶⁷ ibidem.

³⁶⁸ ibidem. p. 216.

assim como D. João I, também D. Henrique possuía a mesma boa disposição para a guerra, posto que, ambos chegam a perder o sono quando soa preste a batalha e cedo já estão prontos para enfrentá-la. O passo em que Zurara se trai é o mesmo em que o rei, quando do desembarque português em Ceuta, reforça a ordem para que os capitães de sua frota “nom saya em terra, senam depois que uijr que meu filho o Iffante Dom Hamrrique tem filhada a praya.”³⁶⁹ Depois, o rei tendo ido à galé do Infante “começou de sse rrijr, e pregumtoulhe em que pomto estua seu corregimento.”³⁷⁰ A resposta do Infante provoca grande alegria no rei, diz o príncipe: “Neeste que ueedes senhor [...] pareçemdo todo armado.”³⁷¹ Esta alegria, por sua vez, confirmava o que o rei já havia dito anteriormente, isto é, que como ele, o Infante perderia o sono e estaria logo ao sol nascente acordado e pronto para a batalha: “veedes disse elRey, nom uos desse eu que amte manhaã auia meu filho de seer de todo prestes. ca em taaes tempos como estes, logo elle sabe perder o sono toda huua noute ssem mostrança de semtir por ello trabalho.”³⁷²

Rei e Infante têm em comum, além da valentia, uma mesma concepção acerca da guerra: um trabalho.

No ataque à Ceuta, convém enfatizar que o príncipe tinha vinte e um anos e era forte e corajoso, nas batalhas “dobrouselhe a sanha”³⁷³, pois, perseguindo os infiéis nas ruas estreitas e tortuosas da cidade, destacou-se por tomar a dianteira da hoste que comandava “e esto era porque aquella rua aaquelle tempo estreita [...] de guisa que os christãos primeyros e os mouros derradeyros nom podiam pelleiar

³⁶⁹ ibidem. p. 195.

³⁷⁰ ibidem.

³⁷¹ ibidem.

³⁷² ibidem.

³⁷³ ibidem. p. 216.

senom muy poucos dos quaaes o **deamteyro foi sempre o Iffamte.**”³⁷⁴ [grifos meus].

De fato, a dar crédito às palavras do cronista sobre o labirinto que era o cenário da guerra, não havia como um jovem e valente guerreiro não se expor na busca dos feitos valorosos com os quais o vimos sonhando desde o início da narrativa.

Com efeito, o Infante enfrentou perigos imensos, como nos conta o cronista, porque muitos dos seus companheiros se distanciaram e poucos tiveram coragem de ir até a porta da muralha em que ele se postou, juntamente com um pequeno grupo de cavaleiros.

Como a valorizar as melhores qualidades guerreiras de seu herói, Zurara aponta três razões para a diferenciação entre os cavaleiros que com ele “abalaram primeyramente [que] nom eram alli [...] mais que dez e sete.”³⁷⁵ A primeira destas razões explicava o afastamento dos guerreiros porque a uns “tiraua a cobijça do rroubo”³⁷⁶; a segunda devido à “gramde sede que auiam porque toda a sua uiamda era sallgada, e a gramde força do soll secaualhes as umidades dos corpos”³⁷⁷; e, por fim, “as compreissoões molles e delicadas [de outros que] nom podiam sosteer lomgamente a força do trabalho, e tirauamsse a fora.”³⁷⁸

D. Henrique foi filho muito prezado do rei que nele depositou sempre muita confiança por sua fortaleza, seja de caráter, seja por sua afeição às armas e às lides guerreiras. Aliás, esta segunda acepção da virtude é mui elogiada por Zurara que diz do Infante: “ca elRey sempre teue este filho por mais homem, que nehuu dos outros pera feito darmas. e assy sse gloriaua estranhamente de fallar em elle, quando

³⁷⁴ ibidem.

³⁷⁵ ibidem. p. 218.

³⁷⁶ ibidem.

³⁷⁷ ibidem.

³⁷⁸ ibidem.

lhe disseram que trazia sua frota bem corregida do Porto.”³⁷⁹

Demonstra o Infante, ainda outra vez, a diligência com que atende às preocupações do Rei acerca das condições do exército que planeava levar a Ceuta. Diz D. João I: “a uossa frota [...] assi esta desconsertada que lhe se ia neçessario aquelle espaço [um mês] pera se tornar a auir.”³⁸⁰ Ao Rei, responde D. Henrique: “o desconserto senhor que ella tem [...] he que uos podees logo agora meter em ella te partir quando quiserdes ca a maior deteemça sera em alleuamtar as ancoras e aparelhar as uelas.”³⁸¹ Após tão auspiciosa afirmação de D. Henrique, repta o monarca, decidindo-se em definitivo pelo embarque imediato para Ceuta: “pois que assi he disse elRei, toda a minha deteemça sera daqui ataa quarta feyra, e depois siguame quem poder.”³⁸²

A partir de então, o rei decidiu tirar o luto pela morte da rainha, ordenando a todos que fizessem o mesmo e se vestissem adequadamente para o grande acontecimento que se ia dar, pois, “outro tempo com a graça de Deos escolheremos em que se possa mais rrazoadamente fazer nosso doo”³⁸³

Superando as expectativas Reais, o príncipe responde prontamente ao chamado do Rei para a Guerra. Evidencia-se, mais uma vez, em justa medida a lealdade do súdito perfeito.

O Infante convidou seus irmãos para comemorar a decisão real em um jantar. Na festa, os irmãos se igualam, mas, não é possível elidir, que a comemoração é patrocinada por D. Henrique, ocorrendo em sua galé. Zurara diz que o Infante

³⁷⁹ ibidem. p. 152.

³⁸⁰ ibidem. p. 149.

³⁸¹ ibidem.

³⁸² ibidem.

³⁸³ ibidem. p. 150.

“mandou apemdoar toda sua gallee, e disse aas trombetas que se posessem na mayor altura, e ue fizessem em seus estromentos todo sinal de lediçe que podessem.”³⁸⁴

Acrescenta o cronista, com eloquência a impressão que causou aquela comemoração naqueles que “pousauam nas aldeas ou amdauam follgamdo em aquella praya, [os quais] mujto asinha se chegarom aa rribeyra pera seerem çertos do que aquello queria seer.”³⁸⁵ A curiosidade foi tanta que “em breue tempo foram tantos os batees darredor da gallee do Iffamte, que queriam [...] chegar a bordo. E depois que souberam a determinaçam do feito, poserom logo mujta trigamça em tornarem a correger seus nauios per a guisa que estaua aquella gallee.”³⁸⁶

Por certo, vemos que a conjuntura da morte da rainha causou forte impressão em todo o reino e, por isto, o cronista se afina para dar conta dos sentimentos antagônicos, ou seja, por um lado o luto pela morte da rainha e por outro a expectativa e a alegria pela partida para a guerra. Em meio a isto, a dor do Rei pela perda de sua esposa. Em vívida antítese, o cronista contrapõe a felicidade do Infante e a tristeza do monarca. Todavia, esta momentosa equação se resolve pela contagiante alegria de *D. Henrique*, que acaba por estimular o ânimo de seu pai.

Demonstra-se que a imagem do Infante é construída à semelhança da imagem do rei porque só o rei desfrutaria estatuto social e autoridade política maior que a do herdeiro, mesmo em se tratando de um herdeiro tão especial como *D. Duarte* que, desde longos anos, já exercera a vara da justiça, coadjuvando decisivamente *D. João I* na gestão do reino. Como se não bastasse, *D. Henrique* é, inclusive, assemelhado fisicamente ao rei e elogiado por *Zurara* pelo fato de ter a

³⁸⁴ *ibidem.* p. 150-51.

³⁸⁵ *ibidem.*

³⁸⁶ *ibidem.*

mesma disposição e valentia para a guerra.

Se para Zurara o clímax da crônica, conforme vimos, refere-se à sagração do seu herói como cavaleiro, para nós, o clímax da construção da imagem do infante D. Henrique na *Crônica da Tomada de Ceuta*, se encontra sintetizado no excerto que, abaixo transcrito, preferimos manter na íntegra para preservar o ritmo e os liames da magistral composição panegírica realizada por Gomes Eanes de Zurara:

“Ora que posso eu dizer da fortelleza de huu homem, que sem esperança de nehuua companhia, cometeo tamtas uezes huu tamanho ajuntamento de seus jmmijgos, derribando emte os seus pees aquelles que com mayor atreuimento de sua fortelleza queriam esperar ho bramdimiento da sua espada. Certamente eu creio segundo meu juizo, que sse as cousas mudas ham alguu sentimento, que as portas daquelles muros estam ajmda espantadas de tam marauilhosa fortelleza. Empero nom quero este feito de todo atrebuir aa sua força, porque consijro que quis nosso Senhor Deos trazer ao mundo por deffemssam do seu samto templo, que he a sua samta egreja, e por uingança dos erros e cometimentos que aquelles jmmijgos da ffe fizeram per mujtas uezes aos seus fiees christãos, a este principe, que assy como seu caualleiro, armados das armas da samta cruz, pelleiasse no seu nome. E pera prouar minha emtemçom, ponho amte meus olhos o processo da sua uida, no quall acho taaes e tam marauilhosas uirtudes, que comsijramdo em ellas, nom me parecem ssenom dalguu homem trazido a este mundo *pera espelho de todollos uiuos*. as quaaes uirtudes a Deos prazemdo eu comtarey distintamente em seu proprio lugar. porque possaaes uerdadeiramente conhecer a prouaçam de minhas pallauras. Oo exçellente principe diz o autor, froll da cauallaria do nosso rregno, coração e fortelleza digna de gramde memoria. e quall outro posso eu louuar em superlatiuo graao. que ouuesse a uerdadeira fortelleza, saluo se disser este he outro Iffamte Dom Hamrrique.”³⁸⁷ [grifos meus].

³⁸⁷ ibidem. p. 219-20.

2.4 Fé, carisma e intervenções maravilhosas na *Crônica da Tomada de Ceuta*

Inventariar e, mesmo, classificar a grande cópia de intervenções maravilhosas espargidas por nosso cronista nas suas narrativas, por si só, constituiria um corpo de situações adequado a uma outra dissertação de índole bastante diversa desta que vimos realizando. Todavia, algumas passagens elucidam aspectos importantes das hipóteses que nos propusemos demonstrar, porque se referem mais de perto às questões relativas à legitimação do poder político da dinastia avisina em estreita vinculação com o forjamento dos sentidos de territorialidade e nacionalidade fortemente vinculados nas políticas implementadas pelos primeiros Avis.

Com efeito, Ceuta é, tirante as ilhas, o primeiro dos muitos territórios que irão ser incorporados ao reino durante todo o processo de expansão sobre o ultramar, deslanchado a partir do primeiro monarca avisino. A conquista de Ceuta, entretanto, não deve ser, nesta fase inicial, considerada como etapa fundante de um projeto claramente concebido por aqueles governantes, mas, pode-se seguramente afirmar que é obra concretizada sobre motivação e inspiração típicas do processo português de Reconquista de territórios cristãos perdidos para os infiéis, tal como sucedeu no território peninsular.

A certeza da vitória na guerra aparece em etapas sucessivas ao longo da narrativa, vinculada à conjunturas, personagens e ações diversas. No entanto, nenhuma passagem exemplifica melhor este clima otimista do que a visão de Ceuta iluminada na véspera do desembarque. Por ser longa a descrição elaborada pelo

cronista, optamos por dividir em partes o trecho referente a este assunto. Agindo assim, intentamos preservar a beleza desta descrição que, no nosso entendimento, é uma das passagens mais sugestivas de toda a crônica, visto que, malgrado as cesuras, conservamos integralmente o texto do cronista.

Zurara inicia a narrativa com a demonstração do impacto causado nos mouros pela visão da frota portuguesa, fato que fez com que estes, artificialmente, tentassem iludir os cristãos, passando-lhes uma falsa imagem do número dos defensores de que a cidade dispunha. O recurso de que se valeram os mouros - a iluminação de toda a cidade por velas e candeias - destinava-se a dar aquela falsa idéia de uma defesa poderosa. Desta forma, Zurara narra que os mouros, vendo a frota aproximar-se dos muros da cidade, “emcheram todas suas janellas e freestas de camdeas, por mostrarem que eram mujtos mais do que os christãos presomiam. e assy polla grandeza da çidade, como por seer de todallas partes tam allumeada, era muy fremosa de ueer.”³⁸⁸

Além do gozo estético destacado, o cronista aproveita o motivo da iluminação para tecer comentários impregnados de forte carga evocativa, cuja natureza propende à afirmação de um destino já traçado; a vitória cristã estaria assegurada pela abundância das chamas das candeias “sobre a quall nos aqui podemos emterpretar, que assy como a camdea quamdo sse quer apagar, da sempre grande lume”³⁸⁹, este é o sinal do estertor do império dos infiéis sobre a cidade de Ceuta, outrora cristã. Os mouros estariam já fadados à morte ou a serem dominados pelos cristãos, como se ao acenderem os lumes em tão grande abundância, eles próprios

³⁸⁸ ibidem. p. 190.

³⁸⁹ ibidem.

estivessem pondo fogo a sua própria pira funerária. Zurara diz que “mujtos delles per uemtura sse auiam de partir pera todo sempre das uidas, [por isso] faziam assy aquella sobeia mostrança de claridade sinificamdo sua fim.”³⁹⁰ Todavia, não se permitiria aos infieis traçarem seu próprio destino, não num momento como este da vitória de Deus e dos portugueses sobre os adeptos daquele abominável cismático Maomé.

A conquista de Ceuta é o fim do reinado dos mouros na cidade, agora purificada pelo fogo divino, trazido de novo a ela pelos cristãos:

“Mais dereitamente podemos dizer, que nosso Senhor Deos, querendo mostrar como aquelles maaos sacrificios que sse ata alli fezeram, estauam pera fazer fim, quis assy em figura demostrar, que assy como em aquella ora a çidade era mais allumeada, do que numca fora per fogo temporall, assy seria no dia seguimte allumeada do uerdadeiro fogo do Sprito Samto quamdo os christãos trouxessem os sinaaes da cruz per todallas partes da çidade.”³⁹¹

Embasado nas argumentações de Jacques Le Goff sobre o assunto, Roberto G. Fabri Ferreira, em estudo sobre o maravilhoso na construção do mito afonsino, salienta que “ocorre, a partir do século XII, uma irrupção do maravilhoso no Ocidente cristão, após intensa repressão, por parte da Igreja, na Alta Idade Média.”³⁹² Acrescenta ainda que “influenciada pelo fortalecimento de uma sociedade laica forte, na qual os valores profanos ressurgem dentro de uma cultura eminentemente guerreira que é a cultura cavalleiresca, nota-se a emergência de inúmeros relatos associados ao maravilhoso.”³⁹³

³⁹⁰ ibidem.

³⁹¹ ibidem.

³⁹² FERREIRA, Roberto Godofredo Fabri. *O Papel do Maravilhoso na Construção da Identidade Nacional Portuguesa: análise do mito afonsino* (Séc. XIII-XV). Niterói, 1997. 183 p. Dissertação (Mestrado em História Medieval) - Universidade Federal Fluminense. p. 40.

³⁹³ ibidem. p. 40-41.

Com relação a este aspecto, ainda que grande parte dos exemplos enunciados pelo cronista não se refiram aos governantes da nova dinastia e, além disso, nem todos sejam relatados apenas por cristãos - alguns dos mais significativos integram-se nas narrativas como relatados pelos mouros - todos os relatos são enunciados a partir do ponto de vista de um cristão: o cronista, que se vale destes recursos, numa perspectiva apologética de engrandecimento dos reis e príncipes a que serviu, visto ser esse cristão um fiel servidor tanto de Deus quanto da realeza que o patrocinava. Novamente é Roberto G. Fabri Ferreira quem comenta que:

“Com características distintas do maravilhoso profano, o maravilhoso cristão é marcado por possuir um único autor: Deus. E a via pela qual se manifesta é a do *miraculum*. Pelo milagre, as vontades divinas se manifestam em aparições diversas a santos, bispos e outros ‘escolhidos’ pelo Criador, que carregam revelações importantes.”³⁹⁴[grifos do autor]

Assim, as vinculações miraculosas de D. João I a Deus são expostas como provenientes da estirpe real. Em longa sucessão, Zurara remete estes episódios maravilhosos, de D. Pedro, seu pai, até D. Afonso Henriques, o fundador do Reino. Em D. Pedro estaria a causa primeira do extraordinário zelo cristão joanino porque após a morte desse governante “per boom espaço tornou a sua alma outra uez aa carne pera confessar huu soo peccado, sem cuja penitemçia nom podia rreçeber bem auemturada gloria.”³⁹⁵

Como dissemos, no entanto, o maravilhoso cristão das crônicas de Zurara se refere também aos acontecimentos que afetam todo o Reino. Justo por isso, vemos o cronista por à boca dos *letrados de Lisboa*, consultados por D. João I acerca

³⁹⁴ ibidem.

³⁹⁵ ibidem. p.136.

da guerra a Ceuta ser ou não ser serviço de Deus, uma longa resposta, na qual aqueles sábios enumeram eventos protagonizados por monarcas ibéricos precedentes, os quais, em guerra contra os mouros, foram miraculosamente apoiados por Deus e seus santos. Nestes discursos, o cronista além de associar o Rei a Deus, exorta-o à guerra; mas, faz melhor, funda o apoio divino aos reis portugueses na “memoria do muy notauell e fiell e cathollico christaão el Rey Dom Affonso Amrriquez [que] ofreçeo seu corpo em no campo dOurique ueemdo aquelles çimquo rrex como uossa merçee sabe.”³⁹⁶

Neste processo de transmissão de carisma que vai do rei Afonso Henriques a D. Pedro, deste a D. João I e de todos os reis e ainda de D. Felipa a D. Henrique, parece estar a essencialidade da argumentação de Zurara sobre a fé inquebrantável dos primeiros Avis, advinda do sangue real.

Acontecimentos maravilhosos cercaram a existência de D. Henrique, o terceiro filho de D. João I e de D. Felipa, filha do príncipe inglês João de Gaunt, Duque de Lancaster. Já se comentou sobre a predestinação deste Infante para feitos gloriosos no serviço de Deus, desde o ventre materno, e muito mais poderia ser apontado, vinculando os feitos do príncipe a aspectos miraculosos ou com clara inspiração divina.

Todavia, nos restringiremos a apontar a circunstância em que vemos, de forma clara, o Infante ser alvo da proteção divina, o que faz com que ele, além de ser predestinado desde o ventre materno, seja, de fato, escudado por esta proteção em suas ações, no decorrer de sua longa vida.

Cabe estabelecer, ademais, que o apoio divino às ações do Infante

³⁹⁶ ibidem. p.36.

estende-se também aos seus subordinados. Passagem paradigmática deste apoio é aquela que ocorre quando “depois que o Iffante foy fora, sempre Martim Paez acompanhado de mujtos outros capellaães alli esteue com o corpo do Senhor, rrezando mujtos salmos e orações de gramde uirtude ataa fim de todo o feito.”³⁹⁷ Diz Zurara que nenhum tipo de projétil, dos muitos lançados à galé pelos mouros, os atingiu, pois, “como quer que mujtos uirotoões e pedras fossem lamçadas de fora pera a gallee, prouue a elle de numca emeeçerem em aquelle lugar homde estaua, nem a nehuu daquelles clerigos que amte elle rrezauam.”³⁹⁸ É bem verdade, que aqueles clérigos empunhavam objeto tão precioso quanto a mais preciosa das relíquias: o fragmento da Cruz que, é bom lembrar, o Infante carregava consigo desde que a ele fora dado pela finada rainha.

2.5 Comparações e imagens: a legitimação do poder Real

Afirmamos que o rei delineado na *Crônica da Tomada de Ceuta*, D. João I, é o paradigma adequado para entender-se não só a figura do rei que mandou escrever a crônica, D. Afonso V, tanto quanto seu avô, um Rei Cruzado, mas sim, mas também, o modelo político adequado para um reinado em que o monarca reorientou sua política no sentido de satisfazer as demandas territoriais, e por privilégios de toda ordem, de parte da nobreza cavaleiresca: o Infante D.

³⁹⁷ ibidem. p. 202.

³⁹⁸ ibidem.

Henrique. Não é outro senão o Infante que tratando com o rei, seu pai, ouve do governante o significativo argumento de que se deveria fazer a guerra a Ceuta, porque se os fidalgos e outros bons homens de seu reino não tivessem em quem exercitar suas forças, poderiam lutar entre si ou atacar Castela, o que prejudicaria a paz interna e a política de paz que o Rei tentava manter com o poderoso rei vizinho.

Este modelo político ressalta, sobretudo, da imagem que se construiu em torno desse Infante nesta crônica, pois, em síntese, no seu texto vêem-se as duas personagens, Rei e Infante, nitidamente complementarem-se; porque se ao Rei cabe ser providente, munificente e magnânimo, ao Infante não lhe falece nenhuma destas qualidades, embora se desprenda de suas ações, ademais, a intrepidez e a sanha do cavaleiro valoroso e conquistador.

Para estabelecer a comparação entre imagem do Rei e imagem do Infante, Zurara se utiliza de dois planos discursivos: no primeiro estabelece a imagem do Rei pela sucessão de exemplos de ações e virtudes por ele desenvolvidas ou a ele pertinentes. Neste plano o paradigma construído é o do rei D. João I.

Todavia, porque na crônica é dito que o rei D. Afonso V estava preocupado com a preservação dos feitos do seu avô, isto é, com a construção da imagem do rei, Zurara incumbido por ele, estabelece, no segundo plano discursivo referido, o outro modelo de rei, este, construído a partir de delineamentos de caráter geral, sobre a imagem do próprio rei D. Afonso V.

Há contigüidade entre o primeiro e o segundo planos discursivos quando, interagindo num e noutro, é delineada e reificada a imagem do Infante D. Henrique: a um só tempo súdito-leal, herói-ideal e figura presente que no plano

“acontecimental”³⁹⁹, compartilha ações e virtudes com um e outro reis. Assim, para D. Afonso V é duplamente legitimado o seu poder porque o herói com ele interage, compartilha, justifica-lhe as ações e sustenta-a com a força de seu exemplo de príncipe cristão, cavaleiro virtuoso, empreendedor, sagaz e diligente. Em comum, Rei e Infante, inscrevem-se no modelo da absoluta fidelidade aos ideais cristãos, o qual, não olvidemos, encadeia no mesmo campo as noções de fé - pertinácia, fidelidade - vontade inquebrantável.

Mais ainda, esta legitimação se amplia na medida mesmo em que é projetada além, para os governantes da posteridade e, mais proximamente, para todos os Estados da sociedade, visto que segundo a opinião do cronista, “todo-los Principes, que depois da fua idade vierem a poffuir fua herança com todo-los tres Eftados, que a governam e mantem; primeiramente o Eftado Efspiritual [...] os Reys, e Principes [...] e o Eftado Comum, porque pera fempre ferá gloria, e louvor antre as outras Naçoens.”⁴⁰⁰

Dessarte, consoante o fato de que D. Afonso V foi rei com preocupações feudalizantes, não poderia o cronista deixar de compactar as preocupações reais com a possibilidade de compartilhar da honra e da glória que lhe adviessem dos grandes vassalos que, a seu tempo e a seu serviço, realizaram feitos notáveis pelo engradecimento de sua dignidade real que era, enfim, também do reino:

“caa como fejam membros de Eftado Real, nom podem os Grandes, e Nobres poffuir honra, de que a elles nom venha fua parte, pois todos juntamente fazem corpo, **e o todo nom poffa verdadeiramente poffuir perfeição**, fem fuas partes; caa por qualquer

³⁹⁹ FRÓES, Vânia Leite. Era no Tempo do Rei. p.16.

⁴⁰⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. CCPM. p. 216.

pequena, que falleça, desfallece de feu verdadeiro comprimento.”⁴⁰¹
[grifos meus].

Outra conexão de fundamental importância para que melhor se esclareçam as comparações que vimos estabelecendo, diz respeito ao conjunto dos valores que são atribuídos no sermão de frei João Xira, confessor do rei, à conquista e, sobretudo à manutenção de Ceuta em poder dos portugueses, pois, conquistar esta cidade tão grande, formosa e “alomgada de nossa terra”⁴⁰² equivaleu a conquistar terras, o bem mais precioso da era feudal.

Conquistá-la, outrossim, significava tanto ter terras à disposição para resolver a demanda fundiária da nobreza feudal quanto a possibilidade de obter-se fama genuína e duradoura sobretudo porque “os autores das estorias nom poderam callar a gramdeza de tamanho feito. ca certamente nom sera a uos pequena gloria.”⁴⁰³

Mas, as implicações da conquista não param aí, também, porque “a gloria he a homrra deste mundo”⁴⁰⁴ e, muito mais que isso ainda, segundo o frei, “Cepta he a perfeita gloria e homrra.”⁴⁰⁵

Nestes motivos, residem o ponto de intercessão das imagens do rei D. João I, interessado em afastar a nobreza ociosa do reino para que lá não fizesse *arroidos*; D. Henrique, conforme as palavras da rainha sua mãe, deveria desempenhar o papel de intermediário entre os nobres do reino e seu rei e, por fim, da imagem de D.Afonso V, rei que, como se sabe, governou apoiado nas imensas concessões que fez à nobreza, aí incluídas a vastidão das terras a estes doadas tanto em Portugal,

⁴⁰¹ *ibidem*.

⁴⁰² ZURARA, Gomes Eanes de. *CTC*. p.256.

⁴⁰³ *ibidem*.

⁴⁰⁴ *ibidem*.

⁴⁰⁵ *ibidem*.

como no Ultramar.

Reis. Infante. Grandes vassallos. A trindade se consolida através de sua reificação na imagem do governante posto no espelho. Imagem que, quando vista sob determinado prisma - como o utilizado nesta argumentação - também se refrata, decompondo-se em outras imagens, matéria concreta, assim coletiva, de que se (re)compõe como paradigma da nação e do reino. O objetivo parece ser único, o que varia são os Heróis: na crônica de Ceuta, D. João I e sobretudo D. Henrique; este Infante na crônica da Guiné; os condes D. Pedro e D. Duarte de Menezes e, de certo modo, o próprio D. Afonso V, em todas as crônicas escritas por Zurara.

Como não recorrer ao apoio divino diante da complexidade da obra que lhe ordena e encomenda o rei? Já no prólogo da *Crônica de Ceuta* são enunciados autores e obras com o objetivo de fundamentar os pedidos que o cronista faz à Virgem Maria, sua “avogada junto a seu filho Jesus”⁴⁰⁶, para que este lhe conceda “parte dos átomos daquela graça de divinal resplendor”⁴⁰⁷ de modo a que seja possível escapar ao seu fraco engenho, já que tem que “falar da franqueza e maravilhosos feitos deste virtuoso e nunca vencido príncipe senhor Rey Dom Joham.”⁴⁰⁸

Em virtude dos altos cargos que desempenhou, Zurara deve ser considerado como espécie de porta-voz do rei a que serviu: D. Afonso V. Aliás, o cronista é enfático ao vincular o seu labor e a si próprio a este rei de quem diz ter recebido tanto as luzes do discernimento quanto as benesses do sustento já que a *Crônica de Ceuta*:

⁴⁰⁶ ibidem. p.07.

⁴⁰⁷ ibidem.

⁴⁰⁸ ibidem.

“Com melhor vontade escrepvera [...] por vos mostrar algum conhecimento da longa criaçom, e muita bemfeitoria, que per vossa merce, usando de vossa acostumada virtude de vós recebi; caa se algum saber em mim há, posto que seja pequeno, com as vossas migalhas o aprendi.”⁴⁰⁹

Altos cargos: reis, infantes, grandes do reino, cronista-mor; altos feitos: tomada de Ceuta, conquista da Guiné, atos heróicos de cavalaria, novas terras, ilhas e oceanos incorporados ao território do reino; Crônica Geral e Crônicas da Cavalaria: crônicas da expansão marítimo-comercial portuguesa, da Cruzada, Colonização e Comércio. O que enleia isto tudo e a tudo dá sentido e direção?

Com seu *minguado e parco saber*, o cronista apresenta a possibilidade que nos permite responder a tais questões, numa sequência de razoados presente em todas as crônicas, e que imputam às forças divinas, e ao rei, as necessárias luzes de que carece para dar conta do que lhe incumbe.

É tudo por serviço de Deus e acrescentamento da honra, mas, há a interveniência de fatores miraculosos que sustentam a realização dos feitos, os quais, ao bafejar os heróis, erigem a justificativa divina para o poder real em Portugal, que se constrói, paulatinamente, imbricado na essencialidade do ordenamento divino, em passos que percorrem desde as manifestações da vontade de Deus através de profecias, até as intervenções verdadeiramente miraculosas de Deus e de santos que vêm em socorro dos reis em momentos extremos, sejam tais momentos estritamente pessoais como o que envolveu a morte da Rainha D. Felipa, sobre quem o cronista afirma que na sua hora extrema “lhe apareço nossa Senhora pera lhe dar uerdadeyro esforço pera passagem daquella hora forte”⁴¹⁰, sejam ademais, aqueles que afetariam

⁴⁰⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. *CCPM*. p. 219.

⁴¹⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. *CTC*. p.136.

os destinos de todo o Reino.⁴¹¹ Nunca é demais pontuar que os relatos concernentes à Rainha D. Felipa estão assentados fundamentalmente na concretude e exemplaridade de suas virtudes cristãs, habilmente utilizadas pelo cronista como medida para a magnificência da imagem do rei, seu esposo e, bem assim, para afirmar o zelo e a fortaleza da fé inquebrantável do Infante D. Henrique.

2.6 - O Infante D. Henrique: uma imagem cambiante

Afirmamos ser o Infante D. Henrique o personagem principal nas narrativas de Zurara, por todos os motivos já expostos. Entretanto, há ainda um outro critério a ser observado que, além de confirmar o que vimos dizendo, apresenta algumas modificações importantes em sua imagem a partir daqueles elementos que compõem a persona de D. Henrique, sua seriedade, cavalheirismo, cortesia - atributos morais e espirituais, atributos físicos e a força e obstinação a ele atribuídos - resultado da sua memória, escrita por Zurara, ou da inscrição da sua figura no panteão das personalidades notáveis, cuja lembrança se guardaria pelos séculos, na memória da posteridade, ou, ainda, como resultado de um esforço em estabelecer um

⁴¹¹ Referimo-nos especificamente aos atilados estudos de Roberto Godofredo Fabri Ferreira sobre a utilização dos mitos de origem do reino português vinculados todos à imagem do rei D. Afonso Henriques como legitimador do novo modelo político que se inaugurara com D. João I, fundador da nova dinastia, a de Avis. In: FERREIRA, Roberto Godofredo Fabri. *O Papel do Maravilhoso na Construção da Identidade Nacional Portuguesa: análise do mito afonsino* (Séc. XIII-XV). Niterói, 1997. 183 p. Dissertação (Mestrado em História Medieval) - Universidade Federal Fluminense. Do mesmo modo lembramos as intervenções miraculosas da relíquia do Santo Lenho do Marmelar na Batalha do Salado em favor dos cruzados portugueses. In: COSTA, Ricardo Luiz Silveira da. *A Cruz do Santo Lenho do Marmelar: a permanência da mentalidade de cruzada no imaginário cavaleiresco ibérico durante a Reconquista portuguesa (séculos XII-XIV)*. Niterói, 1997. 173 p. Dissertação (Mestrado em História Medieval) - Universidade Federal Fluminense.

herói - fonte de onde jorra a *virtú*, mostrando caminhos e estabelecendo valores, ou seja uma figura que se espera que eduque - civilize, diria Norbert Elias⁴¹².

Caso se fizesse, numa possível hipótese de escolhas muito limitadas, uma opção para compreender a personagem D. Henrique, através dos frutos que suas ações produziram, ter-se-ia que considerar que o Infante, se solicitou, recebeu os meios necessários para poder transformar-se na personagem principal das obras do cronista-mor, ao menos nas narrativas sobre a tomada de Ceuta e sobre a conquista da Guiné.

Nada mais natural, então, que o herói das crônicas de Zurara tenha sido este príncipe. Além do mais, este foi o século das biografias posto que foi o do surgimento da liberdade e do indivíduo na História⁴¹³. Não que não tenham havido biografias antes, nem que os indivíduos não tenham tido o seu papel nos eventos: o que mudou foi a perspectiva. A partir de então, os indivíduos são a História, por oposição ao postulado escolástico de um desígnio divino e revelado nas Escrituras e na Tradição a conformar-lhe os passos.

Por documento de 18 de fevereiro de 1416⁴¹⁴, D. João I incumba o Infante D. Henrique da “defenssom” da cidade de Ceuta, aviando-lhe para a tarefa as rendas da Ordem de Santiago, do arcebispado de Lisboa e da “camara apostolica”, além de outras não nominadas. Já Joaquim Veríssimo Serrão⁴¹⁵ informa que D. João I

⁴¹²ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. V. 1.

⁴¹³HELLER, Agnes. In: GARIN, Eugénio (dir.). *O Homem Renascentista*. Lisboa: Presença, 1991. p. 12.

⁴¹⁴MARQUES, João M. S. *Descobrimientos Portugueses: documentos para sua história*. Lisboa: Instituto Para Alta Cultura, 1944. p. 238-239.

⁴¹⁵SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. 2. ed. Lisboa: Verbo, 1979. p. 133-134. V. 2.

conseguiu do papa que as rendas da Ordem de Cristo fossem destinadas à manutenção de Ceuta estando, também, esta operação ao encargo do Infante.

O Infante teve, ainda, os títulos de Senhor da Covilhã e Duque de Viseu, e foi também Governador do Algarve e feito, inclusive, Governador de Ceuta, dentre outras senhorias de menor importância.

Entretanto, José de Bragança, em nota ao texto da *Crônica da Guiné*⁴¹⁶, chama atenção para o fato de que D. Henrique nunca foi, efetivamente, Governador de Ceuta, como se subentende a partir da seguinte afirmação do cronista: “Ele governou Ceuta, por mando dos reis seu padre, irmão e sobrinho, XXXV anos...”⁴¹⁷. Por outro lado, na mesma nota, José de Bragança informa que, em 1416, ele foi encarregado dos negócios da África.

A. H. de Oliveira Marques cita a nomeação de D. Fernando, conde de Arraiolos e filho de D. Afonso - duque de Bragança, como Governador de Ceuta em agosto de 1445. Portanto, no período em que o Infante ainda era vivo, donde se infere que não se pode atribuir-lhe este título, senão forçadamente, e apenas estribado na extensão do poder de fato desfrutado pelo Infante em relação aos assuntos africanos.

O que vimos considerando, se confirma pela doação feita por D. Afonso V, em vinte e dois de outubro de 1446, através de uma carta de privilégio ao Infante D. Henrique, pela qual este príncipe passa a ter o controle absoluto sobre a região além do Cabo Bojador, podendo, inclusive, tomar navio e carga de quem se aventurasse a navegar por ali sem sua autorização. Da mesma forma, a carta isenta D. Henrique, ou quem estivesse sob sua licença de pagar qualquer taxa sobre o que de lá

⁴¹⁶BRAGANÇA, José de. Nota ao texto da *Crônica da Guiné*. In: ZURARA, Gomes Eanes. *CDCG*. p. 30

⁴¹⁷ZURARA, Gomes Eanes. *CDCG*. p. 30.

trouxessem, conforme documento publicado por João Martins da Silva Marques⁴¹⁸. Vemos neste apoio do Rei ao Infante, a prova da reciprocidade e da magnanimidade do rei, seu súdito leal e fiel.

Ainda em decorrência daquela escolha, ter-se-ia que considerar que foi também administrador diligente das rendas enormes que lhe advinham de suas senhorias e, mais ainda, que parece ter feito frente aos enormes gastos com a empresa ultramarina sem dela auferir os lucros proporcionais ao numerário despendido. Acresça-se a isto, que no uso de sua condição de provedor, sustentou com magnanimidade suas casas (e a *entourage* que o cercava e que dele dependia). Aspecto fundamental deste sucesso foi contar com as rendas da Ordem de Cristo, em que foi Governador.

Mas não é possível elidir-se que foi também Cruzado, e recebeu o honroso título de Cavaleiro em Ceuta, onde foi armado por seu pai e onde fez os seus cavaleiros.

Enfim, a encimar esta galeria de louros, cabe considerar, a partir das afirmações do cronista, que o Infante projetou e comandou durante décadas os esforços da expansão marítima, tendo sido o responsável pelas Navegações e pelos Descobrimentos, ao menos em sua fase inicial. Nestas ações, sem dúvida, foi tocado pela Vitória, abençoado pela Fortuna e logrou ver seu nome dispersado, qual múnus edificante até a posteridade, pela Fama, Glória e Nomeada, dignas do Cruzado medieval.

A empresa capitaneada por D. Henrique, apresentou, todavia, crescimento vertiginoso e produziu os meios e o aporte teórico-científico necessários

⁴¹⁸MARQUES, João M. S. op. cit. p. 435-436.

para a contínua expansão do espaço português, que, além de incorporar o mar, incorporou também as terras do futuro império lusitano, isto sem falar na ampliação da ecúmena.

2.7 Por acrescentamento da territorialidade portuguesa

Um outro tema caro ao cronista é a terra portuguesa, descrita muitas vezes como fértil e pródiga. Lugar de trabalho, de descanso e da fé em Deus.

O capítulo sexto da *Crônica da Tomada de Ceuta*, que contém algumas “das mais belas páginas já escritas em português”, como a ele se referiu António José Saraiva, apresenta todos os aspectos citados acima:

“Agora diziam elles. he Portugall o mayor e mais bem auenturado rregno que ha no mundo. que nos temos antre nos todallas boas cousas que hum rregno abastado deue teer. Nos temos grande auondança de pam per tal guisa que nunca a destemperança dos tempos pode seer tamanha que sempre em alguas comarcas nom aja pam com que se as outras possam rreparar. e ajnda quando os annos fore jguaaes da nossa auodança poderemos aproveitar muitos de nossos amigos. temos muitos vinhos e de desuairadas nações. de que nam soamente a nossa terra he abastada mas ajnda se carregam muitas naaos e nauios para socorrimento de terras estranhas.”⁴¹⁹

Se em Zurara a guerra é um elemento tipicamente medieval, a terra já não o é, posto que como bem demonstra o trecho supra-citado, em períodos de

⁴¹⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. *CTC*. p. 20.

escassez numa comarca ou região (ver em anexo a figura n.º 7), a produção agrícola de outras para aquela afluía, denotando um sentimento, já modernizante, de unidade de território e, por extensão, na via da solidariedade, dos diversos povos da nação que se está forjando.

Para Zurara, as riquezas de Portugal, já de si tão rico, só tendiam a aumentar pelos efeitos da paz com Castela, pois, o reino tudo teria para incrementar sua agricultura e até mesmo, mais exportar para os castelhanos, tradicionais importadores do frumento português. De seu país, cuja terra era tão chã e abundante, o cronista ufâniza-se:

“Pescados de maar e de rrio sam tantos e taaes que em outras nenhuas partes do mundo nam sam achados em tamanha auondança. [...] Carnes de todallas maneiras proueitasas e de grande sabor nas nossas serras e campos se criam pera todollos os tempos do ano.[...] Frutas e legumes com todallas outras cousas nasçem em nossas sem gram trabalho dos homees e assi auemos estas cousas em tamanha abastança que a multidam dellas nos faz desprezar sua valia.”⁴²⁰

Além das riquezas desta terra, o espaço geográfico do reino em tudo contribuía para facilitar o comércio e a defesa do território, pois que “os nossos portos e ancorações sam tam seguros de todollos tempos contrairos que tarde ou per grande ventura rrecebem os nauios em elles nenhuus danos per que ajam rrezam de se perder.”⁴²¹

Outro característico a se ressaltar, é que se o texto citado reflete as opiniões dos grandes senhores, os “sesudos”, nos embates sobre a guerra à Ceuta ocorridos no âmbito do Conselho Real, verdade é, que a opinião oposta, a dos

⁴²⁰ ZURARA, Gomes Eanes de . CTC. p. 20

⁴²¹ ZURARA, Gomes Eanes de . CTC. p. 40.

“mancebos”, acaba por compor junto com a primeira um sentimento novo de unidade que se exprime no coletivo, as *gentes do rregno*, variadas vezes utilizado nos capítulos da crônica, ou seja, a sua população unitária e univocamente considerada. neste caso, espelhando debates políticos sobre o devir do reino, isto é, do Estado.

Além disso, Zurara, em continuadas passagens, faz descrições dos lugares por onde os mareantes vão se achegando, ao longo do processo de descobertas e incorporação dos novos territórios africanos, dos quais se assenhoriaram os portugueses a partir da guerra de Ceuta. Nestas descrições, o cronista é, às vezes, bastante detalhista, o que não é quando se reporta à geografia já conhecida. A fauna e a flora destes novos territórios são descritas também sucintamente: “E assim ha aí outras muitas aves e alimarias e pescados em aquela terra, de que não curamos escrever compridamente as feições, porque seria azo de nos afastarmos longe de nossa historia.”⁴²²

Com relação à noção de territorialidade, em Zurara há um redirecionamento do sentimento de pertencimento à terra lusitana, quando analisamos a incorporação de novos territórios. As terras conquistadas são também terras portuguesas e, portanto, regidas pelas mesmas estruturas, o que implica em considerá-las como parte da “Nação dos Portuguezes”⁴²³ - advindo daí as implicações de amor à pátria, de obediência ao seu rei - onde não há um processo de desnaturalização, ou seja, de desligamento com o local onde se vive. Esta preocupação aparece quando da discussão do Conselho Real acerca da

⁴²² ZURARA, Gomes Eanes de. *CTC*. p. 254.

⁴²³ ZURARA, Gomes Eanes de. *CCPM*. p. 218.

manutenção da cidade de Ceuta. Um dos argumentos contrários à esta manutenção está na falta de gente para que se cumpra tal objetivo. A contra-argumentação acontece na seguinte direção:

“e quanto he á outra gente mais miuda melhor he, que os que vós mandais pera Castella com degredos, venham aqui servir [em Ceuta], e estar, que nos Regnos alhêos, **onde se desnaturam da terra**, e que taes hy ha, e andam os mais, que nunca a ella tornam.”⁴²⁴ [grifos meus].

Este trecho revela que, ao invés de mandar portugueses degredados à Castela, o rei deve mandá-los à Ceuta, terra portuguesa, onde não correm o risco de se *desnaturalizarem da terra*. Mesmo que não retornem à Península Ibérica, seu sentimento de pertencimento à nação portuguesa permanece, pois, continuam em terras portuguesas. Tem-se uma preocupação com a forjação de um sentimento de nacionalidade, ligado à definição do território português. Tal sentimento de nacionalidade advém, portanto, da incorporação de novos territórios e do mar.

Podemos afirmar com segurança que o mar, nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara, é:

- a) na *Crônica da Tomada de Ceuta* o mar é um espaço brumoso que se começa a descortinar a partir dos princípios cruzadísticos de conquista e expansão da fé cristã, *locus* privilegiado para exercício da índole belicosa de uma nobreza inquieta que anseia por conquistas territoriais e

⁴²⁴ ZURARA, Gomes Eanes de. CCPM. p. 229.

por privilégios destas decorrentes; por via de consequência, este mar não é ainda parte do reino e da coleção de símbolos imagéticos que suporão, mais tarde, os portugueses, como a eles pertencente. Todavia, nesta crônica, o mar é o lugar da glória do Infante D. Henrique, do rei e dos demais infantes e nobres que participam da guerra de Ceuta, nessa ordem de privilegiamento;

- b) na *Crônica da Guiné*, o mar aparece como o espaço em que se guerreia, é certo, mas, principalmente em que se vence paulatinamente a infinitude do desconhecido, tanto através da contemplação das estrelas, quanto pela sua reificação nos mapas e cartas de marear. É espaço ainda de previsão, de administração, de incorporação de terras novas, produtivamente. É espaço de assombro com a descoberta e familiarização com o outro - processo raramente concluído - detalhadamente exposto em crônicas, relatos de viagem, epopéias, tratados técnicos, etc. - materializações de um novo universo que virá a se incorporar a ecúmena desde então. Afinal, cantou Camões n'*Os Lusíadas*:

“Agora vedes bem, que, cometendo
 O duvidoso mar em lenho leve,
 Por vias nunca usadas, não temendo
 De Áfrico e Noto a força, a mais s’atreve:
 Que havendo tanto já que as partes vendo
 Onde o dia é comprido e onde é breve,
 Inclinarão seu propósito e perfia,
 A ver os berços onde nasce o dia.[...]

Estando o fado já determinado,
 Que tamanhas victórias tam famosas,
 Hajam os Portugueses alcançado
 Das indianas gentes bellicosas.”⁴²⁵

O mar na *Crônica da Guiné* é lugar ainda de sagesa, diligência, providência, magnanimidade e, por certo, espaço de glória, fama e nomeada do Infante D. Henrique;

c) por fim, nas *Crônicas do Conde D. Pedro e do Conde D. Duarte de Meneses*, o mar semelha novamente àquele da Tomada de Ceuta - extensão da cruzada, pela dificuldade de manutenção das áreas apresadas, da desforra para a reparação ao revés sofrido com a perda de D. Fernando, o Infante Santo. Novamente o mar da nobreza, dos feitos cavaleirescos e nobiliárquicos, ao gosto de D. Afonso V. O mar do assombro diante do outro, o infiel que, não obstante, vive uma prosperidade desconhecida dos portugueses. Um

⁴²⁵ CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Edição comentada e anotada por Francisco Sales de Lencastre. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1915. Canto I, p. 81-124.

mar que anuncia o trágico que revela a tragédia pessoal do Infante, pois este, como disse Zurara, deixou de sorrir desde a perda de D. Fernando. Mar assim cantado por Camões, em cores trágicas:

“No mar tanta tormenta e tanto dano!
Tantas vezes a morte apercebida!
Na terra tanta guerra, tanto engano,
Tanta necessidade avorrecida!
Onde póde acolher-se um fraco humano?
Onde terá segura a curta vida,
Que não se arme e se indigne o ceo sereno
Contra um bicho da terra tam pequeno?”⁴²⁶

O mar, por fim, que conta episódios do termo da vida do Infante e em que o vemos açodado na batalha, revelando comportamentos imprevidentes e temerários, à semelhança dos cruzados em Nicópolis, de certo modo contrariando os sentidos de sageza, providência e planificação que demonstrara em Ceuta e na Guiné.

Por isso, o enquadramento teórico necessário à configuração desta dissertação incide menos na questão do espaço, tomado *per se*, do que na valia que a mencionada categoria tem para compor a imagem do Infante D. Henrique.

O mar teria recebido uma atenção especial da corte portuguesa, o

⁴²⁶ *ibidem*. p. 152.

infante D. Henrique, o Navegador, seria figura central no nascimento dessa nova coleção de símbolos imagéticos, seu projeto inicial teria vingado, e esta seria sua maior glória, permanecer, ele próprio, como emblema dos novos tempos portugueses, onde o mar é espaço fundamental, não só no imaginário, mas também na vida econômica e material deste novo Portugal, sob o domínio seguro de uma dinastia centralizadora, e também nova.

Há que se notar que, o significado das menções ao mar em Zurara ainda é pouco explorado, e muito provavelmente a tese de Vânia Leite Fróes sobre a incorporação da espacialidade do mar, em Gil Vicente, encontra pelo menos em Zurara um precursor já que parece ter sido este autor quem inscreveu este espaço no imaginário português antes ainda que o dramaturgo. Todavia, um debate sobre esta primazia, assim como outros assemelhados, *impedita disceptatio est*, e, pois, não é fundamental em nossa dissertação, cujo objetivo essencial resulta em avaliar o caráter propagandístico, ou panegírico, da obra de Zurara sobre a persona de D. Henrique, o Navegador, monumento que permanece na memória.

CONCLUSÃO

Após um longo período de crises econômicas, sociais e de valores que atingiram indiscriminadamente as diversas regiões que hoje nos habituamos a denominar de *Europa*, constatamos um longo processo de recuperação, que no século XV influiu, por força da expansão ultramarina, resultando na consolidação desta realidade vária e, em sua expansão, em escala planetária.

Dentre os resultados da Expansão Européia, enumeram-se vários impactos culturais sobre complexos civilizacionais múltiplos, em processo do qual, todavia, não saiu imune a própria Europa, apesar do europeocentrismo firmemente instalado a partir de então no imaginário, seja do europeu continental, seja do europeu da diáspora, ou seja ainda, dos povos a estes submetidos. No que concerne a tais questões, em Portugal, o século XV foi indubitavelmente decisivo.

Assim, vemos que as narrativas de Zurara introduzem alguns destes temas de impacto no imaginário do europeu. Referimo-nos, especialmente àqueles resultantes dos contatos havidos entre a cristandade, notadamente a lusitana, com os muçulmanos, os do Magreb e os de outras regiões mais ao sul do litoral atlântico-africano e, principalmente, o

relato dos impactos causados pelos contatos com povos que nem eram cristãos e nem, tampouco, infiéis-mouros, senão que infiéis de outra natureza para os quais a política portuguesa elaborou as estratégias de catequese e evangelização para submetê-los, não descurando no entanto da guerra e da escravização, recursos para aproximá-los da cristandade, cuja síntese perfeita foi a **Cruz de Avis**, símbolo destes novos cruzados e agentes da colonização a que se lançará a monarquia lusitana na fase inicial de sua expansão imperial.

Neste século XV, vem a articular-se, com a definição territorial conseguida durante a Reconquista, e encerrada em Portugal em meados do século XIII, uma profunda homogeneidade lingüística. A língua foi essencial no forjamento das identidades portuguesas, porque foi quotidianamente utilizada para redigirem-se os textos legais e outros oficiais, como as crônicas, e ainda, a literatura e a poesia.

Também a definição territorial, de modo análogo, forjou o sentido de pertencimento a um espaço que se quis, desde então, “português”, o que se indica como resultado do processo de ampliação do sentido de ser português, a partir da incorporação de Ceuta e seus termos ao território da coroa portuguesa, por força da expansão ultramarina, aspecto que o cronista considerou como uma das maiores glórias do rei, e magistralmente sintetizou na expressão “acreçemtamento da rrealidade da sua coroa.”⁴²⁷

A ampliação do território no século XV, nas crônicas de Zurara, foi vista pelo autor como fruto da expansão, da conquista do mar, de territórios insulares e do litoral africano, processo descrito pelo cronista, nas suas diversas etapas, nestas obras.

⁴²⁷ ZURARA, Gomes Eanes de. *CTC*. p. 253.

Mas, por seu lado, uma vez que a língua portuguesa já estava praticamente consolidada, do texto das crônicas, todos os portugueses e principalmente a nobreza, que orbitava o Paço de Avis, poderiam obter conhecimento desde que soubessem ler, ou a eles tivessem, por qualquer motivo, acesso, seja por leitura direta, seja por as ouvir ler.

Vale frisar que, analisar a imagem do Infante Navegador, quer remontando-lhe as ações, quer identificando seus atributos segundo a ótica do cronista Zurara, constituiu-se num esforço de descodificação do Discurso do Paço, no qual a *Crônica da Tomada de Ceuta* pode, sem dúvida, ser considerada como uma das peças fundamentais nos processos de construção e consolidação do poder dos monarcas portugueses da Dinastia de Avis.

Implícitos nesta perspectiva teórica, restam dois aspectos principais. O primeiro é a concordância tácita de que o Discurso do Paço é discurso político que tem o Paço de Avis como lugar de enunciação, e ainda, que um tal discurso, compondo-se de peças variadas, teve por finalidade a legitimação do poder real, mas, também, o reforçamento do Estado Português, vetor da consolidação da nacionalidade lusitana. O segundo aspecto é corolário do primeiro: como discurso político, este Discurso do Paço pode ser decomposto em seus elementos constitutivos e recomendou a análise dos termos usualmente empregados por Zurara, seja para descrever a *persona* do Príncipe, os seus atributos, seja para identificar os temas em que puderam ser inscritas as ações desse príncipe.

As ações estudadas, correlacionadas às muitas virtudes ostentadas pelo príncipe, são a matéria mesma de que se valeu Zurara para a construção da imagem do

Infante D. Henrique, o Navegador. O estudo desta imagem revelou-se útil para as análises dos costumes e das formas de organização/administração do poder na corte lusitana, numa conjuntura especialíssima, de relativa estabilidade interna, essencial para o incremento do processo das navegações e descobrimentos ultramarinos, que só foi possível porque estava calcada na afirmação da autoridade de D. Afonso V. O poder deste jovem rei foi sustentado pela alta nobreza que, se esteve aglutinada em torno de D. Afonso, Duque de Bragança, teve como outro pólo, muito mais importante, o Infante D. Henrique, Duque de Viseu, súdito fiel e leal.

A imagem do Infante D. Henrique constituída na *Crônica da Tomada de Ceuta*, teve como modelo o rei de Avis. Todavia, foram acrescentadas à sua figura as imagens de empreendedor, administrador, de sábio e também de técnico. Estes aspectos, no entanto, são mais bem apreciados nas demais crônicas de Zurara porquanto todas elas referenciam um verdadeiro herói do Estado Nacional e do Império Ultramarino. Nesta imagem, os elementos medievais, como a justiça, a sabedoria e a honra foram entretecidos com os valores mais humanistas e renascentistas da glória, fama e riqueza.

Vemos assim, que no conjunto das narrativas de Zurara estão presentes elementos arcaizantes, porque típicos da cronística medieval portuguesa, postos ao lado de outros elementos, renascentistas. O conjunto assim formado aponta a direção da modernidade que em Portugal forjava-se pelas ações dos primeiros governantes avisinos. Se o processo então encetado logrou continuidade, ou não, é questão que foge aos propósitos e limites desta Dissertação examinar.

Observa-se, inclusive, que a construção de um corpus de conhecimentos postos ao serviço do Estado é associada ao herói navegador/empreendedor. Deste modo, a sabedoria produzida em Portugal é entendida como obra da dinastia, do rei, ou dos Infantes: honrados, cultos e heróis. Porém, o herói navegador reforça no universo das representações e do simbólico, não só a idéia de um Estado empreendedor e eficaz, como também retece a identidade nacional integrando o mar e os novos territórios conquistados ao Estado Português, engendrando um novo tipo de Casa Real a meio caminho entre o medieval e o moderno.

Em Portugal, no que concernia à organização do Estado, as fases de centralização do poder nas mãos dos monarcas alternavam-se com outras em que este poder se atomizava sob o controle das grandes casas da nobreza. Mas, nesse sentido, os reis da Dinastia de Avis tenderam a enfeixar os poderes em torno de sua casa, daí ser possível concluir-se que a glória dos monarcas - D. João I, D. Duarte e D. Afonso V - foi também a do Infante D. Henrique e vice-versa.

Dizer que **nenhum súdito é leal se o príncipe não é perfeito**, é assertiva que adquire pleno sentido quando se examina a eficácia e a perenidade das intervenções que logrou obrar o Infante D. Henrique ao longo dos três reinados em que pontificou sobre a nobreza lusa, verdadeiro coadjutor dos monarcas e regente aos quais esteve submetido como **súdito fiel e leal**. Assim, se a imagem deste príncipe pode ser pintada com cores tão nobres, é porque os governantes, seus superiores na hierarquia, eram, na visão de Zurara, mais que nobres, perfeitos, posto que receberam seus poderes do próprio Deus.

Mesmo por isso, vemos também, que a imagem do Infante é desenhada pelo cronista com as cores fortes como forte devia ser o elo por ele representado na corrente de compromissos feudo-vassálicos a interligar, pela vontade divina, reis a príncipes, estes a vassallos grandes, e estes aos demais vassallos; e assim, sucessivamente até os mais pobres, “*poboo meudo*”, da “*Nação dos Portuguezes*”. Elos, todos, da corrente de relações feudo-vassálicas que prefigura, já, o pacto social que, na modernidade, constituirá o Estado.

Entretanto, ocorreram modificações nos predicados que compunham a persona real por força das transformações sociais de fins da Idade Média que, num falso paradoxo, tanto construía a imagem real como mecanismo de afirmação do poder dos monarcas e, por extensão, da afirmação das nacionalidades e da soberania do Estado, como solapava, gradativamente, o poder da nobreza cavaleiresca, da qual este mesmo monarca é símbolo, dando azo também a que surgissem novas concepções de virtude por força de tais transformações.

Destas transformações, as que se referiam ao aumento do número de benefícios pagos à nobreza pelo rei, puderam ser entendidas como instrumentos de subordinação dos *grandes vassallos*, grupo social mais importante naquela quadra. Muito mais que privilégios, tais benefícios redundaram no esmorecimento do poder político daquele grupo, uma vez que foram empregados, no período, em substituição a outros privilégios, tais como o direito de aplicar a justiça, cobrar impostos de diversas naturezas e, principalmente, a capacidade de exercer poder *ipso facto* nos seus domínios, atribuições que foram concentradas nas mãos do monarca, conquanto lhe esvaziassem os cofres.

Má troca esta, porque nem sempre fora acompanhada da regularidade dos pagamentos por parte do rei. fato que, certamente, afligia os setores sociais que, vivendo da guerra feudal, tinham os seus rendimentos daí provenientes, como é o caso também dos cavaleiros e dos escudeiros, cujo maior interesse consistiu justamente nos saques, butins, resgates e tenças que pudessem auferir da parte do rei e dos grandes senhores e, mais tarde, também da burguesia comercial, que se aliara ao rei.

A narrativa de Zurara induz, além de todo o exposto, a reflexões e debates acerca da posição, papel, e contributo como obra literária, neste momento em que vai se individualizar a literatura portuguesa. Prazerosamente enveredaríamos por estas questões, não desbordassem elas dos objetivos e âmbito desta Dissertação no campo da História.

Mas há, mesmo que por hora, e sucintamente, alguns aspectos ressaltáveis no tocante à congruência história/literatura nos textos de Gomes Eanes de Zurara.

Preliminar destes é, que tais textos, estão a meio caminho entre o Medieval e o Moderno porque guardam elementos modelares e típicos da longa tradição literária, cujas matrizes são o pensamento bíblico, vétero e neo-testamentário e, ainda, o pensamento clássico greco-latino, além de também refletirem a produção literária, filosófica, parenética, ou também “pré-científica”, realizada ainda pelos medievais, porque se constrói sobre estruturas modelares da medievidade ibérica que circunscrevem o âmbito das ações dos cavaleiros cristãos cruzados da Reconquista.

Nestes textos, que seguem na linha da prosa construída pelos próprios príncipes de Avis, se representam ainda os textos relacionados à arte de administrar e de bem governar povos e gentes, não mais apoiados os governantes seus protagonistas nos

quadros da nobreza feudal mas, sim, naqueles provenientes da nova realidade populacional exprimida na maior importância que assumem os cidadãos e, dentre estes, a burguesia comercial donde provêm novos quadros em que se apoiam os governantes para a gestão do reino.

Mas esta já é outra história, a ser contada em oportunidade posterior.

Agora, cabe-nos afirmar que a imagem do Infante D. Henrique, tecida por Gomes Eanes de Zurara na *Crônica da Tomada de Ceuta*, foi eficaz, posto que perene, e perene porque adequada *pera espelho de todollos uiuos*.

BIBLIOGRAFIA

1 - Fontes Primárias

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica do Conde D. Pedro*. Continuada aa Tomada de Cepta, a qual mandou ElRey D. Affonso V deste nome, e dos Reys de Portugal XII. escrepver. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1792. v. 2. Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II. Publicado de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma academia, e Socio de varias outras.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica de D. Duarte de Meneses*. In: *Crônica do Conde D. Pedro*. Continuada aa Tomada de Cepta, a qual mandou ElRey D. Affonso V deste nome, e dos Reys de Portugal XII. escrepver. Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II. Publicado de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma academia, e Socio de varias outras. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1792. V. 2, cap. 27-39.

AZURARA, Gomes Eannes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*: Escrita por mandado de Elrei D. Affonso V, sob a direção scientifica e segundo as instruções do illustre Infante D. Henrique pelo chronista Gomes Eannes de Azurara; fielmente trasladada do manuscrito original contemporaneo, que se conserva na Bibliotheca Real de Pariz, e dada pela primeira vez á luz per diligencia do Visconde da Carreira, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de S. Majestade Fidelissima na corte de França; precedida de uma introducção, e illustrada com algumas notas, pelo Visconde de Santarém, sócio da Academia real das Sciencias de Lisboa, e de um grande numero d'Academias e Sociedades sabias em Hespanha, França, Italia, Inglaterra, Hollanda, Suecia, e America, etc.; e seguida d'um glossario das palavras e phrases antiquadas e obsoletas. Paris: J. P. Aillaid, 1841.

ZURARA, Gomes Eannes de. *Crônica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Publicada por ordem da Academia das Sciencias de Lisboa, segundo os manuscritos números 368 e 355 do Arquivo Nacional, por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Sciencias, 1915.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica dos Feitos de Guiné*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1949. vol.II - Texto; vol. I. *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara* por António J. Dias Dinis, (O. F. M.). Introdução à Crónica dos Feitos de Guiné.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica de Guiné*. Segundo o manuscrito de Paris. Modernizada. Lisboa: Livraria Civilização, 1972. Introdução, notas, novas considerações e glossário de José de Bragança.

2 - Obras Citadas

ACCORSI JÚNIOR, Paulo. “*Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa*”. A prosa civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438). Niterói, 1997. 191 p. Dissertação (Mestrado em História Medieval) - Universidade Federal Fluminense.

ABREU, Miriam Cabral Nocchi. *O Livro da Virtuosa Benfeitoria: um espelho das boas obras do rei*. A concepção de realeza e sociedade na obra de D. Pedro (1392-1449). Niterói, 1997. 135 p. Dissertação (Mestrado em História Medieval) - Universidade Federal Fluminense.

AQUINO, Tomás de, Santo. *Escritos Políticos de Santo Tomás de Aquino*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995. (Clássicos do Pensamento Político).

BARRETO, Luis Filipe. Gomes Eanes de Zurara e o problema da «Crónica de Guiné». *STVDIA*, Lisboa, n. 47, p. 311-369, 1989.

BARROS, José D'Assunção. *A Arena dos Trovadores: as representações das tensões sociais no cancioneiro medieval ibérico (1250-1340)*. Niterói, 1995. 554 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense..

BÍBLIA. N.T & V. T. Português. *Bíblia Sagrada*. Trad. de Antonio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Barsa, 1964.

BRAGANÇA, José de. Considerações preliminares à presente edição. In: ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica de Guiné*. Segundo o ms. de Paris. Modernizada. Introdução, notas, novas considerações e glossário de _____. Lisboa: Livraria Civilização Editora. 1972.

- CALDAS AULETE. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta. 1958. V. 2.
- CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1915. Edição comentada e anotada por Francisco Sales de Lencastre.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de. Literatura de Viagens. in: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, s.d. vol. IV: SIS-ZURARA e Adenda.
- CHEVALIER, J., GHEERBRANT, A. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1996.
- CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Paris: Angelo Francisco Carneiro Filho, 1854.
- COSTA, Ricardo Luiz Silveira da. *A Cruz do Santo Lenho do Marmelar: a permanência da mentalidade de cruzada no imaginário cavaleiresco ibérico durante a Reconquista portuguesa (séculos XII-XIV)*. Niterói, 1997. 173 p. Dissertação (Mestrado em História Medieval) - Universidade Federal Fluminense.
- CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CUNHA, Maria Cristina. A Ordem de Avis e a monarquia portuguesa até ao final do reinado de D. Dinis. *Revista da Faculdade de Letras*. História, série II. Porto. V. 12, p. 113-23, 1995.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994. 2. V.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FERREIRA, Roberto Godofredo Fabri. *O Papel do Maravilhoso na Construção da Identidade Nacional Portuguesa: análise do mito afonsino (Séc. XIII-XV)*. Niterói, 1997. 183 p. Dissertação (Mestrado em História Medieval) - Universidade Federal Fluminense.
- FRANÇA, Eduardo Nogueira. *O Poder Real em Portugal e as Origens do Absolutismo*. São Paulo, 1946. 362p. Tese (Doutoramento em História da Civilização Antiga e Medieval) Universidade de São Paulo.
- FRÓES, Vânia Leite. *Espaço e Sociedade em Gil Vicente: contribuição para um estudo do imaginário português (1502-1536)*. São Paulo, 1986. 218 p. Tese (Doutorado em História Medieval) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.

_____. *Era no Tempo do Rei: estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Niterói, 1995. 150 p. Tese (Concurso para Professor Titular em História Medieval) - Universidade Federal Fluminense.

GARIN, Eugenio. *O Zodíaco da Vida*. A polêmica sobre a astrologia do século XIV ao século XVI. Lisboa: Estampa, 1988.

_____. (dir.). *O Homem Renascentista*. Lisboa: Presença, 1991.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, s. d.

INSTITUTO PORTUGUÊS DO LIVRO. *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1985. V. 1.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL. COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Portugaliae Monumenta Africana*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993. V. 1.

LANCIANI, Giulia, TAVANI, Giuseppe, coord. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.

LE GOFF, Jacques. A Política Será Ainda a Ossatura da História? In: _____. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990.

LISBOA, Eugénio. coord. *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*. v. I: Lisboa: Publicações Europa-América, 1985.

LOYN, Henry R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

LUCAS, Maria Clara Almeida. *Hagiografia Medieval Portuguesa*. Lisboa: Ministério da Educação - Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. 1984.

MAGALHÃES, J. R. O Rei. In: MATTOSO, J. *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. V. 2: (No alvorecer da modernidade).

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1988.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Vida e Obra do Infante Dom Pedro*. Lisboa: Gradiva, 1996.

- MARQUES, João Martins da Silva. *Descobrimentos Portugueses*: documentos para a sua história, 1057-1147. Lisboa: Instituto Para a Alta Cultura, 1944. Suplemento ao volume 1.
- _____. *Descobrimentos Portugueses*: documentos para a sua história, 1147-1460. Lisboa: Instituto Para a Alta Cultura, 1944. V. 1.
- MATTOSO, José, (dir.). *História de Portugal*. A Monarquia Feudal: (1096-1480). Lisboa: Estampa, 1993. V. 2.
- MENDONÇA, Manuela. *D. João II*: Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal. Lisboa: Estampa, 1991.
- NEVES, Roberto de Souza. *Dicionário de Expressões Latinas Usuais*: 15.000 adágios, provérbios e máximas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- PAIVA, Dulce de Faria. *História da Língua Portuguesa*: II Século XV e meados do século XVI. São Paulo: Ática, 1988.
- PEREIRA, Francisco Maria Esteves. Vida e Obra de Gomes Eanes de Zurara. In: ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, segundo os manuscritos números 368 e 355 do Arquivo Nacional, por _____. Lisboa: Academia das Sciencias, 1915. p. LXVI e passim.
- PESSOA, Fernando. *O Eu profundo e os outros eus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Seleção poética, seleção e nota editorial de Afrânio Coutinho.
- PORTUGALIAE Monumenta Cartographica. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987. V. 1.
- REBELO, Luís de Sousa. *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*. Belo Horizonte: Livros Horizonte, 1983.
- ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. Estado - Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. V. 14.
- SANTA ROSA de VITERBO, Joaquim de, Frei. *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. Porto: Livraria Civilização, 1983. 2v.
- SARAIVA, António José, LOPES, Oscar. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1978 e 1979. 2. V.

SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, s.d. V. 4: SIS-ZURARA e Adenda.

SERRÃO, Joel Justiniano Batista, org. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhos, 1984.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*: Recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado. Lisboa: Typografia Lacérdina, 1813.

3 - Obras Consultadas

ACTAS do Congresso Histórico de Portugal Medieval. *Bracara Augusta: Revista Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga*. Braga:16 - 17, n. 39-40, p. 51-52, 1964.

ALBUQUERQUE, Luís. Science et humanisme dans la renaissance portugaise. *Colloque International D'Etudes Humanistes*. Tours, Actes du XXI^e, 1978. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1984.

_____. *As Navegações e a sua Projeção na Ciência e na Cultura*. Lisboa: Gradiva, 1987.

_____. *A Náutica e a Ciência em Portugal*: Notas sobre as navegações. Lisboa: Gradiva, 1989.

_____. Uma releitura de Azurara. *STVDIA*, Lisboa, n. 47, p. 417-438, 1989.

ALIGHIERI, Dante. *Da Monarquia*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

ALMEIDA, Angela Mendes de. *O gosto do pecado*: casamento, sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

AMEAL, João. *História de Portugal*: das origens até 1940. 5. ed. Porto: Tavares Martins, 1962.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984.

AQUINO, S. Tomás de. Do Reino ou Do Governo dos Príncipes. Ao Rei de Chipre. In: _____. *Escritos Políticos de Santo Tomás de Aquino*. Petrópolis: Vozes, 1995.

- _____. A Fé. In: *Tomás de Aquino*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).
- ARENDT, Hanna. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. Religião e Política. In: _____. *A Dignidade da Política*. Ensaios e Conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dir.). *História da Vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991-2. V. 2 e 3.
- ARNOLD, David. *A Época dos Descobrimentos: 1400-1600*. Lisboa: Gradiva, s.d.
- ATKINSON, W. C. *Histoire D'Espagne et du Portugal*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1965.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal Económico: esboços de História*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1973.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BAECHLER, Jean. HALL, J. A. & MANN, M (org.) *Europa e Ascensão do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- BANDEIRA, Manuel. *Literatura Hispano-Americana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- _____. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.
- BARBOSA, João Moraes. *O "De Statu et Planctu Ecclesiae"*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982.
- BARRAL I ALTET, Xavier. *História da Arte*. Campinas: Papirus, 1994.
- BARRETO, Luis Filipe. *Descobrimentos e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.
- _____. *Caminhos do Saber no Renascimento Português: Estudos de História e Teoria da Cultura*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.
- _____. *Portugal: pioneiro do diálogo Norte/Sul*. Lisboa: Conselho da Europa-Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

- _____. *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber: Uma análise sócio-cultural*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- BARROS, João de. *O Descobrimento do Caminho da Índia*. Lisboa: Sá da Costa, 1935. Livro IV da Década I. Prefácio e notas de António Sérgio. (Coleção Clássicos do Estudante).
- BAYER, Raymond. *História da Estética*. Lisboa: Estampa, 1979.
- BEIRANTE, Maria Ângela. *As Estruturas Sociais em Fernão Lopes*. Belo Horizonte: Livros Horizonte, 1984.
- BELL, Aubrey F. G. *Fernão Lopes*. Lisboa: José Ribeiro, 1986.
- _____. *Gomes Eanes de Zurara e o nascimento do discurso historiográfico de transição*. In: _____. *Descobrimentos e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.
- BERARDINELLI, Cleonice. *Estudos de Literatura Portuguesa*. Vila da Maia: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BERWANGER, Ana Regina. *Noções de Paleografia e de Diplomática*. 2. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 1985.
- BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- BLOCH, Marc. *Introducción a la Historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.
- _____. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- _____. *Los Reyes Taumaturgos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOXER, C. R. *A Índia Portuguesa em Meados do Século XVII*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- _____. *O Império Colonial Português: 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- _____. Henrique, o Navegador, Infante Dom. In: LOYN, Henry, R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- BRAGA, Teófilo. *Romanceiro Geral Português*. Lisboa: VEGA, 1982. 3. V.

- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material e Capitalismo: Séculos XV- XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3. V.
- BREUE Summario dos Reys de Portvgal, desdo primeyro Rey Dom Afonso Anriquez atee el Rey Joam ho terceyro nosso senhor que hora reyna. Edição fac-similada. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. 1981.
- BROCHADO, Costa. *Historiógrafos dos Descobrimentos*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- BURGUIERE, André. A Antropologia Histórica. In: LE GOFF, J. (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BURKE, Peter, org. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP. 1992.
- _____. *A Arte da conversação*. São Paulo: UNESP, 1995.
- CAMÕES, Luís Vaz de. *Sonetos*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América. 1975. Prefácio e notas de Maria de Lurdes Saraiva.
- CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1995.
- CARDAILLAC, Louis. *Toledo, séculos XII-XIII*. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1992.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro S.A., 1961. V. 1.
- CARVALHO, J. de. *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949. V. 1.
- CASTRO, Armando. *Teoria do Sistema Feudal e Transição para o Capitalismo em Portugal*. Lisboa: Editoprial Caminho, 1987.
- CASTRO, Sílvio. *A Carta de Pero Vaz de Caminha: o descobrimento do Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- CENTENO, Y. K. *Literatura e Alquimia: ensaios*. Lisboa: Presença, 1987.
- CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama, LOPES, Marcos Antônio. *A Europa na Idade Moderna: sociedade, cultura, mentalidades*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

- CERVO, Amado Luiz. *Contato entre civilizações: a conquista da América como serviço de Deus e de sua Majestade (1442-1548)*. São Paulo: McGraw-Hill, 1975.
- CHANDEIGNE, Michel, org. *Lisboa Ultramarina: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses - 1415-1580*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- _____. *Libros, lecturas e lectores en la Edad Moderna*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- CHÂTELET, F., DUHAMEL, O., PISIER-KOUCHNER, E. *História das Idéias Políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- CHAUNU, Pierre. *Sevilha e a América nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: DIFEL, 1980.
- _____. *Conquista e Exploração de Novos Mundos*. São Paulo: Pioneira, 1984.
- _____. *Expansão Européia*. São Paulo: DIFEL, 1978.
- CIDADE, Hernani. *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina: as idéias; os factos; as formas de arte*. 2. ed. Coimbra: Arménio Amado, Editor - Coimbra, 1963. V. 1.
- _____. *Lições de Cultura e Literaturas Portuguesas: séculos XV, XVI, e XVII*. 5. ed. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, 1968. V. 1.
- CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de Símbolos*. São Paulo: Moraes, 1984.
- CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- COELHO, Filomena Lopes. *O Espaço e a História: Cartografia dos Topónimos da Crónica de 1419*. Porto: Livraria Cruz-Braga, 1985. Separata de Estudos Medievais, números 5/6 - 1984-85
- COELHO, J. M. LATINO. *Vasco da Gama*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1985.
- COLOMBO, Cristóvão. *Diários da Descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- CONTENTE, F. D., BARRETO, L. F. *A Abertura do Mundo: Estudos de história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Presença, 1987. 2. V.
- CORTESÃO, Jaime. *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses*. Belo Horizonte: Livros Horizonte, 1984.

- _____. *História da Expansão Portuguesa: obras completas*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993. V. 4.
- _____. *Influência dos Descobrimentos Portugueses na História da Civilização*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993.
- COSTA, Manuel Fernandes. *Assim nasceu Portugal*. Rio de Janeiro: Casa da Medalha Ltda., s.d.
- COUTINHO, Carlos Viegas Gago. *A Náutica dos Descobrimentos*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1951. V. 1-2. (Obra póstuma, organizada e prefaciada pelo Comandante Moura Braz).
- COUTINHO, Gago, Almirante. *A Náutica dos Descobrimentos: os descobrimentos marítimos vistos por um navegador*. Lisboa: Agência Geral de Ultramar, 1951. 2. V.
- DAMIÃO PERES. *História dos Descobrimentos Portugueses*. Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1959
- DANTAS, Júlio. *Pátria Portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1914.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna: oito ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DE BONI, Luis Alberto (org.). *Idade Média: ética e política*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1984. 2 V.
- DIAS, Augusto Epiphany da Silva. *Syntaxe Historica Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1970.
- DIAS, J. J. Alves, MARQUES, A. H. Oliveira., RODRIGUES, T.F. *Album de Paleografia*. Lisboa: Estampa, 1987.
- DIFFIE, Bailey W. *Prelúdio ao Império: navegações e Comércio Pré-Henriquinos*. Lisboa: Teorema/O Jornal, 1989.
- DINIS, Antônio J. Dias (O. F. M.). *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1949. V. 1. (Introdução à Crónica dos Feitos de Guiné).
- DISNEY, A. R. *A Decadência do Império da Pimenta: comércio Português na Índia no início do século XVII*. Lisboa: Edições 70, 1981.

DOMINGUES, Francisco Contente e BARRETO, Luis Felipe, org. *A Abertura do Mundo: estudos de história dos descobrimentos europeus*. v. I e II. Lisboa: Presença, 1986.

DÓRIA, A. Álvaro. A descoberta do Atlântico. *Bracara Augusta: Revista Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga*. Braga: 31, n. 71-72, p. 83-84, 1977.

DOYLE, William. *O Antigo Regime*. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios).

DREYER-EIMBCKE, Oswald, *O Descobriemento da Terra: História e histórias da aventura cartográfica*. São Paulo: Melhoramentos, 1992.

DUBOIS, Jean el al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1997.

DUBY, Georges. *As três Ordens ou O Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.

_____. *Guilherme Marechal: ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

_____. *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. *A Sociedade Cavaleiresca*, São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *Idade Média, Idade dos Homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, s.d.

_____. *O Tempo das Catedrais. Arte e Sociedade. 980 - 1420*. Lisboa: Estampa, 1988.

DUBY, Georges, PERROT, Michelle. dir. *História das Mulheres*. Porto: Afrontamento; São Paulo, Ebradil. 1993-4. V. 2-3.

DUBY, Georges, LACLOTTE, Michel. *História Artística da Europa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. V. 1.

ECO, Umberto. *Sobre os Espelhos e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

_____. *A Arte e Beleza na Estética Medieval*. Rio de Janeiro: Globo, s.d.

_____. *Viagem na Irrealidade Cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ELIADE, Mircea. *Tratado de Historia de las religiones*. Paris: Éditions Payot, 1964.

_____. *Ferreiros e Alquimistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Estampa, 1987.

_____. *Sobre el Tiempo*. Madri: Fondo de Cultura Económica. 1989.

ESPINOZA, Fernanda, org. *Antologia de Textos Históricos Medievais*. Lisboa: Sá da Costa, 1976

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Globo, 1976. V. 1.

FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. São Paulo: Scritta, 1995.

FERNÃO LOPES. *Quadros da Crónica de D. João I*. Lisboa: Sá da Costa, 1977. Seleção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa.

FERREIRA, Joaquim. *Texto Anotado de Fernão Lopes*. Porto: Domingos Barreira, 1940.

FISCHER, Ernst. *A Necessidade da Arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

FLECHOR, M. H. O. *Abreviaturas*, manuscritos dos séculos XVI ao XIX. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

FOURQUIN, Guy. *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1970.

FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. *O Poder Real em Portugal e as Origens do Absolutismo*. São Paulo, 1946. 362 p. Tese (Doutorado em História da Civilização Antiga e Medieval) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Universidade de São Paulo.

FRAZER, Sir James George. *O Ramo de Ouro*. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1982.

FREYRE, Gilberto. *O Luso e o Trópico*. Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o Luso-Tropical. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

_____. *Alhos e Bugalhos*. Ensaio sobre temas contraditórios: de Joyce à cachaça; de José Lins do Rego ao cartão-postal. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

FRÓES, Vânia Leite. *A Identificação de um país*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 299-316, 1988.

_____. (org.) *Cultura e Imaginário no Ocidente Medieval*. *Arrabaldes: cadernos de História*. Série I. Niterói, 1996. p. 1-116.

- GARELLI, Paul. *Oriente Próximo asiático: impérios mesopotâmicos. Israel*. São Paulo: Pioneira:Editora da USP, 1982.
- GARIN, Eugenio. *Idade Média e Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1989.
- _____. *Ciência e Vida Civil no Renascimento Italiano*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- GARRET, Almeida. *Camões*. Porto: Lello & Irmão. s.d.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750 - 1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GIMPEL, Jean. *A Revolução Industrial da Idade Média*. Lisboa: Europa-América, 1976.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1985.
- _____. *Indagações Sobre Piero: o batismo - o ciclo de Arezzo - a flagelação*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1991.
- GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do Maravilhoso: O novo mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, org. *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1956. V. 3.
- _____. *Ensaio sobre História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1968. V. 2.
- _____. *Os descobrimentos e a Ordem Mundial*. Lisboa: Presença, 1982. 3. V.
- _____. *Innovation et changement au XV^e et au XVI^e SIÈCLES*. In: *Colloque International D'Etudes Humanistes*. 21, Tours, 1978. Actes du XXI^e. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1984.
- GOMBRICH, E. H. *A História da Arte*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1993.
- GOMES FILHO, Antônio, org. *Um Tratado da Cozinha Portuguesa no Século XV*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Depto. Nacional do Livro, 1994.

- GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos Séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981.
- GUERREAU, Alain. *O Feudalismo: um Horizonte Teórico*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- GUERREIRO, Bartolomeu, Padre. *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1966.
- HALE, John R. *Dicionário do Renascimento Italiano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- HAUSER, Arnold. *Historia Social de la Literatura y el Arte*. Madrid: Guadarrama, 1969. V. 1.
- HEERS, Jacques. *O Trabalho na Idade Média*. Paris: Publicações Europa-América, 1965.
- _____. *O Ocidente nos Séculos XIV e XV: Aspectos econômicos e sociais*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981.
- _____. *Escravos e Domésticos na Idade Média no Mundo Mediterrâneo*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- HELLER, Agnes. *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Presença, 1982.
- _____. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- HERCULANO, Alexandre. *Eurico o Presbítero*. 3 ed. São Paulo: DIFEL, 1971
- _____. *Lendas e Narrativas*. 28. ed. Rio de Janeiro: Livraria Bertrand. s.d. V. 1.
- _____. *História de Portugal*. Lisboa: Ulmeiro, 1980. V. 1 a 7.
- HESPANHA, Antônio Manuel. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime: Colectânea de Textos*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, s.d.
- HOLMES, George. *A Europa na Idade Média: 1320-1450: Hierarquia e Revolta*. Lisboa: Presença, 1975.
- HUIZINGA, Johan. *O Declínio da Idade Média*. São Paulo: Verbo, 1978.
- _____. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes. 1992.

- INÁCIO, Inês C., LUCA, Tânia Regina de. *O Pensamento Medieval*. São Paulo: Ática, 1994.
- KANTOROWICZ, Ernst H. *Los dos cuerpos del rey: un estudio de teología política medieval*. Madrid: Alianza Editorial, 1957.
- KAYSERLING, Meyer. *História dos Judeus em Portugal*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1971.
- KITAGAWA, Joseph M. *Metodologia de la Historia de las religiones*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1986
- KOYRÉ, Alexandre. *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- LAPA, M. Rodrigues. *Lições de Literatura Portuguesa: época medieval*. Coimbra: Coimbra Editora, 1973.
- LARIVAILLE, Paul. *A Itália no Tempo de Maquiavel*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LAURIOUX, Bruno. *A Idade Média à Mesa*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1989.
- LEITE, Serafim. *Novas Páginas de História do Brasil*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1962. V. 7.
- LE GOFF, Jacques. *Para um Novo Conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1979.
- _____. *Mercadores e banqueiros na Idade Média*. Lisboa: Gradiva, 1982.
- _____. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. V. 1-2.
- _____. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- _____. *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____, org. *A História Nova*. 2.ed.. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- _____. *A bolsa e a vida*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. *Os Intelectuais na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estúdio Cor, s.d.

- LE ROY LADURIE, Emanuel. *O Estado Monárquico*: França, 1460-1610. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LESTRINGANT, Frank. *L'atelier du cosmographe ou l'image du monde à la Renaissance*. Paris: Albin Michel, 1991.
- LEVI, Giovanni, SCHMITT, Jean-Claude, org. *História dos Jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. V. 1. (Da Antiguidade à Era Moderna).
- LIBERA, Alain de. *A Filosofia Medieval*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990
- LINS, Álvaro, HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Roteiro Literário de Portugal e do Brasil*: antologia da Língua Portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.
- LIVRO dos Conselhos de El-Rei D.Duarte. (Livro da Cartuxa). Edição Diplomática. Lisboa: Estampa, 1982. (Transcrição de João José Alves Dias. Introdução de A. H. de Oliveria Marques e João José Alves Dias. Revisão de A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues).
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Processo Administrativo Ibero-Americano*: aspectos sócio-econômicos - Período Colonial. Rio de Janeiro: Biblex, 1962.
- LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Lisboa: Livraria Civilização, 1990 e 1991. 2. V.
- LOPES, Marcos Antônio. *A Imagem da Realeza*: simbolismo monárquico no Antigo Regime. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. *O Absolutismo*: política e sociedade na Europa Moderna. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Tudo é História).
- _____. *A Política dos Modernos*: história das idéias e imaginário político na Idade Clássica e no Século das Luzes. Cascavel: Edunioeste, 1997.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MAINGUENEAU, Dominique. *O Contexto da Obra Literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1985. (Coleção Leitura e Crítica).
- MARGARIDO, Alfredo. La vision de l'autre (africain et indien d'Amerique) dans la renaissance portugaise. In: *Colloque International D'Etudes Humanistes*. 21, Tours, 1978. Actes du XXI^E. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1984.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Ensaio de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Vega, 1980.

_____. *Estudos de História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1983. 2. V.

_____. *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos da vida quotidiana*. Lisboa: Sá da Costa, 1987.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Origem e Desenvolvimento da Cartografia Portuguesa na Época dos descobrimentos*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. s.d.

_____. *Portugal e o Descobrimento do Atlântico: síntese e cronologia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.

MARQUES, José. Relações económicas do norte de Portugal com o reino de Castela, no século XV. *Bracara Augusta: Revista Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga*. Braga: V. 32, n. 73-74, p. 85-86, 1978.

_____. A Igreja no mundo do Infante D. Henrique. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Série II. Porto V. 12, p. 183-230, 1995.

MARTINS, Oliveira. *Os Filhos de D. João I*. Lisboa: Guimarães, 1983.

_____. *Portugal nos Mares*. Lisboa: Ulmeiro, 1984. V. 1.

MATOS, Luis de. L'Expansion portugaise dans la littérature latine de la renaissance. In: *Colloque International D'Etudes Humanistes*. 21, Tours, 1978. Actes du XXI^e. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais. 1984.

MATOSO, António G. *História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1939. V. 1-2.

MATTOSO, José. *Narrativas dos Livros de Linhagem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

_____. *Portugal Medieval: novas interpretações*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

_____. *Identificação de um país: ensaios sobre as origens de Portugal, 1096-1325*. Lisboa: Estampa, 1986. V. 1-2.

_____. Breves Reflexões Sobre o Início dos Descobrimentos. In: _____. *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Estampa, 1987.

_____. *A Nobreza Medieval Portuguesa: a família e o poder*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1987.

- _____. *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Estampa, 1987.
- _____. Exemplo. In: LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe, coord. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.
- _____. dir. *História de Portugal*. No Alvorecer da Modernidade: (1480-1620). V. III. Lisboa: Estampa, 1993.
- MAURO, Frédéric. *Nova História e Novo Mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. *A Expansão Européia*. Lisboa: Estampa, 1988.
- MAURO, Frédéric, WOLFF, Philippe. *Historia General del Trabajo: la epoca del artesanato*. Mexico: Ediciones Grijalbo, s.d.
- MELO, William Agel de. *Dicionário Português-Galego*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1985.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MICELI, Paulo. *O Ponto Onde Estamos: Viagens e viajantes na história da expansão e da conquista- Portugal, séculos XV-XVI*. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- MICHELET, Jules. *A Agonia da Idade Média*. São Paulo: EDUC, Imaginário, 1992.
- MIRANDA, José Fernando. *Da Idade Média ao Humanismo*. Porto Alegre: Sagres, 1987.
- MOISÉS, Massaud. *A Literatura Portuguesa através dos textos*. São Paulo: Cultrix, s.d.
- MOLLAT, Michel. *Los Exploradores del Siglo XVI: primeiras miradas sobre nuevos mundos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- _____. *Os Pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- MONTEIRO, Clóvis. *Português da Europa e Português da América: aspectos da evolução de nosso idioma*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *Francisco Sanches na Renascença Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1953.
- MORENO, Humberto Baquero. O Poder Real e as Autarquias Locais no Trânsito da Idade Média para a Idade Moderna. *Revista da Universidade de Coimbra*. Coimbra, v. 30, p. 369-394, 1983.

- _____. *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI: estudos de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- _____. O Valor da Crônica de Zurara Sobre a Conquista de Ceuta. in: DOMINGUES, Francisco Contento e BARRETO, Luís Filipe. *A Abertura do Mundo*: Lisboa: Presença, 1987. V. 2.
- _____. Exilados, Marginais e Contestários na Sociedade Portuguesa Medieval: estudos de História. Lisboa : Presença, 1990
- _____. Conflitos em Loulé entre os Barretos e os seus opositores no século XV. *Revista da Faculdade de Letras*. História. Série II, V. 12, p. 125-133, 1995.
- _____. O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas. *Revista da Faculdade de Letras*. História. Série II, V. 12, p. 135-150, 1995.
- MOTA, Avelino Teixeira da. *Mar, Além Mar: estudos e ensaios de História e Geografia*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972. V. 1.
- MOTA, Isabel Maria H. F. da. A Imagem do Rei na História Genealógica da Casa Real Portuguesa. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 11, p. 103-111, 1989.
- MOUSNIER, Roland. *La Monarquia absoluta en Europa del siglo V a nuestros dias*. Madrid: Tavares, 1986.
- MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- NASCIMENTO, Manoel, CARVALHO, Dolores Garcia. *Gramática Histórica*. São Paulo: Ática, 1965.
- OLDENBOURG, Zoé. *As Cruzadas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- OLIVEIRA, Céurio. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1983.
- PASTOREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda: França e Inglaterra, séculos XII e XIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- PEREIRA, João Cordeiro, et al. *Estudos de História de Portugal. Séculos XVI-XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983. V. 1-2.
- PERES, Damião. *História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1959.
- PESAVENTO, Sandra J, coord. *500 anos de América: imaginário e utopia*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

- PINA, Ruy de. *Chronica d'El Rei Dom João II*. Lisboa: Academia Real das Sciencias. 1792. Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II. Publicado de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra.
- PIMPÃO, A. J da Costa. *Cronica dos Feitos de Guiné*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1942.
- POLO, Marco. *O Livro das Maravilhas: a descrição do mundo*. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1994.
- QUEIRÓS, Silvio Galvão de. *Mirabilia et Opus*. In: FERRAZ, F. C. A., RIBEIRO, S. Y. G. T., QUEIRÓS, S. G. *Documentos em História: do fragmento à totalidade*. Coletânea de Documentos Históricos para o Ensino de I-II Graus. Cascavel: Editora da UNIOESTE, 1997.
- RANGLES, W. G. L. *Da Terra Plana ao Globo Terrestre: uma rápida mutação epistemológica*. (1480-1520). Lisboa: Gradiva, 1980.
- _____. *Modeles et obstacles epistemologiques: Aristote, Lactance et Ptolomee a l'époque des decouvertes*. In: *Colloque International D'Etudes Humanistes*. 21, Tours, 1978. Actes du XXI^e. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1984.
- RAU, Virgínia. *Estudos de História Medieval*. Lisboa: Presença, 1986.
- RAYNOR, Henry. *História Social da Música*. Da Idade Média à Beethoven. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- REAL, Regina M. *Dicionário de Belas-Artes*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1992. 2. V.
- REPERTÓRIO BIBLIOGRÁFICO NACIONAL DE OBRAS DOS SÉCULOS XV E XVI. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1989.
- RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973.
- ROMANO, Ruggiero, TENENTI, Alberto. *Los Fundamentos Del Mundo Moderno, Edad Media tardía, Renacimiento, Reforma, História Universal Siglo veintiuno*. Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1971. V. 12.
- _____. *Mecanismos da Conquista Colonial: os conquistadores*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ROSENFELD, Katharina Holzemayr. *A História e o Conceito na Literatura Medieval: problemas de estética*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

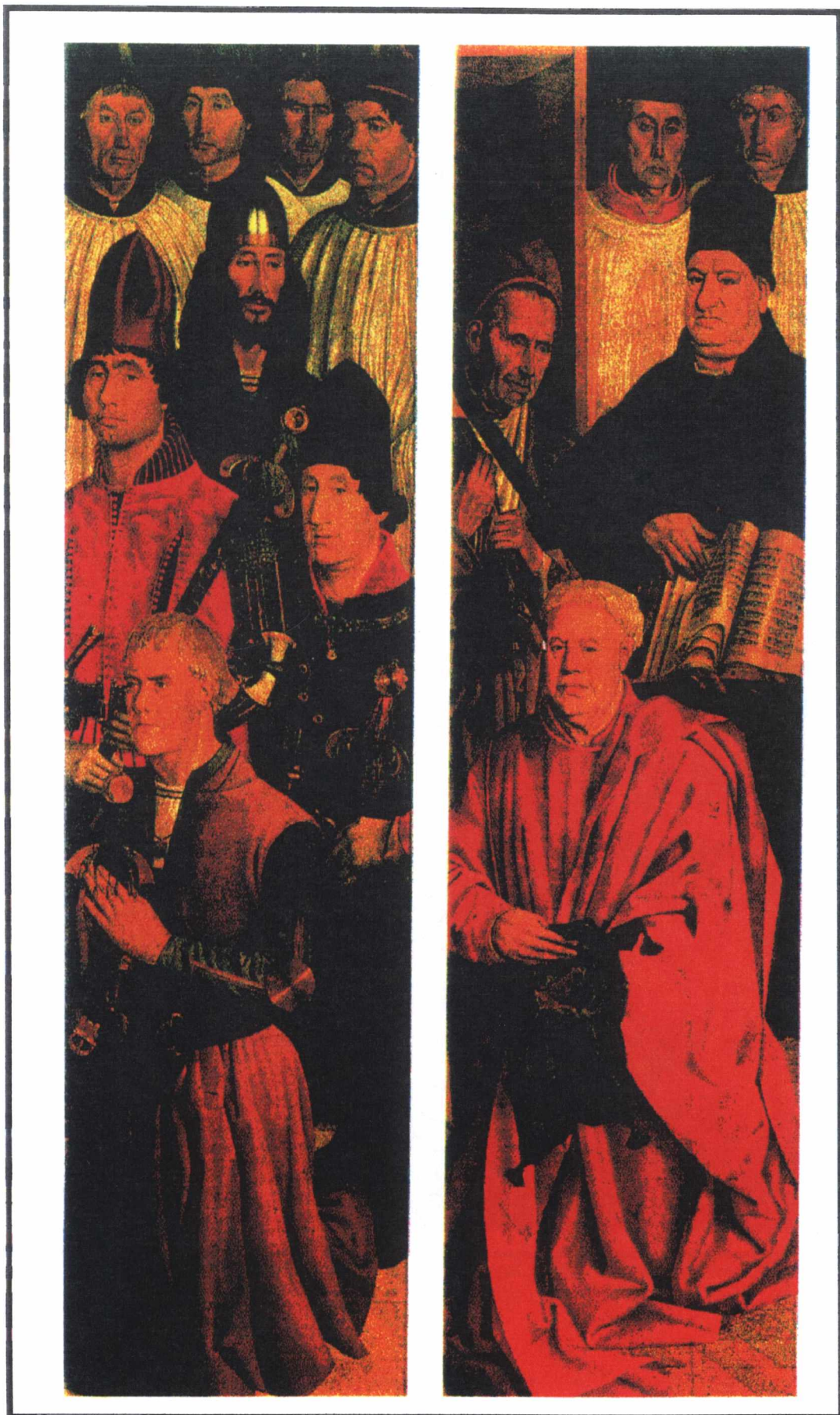
- SALLES, Ricardo C. *O Legado de Babel: as línguas e seus falantes*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.
- SANTAREM, Visconde de. *Introdução e Notas*. In: ZURARA, G. E. *Chronica (...)* de Guiné. Paris: Aillard, 1841.
- SANTOS, Eugênio dos. *O Brasil Pombalino na Perspectiva Iluminada de um Estrangeirado*. Série II. Porto. Separata da Revista da Faculdade de Letras. V. 8., p. 75-105, 1991.
- SANTOS, Maria Emília Madeira Santos. *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*. Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978.
- SARAIVA, António José, LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, Limitada, 1978.
- _____. *Para História da Cultura em Portugal*. 5. ed. Lisboa: Livraria Berltran, 1882. 2. V.
- _____. *Gil Vicente e o Fim do Teatro Medieval*. Lisboa: Gradiva, 1992.
- SARAIVA, José Hermano. *Formação do Espaço Português*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional/Direção Geral do Ensino Primário, 1970.
- SCHILLING, Kurt. *História das Idéias Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966..
- SCIACCA, Michele Federico. *História da Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1967. V. 1.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *História do Falar e História da Linguística*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- SELVAGEM, Carlos. *Infante D. Henrique: Cavaleiro de Cristo*. Lisboa: Editorial Notícias, s.d.
- SÉRGIO, Antônio. *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*. Obras Completas. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974. (Organizada por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira).
- _____. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Obras Completas. Lisboa: Sá da Costa, 1985.
- SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo: Atual; Campinas, SP : Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- SICHEL, Edith. *O Renascimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1963.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Alexandre Herculano: o historiador*. Rio de Janeiro: AGIR, 1977.

- SILVA, Rosa Virginia Mattos. *O Português Arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto: Salvador: Ed. UFB, 1991.
- SOUZA, José Antônio de C. R., org. *O Reino e o Sacerdócio: o pensamento político na Alta Idade Média*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- SPENCE, Jonathan D. *O Palácio da Memória de Matteo Ricci*. A História de uma viagem: da Europa da Contra-Reforma à China da Dinastia Ming. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 1992.
- STARN, Randolph. Vendo a cultura numa sala para um príncipe renascentista. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- STAROBINSKY, Jean. Literatura. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. *História, Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- STAYER, Joseph R. *As Origens Medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Gradiva, s.d.
- TAVARES, Jane Santos. O papel da sociedade portuguesa no Leal Conselheiro. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros, org. *Anais da II Semana de Estudos Medievais*. Brasília: UnB, 1994.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Os Judeus em Portugal no século XV*. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 1992. V. 1.
- THOMAZ, Luis Filipe F. R. Expansão portuguesa e expansão européia - reflexões em torno da génese dos descobrimentos. *STVDIA*, Lisboa, n. 47, p. 371-415, 1989.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e Poética*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.
- _____. *As Estruturas Narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- TORRES, J. C. Brum. *Figuras do Estado Moderno: elementos para um estudo histórico-conceitual das formas fundamentais de representação política no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1989.

- TOUCHARD, Jean. *Historia de las Ideas Politicas*. Madrid: Editorial Tecnos, 1972
- TUCHMAN, Barbara W. *Um Espelho Distante : o terrível século XIV*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- UNIVERSIDADE do Porto. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Série II. Porto, V. 12, 1995
- URE, John. *Dom Henrique: o navegador*. Brasília: UnB, 1985.
- WHITROW, G.J. *O Tempo na História. Concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Novos Tempos?*. Lisboa: Edições 70, s.d.
- _____. *O Despertar da Europa*. Lisboa: Ulisseia, 1973.
- VALENSI, Lucette. *Fábulas da Memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Rio de Janeiro: 1994.
- VIEGAS, Valentino. *Cronologia da Revolução de 1383-1385*. Lisboa: Editorial e Estampa, 1984.
- VITERBO, Francisco Marques de Sousa. *Trabalhos Náuticos dos Portugueses: séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1988.
- ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a Voz: a Literatura Medieval*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

ANEXOS

Figura 2: Retrato presumível do cronista Gomes Eanes de Zurara no *Políptico de Nuno Gonçalves*.



Fonte: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, s. d.

Figura 3 : D. João I num retrato do século XV (Museu Nacional de Arte Antiga).



Fonte: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1979. V. 2,; p. 256.

Figura 4: Retrato de D. Henrique no *Políptico de Nuno Gonçalves*.



Fonte: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, s. d. p. 434.

Figura 5: Retrato de D. Afonso V.



Fonte: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, s.d. V. 2, p. 507.

Figura 6: Prólogo da Crônica da Tomada de Ceuta, de Gomes de Zurara.

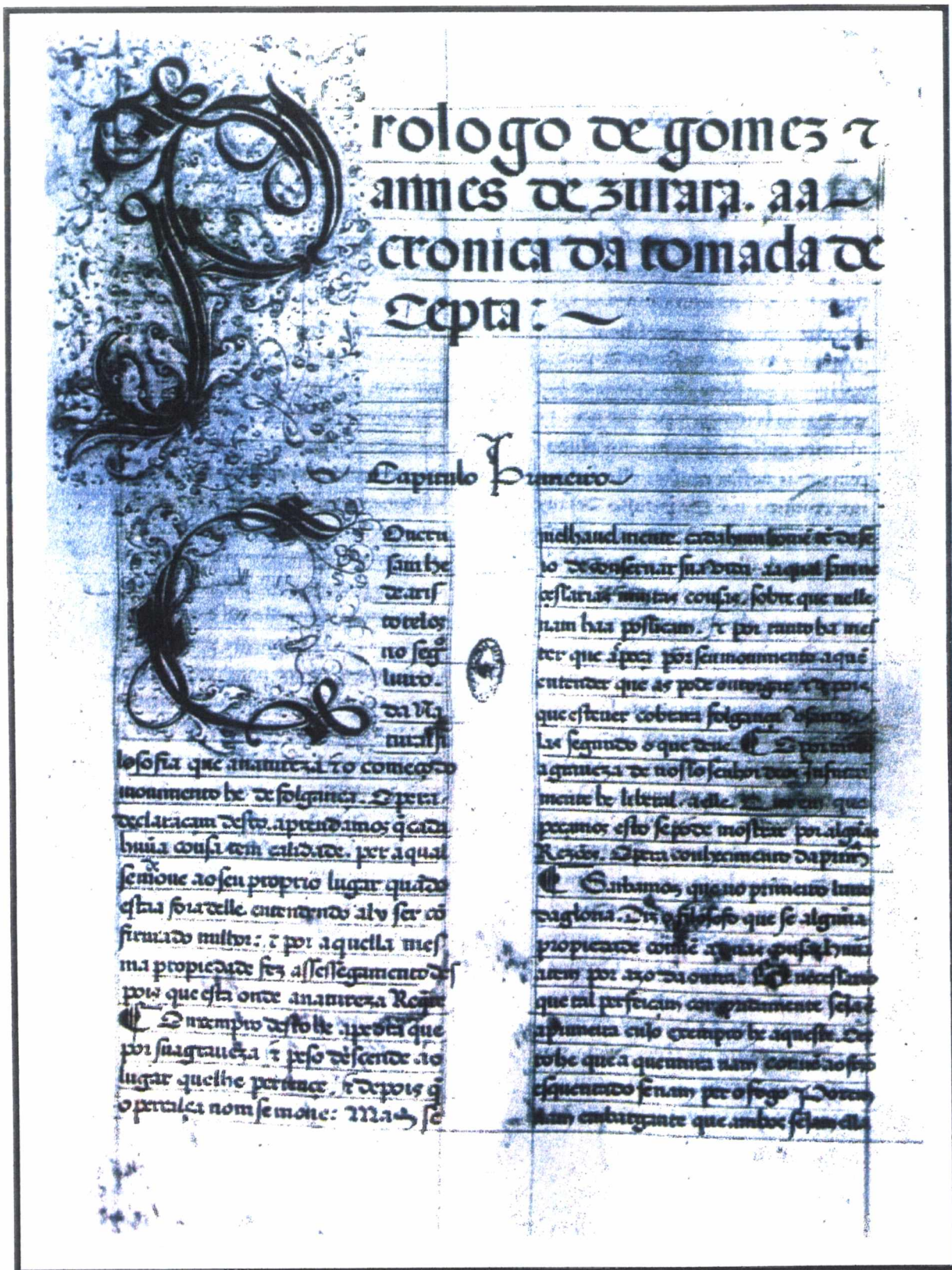
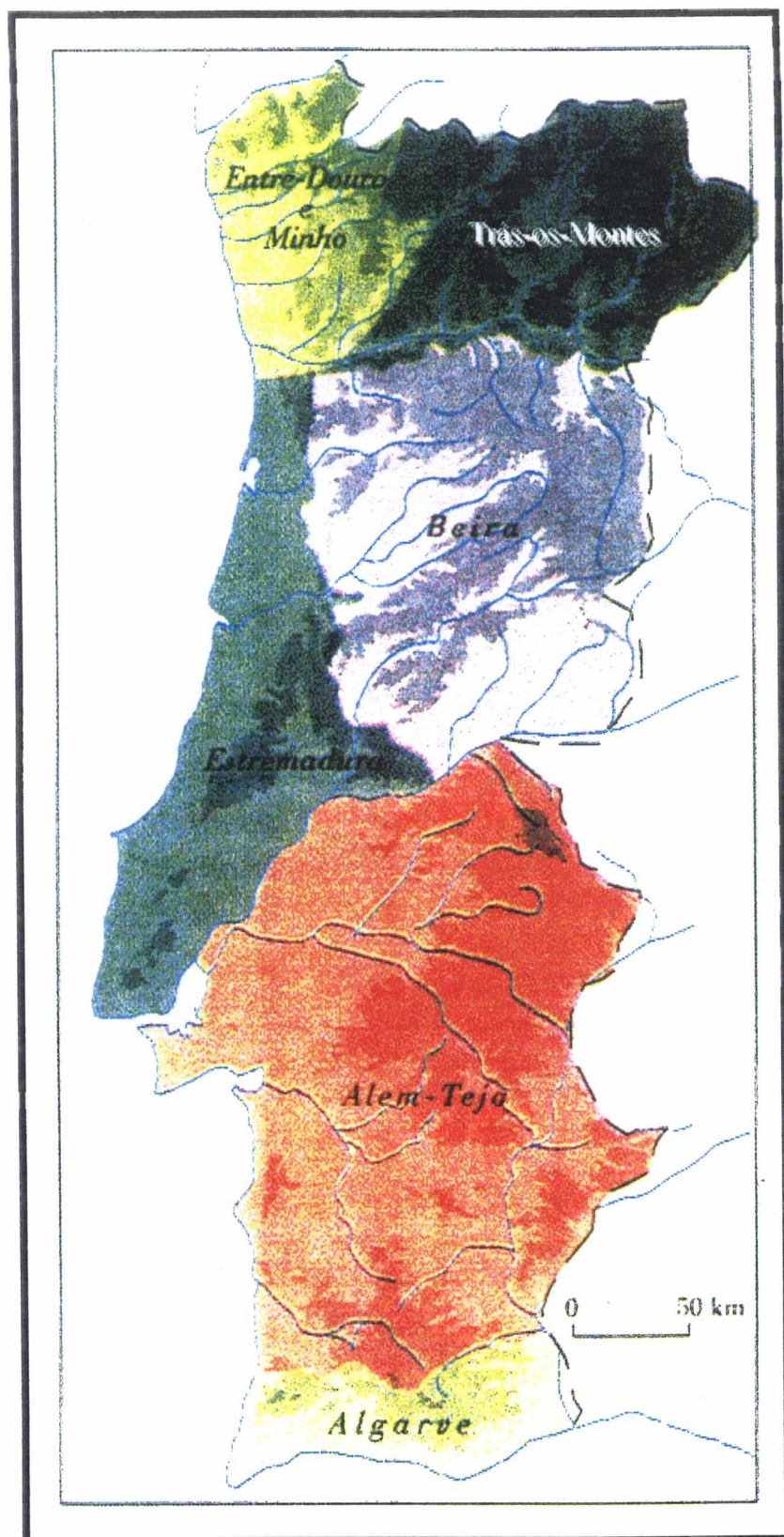


Figura 7: Mapa: “Divisão Administrativa em Comarcas.”



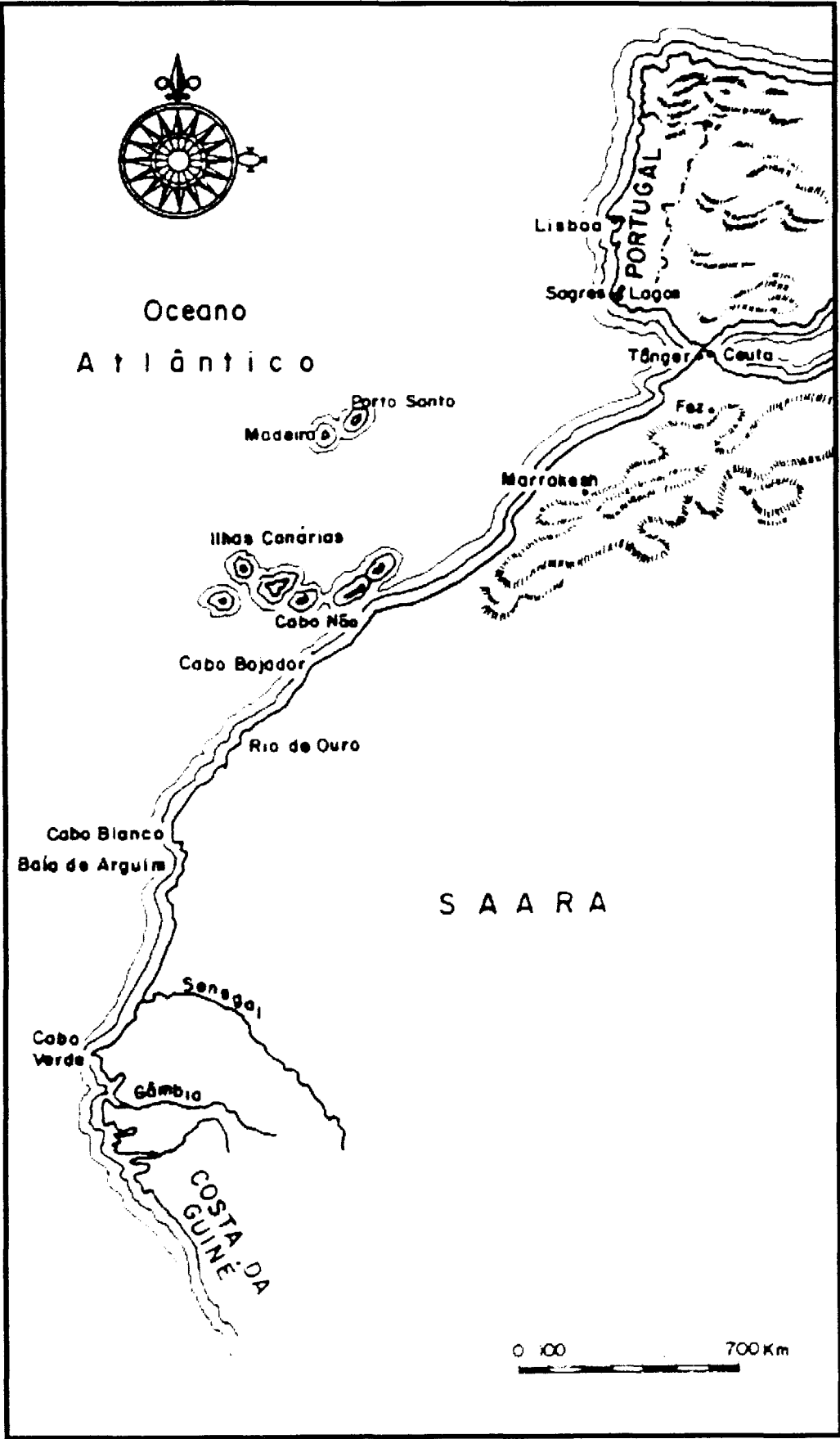
Fonte: MARQUES, A. H. de Oliveira. Portugal nas Crises dos Séculos XIV e XV. In: MATTOSO, José (dir.). Lisboa: Estampa, s. d. V. 2., p.519.

Figura 8: Retrato de D. Henrique, com suas armas, moto e divisa, cercado pelos ramos de carrasqueiro, planta que adotou por distintivo.



Fonte: MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987.

Figura 9: “A costa ocidental da África”, contendo a localização da cidade de Ceuta.



Fonte: URE, John. *Dom Henrique, o Navegador*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985. p. 56.

Quadro 1: Prosa Real de Avis e da Ínclita Geração: Sinopse

AUTOR	OBRA	TIPO/ASSUNTO	PERÍODO PROVÁVEL DE REDAÇÃO
D. JOÃO I	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Livro de Montaria</i>. (01) 	(01) Tratado técnico de caça.	(01) Posterior a 1415
D. DUARTE	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela</i>; (01) • <i>Livro dos Conselhos d'El Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)</i>; (02) • <i>O Leal Conselheiro</i>. (03) 	(01) Tratado técnico de equitação; (02) Escritos sobre temas variados; (03) Espécie de tratado ético-político diretamente relacionado com os conselhos do <i>Livro da Cartuxa</i> .	Terminados até 1438.
INFANTE D. PEDRO	<ul style="list-style-type: none"> • <i>A Virtuosa Benfeitoria</i>; (01) • <i>Livro dos Ofícios</i>; (02) • <i>Trovas: Louvor de Joan de Mena</i>; (03) • <i>De Re Militare</i>; (04) • <i>De Regimine Principum</i>. (05) 	(01) Obra escrita com inspiração no <i>De Beneficiis</i> , de Sêneca. Tratado de doutrina moral e política. Concluído por Frei João Verba; (02) Tradução “ampliada” do <i>De Officiis</i> , de Cícero. Importante, sobretudo, pelas reflexões ético-políticas. Tradução-autoria; (03) São as mais antigas trovas incluídas no <i>Cancioneiro de Garcia de Resende</i> , e são consideradas como um dos poucos exemplos de atividade poética entre os membros da Dinastia de Avis; (04) Tradução da obra de Vegécio; (05) Tradução da obra de Egidio Romano.	(01) 1433; (02) 1433; (03) 1440-8; (04) -- (05) --

Quadro 2: Prosa de Avis (Cronistas-Mor): Sinopse

AUTOR	OBRA	TIPO/ASSUNTO	PERÍODO PROVÁVEL DE REDAÇÃO
FERNÃO LOPES	• <i>Crônica de el-Rei D. Pedro I</i> ; (01)	(01) Crônica sobre o reinado de D. Pedro I;	(01) c. 1440
	• <i>Crônica de el-Rei D. Fernando</i> ; (02)	(02) Crônica sobre o reinado de D. Fernando;	(02) c. 1450
	• <i>Crônica de el-Rei D. João I</i> ; (03)	(03) Duas crônicas sobre o reinado de D. João I, a primeira narra os eventos da Revolução de Avis e a segunda o período até 1411;	(03) 1443;
	• <i>Crônica de Portugal de 1419</i> . (04)	(04) O texto mais antigo compreende cinco dos sete primeiros reis de Portugal, noutros textos constam os sete primeiros reis, mas não há certeza da autoria de Fernão Lopes nos fragmentos, ao que tudo indica, recompostos. Textos manuscritos.	(04) 1419.
GOMES EANES DE ZURARA	• <i>Crônica da Tomada de Ceuta</i> ; (01)	(01) Crônica sobre o planejamento, excursão de saque e senhorio de Ceuta (1412-1415);	(01) 1449;
	• <i>Crônica do Descobrimento e da Conquista da Guiné</i> ; (02)	(02) Trata dos fastos portugueses na África;	(02) 1452-53,
	• <i>Crônica do Conde D. Pedro de Menezes</i> ; (03)	(03) Crônica sobre o os encargos e poderes D. Pedro de Menezes sobre Ceuta;	mas, acrescida em parte depois de 1460;
	• <i>Crônica do Conde D. Duarte de Menezes</i> . (04)	(04) Crônica sobre o os encargos e poderes D. Duarte de Menezes sobre Ceuta.	(03) 1458-63; (04) 1464-68.